



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS – IL  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

DANIELE GRUPPI DE MENDONÇA

**“POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: COMO AS AÇÕES E POLÍTICAS  
PÚBLICAS SÃO REPRESENTADAS NA *FOLHA DE SÃO PAULO*”**

Brasília – DF  
2020

DANIELE GRUPPI DE MENDONÇA

**“POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: COMO AS AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO REPRESENTADAS NA *FOLHA DE SÃO PAULO*”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestrado em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Viviane de Melo Resende

Brasília – DF  
2020

DANIELE GRUPPI DE MENDONÇA

**“POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: COMO AS AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO REPRESENTADAS NA *FOLHA DE SÃO PAULO*”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestrado em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Brasília, 7 de fevereiro de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane de Melo Resende – LIP/UnB  
Presidenta

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carolina Lopes Araújo  
Copresidenta / Coorientadora (FUP/UnB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Denize Elena Garcia da Silva  
Avaliadora interna (PPGL/UnB)

---

Prof. Dr. Gersiney Pablo Santos  
Avaliador externo (Ceam/UnB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane Cristina Vieira – Examinadora Suplente (LIP/UnB)

GD243p

GRUPPI DE MENDONÇA, DANIELE

"POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: COMO AS AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO REPRESENTADAS NA FOLHA DE SÃO PAULO" / DANIELE GRUPPI DE MENDONÇA; orientadora Viviane de Melo Resende; coorientadora Carolina Lopes Araújo. -- Brasília, 2020. 243 p.

Dissertação (Mestrado - em Linguística) -- Universidade de Brasília, 2020.

1. situação de rua. 2. jornalismo online. 3. análise de discurso crítica. 4. ações e políticas públicas. I. de Melo Resende, Viviane, orient. II. Lopes Araújo, Carolina, co orient. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

À professora Viviane Resende, pela orientação, acolhida e comprometimento. Agradeço também por suas referências teóricas e metodológicas, em livros e artigos, base para esta dissertação.

À professora Carolina Araújo, pela coorientação, pelos ensinamentos do NVivo e pela disponibilidade.

À Ingrid, por compartilhar dúvidas e angústias durante a jornada acadêmica. À Renata, Nair, Cláudio, Kárin, por também me acompanharem nessa caminhada e pelas generosas contribuições durante nossos encontros.

Aos professores e professoras do PPGL, pelos conhecimentos transmitidos em cada disciplina.

Aos professores e professoras que leram este trabalho e aceitaram compor a banca de defesa desta dissertação.

Às amigas do trabalho, de infância e da vida, pelas conversas, conselhos e sorrisos;

Aos meus irmãos, Michele e Fernando, aos meus cunhados, Fernando e Priscila, pelo incentivo.

Aos meus pais, Agnaldo e Angelina, por serem exemplo e o meu porto seguro. Mesmo longe fisicamente, fizeram parte deste trabalho.

Ao George, pelo companheirismo, compreensão, apoio e amor.

Ao Heitor,  
uma linda surpresa no final desta caminhada.

## RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa qualitativa de cunho documental que tem como objetivo discutir as facetas discursivas que envolvem a relação da situação de rua e das representações de ações e políticas públicas no jornalismo eletrônico, mais especificamente no portal *Folha de S. Paulo* (FSP) entre 2016 e 2018. O *corpus* da pesquisa é composto por 257 textos, um recorte temático dos 747 publicados no período considerado e coletados para este estudo. Para organização desses dados, o auxílio do *software* NVivo foi útil. Como o objeto desta pesquisa é um problema social e discursivo, dada a relação interna entre linguagem e sociedade, a Análise de Discurso Crítica (ADC) foi a ancoragem teórica-metodológica. Neste estudo, as categorias analíticas utilizadas foram a intertextualidade (BAKHTIN, 2003; FAIRCLOUGH, 2001, 2003), a interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2003) e a representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997), escolhidas porque contribuem para a identificação das vozes predominantes nos textos, dos discursos que neles ecoam e das formas de representação de pessoas em situação de rua. Os resultados obtidos apontam para uma filiação do jornal aos padrões hegemônicos para abordar a situação de rua, ao legitimar vozes dominantes como fontes, as quais oferecem chaves interpretativas desfavoráveis às pessoas em situação de rua, pois naturalizam discursos meritocráticos e legitimam a violência, a gentrificação e o higienismo, que são a tônica das ações e políticas públicas de São Paulo. Esta pesquisa pode contribuir na tomada de consciência linguística de jornalistas e de outros profissionais da mídia, influenciando em suas atuações profissional e social.

**Palavras-chave:** Situação de rua. Jornalismo online. Análise de Discurso Crítica. Ações e políticas públicas.

## ABSTRACT

This dissertation is the result of a qualitative documentary research that aims to discuss the facets that involve the relationship between the street situation and the representations of actions and public policies in electronic journalism, more specifically on the *Folha de S. Paulo* (FSP) portal between 2016 and 2018. The research corpus is composed of 257 texts, a thematic cut of the 747 published in the period considered and collected for this study. The software NVivo was helpful in organizing this data. As the object of this research is a social and discursive problem, given the internal relationship between language and society, Critical Discourse Analysis (CDA) was the theoretical-methodological anchor. In this study, the analytical categories used were intertextuality (BAKHTIN, 2003; FAIRCLOUGH, 2001, 2003), interdiscursivity (FAIRCLOUGH, 2003) and the representation of social actors (van LEEUWEN, 1997), chosen because they contribute to the identification of voices predominant in the texts, the discourses that echo in them and the forms of representation of people in street situation. The results point to a newspaper affiliation to hegemonic standards that address people in street situation, by legitimizing dominant voices as sources, which offer unfavorable interpretative keys to people in street situation, as they naturalize meritocratic discourses and legitimize violence, gentrification. and hygienism, which is the focus of São Paulo's public policies and actions. This research can contribute to the linguistic awareness of journalists and other media professionals, influencing their professional and social activities.

**Key-words:** Street situation. Online journalism. Critical discourse analysis. Actions and public policies.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Projeto de revitalização da Cracolândia .....	61
<b>Figura 2</b> – Representação de atores sociais.....	102
<b>Figura 3</b> – Mapa ontológico do funcionamento social da linguagem .....	106
<b>Figura 4</b> – Pasta Políticas Públicas (2016).....	112
<b>Figura 5</b> – Pasta Políticas Públicas (2017).....	112
<b>Figura 6</b> – Pasta Políticas Públicas (2018).....	112
<b>Figura 7</b> – Categorias de Análise no NVivo .....	115
<b>Figura 8</b> – Modos de representação, ordenados pelo NVivo. ....	116
<b>Figura 9</b> – Frequência de palavras .....	134

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Pasta Frio - Assistência Social .....	118
<b>Quadro 2</b> – Pasta Retirada - Gentrificação / Higienismo .....	118
<b>Quadro 3</b> – Pasta Polícia - "Guerra às drogas" .....	119
<b>Quadro 4</b> – Pasta Teto - Habitação.....	119
<b>Quadro 5</b> – Resultados analíticos - assistência social .....	147
<b>Quadro 6</b> – Resultados analíticos-gentrificação/higienismo.....	157
<b>Quadro 7</b> – Resultados analíticos - "guerra às drogas" .....	166
<b>Quadro 8</b> – Resultados analíticos - habitação .....	172

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CBN	Central Brasileira de Notícias
CF	Constituição Federal Brasileira
CIAMP	Comitês Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento
CMV	Conselho Municipal de Voluntários
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNS	Conselho Nacional de Serviço Social
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CONAD	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
CTA	Centro Temporário de Acolhimento
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EMURB	Empresa Municipal de Urbanização
FCP	Fundação da Casa Popular
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIPE/SP	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FSP	Folha de São Paulo
FUNAPS	Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Subnormais
GCM	Guarda Civil Metropolitana
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IAP	Institutos de Aposentadoria e Pensões

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LC	Linguística Crítica
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MSTS	Movimento Sem-Teto de São Paulo
NOB SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PBF	Programa Bolsa Família
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCS	Programa Comunidade Solidária
PEI	Programa Emergencial de Inverno
PIB	Produto Interno Bruto
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PLAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAD	Política Nacional Antidrogas
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PGRFMM	Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal
POT	Programa Operação Trabalho
PPP	Parceria Público Privada
PRIH	Programa de Reabilitação Integrada
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSH	Programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social
PT	Partido dos Trabalhadores
RC	Renda Cidadã
REDLAD	Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza

RUAS	Ronda Urbana de Amigos Solidários
SAS	Secretaria de Assistência Social
SIAT	Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica
SENAD	Secretaria Nacional Antidrogas
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (antiga Secretaria Municipal do Bem-Estar Social)
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPAS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UMM	União dos Movimentos de Moradia
UNGASS	United Nations General Assembly Special Session on drugs
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Sociais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1 O EMPOBRECIMENTO E A SITUAÇÃO DE RUA .....</b>	<b>22</b>
1.1 Empobrecimento e situação de rua no Brasil .....	23
1.2 A construção e a consolidação da maior metrópole brasileira.....	28
1.3 Os centros de São Paulo.....	29
1.4 Nas ruas de São Paulo nos anos 2000 .....	36
1.5 Empobrecimento e situação de rua: uma abordagem decolonial.....	38
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SITUAÇÃO DE RUA.....</b>	<b>43</b>
2.1 A assistência social no Brasil.....	44
2.2 A assistência social para pessoas em situação de rua em São Paulo.....	52
2.3 Gentrificação ou revitalização.....	57
2.3.1 Gentrificação em São Paulo.....	60
2.3.2 O apelo cultural para justificar a gentrificação .....	62
2.3.3 Abordagem higienista e gentrificação .....	64
2.4 A “guerra às drogas” no Brasil.....	65
2.5 A “guerra às drogas” no centro de São Paulo .....	70
2.6 Política habitacional brasileira .....	74
2.6.1 Moradia Primeiro .....	78
2.6.2 São Paulo, ocupações e o Centro .....	80
<b>3 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA .....</b>	<b>89</b>
3.1 Características da ADC .....	89
3.2 Ideologia .....	91
3.3 O poder da mídia.....	92
3.4 Análise de texto e análise da prática.....	94
3.5 Mídia, discurso e situação de rua.....	96
3.6 Categorias de análise.....	98
3.6.1 Intertextualidade .....	99
3.6.2 Interdiscursividade.....	100
3.6.3 Representação de atores sociais.....	101

<b>4 PASSOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>105</b>
<b>4.1 Reflexões sobre ontologia e epistemologia na pesquisa .....</b>	<b>105</b>
<b>4.2 Coleta de dados .....</b>	<b>110</b>
<b>4.3 Tratamento dos dados .....</b>	<b>114</b>
<b>4.4 Critérios de recorte do corpus reduzido para microanálises .....</b>	<b>117</b>
<b>5 PANORAMA DOS DADOS: ANÁLISE GERAL DO CORPUS .....</b>	<b>121</b>
<b>5.1 Quem fala sobre a população em situação de rua? .....</b>	<b>121</b>
<b>5.2 Como as pessoas em situação de rua são referidas? .....</b>	<b>123</b>
<b>5.3 Como as pessoas em situação de rua são representadas? .....</b>	<b>124</b>
<b>5.4 Como as diferentes vozes tecem avaliações? .....</b>	<b>127</b>
<b>5.5 Quais as implicações da objetificação das pessoas em situação de rua? .....</b>	<b>128</b>
<b>5.6 Como a voz do/a jornalista representa pessoas em situação de rua? .....</b>	<b>131</b>
<b>5.7 Quais são as palavras mais frequentes? .....</b>	<b>133</b>
<b>6 ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DE UM RECORTE DE DADOS.....</b>	<b>137</b>
<b>6.1 O frio e a assistência social .....</b>	<b>137</b>
<b>6.2 Ações de “retirada” de pessoas em situação de rua do espaço público .....</b>	<b>147</b>
<b>6.3 A construção do inimigo público e a “guerra às drogas” .....</b>	<b>157</b>
<b>6.4 Direito à moradia e as ações de “revitalização” .....</b>	<b>167</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>179</b>
<b>ANEXO A – PASTA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>196</b>
<b>ANEXO B – PASTA GENTRIFICAÇÃO/HIGIENISMO .....</b>	<b>208</b>
<b>ANEXO C – PASTA “GUERRA ÀS DROGAS” .....</b>	<b>222</b>
<b>ANEXO D – PASTA HABITAÇÃO .....</b>	<b>237</b>

## INTRODUÇÃO

Em sua última pesquisa, em 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontou 101.854 pessoas vivendo nas ruas no Brasil. Essa situação reflete o quadro de pobreza estrutural (SANTOS, 2003) que caracteriza o país como resultado de sua história. Na explicação de Santos (2003), nas condições atuais, é uma pobreza produzida politicamente pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais e das elites locais, “trazida não apenas pela expansão do desemprego, como, também, pela redução do valor do trabalho” (SANTOS, 2003, p. 73).

Essa realidade é tratada na mídia com frequência. No entanto, as abordagens podem banalizar fatos, trazer representações preconceituosas ou que responsabilizem as pessoas empobrecidas pela situação em que se encontram. Essas distorções da mídia são parte de um contexto histórico que vem desde a transição do feudalismo para o sistema capitalista e ocorrem por relações de poder enraizadas. São também uma forma de violência que se exerce pelo uso da linguagem, agregando-se a outras que também causam sofrimento a esse segmento populacional (RESENDE; RAMALHO, 2017).

A maneira como a mídia noticia a situação de rua impacta sobre como se percebe e se reage à questão social, o modo como se identificam as pessoas em situação de rua e como nos identificamos em relação ao problema. Dessa forma, as situações de empobrecimento são naturalizadas com a colaboração passiva ou ativa dos governos, mas também com a aceitação de toda a sociedade. Por isso, ela se torna “quase sem remédio”, nos termos de Santos, como se não adiantasse mais Estado e indivíduos se moverem pela questão social.

Diante desse cenário, é fundamental discutir acerca da situação de rua e de suas representações midiáticas, que, muitas vezes, contribuem para reprodução discursiva da desigualdade social. É o que será feito neste trabalho: um estudo sobre a representação da situação de rua em notícias veiculadas na mídia eletrônica, mais especificamente no portal do principal veículo de comunicação do Brasil, que é a *Folha de S. Paulo*, com o objetivo de identificar as facetas discursivas que envolvem a situação de rua e as representações de ações e políticas públicas.

A *Folha de S. Paulo* têm ampla distribuição pelo portal UOL, que, conforme noticiou o próprio veículo, foi em 2018 o site de jornal com mais audiência do país e teve o maior

número de assinantes digitais. O número de usuários (as) únicos do site da *Folha* ficou em 24 milhões na média mensal do ano, enquanto *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* tiveram média mensal de usuários, respectivamente, de 22,8 milhões e 18,7 milhões. Os dados reportados tiveram como fontes a empresa Comscare, especializada em análise de tráfego na internet, e o Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Por isso, a decisão por concentrar as análises nas reportagens no portal *Folha de S. Paulo*.

O foco nas notícias que trazem a temática sobre ações e políticas públicas se justifica pelo impacto potencial dessas representações discursivas na formulação de políticas públicas para esse grupo populacional. Neste sentido, o estudo também pretende provocar discussões sobre a necessidade de políticas públicas eficientes pautadas pelos direitos garantidos pela Carta Magna.

### **Uma pesquisa discursiva sobre situação de rua e jornalismo online**

Como o objeto desta pesquisa é um problema social e discursivo, dada a relação interna entre linguagem e sociedade, a ancoragem ocorre por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC), enquadre científico transdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social voltado para questões de transformações sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Na ADC, o discurso é concebido como parte de toda prática social, instrumento de representação e de significação do mundo (FAIRCLOUGH, 2003). Desse modo, o discurso se torna um constituinte do social, um modo de ação (sobre o mundo e os outros), de representação e de identificação.

Na concepção da ADC, a linguagem é parte de toda estrutura, na forma de semiose; de toda prática social, na forma de ordem de discurso (gênero, discurso e estilo) e de todo evento social, na forma de texto. Sendo assim, o objeto desta pesquisa é concebido como prática social (representações da situação de rua no jornalismo online), que será investigada a partir das ordens de discurso que realizam essa prática, acessando os significados representacional (discurso), identificacional (estilos) e acional (gêneros) (FAIRCLOUGH, 2003).

Pela perspectiva da metodologia qualitativa, a reflexão está pautada em textos publicados no site da *Folha de S. Paulo* entre 2016 e 2018, coletados por meio de busca no portal utilizando as palavras-chave: “morador de rua”, “moradores de rua”, “moradora de rua”, “população de rua”, “pessoa em situação de rua” (e correlatas que se mostraram relevantes durante a coleta). Dessa busca, retornaram 747 textos, mas os que tematizavam

ações e políticas públicas foram 257, sendo este o *corpus* da pesquisa, organizado com o auxílio do *software* NVivo.

Para proceder à análise dos dados, guiei-me pelas seguintes questões de pesquisa:

- Quais são as vozes que predominam nos textos sobre ações e políticas públicas voltadas à população em situação de rua na *Folha de S. Paulo*?
- Quais discursos ecoam quando se trata de ações e políticas públicas voltadas à população em situação de rua na *Folha de S. Paulo*?
- Como a população em situação de rua é representada nas notícias sobre ações e políticas públicas da *Folha de S. Paulo*?
- Como a população em situação de rua é referida nas notícias sobre ações e políticas públicas da *Folha de S. Paulo*?

### **Braço de um projeto**

Este trabalho está inserido dentro do projeto “*Representação discursiva no Correio Braziliense e na Folha de S. Paulo: políticas públicas para população em situação de rua e gestão do espaço urbano (2016-2018)*”, que tem como objeto dois jornais de referência, de circulação nacional, sendo um produzido em Brasília, o *Correio Braziliense*, e o outro na cidade de São Paulo, a *Folha de S. Paulo*. Para fazer a análise desses veículos de comunicação, trabalhamos em equipe, com a colega de Mestrado Ingrid da Silva Ramalho, as professoras Viviane de Melo Resende e Carolina Lopes Araújo, e as estudantes de Iniciação Científica Larissa Costa e Gabriella Rodrigues.

Embora a pesquisa relacionada ao *Correio Braziliense* esteja centrada na representação discursiva da violência e violação de direitos da população em situação de rua e a da *Folha*, nas notícias sobre ação e políticas públicas, o objetivo é comum: analisar as representações midiáticas relacionadas à situação de rua, a fim de contribuir para a ruptura da naturalização e da reprodução de discursos que eternizam a situação de rua e que impedem o entendimento das causas que levam ao problema. Utilizamos o mesmo aporte teórico-metodológico, a ADC, e buscamos traçar percursos metodológicos próximos, os quais no decorrer dos estudos foram sendo adaptados aos objetos de pesquisa.

Esse esforço integrado é um desdobramento de outro projeto: “*Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no*

*jornalismo online*”, que investigou prioritariamente as representações da violação de direitos e da violência contra a população em situação de rua nas notícias veiculadas nos portais dos jornais *O Globo*, *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, entre 2011 e 2013. Depois, o foco foi ampliado para analisar também as notícias sobre ações e políticas públicas. Pude, também, participar deste trabalho, juntamente com Ingrid Ramalho e outras pesquisadoras.

Esta dissertação não encerra um ciclo de análises, pois a intenção é prosseguir com novos projetos dentro dessa perspectiva, ampliando o debate de forma a influenciar transformações no caminho da justiça social como explico no próximo tópico.

### **A jornalista e a pesquisadora**

Neste momento, considero importante destacar que tenho formação superior em jornalismo. Já tive experiências profissionais em mídia tradicional, mas atualmente trabalho num canal universitário, que é a UnBTV. Conciliar a profissão com este estudo foi desafiador, mas extremamente importante porque pude sentir o poder de transformação da pesquisa.

Recebi uma pauta que tratava sobre um censo de pessoas em situação de rua no entorno da Universidade de Brasília (UnB). Como jornalista, iria fazer a entrevista com quem realizou o estudo, no caso uma empresa júnior, e iria mostrar como foi feito o estudo, seus resultados e sua importância. Como pesquisadora, era preciso mais. Procurei então o Movimento Nacional da População em Situação de Rua no DF, para ouvir o movimento. Encontrar o contato atualizado de representantes do Movimento Nacional da População de Rua do Distrito Federal (MNPR-DF) foi difícil, mas consegui o da coordenadora. Depois, demorei alguns dias para lograr conversar com ela. Quando consegui falar, marquei a entrevista para a semana seguinte, mas por um imprevisto, ela não pôde comparecer. Já fazia mais de 15 dias que estava com a pauta e, nesse momento, já discutia com a equipe se liberaríamos a reportagem sem essa entrevista ou se esperaríamos mais.

Resolvemos que tentaríamos remarcar a entrevista mais uma vez. Se não conseguíssemos, liberaríamos a matéria. Remarquei a entrevista. Deu certo! Entrevistei a Mairla Feitosa e ela levou outra representante do movimento para também conceder entrevista. Fiz a reportagem e, sem dúvida, o resultado ficou muito melhor do que teria sido se tivéssemos só a entrevista com as pessoas responsáveis pelo censo. Além disso, a experiência com esta pesquisa me faz atentar para certas escolhas linguísticas. A matéria ficou muito mais completa, rica em conteúdo, mas essa tomada de consciência, tanto linguística quanto de

acrescentar outras vozes, ocorreu a partir dos meus estudos.

Isso significa que assim como tenho me transformado como profissional e cidadã, esta pesquisa pode também influenciar outros/as jornalistas e outros/as colegas da mídia (fotógrafos/as, designers, editores/as, publicitários/as etc.) nessa tomada de consciência linguística e também sobre seu papel profissional e social. Por isso, o olhar acadêmico para essa questão é fundamental, mas é preciso enfrentar o desafio de falar para além da universidade.

## **Organização**

Esta dissertação está organizada em seis capítulos, além da apresentação e das considerações finais. O capítulo 1, “Empobrecimento e situação de rua”, corresponde à contextualização do tema da pesquisa, focando a situação de rua no Brasil e, em seguida, em São Paulo. Para tratar dessa questão na cidade paulista, iniciei abordando a formação da cidade e de seus centros, mostrando como esse processo implicou na configuração atual da situação de rua na cidade. Além disso, faço uma abordagem decolonial do empobrecimento e da situação rua.

No capítulo 2, “Políticas públicas e situação de rua”, faço um panorama nacional e local das principais ações e políticas públicas voltadas à situação de rua a partir de quatro eixos: assistência social, gentrificação/ higienização, “guerra às drogas” e habitação, os quais foram definidos de acordo com a construção do meu *corpus*, que também foi organizado conforme essas temáticas. O propósito foi discutir como o poder público tem, ao longo dos anos, olhado para a questão social e os desafios para a construção de políticas públicas eficientes para a população em situação de rua.

O capítulo 3, intitulado “Análise de Discurso Crítica”, corresponde à base teórica que orienta as análises deste estudo. Trabalho alguns conceitos importantes dentro desse aporte teórico e metodológico, articulando com o objeto desta pesquisa. Em seguida, o quarto capítulo, “Os passos metodológicos”, é dedicado às reflexões sobre elementos ontológicos e epistemológicos da investigação, questões metodológicas e estratégias para a construção do *corpus* desta pesquisa. Detalho o processo de coleta e tratamento dos dados, que contou com o auxílio do *software* NVivo, e as decisões microanalíticas.

O capítulo 5, “Panorama dos dados: análise geral do *corpus*”, e o capítulo 6, “Análise Discursiva Crítica de um recorte de dados”, são analíticos. No quinto, faço um mapeamento

geral dos dados. O último capítulo, microanalítico, tem como foco investigar como o jornal e as vozes consultadas nas notícias tecem sentidos. Para isso, analiso minuciosamente onze textos, os quais permitiram-me uma percepção global do *corpus* e de como a *Folha* representa a situação de rua nas notícias sobre ações e políticas públicas.

Para finalizar a dissertação, retomo as perguntas da pesquisa e busco respondê-las a partir dos dados e debates dos capítulos anteriores, e de toda a trajetória desta pesquisa. Após essa etapa, proponho uma reflexão sobre o “modo de fazer jornalismo” e o “modo de fazer ação e política pública”, com a expectativa de contribuir não só academicamente, mas, sobretudo, para uma mudança social.

## 1 O EMPOBRECIMENTO E A SITUAÇÃO DE RUA

Já sabemos que o empobrecimento existe desde tempos remotos, assim como a situação de rua. No período classificado como pré-moderno, viviam nas ruas indivíduos com transtornos mentais, andarilhos, viajantes e exilados (PEREIRA, 2008). Com a industrialização e a urbanização, o número de pessoas nas ruas aumentou e a situação de rua tornou-se cada vez mais uma questão urbana, distinta do empobrecimento no campo.

Aponta-se como principal motivo para o crescimento do empobrecimento nas cidades a situação de camponeses/as obrigados/as ao êxodo. Muitas pessoas expulsas de latifúndios e terras comuns por métodos violentos<sup>1</sup> foram para as cidades, onde se viram impossibilitadas de pagar os preços dos aluguéis. Nas cidades, muitas foram buscar trabalho nas indústrias. No entanto, o número de vagas era limitado e muitos/as camponeses/as que não foram absorvidos/as pelas fábricas ficaram perambulando pelas ruas, “vagando entre aldeias, mendigando e roubando para se alimentar” (PEREIRA, 2008, p. 40).

Essa realidade fez surgir, ainda no final do século XV, na Europa, uma legislação contra a vadiagem, de caráter disciplinador e repressivo. Por um lado, a lei submeteu os/as camponeses/as à rígida disciplina do sistema de trabalho assalariado, forçando-os/as a trabalhos pesados com baixa ou nenhuma remuneração. Por outro lado, a medida legal colocou “os ‘vagabundos’ à disposição da exploração local” (FEDERICI, 2004, p. 15).

Além disso, a referida legislação buscou evitar agitações nos centros das cidades. De acordo com Miranda (2016), a criminalização da ociosidade e a ressignificação da rua como espaço de circulação mostravam que viver nas ruas das cidades capitalistas constituía-se, a partir do século XVIII, em subversão da ordem hegemônica capitalista.

A esse processo, que começou na Inglaterra e depois se expandiu para o mundo, Marx (1988) chamou pauperismo. Conforme o intelectual, o pauperismo compôs as condições históricas necessárias à produção do capitalismo e é nesse contexto que surge a população em situação de rua na Europa. Ou seja, a população rural expropriada, expulsa de suas terras e afastada dos seus meios de produção, era convertida em população em situação de rua.

---

<sup>1</sup> Pereira (2008) explica que o êxodo rural está fortemente ligado à colonização da América pelos espanhóis, que encontraram numerosas minas de ouro e prata no continente, o que gerou aumento na produção de prata pela casa da moeda espanhola. Essa situação provocou uma severa desvalorização da moeda e o brutal aumento dos preços, o qual não foi acompanhado pelo aumento dos salários. A alta dos preços das mercadorias prejudicou trabalhadores, governo e donos de terra, que viviam dos arrendamentos de suas propriedades. Para evitar a falência, foram obrigados a fechar suas terras ou aumentar o preço dos arrendamentos. Mais a esse respeito, ver Pereira, 2008.

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte do enriquecimento individual capitalista e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 1988, p. 738).

Dessa forma, o capitalismo transformou as relações de trabalho e produção e, ao mesmo tempo, acentuou as desigualdades sociais, permitindo que uma classe acumulasse capital com base na exploração de outra, o que favoreceu o surgimento das classes antagônicas: burguesia e proletariado. Por burguesia, tem-se a classe de capitalistas proprietários dos meios sociais de produção que utilizam o trabalho assalariado. Por proletários, encontra-se a classe de trabalhadores assalariados que não possuem meios de produção e dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver.

A produção já não mais buscava satisfazer só as necessidades humanas, mas propiciar o lucro e a acumulação. Ao mesmo tempo em que a riqueza acumulada aumentava, a burguesia se fortalecia. “O desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocados sob o seu comando” (FEDERICI, 2004, p. 114). No entanto, Federici (2004) ressalta que o processo de acumulação não foi só dos “trabalhadores exploráveis” e do capital, mas também de divisões dentro da classe trabalhadora, construídas sobre o gênero, raça e a idade, bases constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno.

O aumento da riqueza implicava também no empobrecimento. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 41). Nesse contexto, a situação de extremo empobrecimento e de utilização das ruas como espaço para garantia da sobrevivência ampliava-se. No século XX, principalmente, a partir da década de 1980, o processo tomou escalas mundiais e incorporou características relativas à conjuntura histórica, econômica e política de cada lugar. Discuto, a seguir, como a situação de rua configurou-se no Brasil.

### **1.1 Empobrecimento e situação de rua no Brasil**

No Brasil, o empobrecimento no século XVII a XIX, período em que o país-colônia fez a sua transição do sistema feudal para o capitalismo, assemelhou-se ao caso da Europa. O Estado Colonial buscou inserir o chamado “homem livre” no mundo do trabalho, mas

continuou a tratá-lo como uma pessoa escravizada, controlando o seu comportamento e buscando mão de obra para apropriar-se de novos territórios.

Mesmo com a declaração de Independência, em 1822, a política de marginalização prosseguiu com o Estado Imperial. Essa tônica foi ratificada com o Código Penal de 1830,<sup>2</sup> nos artigos 294 e 295, que estabeleceram pena de prisão com trabalho para quem cometesse violência após a primeira advertência do Juiz de Paz e para quem, sem renda suficiente, não tomassem uma “ocupação honesta e útil” depois de advertido pelo Juiz de Paz. Aos ricos, com “renda suficiente”, o ócio se permitia e celebrava; aos pobres, toda ociosidade se convertia em vadiagem – e isso não mudou tanto de lá para cá.

Pobre e marginalizado era a pessoa alforriada, que sem acesso à terra ou à casa própria não conseguia se fixar em nenhuma atividade laboral e, devido a esses fatores, vivia em miséria e dependência de grandes produtores ou fazendeiros (PEREIRA, 2008). Segundo Pereira (2008), esse grupo representava a maior parte da população do país, chegando a 65% dos habitantes, excluindo-se os povos indígenas. São Paulo e Rio de Janeiro receberam muitas pessoas escravizadas quando libertadas das fazendas decadentes.

Após perceber que pessoas antes escravizadas, agora alforriadas e empregadas nas fábricas, estavam formando uma classe média negra, poderosa e independente (PEREIRA, 2008), o governo brasileiro buscou o embranquecimento da população brasileira: aprovou, em 1890, a imigração europeia. “Acreditava-se que para o país se modernizar e atingir o progresso desejado, o mesmo deveria sofrer limpeza étnica, trocando a [suposta] incapacidade racial dos negros pela [suposta] força e virtude dos europeus” (PEREIRA, 2008, p. 48). Segundo Rolnik (1988), a mão de obra europeia era opção por ser “civilizada” enquanto a negra era subutilizada devido à identificação “selvagem-inumano-cativo”. No campo das ciências, essas ideias foram sustentadas pelo racismo científico.

Imigrantes vieram em massa. Para se ter uma ideia, em 1920, a maioria absoluta da população da cidade de São Paulo era de italianos. Com isso, imigrantes passaram a substituir pessoas negras nas indústrias, e estas, desempregadas, muitas vezes viram-se nas ruas. De acordo com Rolnik (1988), quando o governo brasileiro abriu as portas para a pobreza europeia, atraindo-a,<sup>3</sup> e dando a ela o status de “assalariada”, criou ao mesmo tempo a figura

---

<sup>2</sup> Brasil. [Código Penal]. *Lei de 16 de dezembro de 1830*. Manda Executar o Código Criminal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 13 de mar. de 2019.

<sup>3</sup> De acordo com Rolnik (1988), o governo da província arcava com as despesas de viagem do imigrante, trazendo-o geralmente da Itália até a Hospedaria dos Imigrantes, na cidade de São Paulo. Dali, eram encaminhados para as fazendas como colonos — recebendo salário pelo trabalho nas fazendas de café. Havia

do “marginal”.

O processo de industrialização do país foi intensificado a partir das décadas de 1950, assim como a urbanização do país. Para Santos (1993), o processo brasileiro de urbanização está associado com o do empobrecimento, cujo locus passa a ser, cada vez mais, a cidade grande.

O campo brasileiro moderno repele os pobres e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação (SANTOS, 1993, p. 11).

A economia agrícola brasileira foi o tom da década de 1960, marcada pelo golpe de Estado de 1964. O país se tornou grande exportador de produtos agrícolas não tradicionais, como soja e cítricos, e de alguns produtos industrializados. Santos (1993) lembra ainda que no período a classe média cresceu e os pobres foram seduzidos por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito, que serviram como impulso à expansão industrial.

A partir dos anos 1970, a ideologia neoliberal ganhou força nos países capitalistas. Com a regulação do Estado mínimo, o neoliberalismo fortaleceu o pensamento industrialista. Investimentos em políticas sociais foram reduzidos, pois seriam as responsáveis pelo esvaziamento dos fundos públicos, resultando na intensificação da desigualdade social.

Os anos 1980 foram marcados por crise econômica, o que provocou um ajustamento estrutural da economia brasileira. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu e a dívida externa cresceu juntamente com o déficit público. A dívida interna seguia o mesmo caminho, aumentando devido à política fiscal expansionista do governo brasileiro. “A situação refletiu nos rendimentos das pessoas, seja porque decaíram ou cresceram, seja porque houve aumento no número de empregos ou, ao contrário, expulsão do mercado de trabalho” (ROLNIK *et al.*, 1990, p. 52).

A década de oitenta também se destacou pela promulgação da Constituição da República de 1988, que tratou a questão do empobrecimento como fundamental, e pela consolidação da democracia neoliberal, com dez anos de atraso aproximadamente, comparando com a velocidade com que ocorreu em outros países da América Latina.

A partir da adoção das políticas neoliberais, acentuavam-se a privatização das empresas estatais e os efeitos aos quais ela conduz: “descapitalização nacional, subconsumo

das maiorias, desemprego, empobrecimento da oferta cultural” (CANCLINI, 1999, p. 92). Almeida (2009) compara esse processo ao das expropriações das propriedades camponesas que deram origem ao capital. “É que as imensas massas de mais-valia acumuladas e cristalizadas nas empresas estatais no Brasil são repassadas para a propriedade do grande capital privado” (ALMEIDA, 2009, p. 11).

Na década de 1990, seguiram as reformas com foco na privatização. O Fundo Monetário Internacional (FMI) realizou constantes intervenções, obrigando a cortar gastos sociais, a reduzir rendimentos dos trabalhadores e a flexibilizar os direitos dos mesmos. Segundo Frederici (2004), a redução do custo do trabalho e a exploração “dos sujeitos coloniais” são estratégias que são relançadas a cada grande crise capitalista. Após pouco mais de uma década de políticas sociais que enfrentaram as consequências da desigualdade mais que suas causas – e cujos avanços, mesmo que insuficientes, devem ser reconhecidos –, o retrocesso conservador ameaçava com mais privatização. Como resultado dessa medida, o aumento do empobrecimento.

A Síntese de Indicadores Sociais, divulgada no final de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),<sup>4</sup> mostra o crescimento de populações empobrecidas entre 2016 e 2017. O Brasil passou a ter quase dois milhões de pessoas a mais vivendo em processo de empobrecimento, de 52,8 milhões em 2016 passou para 54,8 milhões em 2017, um crescimento de quase 4%, representando 26,5% da população total do país. A população na condição de empobrecimento extremo<sup>5</sup> também aumentou, saltando de 13,5 milhões para 15,3 milhões no mesmo período.

De acordo com a classificação de Santos (2003), o país vive uma pobreza estrutural, que é “pervasiva, generalizada, permanente e global” (SANTOS, 2003, p. 72). Em seu livro *Por uma outra globalização*, o autor apresenta três fases da pobreza experimentadas pelos países em desenvolvimento: incluída, marginalidade e estrutural. A incluída consiste em uma pobreza acidental, residual ou sazonal, pois ocorre em certos períodos do ano. Frequentemente apresentada como um acidente natural ou social. “Em um mundo onde o

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>. Acesso em 25 de mar. de 2019.

<sup>5</sup> Segundo a linha de empobrecimento proposta pelo Banco Mundial, está em situação de extremo empobrecimento quem dispõe de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivale a aproximadamente R\$ 140 por mês. Já a linha de empobrecimento é de rendimento inferior a US\$ 5,5 por dia, o que corresponde a cerca de R\$ 406 por mês.

consumo ainda não constituía um nexos social obrigatório, a pobreza era menos discriminatória. Daí, poder-se falar de pobres incluídos” (SANTOS, 2003, p. 70). Com o passar do tempo e a persistência da situação, chega outra pobreza, associada a marginalidade. Segundo o autor (2003), trata-se de um fenômeno social fruto do processo econômico da divisão do trabalho e da valorização do consumo.

Quando se alcança uma espécie de naturalização do empobrecimento, que seria politicamente produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais, tem-se a pobreza estrutural. Santos (2003) explica:

Nessa última fase, os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos. A divisão do trabalho era, até recentemente, algo mais ou menos espontâneo. Agora não. Hoje, ela obedece a cânones científicos – por isso a consideramos uma divisão do trabalho administrada – e é movida por um mecanismo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global. Saímos de uma pobreza para entrar em outra. Deixa-se de ser pobre em um lugar para ser pobre em outro. Nas condições atuais, é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como, também, pela redução do valor do trabalho (SANTOS, 2003, p. 72-73).

Pode-se considerar que a situação de rua está no campo dessa pobreza considerada “sem remédio”, e é muitas vezes assim representada nos veículos de comunicação. No Brasil, um dos principais estudos sobre a população em situação de rua, e que norteou a implantação das primeiras políticas públicas nacionais voltadas para a população em situação de rua, foi realizado em 2008 pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (então MDS). A pesquisa nacional identificou 31.922 pessoas adultas vivendo nas ruas, mas considerou apenas 71 municípios brasileiros. As capitais São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, por exemplo, não foram incluídas.

Em 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou o relatório “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil”,<sup>6</sup> no qual aponta 101.854 pessoas vivendo em situação de rua no país. Desse total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) vivam nas cidades de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes, estima-se que haja 6.757 pessoas em situação de rua (6,63% do total).

As mais cruas situações de pobreza passam a ser aceitas e naturalizadas com a colaboração passiva ou ativa dos governos, mas também com a aceitação de toda a sociedade,

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td\\_2246.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf). Acesso em 10 set. de 2019.

por isso, ela se torna permanente. Isenta-se da responsabilidade a sociedade capitalista de reproduzi-la e o Estado de enfrentá-la, culpando as pessoas em situação de rua pela forma como se encontram. Por isso é tão urgente e necessário buscar caminhos para se combater a pobreza estrutural.

## **1.2 A construção e a consolidação da maior metrópole brasileira**

São Paulo surgiu em 1554 como missão jesuítica, em que participavam Padre Manuel da Nóbrega e o então noviço José de Anchieta. A cidade situava-se numa colina alta e plana, cercada por dois rios: o Tamanduateí e o Anhangabaú. Apesar de nos primeiros três séculos de existência não ter alcançado expressividade do ponto de vista político e econômico, reverteu esse quadro a partir do crescimento demográfico advindo do ciclo cafeeiro e da industrialização.

Segundo Matos (1955), na primeira metade do século XIX havia entre 15 e 20 mil habitantes em São Paulo, embora as estatísticas da época não sejam precisas. Aponta-se que 9.391 habitantes estariam concentrados no centro urbano. Já na última década daquele século, o crescimento da população foi de 13,96% ao ano, mas essa expansão não foi proporcional em todo o território (CALDEIRA, 2000).

Contribuíram para o crescimento da cidade: a expansão cafeeira, a multiplicação das estradas de ferro e a imigração europeia. Os imigrantes, majoritariamente italianos, ocuparam a maioria dos postos na indústria. Em 1901, existiam na cidade de São Paulo 7.962 operários, dos quais 4.999 eram estrangeiros (PETRONE, 1955). A imigração europeia está diretamente relacionada ao surto da industrialização, que acabou por inverter as características da sociedade brasileira iminentemente rural. Ao fim do século XIX, a população chegava a quase 240 mil habitantes.

A “metrópole do café” ou a “capital dos fazendeiros”, como São Paulo era conhecida, sofreu influência de acontecimentos mundiais que fizeram com que se transformasse na metrópole industrial: a primeira Grande Guerra (1914 a 1918), a crise econômica de 1929 (quebra da bolsa de Nova Iorque) e a última Grande Guerra (1939 a 1945). Outros fatores também contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento industrial de São Paulo. Matos (1955) enumerou: 1) a facilidade de obtenção da energia elétrica; 2) a existência de um mercado consumidor interno; 3) o afluxo de capitais; 4) a facilidade de mão de obra operária; 5) a existência de um mercado fornecedor de matérias

primas, e 6) a importante rede de transportes (MATOS, 1955).

O surto industrial fez com que ao findar da terceira década do século XX São Paulo aparecesse como o maior centro industrial da América do Sul (PETRONE, 1955). No final do século XIX existiam 91 fábricas, sendo que em 1918 passou para quase duas mil. O número elevava-se para 12 mil em 1947. Esse crescimento industrial contribuiu para o aumento da população, devido à necessidade de mão de obra. A cidade atraía a população da zona rural e do interior. São Paulo recebia descendentes de pessoas antes escravizadas, em busca de trabalho urbano, e as elites paulistanas também se moviam do interior do estado para a capital.

A forma como essa população migrante ocupou o espaço urbano paulista foi delineada pela localização das fábricas e dos trilhos dos trens. São Paulo expandiu-se principalmente para Oeste, Leste e Sul, onde estavam localizadas as mais importantes áreas industriais da capital paulista. Nas áreas suburbanas, apareciam fábricas de maneira mais esparsa, ocupando áreas muito maiores, e havia os terrenos reservados para futuras ampliações.

A periferia crescia sem prover condições de habitabilidade, constituindo-se um espaço de miséria. Essa é uma característica das cidades capitalistas, cujos centros surgiram e cresceram a partir de atividades decorrentes do domínio da propriedade privada: o comércio varejista e os serviços (VILLAÇA, 2003). Os centros possibilitavam o acesso a serviços enquanto a periferia estava desprovida de atividades essenciais. Nas cidades capitalistas, foram afastados das áreas centrais todos aqueles que não podiam enfrentar a inflação exorbitante. O resultado foi o controle das ruas pelo poder público e a retirada de famílias inteiras das áreas centrais, um processo a que Smith (2006) chamou gentrificação.

Desta forma, a urbanização em São Paulo fez-se acompanhar de um processo perverso de exclusão, pois o ritmo dessa transformação não foi acompanhado de novos instrumentos de gestão do espaço urbano e de modernização administrativa (GASPAR *et al.*, 2006) nem de assistência social às classes empobrecidas. “Desde o início do século XX, São Paulo já se compunha de bairros e regiões explicitamente separados em classes sociais dessemelhantes e essas separações ocasionaram transformações com uma nova lógica de expansão urbana” (GASPAR *et al.*, 2006, p. 28).

### **1.3 Os centros de São Paulo**

A cidade cresceu sem planejamento, desigual e pautada pela reorganização do espaço

central. Para se ter ideia, o primeiro prefeito, Antônio da Silva Prado, que governou a cidade de 1898 a 1911, realizou várias intervenções urbanas, as quais provocaram o deslocamento de pessoas que habitavam a região. Depois, na gestão de Raymundo Duprat (1911 a 1914), mais uma grande reforma urbana. Conforme Rolnik (1988), vários cortiços foram demolidos para a construção de prédios que seriam ocupados com atividades comerciais, de lazer e de negócios.

Rolnik *et al.* (1990) destacam que o período também esteve relacionado diretamente ao processo de valorização da propriedade, que provocou conflitos pela demarcação de terras públicas e particulares, mediados pela Câmara Municipal. Os autores explicam que a valorização das terras mudou a configuração urbana:

No mesmo momento em que a propriedade passa a representar por si mesma possibilidade de lucro, surge a necessidade de retificar o perfil da cidade: a nova configuração urbana demanda espaços de uso comum, indispensáveis à circulação, às atividades e aos serviços coletivos. Fiel representante das classes dominantes, a Câmara decidirá as questões geralmente em favor dos interesses particulares e somente pelo interesse público quando houver coincidência entre ambos. Esta foi, aliás, uma concepção que começou a vigorar desde os primórdios do regime republicano e que passou da Velha à Nova República (ROLNIK *et al.*, 1990, p. 74).

Segundo Silva (2000), a valorização imobiliária provocou a elevação dos preços dos aluguéis dos cortiços. “Após todos os investimentos para valorização, as terras centrais passam a ser utilizadas no sentido de possibilitar o máximo de rendimento” (SILVA, 2000, p. 6).

Em 1920, um recenseamento realizado apontou uma população de 579.033 habitantes,<sup>7</sup> o que significou um aumento mais de duas vezes em vinte anos. Porém, o ritmo de crescimento foi menor que o da década final do século XIX, quando os imigrantes europeus chegaram e a população quadruplicou. De acordo com Silva (2000), nesse período, a área central estava remodelada e as obras do Vale do Anhangabaú estavam quase terminando. Os dois mil automóveis existentes já circulavam pelas ruas recém-reformadas do centro.

Os anos 1930 foram marcados pelo início do maior plano de “revitalização” com a execução do Plano de Avenidas, idealizado por Prestes Maia (1937 a 1945). A ideia principal foi abrir espaço para os automóveis e para a própria indústria automobilística. Foi a partir dessa década que as elites abandonaram as imediações do chamado centro velho, como local para suas demandas por comércio e serviços, e passaram a se instalar na área da Barão de

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/notasaopaulo.shtm>. Acesso em: 25 de mar. de 2019.

Itapetininga (centro principal).

A expansão urbana de 1925 a 1950 não se processou da mesma maneira em todas as direções. No fim do primeiro quarto do século, alguns dos bairros mais desenvolvidos contavam com cerca de dois mil estabelecimentos fabris e 70 mil operários. O processo de expansão horizontal de São Paulo recrudescceu a partir do final da década de 1940, configurando o que Rolnik *et al.* (1990) chamaram de padrão periférico de crescimento.

Rolnik *et al.* (1990) ressaltam que o padrão periférico respondeu a uma estratégia de máxima acumulação capitalista. Viabilizou assentamentos de grande parte da população em terrenos desprovidos de benfeitorias públicas, por meio de autoconstrução e com mínimos investimentos em moradia e infraestrutura, seja pelo setor público, seja pelo setor privado. Além disso, o modelo ampliou as possibilidades de especulação imobiliária e se manteve acelerado por mais de uma década após o golpe militar de 1964, quando a área urbana no município já ultrapassava 700 km<sup>2</sup>. Paralelamente à expansão periférica, ocorreu uma intensa verticalização da área central.

O início da verticalização foi constituído de edifícios de escritórios cuja construção ocorreu majoritariamente entre 1930 e 1960. A partir dos anos 1940, a verticalização passou a ser residencial e expandiu-se ao sudoeste, onde se localizavam os principais investimentos do Plano de Avenidas de Prestes Maia. De acordo com Rolnik *et al.* (1990), até a Segunda Grande Guerra, 70% dos edifícios estavam localizados na área central e 65% eram de uso comercial. Além disso, 79% eram de aluguel, já que construir para aluguel era considerado um investimento seguro. Caldeira (2000) conta que a construção de prédios de apartamentos residenciais nos anos 1940 era estigmatizada e relacionada aos cortiços. “Os apartamentos eram, portanto, uma solução indesejada para a classe média” (CALDEIRA, 2000, p. 225).

Mas o cenário mudou após a Segunda Guerra. “Dos edifícios construídos entre 1940 e 1957, 71% estavam localizados em torno da área central, mas apenas 25% foram destinados ao comércio” (ROLNIK *et al.*, 1990, p. 110). A partir de 1957, leis municipais começaram a controlar a expansão da cidade, impactando principalmente a construção de edifícios: direcionaram os novos para fora do centro e os dessa região, para a população de baixa renda (CALDEIRA, 2000).

Iniciou-se, então, a transferência do centro para outro setor da cidade, o sudoeste (novo centro). Esse deslocamento esteve associado à chamada decadência dos centros principais das metrópoles brasileiras. Nessa época, o comércio na rua Augusta começou a concorrer com o central. Benfatti (2003) explica que o ideário modernizante dos anos 1960 foi

responsável, em grande medida, pelo abandono/ esvaziamento do centro.

Os planos diretores induzindo e consolidando novas áreas de ocupação e valorização urbana, as funções administrativas e de Estados (usos institucionais) abandonando o Centro – também em direção a novas áreas de valorização das classes média e alta, como no caso de SP – e até mesmo medidas típicas de proteção e modernização das áreas centrais, como legislação de proteção ao patrimônio edificado e a implantação de ruas exclusivas para pedestres – os calçadões – contribuíram para o esvaziamento de atividade da área central (BENFATTI, 2003, p. 13).

Esse processo de transferência se completou nos anos 1960. A rua Augusta e a avenida Paulista se transformaram em símbolos dessa transferência. Segundo Feldman (2003), esse processo se deu simultaneamente à maior expansão do centro desde sua formação. Ele explica que o território ampliado foi crescentemente apropriado como local de moradia, de negócios, de compras, lazer etc., tanto pelas classes mais baixas como pelas classes médias. Em síntese, as novas concentrações, que começaram a ser chamadas de centro novo, se espalharam, formando uma enorme área central. Essa área central vai hoje da avenida Paulista à região da Marginal Pinheiros/Berrini (dentro do chamado Quadrante Sudoeste).

Para Feldman (2003), as mudanças da centralidade nesses anos não implicaram perda da importância do centro tradicional para a cidade. No entanto, foi deixando de ser local de compras e de atividades culturais de classes mais abastadas. O autor ressalta que “o centro se consolida como centro *deselitizado* e assume, simultaneamente, sua feição de centro metropolitano. Esses dois elementos permanecem até hoje e não se reproduziram em outra parte da cidade” (FELDMAN, 2003, p. 41, grifos do autor).

Sobre a produção de dois centros, Villaça (2003) dispara:

Realmente, os chamados *novos* centros (os das elites) tendem a se transformar nos centros *principais*, já que tendem a abrigar as instituições de comando da sociedade. Porém, o centro *principal* pode ser entendido de outras maneiras. Ele pode ser compreendido também como ponto que otimiza os tempos de deslocamento (acessibilidade) da maioria da população da cidade; assim sendo, será também o ponto que mais atrai e emite viagens, e a maior concentração de atividades terciárias, será também a maior concentração de comércio e serviços da cidade. Sendo a maior concentração de atividades terciárias, será também a maior concentração de empregos da metrópole (mesmo nas indústrias). Neste caso seria supostamente a área mais bem atendida pelos transportes. Esses aspectos, vitais para a população da cidade, dão uma visão da importância e do significado da existência de um centro *principal* (VILLAÇA, 2003, p.29).

O autor ainda acrescenta que a produção de dois centros – o dos ricos e o dos pobres

– é uma manifestação do abismo que, no Brasil, separa ricos e pobres, e revela a incapacidade da classe dominante de produzir uma sociedade mais igualitária, já que é ela que controla a produção do espaço urbano segundo seus interesses, pelo domínio do mercado imobiliário e do Estado. “Um centro urbano único – portanto *um* centro *principal*– pressupõe, mesmo nas sociedades capitalistas, uma sociedade com pouca diferença econômica, social e de poder político entre as classes sociais” (VILLAÇA, 2003, p. 31, “grifos do autor”).

Na década de 1970, ficou evidente o processo de desvalorização do centro. Essa década se destacou pelo número de imóveis construídos, dos quais muitos continuam ainda hoje de pé. A construção de *shopping centers* também marcou o final da década. Essas instalações passaram a ser o grande filão do mercado imobiliário e contribuíram para a diminuição do comércio na rua. No período também surgiram as favelas que a partir daí apresentaram um crescimento explosivo. O acesso das camadas populares ao centro foi favorecido nessa época devido à ampliação do sistema de transporte coletivo.

Nos anos 1970 houve, ainda, o esgotamento do padrão periférico de crescimento urbano. Essa mudança sobre o espaço urbano foi consequência da desaceleração do crescimento econômico, que ocorreu na época. De acordo com Rolnik *et al.* (1990), trabalhadores/as pobres encontraram crescentes dificuldades em se fixar em bairros da periferia ou foram expulsos/as. Devido à valorização crescente de áreas em decorrência de melhorias urbanas obtidas com o investimento do poder público, as possibilidades de comprar um lote e autoconstruir ficaram mais difíceis.

Diante desses processos, que se acentuaram durante os anos 1980, a opção de moradia foi favelas ou cortiços da área central – habitações coletivas de aluguel que proliferaram desde as últimas décadas do século XIX, as quais foram disputadas por uma parcela grande de pessoas empobrecidas na cidade. No entanto, o alto custo locativo de um cômodo levou muitas pessoas para a rua. Muitas favelas tiveram início com a ocupação por pessoas em situação de rua. Os municípios da Grande São Paulo também testemunharam o aumento da população em situação de rua nessa década. Como houve rebaixamento nos níveis de renda familiar, o nível intermediário, a classe média, também foi afetada, e teve de trocar zonas mais centrais por regiões periféricas, que tinham passado por melhoria urbana recente. Rolnik *et al.* (1990) sintetizam o processo:

Houve um duplo percurso: de um lado, muitos habitantes pobres de São Paulo

tiveram que deixar as casas das periferias e dirigir-se para os cortiços das zonas mais centrais; de outro, parte das camadas remediadas viu-se na contingência de abandonar as moradias situadas em zonas mais próximas ao Centro e rumar para a compra ou aluguel de unidades situadas em áreas mais periféricas. Duplo percurso, porém com o mesmo sentido: a pauperização que desabou sobre a maioria daqueles que vivem em São Paulo (ROLNIK *et al.*, 1990, p. 58).

Nesse contexto, observou-se uma diminuição da segregação socioespacial, pois diferentes estratos da sociedade podem ser encontrados em vários espaços. No centro moram tanto pessoas com renda familiar média quanto pessoas empobrecidas. No entanto, Rolnik *et al.* (1990) explicam que essa aproximação territorial nada tem de democrática:

Não traduz uma abertura social e econômica que levasse a um processo de ascensão dos grupos de renda mais baixos. Além disso, esta aproximação nada tem de igualitária, pois se exhibe de forma bem menos acentuada onde moram as camadas médias superiores – e preservam as restritas áreas de moradia das classes mais privilegiadas (ROLNIK *et al.*, 1990, p. 58).

Apesar de moradores ricos e pobres viverem mais próximos uns dos outros em algumas áreas, Caldeira (2000) ressalta que há uma separação por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle. Os prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjunto de escritórios ou *shopping centers*, chamados pela autora de “enclaves fortificados”, passaram a organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo.

São Paulo hoje é uma região metropolitana complexa, que não pode mais ser mapeada pela simples oposição centro rico versus periferia pobre. Ela não oferece mais a possibilidade de ignorar as diferenças de classes; antes de mais nada, é uma cidade de muros com uma população obcecada por segurança e discriminação social (CALDEIRA, 2000, p. 231).

Durante os anos 1980, a principal intervenção na área central foi a reurbanização do Anhangabaú. Quando as obras do vale foram concluídas, em 1991, foi aprovada a Operação Urbana Anhangabaú,<sup>8</sup> que visava atrair o interesse do setor privado para investimentos na área central. A medida teve vigência de três anos e não alcançou o resultado esperado. Vale ressaltar também que São Paulo passou por mudança na estrutura de suas atividades. Se na década de 1950 era uma cidade industrial, 40 anos depois passou a ter o setor terciário como força econômica.

---

<sup>8</sup> SÃO PAULO (Estado). *Lei nº. 11.090, de 16 de setembro de 1991*. Estabelece programas de melhorias para a área de influência imediata do Vale do Anhangabaú, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-11090-de-16-de-setembro-de-1991>. Acesso em: 14 jan. 2019

As questões de intervenção na região central também foram recorrentes no início dos anos 1990. Dentre as iniciativas do poder público, José (2010) ressalta a restauração de edifícios tombados, bem como a reabilitação para novos usos. E para marcar essa era, na gestão de Luisa Erundina (1989 a 1992), o gabinete da prefeita voltou para o centro. Essas ações foram, na verdade, tentativas frustradas de trazer de volta ao centro as elites e de recuperar o antigo *glamour* do local. Nos anos seguintes, tanto na gestão de Paulo Maluf (1993 a 1996) como na de Celso Pitta (1997 a 2000), as ações afastaram-se novamente do centro e voltaram-se para o sudoeste e para o capital imobiliário (JOSÉ, 2010, p. 29).

As atenções do início da década para o centro trazem contradições. Pois, se a intenção era atrair a elite, pode-se inferir que era também afastar a classe popular e mais vulnerável, como ocorreu no passado, em um processo de gentrificação (SMITH, 2006). No entanto, observou-se o crescimento do número de pessoas em situação de rua na região. De acordo com o primeiro censo realizado pela Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social em 1991, havia 3.392 pessoas em situação de rua na cidade. A tendência das pessoas em situação de rua de permanecer no centro se deve às estratégias de sobrevivência, já que ali estão mais acessíveis os refugos do comércio e se concentram mais oportunidades de trabalho informal. Além disso, o abandono de certas áreas do centro torna a ocupação pelas pessoas em situação de rua menos arriscada, pois carecem de vigilância. “Os resultados do processo de degradação do centro da cidade de São Paulo foram espaços passíveis, prontos para serem ocupados por outros atores que gradativamente e silenciosamente tomaram conta desses ‘vazios’” (ESQUINCA, 2013). Dessa forma, a população em situação de rua se tornou um ator urbano indissociável do centro de São Paulo.

Nesse período chegaram ao centro pessoas usuárias de uma nova droga: o crack, que foi introduzido no mercado paulista no final na década de 1980. Inicialmente, o consumo da substância ocorria no bairro São Mateus, Zona Leste da cidade, conforme explicou a antropóloga Taniele Rui, em reportagem ao *Jornal Nexo*.<sup>9</sup> Mas o aumento da violência, com atuação de grupos de extermínio, fez com que pessoas usuárias de crack migrassem para o centro. Lá se sentiam mais seguras que num bairro distante.

Com baixo custo de fabricação e efeitos potentes, o consumo e a venda da substância no centro aumentaram rapidamente, substituindo outras substâncias psicoativas. O local ficou

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/05/23/A-nova-interven%C3%A7%C3%A3o-na-cracol%C3%A2ndia-origens-e-precedentes-de-um-problema-cr%C3%B4nico>. Acesso em: 14 de set. de 2018

conhecido como “Cracolândia”,<sup>10</sup> a terra do crack. Segundo Raupp (2011), em 1993 seu consumo alcançaria grandes dimensões, sendo que o ano de 1995 foi considerado o momento de “escalada” da droga entre pessoas em situação de rua. Nos anos seguintes, começou a se observar seu consumo também entre pessoas das classes média e alta. A presença do crack altera as condições da rua, ao reunir em um mesmo espaço pessoas que buscam a rua para consumir a droga, bem como aquelas que estão em situação de rua.

#### **1.4 Nas ruas de São Paulo nos anos 2000**

Ao longo das últimas décadas a situação de rua na região central de São Paulo se tornou tão visível aos olhos do governo municipal, que resolveu fazer um levantamento dessa população. A primeira pesquisa foi realizada pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, denominação de SMADS à época, e abrangeu as então regionais da Sé, da Lapa, de Pinheiros e parte das regionais da Mooca, da Penha, do Ipiranga, da Vila Mariana e de Santana. Entendia-se a população em situação de rua como aquela que utilizava a rua como local de moradia e de fonte de sobrevivência. De acordo com esse trabalho, havia 3.392 pessoas em situação de rua na cidade. O levantamento constatou 329 pontos da cidade onde as pessoas dormiam, 70% dos quais localizavam-se nos distritos da Liberdade, Bela Vista e Sé.

Embora o governo tenha repetido essa pesquisa no ano seguinte, a população em situação de rua em São Paulo só foi recenseada pela primeira vez em 2000 e foi conceitualmente definida, compreendendo as pessoas pernoitando nos centros de acolhida e nos espaços públicos da cidade. Em 2000, estimavam-se 8.706 pessoas em situação de rua, segundo estudo da FIPE/USP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo), realizado para a SMADS. Dessas, 5.013 estavam vivendo na rua e 3.693 estavam acolhidas em abrigos. Em 2009, a FIPE/USP fez mais um mapeamento.<sup>11</sup> Foram recenseadas 13.666 pessoas em situação de rua, sendo 6.587 nas ruas e 7.079 nos centros de acolhida conveniados e não conveniados com a SMADS. A maior parte da população recenseada nas ruas (62%) foi encontrada nos dez distritos que integram a área central.

---

<sup>10</sup> O jornal *O Estado de S. Paulo* usou pela primeira vez o termo Cracolândia, em agosto de 1995, em reportagem sobre apreensões e prisões relacionadas às drogas por parte da recém-criada Delegacia de Repressão ao Crack. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950807-37182-nac-0015-cid-c3-not/busca/Cracol%C3%A2ndia>. Acesso em 25 de mar. de 2019.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/2009\\_01.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2009_01.pdf). Acesso em: 18 de set. de 2018.

Em 2011, o estudo foi realizado pelo Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais (FESPSP) que contou 14.478 pessoas em situação de rua, sendo 6.765 nas ruas e 7.713 nos centros de acolhida. Conforme o levantamento, a região central concentrava mais da metade da população em situação de rua. Destacou ainda dois pontos de maior presença de pessoas em situação de rua na chamada “Cracolândia”: a Alameda Dino Bueno (167 pessoas em situação de rua) e a rua Helvétia (576 pessoas em situação de rua).

O censo realizado pelo FIPE/USP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/ Universidade de São Paulo)<sup>12</sup> em 2015 sustenta que a população em situação de rua na cidade cresceu 10% nos últimos quatro anos. Ao todo, de acordo com esta pesquisa, seriam 15.905 pessoas em situação de rua na capital paulista. Comparando com os dados de 2000, a população em situação de rua quase dobrou: a variação no período foi de 82,7%. O estudo da FIPE/USP também mapeou a distribuição espacial da população em situação de rua na cidade de São Paulo e a região da Sé foi destacada com o maior número de pessoas vivendo nas ruas: 3.863 em 2015.

Dessa forma, os números de pesquisa confirmam maior presença da população mais vulnerável no centro. Em geral, em locais próximos de recursos para atender suas necessidades de sobrevivência e segurança, como áreas comerciais. Segundo o levantamento, em algumas regiões houve aumento da população em situação de rua em consequência de ações do poder público na área central, provocando a ocupação de imóveis vazios ou deteriorados. Só no centro de São Paulo, conforme divulgado na imprensa, há 70 prédios ocupados por quatro mil famílias desassistidas, pela ausência de políticas habitacionais.

O censo de 2015 aponta ainda que a maioria das pessoas que vivem em situação de rua ou em abrigos é homem (84%) e tem entre 31 e 49 anos. Pessoas jovens de 18 a 30 anos correspondem a 23,5%. Adolescentes e crianças nas ruas atingem 1,9% da população. Quase 48% das pessoas entrevistadas se declaram pardas, 27% brancas e 22% de cor preta, seguindo a classificação utilizada pelo IBGE – o que significa um percentual de 70% de pessoas negras (48% pardas somadas a 22% pretas). A maioria das pessoas que vivem nas ruas ou são albergadas ou são oriundas de outras cidades (70%). A maior parte vem principalmente das regiões Sudeste e Nordeste. A presença crescente de pessoas de origens indígenas, orientais, latinas e africanas em situação de rua é outra mudança que tem sido observada no perfil dessa população, segundo a mesma pesquisa de 2015.

---

<sup>12</sup> Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/0005.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0005.pdf). Acesso em 17 de mar. de 2018

Além disso, observa-se um forte crescimento populacional desse grupo. Enquanto o crescimento da população paulista foi de 0,7%, o total de pessoas em situação de rua cresceu a 4,1%. De acordo com o relatório “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil”, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>13</sup> em 2016, São Paulo tem “1,34 pessoa” em situação de rua por mil habitantes, sendo que a taxa para o Rio de Janeiro é 0,86, e para Goiânia é 0,25.

Os números sugerem a urgência de o poder público dedicar mais atenção a esse segmento populacional. Pesquisas como as que vêm sendo realizadas são importantes para que se reconheça a dimensão dessa população, e para que se conheça seu perfil e as dinâmicas da vida nas ruas. No entanto, os dados gerados não têm sido suficientes para a implantação efetiva de políticas públicas específicas. Mais detalhes sobre isso no próximo capítulo.

### **1.5 Empobrecimento e situação de rua: uma abordagem decolonial**

A questão do empobrecimento e da situação de rua traz em sua gênese a subalternização e a exclusão, que contribuem para sua aceitação social, tornando-se obstáculo para políticas públicas eficientes e específicas para a o segmento. Spivak (2010) define o sujeito subalterno como aquele que está nas camadas mais baixas da sociedade, construídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem seus membros plenos. Dessa forma, surge mais um questionamento: como combater a subalternidade se práticas coloniais ainda estão presentes na sociedade?

É preciso descolonizar nossa visão sobre as populações empobrecidas e a população em situação de rua. Ou seja, identificar e superar as “relações de colonização, colonialismo e colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 91).<sup>14</sup> O sistema colonial estabeleceu um padrão de produção e de consumo eurocentrado que definiu as relações de poder. Segundo Quijano (2009), as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo. De acordo com o autor, esse padrão de poder cria a subalternização por meio da classificação dos sujeitos pela raça.

Quijano (2009), que desenvolveu o conceito da colonialidade do poder e da

---

<sup>13</sup> Disponível: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28819](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819). Acesso em 17 de mar. de 2018.

<sup>14</sup> Se colonialismo retoma a um período específico que foi o da colonização, a colonialidade remete ao padrão de poder resultante da colonização, e que permanece.

classificação social, explica:

O poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/ dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e o seus produtos; 2) dependente do anterior, a 'natureza' e os seus recursos de produção 3) o sexo, seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e seus produtos materiais, intersubjetivo, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças (QUIJANO, 2009, p. 76).

Esse padrão de poder se constituiu quando os europeus colonizaram a África, a Ásia e a América, encontrando, com base na Reforma Protestante e no Iluminismo, justificativas para as relações que construíram: de dominação de um povo sobre o outro, de uma raça sobre a outra, em prol do capital. Para o homem branco, o colonialismo era considerado um passo necessário à modernização e à civilização (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Desta forma, a Europa ocidental despontou no centro do mundo capitalista e se posicionou em situação de superioridade aos povos dominados. “Os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e ressituararam os povos colonizados, bem como as suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa” (QUIJANO, 2005, p. 121). Junto com a matriz colonial do poder veio também a colonialidade do saber<sup>15</sup> (controle e colonização da produção do conhecimento) e do ser<sup>16</sup> (controle e colonização das subjetividades).

Para romper com essa herança colonial, surgiram movimentos que buscaram resgatar suas raízes históricas. No mundo acadêmico, a quebra de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, chamada de *eurocentrismo*, teve como ponto o *giro decolonial*.<sup>17</sup> O movimento começou com a fundação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, em 1992, fruto da desidentificação desse grupo tanto com os estudos pós-coloniais,<sup>18</sup> a exemplo de Hall –

---

<sup>15</sup> Os saberes subalternos foram excluídos, omitidos silenciados e ignorados, prevalecendo a superioridade do saber europeu. O termo foi cunhado por Enrique Dussel, que também desenvolveu a noção de trans-modernidade. Pensando na modernidade/ colonialidade de forma crítica, propõe um novo projeto de libertação política, econômica, ecológica etc.

<sup>16</sup> A colonialidade do “ser” foi primeiramente pensada por Walter Mignolo e posteriormente desenvolvida por Nelson Maldonado-Torres. O termo relaciona o colonialismo à construção ativa da não-existência do outro, que passa a ser submetido a uma negação sistemática e a uma sobredeterminação constante de sua ausência e do seu ser.

<sup>17</sup> Termo cunhado originalmente por Maldonado-Torres em 2005.

<sup>18</sup> Segundo Ballestrini (2013), o projeto pós-colonial se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas

criticados por manterem a epistemologia dos estudos regionais estadunidenses – quanto com os estudos subalternos do sudeste asiático, a exemplo de Guha – criticados por sua dependência de autores europeus como Foucault e Derrida. O Grupo Latino de estudos subalternos toma as referências centrais de Fanon, Césaire, Memmi, somadas à teoria de sistema-mundo de Wallerstein.

Neste contexto, surge a crítica decolonial visando à emancipação de todos os tipos de dominação e opressão, em um diálogo interdisciplinar entre economia, política e a cultura. Segundo Bernardino-Costa (2015), o projeto decolonial tem como desafio superar o padrão de poder moderno/ colonial e pela diferença colonial.<sup>19</sup> Ou seja, o pensamento decolonial busca construir um campo que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos impostos pela situação colonial. Trata-se do rompimento nas diversas esferas: do poder, do saber e do ser.

Estudando o empobrecimento e a situação de rua dentro do pensamento decolonial, podemos afirmar que o rompimento na esfera do poder demanda uma transformação na estrutura da sociedade, ou seja, a superação do padrão de poder imposto desde a colonização. Para alcançar a ruptura na esfera do saber, é preciso garantir representação política a grupos sociais que sempre foram silenciados e marginalizados, e uma das maneiras é por meio de movimentos sociais ou de resistência.

Ao mesmo tempo em que as relações de dominação e o abuso de poder foram se aprofundando na colonial-modernidade, sempre surgiram as formas de resistências. Segundo Bernardino-Costa (2015), grupos sociais subalternizados não se sujeitaram passivamente ao padrão de poder que as inferiorizava, ao contrário, elaboraram projetos de resistência e de ressignificação da vida.

Nestes espaços culturais e políticos, luta-se não apenas pela obtenção de pequenas reivindicações, mas pela possibilidade de construir um novo modelo civilizatório, que supere as distinções classistas, racistas e sexistas entre humanidade e infra-humanidade. Em outras palavras, no interior destes espaços político-culturais tem-se tanto um movimento de resistência como um movimento de recriação de valores, denominado de reexistência

---

principalmente os estudos literários e culturais, que ganharam evidências a partir de 1980 em universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra.

<sup>19</sup> Diferença colonial é um termo cunhado por Walter D. Mignolo. Segundo Bernardino-Costa (2015), é uma consequência natural do sistema-mundo moderno/colonial, é o produto do confronto entre as histórias locais europeias que se apresentam como projetos globais e as respostas das diversas histórias locais. Projeta a importância ao *locus* de enunciação, ou seja, confere lugar de fala ao sujeito que sempre esteve apagado, silenciado.

(Bernardino-Costa, 2015). Estes movimentos são efetivamente movimentos decoloniais, pois objetivam superar o padrão de poder constitutivo da modernidade/colonialidade, que não somente criou raças novas, mas as associou a determinadas posições e funções (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 154).

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) organizou-se após a chacina da Praça da Sé, em São Paulo, em 2004, quando 15 pessoas em situação de rua foram atacadas enquanto dormiam. Grupos da população em situação de rua, com apoio de diversos setores sociais, se uniram para cobrar políticas públicas de proteção e defesa dos direitos da população em situação de rua.

Um marco importante nesse processo foi a realização da Marcha Nacional do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em Brasília, que contou com lideranças da população em situação de rua de estados como São Paulo, Bahia e Minas Gerais, e com MNCR. Em setembro de 2005, no 4º Festival Lixo e Cidadania, foi lançado oficialmente o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).<sup>20</sup> A partir dessa data e com uma articulação política mais sólida, representantes do MNPR conseguiram se fazer presentes nas discussões com o Estado progressista e garantir políticas públicas voltadas para o segmento.

Em 2007, a atuação do Movimento foi exitosa: a realização da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua no Brasil norteou a implantação das primeiras políticas públicas nacionais voltadas para a população em situação de rua, conforme já abordamos. O estudo, desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (então MDS) e divulgado em 2008, identificou 31.922 pessoas adultas vivendo nas ruas, mas como já vimos considerou apenas 71 municípios brasileiros.

Ainda em 2008, um representante do MNPR entrou para o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sendo o primeiro representante de movimento popular eleito. No ano seguinte, 2009, mais uma conquista: a assinatura do Decreto 7.053, instituindo a Política Nacional para População em Situação de Rua e os Comitês Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP–Rua) estaduais e municipais, nos moldes de paridade e intersectorialidade previstos pelo Comitê Interministerial que conduziu a construção da política nacional e monitora sua consecução dessa política.

Outro destaque na atuação do MNPR foi incluir a população em situação de rua no

---

<sup>20</sup> Mais em: [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR\\_Cartilha\\_Direitos\\_Conhecer\\_para\\_lutar.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf). Acesso em: 14 de fevereiro de 2020.

próximo censo, em 2020, o que ainda não está garantindo por falta de metodologia do órgão para coletar os dados, e especialmente agora, pelo retrocesso conservador que põe em risco conquistas sociais do período progressista da primeira década e meia do século XXI. Todos os censos demográficos já realizados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deixaram de fora a população em situação de rua, pois a coleta de dados é baseada nos domicílios.

Nessa luta para acessar direitos básicos, o trabalho do MNPR é importante para se reconhecerem as pessoas em situação de rua como atores políticos para a resistência. Ou seja, o movimento cria mecanismos para que “o subalterno se articule e seja ouvido” (SPIVAK, 2010, p. 12). O resultado desse diálogo é a conquista de políticas públicas, cuja efetividade, contudo, é ainda insuficiente.

Vale ressaltar o estudo de Santos (2017), que investigou a legitimação da voz da situação de rua nas demandas das políticas sociais por meio das análises discursivas críticas de textos de atores sociais que atuam na liderança do MNPR. O autor traz contribuições para a postura política do movimento, bem como lança uma proposta de intervenção, no sentido de superar o problema de forma protagonista.

Assim como o MNPR, o estudo de Santos (2017) e esta pesquisa apresentam-se como um caminho de resistência. Esses trabalhos agem na esfera do saber, já que propõem reflexões sobre um problema social e por meio delas, há possibilidade de se gerar mudanças sobre o conhecimento desta situação. A partir daí, é possível que haja mudanças também nas crenças e atitudes, ou seja, na esfera do ser.

A atuação do movimento, em especial, colabora para a decolonialidade do ser, na medida em que empodera seus membros para que sejam motores para transformação da sua própria condição social, rompendo com a invisibilidade do segmento e com a naturalidade da aceitação social do problema.

A decolonialidade do ser é fundamental ainda para desenraizar os estereótipos que recaem sobre as pessoas em situação de rua, as quais são percebidas, muitas vezes, como “preguiçosas”, “indesejáveis” e “perigosas” (RESENDE; MENDONÇA, 2019). Esses estereótipos atribuem um papel de inferioridade às pessoas em situação de rua e dificultam seu reconhecimento como detentoras de direitos e a percepção de que seu conhecimento vivencial é fundamental à formulação de políticas públicas adequadas. Sobre políticas públicas para o grupo tratarei no próximo capítulo.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS E SITUAÇÃO DE RUA

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, o cenário brasileiro continuava crítico: grande parcela da população vivia na pobreza, o êxodo rural e a imigração aceleravam o contingente populacional nas cidades. Para superar a herança colonial, incluindo a da escravidão, transformações sociais, políticas e produtivas eram necessárias. No bojo dessas mudanças, o empobrecimento, que era considerado uma disfunção pessoal, passou a ser visto como um grande problema social no Brasil. Nesse momento, reconheceu-se a necessidade de intervenção social do Estado (PEREIRA, 2008). No entanto, esse reconhecimento não veio acompanhado de medidas de redistribuição efetiva, ou de reforma agrária eficiente.

O foco principal do Estado brasileiro de 1870 a 1930 foi a atuação contra a insalubridade. De acordo com Pereira (2008), médicos e sanitaristas desse período tiveram um papel primordial nessas ações, principalmente nas medidas de saúde pública e de higienização das cidades. Segundo Bonduki (2004), campanhas de enfrentamento a epidemias tiveram como alvo as moradias insalubres.

Essa estratégia de atacar a insalubridade não resultou em melhoria das condições de moradia e saúde, nem contribuiu para combater as causas do problema, que são, conforme Bonduki (2004) enumera: superexploração, baixos salários, subnutrição, falta de saneamento e de moradias dignas. E a estratégia ainda teve o efeito nefasto de justificar ações e políticas de reconstrução dos espaços urbanos, de higienização das cidades e de controle social da população (PEREIRA, 2008), as quais são a base das intervenções do Estado no que se refere aos espaços de empobrecimento até hoje.

Neste capítulo, apresento um panorama nacional das principais medidas a partir de quatro eixos: assistência social, gentrificação, “guerra às drogas” e habitação, e em seguida faço um recorte local, para a cidade de São Paulo. Essa escolha para organização do capítulo foi decorrente da construção do meu *corpus*, já que as notícias sobre ações e políticas públicas coletadas na *Folha de S. Paulo* no recorte temporal da pesquisa foram agrupadas em pastas com as mesmas temáticas.<sup>21</sup>

A política brasileira considera a assistência social como a área que atende a população em situação de rua. Independente de qual for a demanda do grupo, seja por moradia, saúde,

---

<sup>21</sup> Na pasta temática do eixo gentrificação, foram incluídas as notícias sobre higienismo. Embora os conceitos sejam diferentes, ambos são processos claros de exclusão social. No capítulo 5, explico mais sobre essa metodologia.

segurança ou trabalho, em geral é tratada no âmbito da assistência social – ainda que a necessidade da interseccionalidade nas políticas da área seja reconhecida na Política Nacional de 2009. Além disso, as notícias sobre assistência social no *corpus* são predominantes. Por isso, será o primeiro eixo a ser abordado neste capítulo. Em seguida, abordo os demais eixos, conforme a prevalência no *corpus*. Proponho também uma reflexão, ao final do capítulo, sobre como o poder público tem, ao longo dos anos, olhado para a questão social e os desafios para a construção de políticas públicas adequadas para a população em situação de rua.

## 2.1 A assistência social no Brasil

A partir de 1932, após a divulgação do estudo de Josué Castro denunciando a alta incidência de desnutrição, carência de vitaminas e minerais e baixa esperança de vida das famílias proletárias do Recife, o Estado determinou urgência na instituição de uma política nacional de alimentação. O resultado foi a criação de um serviço<sup>22</sup> que, baseado na questão do trabalho, garantiu acesso a trabalhadores e trabalhadoras formais, mas excluiu pessoas com trabalhos informais e agrícolas.

O atendimento dessa demanda social de forma restrita ao posto de trabalho formal exemplifica o funcionamento da política do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), consolidada apenas no século XX. Havia duas formas de benefícios: “para aquele que estava formalmente empregado e o de caráter filantrópico e religioso àqueles excluídos do mercado de trabalho formal” (CARVALHO, 2010b, p. 105).

Pereira (2008) analisa a questão:

Apesar do considerável avanço neste campo, como era de costume no Governo Vargas, a maioria das ações de combate à fome se limitaram a atender as famílias de trabalhadores sindicalizados e pertencentes a uma das profissões regulamentadas por Lei. Esta foi mais uma das contradições de um governo que para garantir direitos sociais, criou desigualdades e hierarquias ao colocar em dois lados opostos um mesmo povo e ao excluir da esfera de proteção social quem mais precisava dela: os desfalcados de cidadania, ‘pré-cidadãos’ sem emprego formal e sem carteira de trabalho (PEREIRA, 2008, p. 61).

Apesar de ter se pautado por uma “política paternalista e repressiva” (CARVALHO, 2010b, p. 106), baseada no trabalho formal, o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) também foi responsável pelas primeiras ações no sentido de prestar assistência continuada aos

---

<sup>22</sup> Serviço de Alimentação da Previdência Social (SPAS) da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), entre outros órgãos voltados para a questão da nutrição da população brasileira.

que não estavam inseridos no mundo do trabalho regulado. Em 1931, criou a Caixa de Subvenções, no Ministério da Justiça, que agregava os recursos destinados ao auxílio a estabelecimentos de caridade, a qual foi substituída, em 1938, pelo Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, tinha como proposta inicial decidir quais organizações deveriam receber auxílio do Estado para atividades assistenciais. Essa medida representou a terceirização da assistência (MARIN, 2012).

No entanto, a primeira grande instituição, de abrangência nacional, de Assistência Social no Brasil, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), só surgiu em 1942. Com o objetivo primeiro de atender as famílias dos pracinhas enviados ao campo de batalha durante a II Grande Guerra, a LBA passou, no pós-guerra, a se dedicar às populações excluídas do sistema de proteção trabalhista, “embora agindo de forma pontual, emergencial e fragmentada” (PEREIRA, 2008, p. 62). As populações empobrecidas ficaram à mercê de ações paliativas da filantropia. À frente da LBA, a primeira-dama Darcy Vargas inaugurou o primeiro-damismo na assistência social no Brasil.

De acordo com Marin (2012), a terceirização do oferecimento da assistência social foi ampliada nos anos que antecederam a ditadura militar. Isso ocorreu pela concessão de benefícios e isenções fiscais a todas as instituições sociais; pela expansão das subvenções a instituições públicas, autárquicas e semiestatais e pelo estímulo dado a governos locais para a criação de serviços próprios de apoio a organizações sociais. As políticas sociais passaram a sofrer influência das orientações de organismos supranacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Aliança para o Progresso.<sup>23</sup>

No governo militar, a LBA foi transformada em fundação. Isso significou mais autonomia administrativa, o que fortaleceu a atuação indireta do Estado. Diversos projetos com as organizações conveniadas, especialmente aqueles voltados à atenção médico-social, foram colocados em prática. Pessoas idosas e pessoas com deficiência foram incluídas como públicos de atendimento da fundação.

Esse paradigma da assistência social brasileira só caminhou para ser revertido com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1998, que inaugurou políticas efetivamente públicas e uma nova base para a Assistência Social brasileira, incluída no âmbito da seguridade social. Ao mesmo tempo em que se celebram as conquistas que a CF inaugurou,

---

<sup>23</sup> De acordo com a FGV/CPDOC, trata-se de um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em: 9 de nov. de 2018.

assiste-se à rápida ascensão neoliberal e o encolhimento das responsabilidades sociais.

De acordo com Esquinca (2013), a CF representou oficialmente a eliminação da norma da vadiagem, que estava vigente no contexto legal, embora esquecida na prática. Segundo Sposati (2002), o impacto da CF exigiu um investimento na reconceituação dessa área de ação pública, pois a assistência social, como política de seguridade social, era uma concepção não desenvolvida na política, diferentemente da saúde ou da previdência social.

Se antes da Carta Maior, igrejas e associações assistiam os pobres, agora a função passava para o Estado. Para Esquinca (2013), “abriu a perspectiva para uma nova classe de assistência social, em que o atendimento à população em situação de risco era tanto um direito dos cidadãos quanto um dever do Estado” (ESQUINCA, 2013, p. 150-151). Além dessa responsabilização estatal, inaugurou o percurso para o campo dos direitos sociais e da universalização dos acessos. “Sob esta leitura do direito social, a justificativa para o acesso à assistência social se assenta no estado de necessidade e não na situação de necessitado, como querem os liberais, os conservadores e os neoliberais” (SPOSATI, 2002, p. 24).

No entanto, Silva (2006) explica que a assistência como direito incorporou o critério de inaptidão ao trabalho:

De um lado um grupo populacional que não tem acesso ao trabalho assalariado ou outra forma de trabalho que, no Brasil, assegura o acesso às políticas de proteção social aos trabalhadores. Por outro lado, não tem acesso às políticas sociais dirigidas aos incapazes para o trabalho (assistência social) porque são aptos para o trabalho, embora não estejam usufruindo esse direito (SILVA, 2006, p. 142-144).

Como o texto constitucional remetia à necessidade de regulamentação, no ano seguinte foi editado o Projeto de Lei nº 3099, de 27 de junho de 1989, que embora tenha sido aprovado na Câmara e no Senado, foi vetado na íntegra pelo Presidente Fernando Collor de Melo. A regulamentação só ocorreu, e com cortes no seu alcance, no final de 1993, no governo de Itamar Franco, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993,<sup>24</sup> que reafirma a “assistência social como direito do cidadão e dever do Estado”. A saúde e a previdência publicaram suas leis orgânicas em 1990<sup>25</sup> e 1991,<sup>26</sup> respectivamente.

---

<sup>24</sup> BRASIL. *Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm). Acesso em: 1º de out. de 2019.

<sup>25</sup> BRASIL. *Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e

A LOAS estabelece, como diretriz, um modelo de descentralização político-administrativa da Política de Assistência Social, que se desenvolveu em três escalas: nacional, estadual e municipal. No art. 11 está estabelecido que as ações das três esferas de governo “realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”.

A LOAS também prevê a participação da sociedade civil e de organismos não governamentais, como no art. 26, que, ao preconizar o incentivo a projetos de enfrentamento ao empobrecimento, diz que “assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não-governamentais e da sociedade civil”.

Com a LOAS, o CNSS foi extinto e, em seu lugar, foi criado o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de composição paritária entre governo e sociedade civil. Além de elaborar e monitorar a política nacional e definir o orçamento e a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o CNAS herdou a atribuição do CNSS de certificar instituições filantrópicas. Ou seja, mais uma vez, o modelo assistencial com base na caridade permaneceu.

Ao assumir a presidência, em 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995 a 2003) criou dois comandos: o Programa Comunidade Solidária (PCS), gerido por sua esposa Ruth Cardoso, mantendo a “lógica do primeiro-damismo” e “determinando a quebra do comando único para essa política” (SPOSATI, 2002, p.19), contrariando a LOAS, e a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS). Essa substituiu a Secretaria de Assistência Social (SAS) e ganhou status de ministério. Com isso, a LBA foi extinta.

Apesar de o governo FHC ter sido “penalizador para a assistência social, dada a inobservância governamental da Loas como se ela não fosse devida à população” (SPOSATI, 2002, p. 21), foi responsável por introduzir na política social a transferência de renda<sup>27</sup> que

---

recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em 21 de jun. de 2019.

<sup>26</sup> BRASIL. *Lei 8.212, 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212rep.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212rep.htm). Acesso em: 21 de jun. de 2019.

<sup>27</sup> Os programas de renda mínima surgiram nos países desenvolvidos a partir de 1930, como reflexo da consolidação do Estado de Bem-Estar Social. O objetivo desses programas era estruturar uma rede de proteção social para os mais pobres por meio da complementação de renda, impedindo que esses se tornassem ainda mais pobres. Ver mais em Marin, 2012.

“entrou para a agenda política brasileira como uma estratégia viável de ação estatal, dando lugar a políticas de caráter massivo e que primam, pelo menos ideologicamente, pela universalidade do atendimento” (MARIN, 2012, p. 52). Além disso, criou, em 2000, o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza, financiado pelas arrecadações federais e que destinava a maior parte de seus recursos à transferência de renda, e lançou, em 2001, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo (CadÚnico), que serve de cadastramento das famílias brasileiras com renda per capita mensal inferior a meio salário mínimo, e de banco de dados de potenciais beneficiários da proteção social não contributiva.

Vale ressaltar que os anos 2000 trazem aumentos significativos nos investimentos do governo com a assistência social, os quais já vinham sendo ampliados de maneira sustentada desde 1993, com o início efetivo da implementação das políticas previstas pela CF de 1988. Estudo realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional aponta que os investimentos sociais passaram a corresponder a 67,3% do total da despesa em 2015, frente a 59,9% em 2002.<sup>28</sup> Em relação aos gastos tributários, o aumento da participação dos investimentos sociais passou de 17% em 2002 para 38,6% em 2015.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) fez avanços na assistência social. No final de 2003, unificou no Programa Bolsa Família (PBF) quatro dos programas federais de transferência de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o Cartão Alimentação. O PBF é destinado às famílias em situação de empobrecimento, com renda per capita de até R\$ 154 mensais. O governo federal concede benefício financeiro, associando a essa transferência o acesso aos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social. Para coordenar essa política, foi criado, em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que substituiu o Ministério de Assistência e Promoção Social, criado em 2003. Atualmente, segundo o site da Caixa Econômica Federal,<sup>29</sup> mais de 13,9 milhões de pessoas são atendidas pelo PBF.

Em 2005, definiu-se o marco conceitual da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e criaram-se as bases para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>30</sup> “Isso

---

<sup>28</sup> Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>. Acesso em: 30 de out. de 2018.

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 7 de nov. de 2018.

<sup>30</sup> É resultado de deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2003 e expressa a materialização dos princípios e diretrizes dessa importante política social que coloca em prática os preceitos da Constituição de 1988 regulamentados na Lei Orgânica de Assistência Social, de 1993. Disponível em:

introduz uma nova abordagem da assistência social, passando-se do conceito de atender uma população pobre ou necessitada a uma população vulnerável” (ESPINOSA, 2013, p. 156). O SUAS estabelece organização das ações da política de Assistência Social de acordo com a complexidade dos serviços, tendo como referência a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS. Por meio dos repasses de fundo a fundo e do financiamento compartilhado da área, cabe aos municípios a responsabilidade de implantar e gerir os principais equipamentos sociais do SUAS – os CRAS (unidade voltada para a atenção básica) e os CREAS (atenção social especial, de alta e média complexidade. Pessoas em situação de rua ou vítimas de violência doméstica, por exemplo, são casos de alta complexidade).

No mesmo ano de 2005, foi fundado oficialmente o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Desta forma, a população em situação de rua conseguiu estar presente em algumas discussões do Estado e colocar demandas específicas para serem debatidas. No entanto, a população em situação de rua só veio a ter amparo por dispositivo legal com a Lei 11.258, de 30 setembro de 2005. A medida altera a LOAS para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Neste ano foi realizado também o I Encontro Nacional dessa população, em que se discutiu a necessidade de uma política específica para o grupo, culminando com o decreto que instituiu oficialmente o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), de 20 de outubro de 2006. Além da participação de vários ministérios, o GTI contou com a participação da sociedade civil, a exemplo do MNPR e da Pastoral do Povo da Rua.

Depois, o MDS lançou a Portaria nº 381, de 12 de dezembro de 2006, que prevê o cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para a população em situação de rua, em municípios com mais de 250 mil habitantes. Outro avanço ocorreu em 2007 com a possibilidade de inclusão da população em situação de rua no CadÚnico. Reconhecer este grupo mesmo na ausência de um endereço de moradia foi um dispositivo que permitiu o acesso a benefícios assistenciais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Depois, em 2008, foi publicado o relatório da primeira pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. De iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o objetivo do I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em

Situação de Rua foi além de mensurar dados quantitativos: buscou também delinear as principais características dessa população, para definição de parâmetros para a construção e orientação de políticas públicas para o segmento. O levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras. Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. Entre as capitais brasileiras, não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes.

Foram identificadas 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua. Cabe destacar a predominância de homens (82%) em relação às mulheres entre a população em situação de rua. Em geral, a população identificada é jovem. Além disso, a maioria dos entrevistados se declarou negra (67%) e exerce uma atividade remunerada (70%). Há uma minoria que tem na mendicância o principal meio de sobrevivência (15,7%).

A pesquisa também revelou que 46,5% preferiam dormir na rua, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues. As razões apontadas para a preferência pela rua foram a falta de liberdade nos albergues (44,3%), seguida do horário de entrada, saída e demais rotinas (27,1%) e, em terceiro, o fato de ser proibido o uso de álcool e drogas (21,4%). Além disso, o levantamento apontou que 74% sabiam ler e escrever. Algumas razões pelas quais os indivíduos estavam na rua: alcoolismo/ droga (35,5%), desemprego (29,8%), problema com familiares (29,1%), perda de moradia (20,4%) e separação/ decepção amorosa (16,1%). Outro dado revelado é que 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício de órgãos governamentais.

Apesar de os números mostrarem que muitas pessoas tinham uma atividade remunerada, ainda são vistas como “preguiçosas” e “vadias”, ou seja, como uma ameaça à ordem social. A pesquisa não conseguiu desfazer essa percepção, que é uma herança histórica, e não foi capaz de reduzir o preconceito contra o grupo social. “Na essência, o estigma social é o mesmo da era pré-industrial, que se reproduziu ao longo da história das sociedades capitalistas” (SILVA, 2006, p. 141).

A pesquisa evidenciou também a ausência do Estado para assistir pessoas que estão na rua. Para Silva (2006), a relação do grupo com as políticas sociais é uma cobertura ínfima, de quase completa exclusão. “A omissão do Estado capitalista no enfrentamento do fenômeno tem relação com a própria natureza da sociedade capitalista e com as condições de sua reprodução” (SILVA, 2006, p. 144).

Com a assinatura do Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009, foi instituída a

Política Nacional para População em Situação de Rua e os Comitês Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-Rua estaduais e municipais, nos moldes de paridade e intersectorialidade previstos pelo Comitê Interministerial que conduziu a construção da política nacional e monitora sua consecução) dessa política, que assim caracteriza a população em situação de rua:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, art. 1º Parágrafo Único).

A medida foi considerada uma conquista inédita ao colocar os direitos das pessoas em situação de rua na agenda pública. Nesse caminho, houve a criação dos Consultórios de Rua e dos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centros Pop), com o objetivo de “contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua”.

Embora tenha sido formulada pelo governo federal, a implementação dessas medidas depende das prefeituras e o que se observa é que a maior parte dos municípios do Brasil demorou a aderir à Política Nacional para a População em Situação de Rua, como é o caso de São Paulo. Conforme o Plano Municipal de Políticas para População em Situação de Rua de São Paulo,<sup>31</sup> elaborado em 2016, o município adotou os princípios, as diretrizes e os objetivos estabelecidos no Decreto nº 7.053 somente em maio de 2013.

Barbosa (2018), que em sua dissertação “Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados”, fez uma avaliação do funcionamento das políticas públicas Consultório de Rua e dos Centros Pop, entende que:

A resistência de algumas prefeituras municipais em implementar esses serviços seja um reflexo da perspectiva de controle e repressão que permeou a atuação do Estado em relação a esse público por muito tempo. Assim, supõe-se que muitos gestores municipais ainda compartilham com essa perspectiva, o que os desestimula a implementar esses serviços que impõem uma nova postura do poder público em que se objetiva a inclusão social dessas pessoas e a reafirmação de seus direitos (BARBOSA, 2018, p. 101).

Diante desse cenário, fazem-se necessários esforços conjuntos. De nada adianta a

---

<sup>31</sup> Disponível em:

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Plano%20PopRua.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Plano%20PopRua.pdf). Acesso em: 26 de fev. de 2018.

formulação de uma medida em nível federal se ela não é consolidada nos municípios. Essa situação reforça a falta de sensibilidade dos gestores municipais diante do grupo populacional que segue crescente em várias cidades do Brasil.

A bandeira do governo Lula de enfrentamento às situações de pobreza e miséria também foi levantada pela presidenta Dilma Rousseff (2011 a 2016). No entanto, o que se viu no governo Michel Temer (2016 a 2018) foi o contrário: corte drástico na área. Conforme reportagem do jornal *O Globo*,<sup>32</sup> o orçamento enviado ao Congresso para o ano de 2018 retirou R\$ 547 milhões das rubricas que mantêm centros de referência de assistência social em 99% dos municípios. A queda foi de 28,1% nos programas sociais de atenção básica, de média e de alta complexidade, que tinham R\$ 1,9 bilhão na proposta de orçamento de 2017 e passaram a R\$ 1,3 bilhão. O recurso custeia serviços oferecidos nos centros de referência, tais como abrigos, lares de acolhimento e programas para vítimas de violência. O programa que mais perdeu verba foi o Proteção Social Básica, que tinha R\$ 1,3 bilhão na proposta orçamentária de 2016 e passou em 2018 para R\$ 910,9 milhões. Essa redução impactou diretamente na vida de milhares de pessoas em situação de desproteção social, as quais perderam a garantia de atendimento.

Para os próximos anos, a previsão é de mais cortes na área, o que pode inviabilizar a assistência social. Considerando a ascensão da ultradireita à presidência do país, representado por Jair Bolsonaro (2019 a 2022), que no programa de governo<sup>33</sup> de sua candidatura não fez qualquer menção à área, a situação torna-se ainda mais preocupante. Vale ressaltar que a reforma da previdência, uma das principais medidas anunciadas, pode provocar um efeito devastador à seguridade social. Se a trajetória desse grupo populacional sempre demandou esforços para garantia de seus direitos, agora a luta terá de se acirrar. A seguir, reflexos dessa conjuntura política nacional em São Paulo, a partir da promulgação da CF.

## **2.2 A assistência social para pessoas em situação de rua em São Paulo**

Em 1988, quando a Carta Magna foi promulgada, São Paulo era governada por Luiza Erundina (1989 a 1993). Ela comandou ações de destaque para a assistência social voltada

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/programas-sociais-perdem-verba-mas-orcamento-de-projeto-de-marcela-temer-mais-que-dobra-22042436>. Acesso em: 7 de nov. de 2018.

<sup>33</sup> Disponível em: [https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta\\_PSC.pdf](https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf). Acesso em: 7 de nov. de 2018.

para as pessoas em situação de rua: a criação da primeira política permanente para atendimento a essa população,<sup>34</sup> a instalação das primeiras sete casas de convivência<sup>35</sup> e a implantação da “Operação Inverno”. A prefeitura firmou convênios com entidades sociais para, nos dias de inverno intenso, acolher essa população em locais abrigados. Vale mencionar a implantação de projetos de Produção Associada de Bens e Serviços (PABES), que se constituíam em núcleos de trabalhos solidários para a geração de renda, similares a cooperativas populares. Dentre esses projetos, estavam as padarias e cozinhas, as oficinas de roupas e as fábricas de blocos.

No início dos anos 1990, a prefeitura demonstrou preocupação com a crescente situação de rua na área central. Uma das iniciativas que ajudou a nortear o atendimento ao grupo foi a realização do censo, que conceitualmente foi iniciado em 1990 e concretizado em 1991. De acordo com o primeiro censo realizado pela Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social (FABES) em 1991, havia 3.392 pessoas em situação de rua na cidade. Essa unidade foi renomeada Secretaria de Assistência Social (SAS) ao final da gestão de Celso Pitta, em 2001.

O governo de Luiza Erundina foi considerado histórico para a assistência social, principalmente para questão da situação de rua. Antes, não havia serviços específicos voltados para o segmento. De acordo com Marin (2012), as ações inovadoras dessa gestão só voltariam a se repetir uma década depois.

Na administração de Paulo Maluf (1993 a 1997), houve a repetição dos acontecimentos do cenário nacional. O “primeiro-damismo”, por exemplo, foi adotado por Paulo Maluf quando, em janeiro de 1993, assumiu a Prefeitura. Ele substituiu o Conselho Municipal de Voluntários (CMV)<sup>36</sup> pelo Centro de Apoio Social e Atendimento do Município de São Paulo (Casa), que foi presidido de forma honorária por Sylvia Maluf e, depois, por Nicéa Pitta, embora a LOAS exigisse um comando único da assistência. Além disso, o ato de FHC de barrar a realização da II Conferência Nacional de Assistência Social, que terminou sendo articulada pela sociedade civil, foi repetido por Maluf e Celso Pitta (1997 a 2001), que nunca chamaram qualquer Conferência Municipal. Ocorreram três delas na cidade graças à organização da sociedade civil.

---

<sup>34</sup> Até 1989, as ações voltadas a esse público se restringiam à manutenção de dois albergues conveniados.

<sup>35</sup> Nelas, o usuário poderia passar o dia, tomar banho e lavar sua roupa. As regras de funcionamento da casa e sua programação diária eram decididas coletivamente pelos usuários.

<sup>36</sup> Desde a década de 70, o CMV mobilizava o voluntariado paulistano para a prática assistencial.

Já a transferência de renda entrou para a agenda política paulistana no governo de Paulo Maluf. O Programa de Renda Familiar Mínima surgiu com a apresentação do Projeto de Lei nº 467, de 25 de maio de 1995. Embora tenha sido aprovado em 1996, Maluf o vetou sob a justificativa de que ao Legislativo não competia tal iniciativa. Esse veto só foi derrubado em 1998.<sup>37</sup>

Segundo Marin (2012), a gestão de Paulo Maluf também foi marcada pela falta de projeto de atendimento para a população em situação de rua e também pelas “operações antimendigos”, implantadas pela prefeitura no centro. Funcionários “retiravam as pessoas dos locais onde dormiam”, recolhiam colchões e cobertores e os incineravam. Essa limpeza no centro era considerada uma questão de saúde pública (MARIN, 2012). Conforme foi visto, essa prática de higienismo comum até os anos 1930 continua ainda nos dias de hoje.

A edição da primeira medida de caráter assistencial para a população em situação de rua em São Paulo ocorreu com a Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal em prestar atendimento ao grupo. Além disso, impulsiona os convênios entre a Prefeitura e as associações civis sem fins lucrativos. Em 1999, foi criado e permanece até hoje em execução a Central de Atendimento Permanente (CAP) – que depois tornou-se Central de Atendimento Permanente e Emergência (CAPE). O órgão, que está inserido na proteção social especial assim como o Creas, funciona com um serviço de plantão telefônico para atendimento à pessoa em situação de rua e as famílias vítimas de situações de emergência.

De acordo com Yazbek (2004), as gestões Maluf/Pitta foram marcadas por retrocessos e desmanche da assistência social municipal. Tanto que foi a última capital do país a realizar a implantação da LOAS. Somente após dois anos de LOAS, Maluf encaminhou à Câmara Municipal o projeto de lei nº 21, de 6 de fevereiro de 1996, tratando de sua regulamentação. Aprovado em plenário, transformou-se na Lei nº 12.524, de 1º de dezembro de 1997, que, enviada ao então prefeito Celso Pitta, recebeu vetos que ferem a LOAS, entre eles nos artigos que criam o Fundo Municipal de Assistência Social e que definem a composição do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) que, pela LOAS, é paritário: entidades, usuários e trabalhadores do setor eleitos por seus pares e representantes do governo indicados pelo prefeito.

---

<sup>37</sup> SÃO PAULO (Município). *Lei 12.651, de 6 de maio de 1998*. Dispõe sobre a instituição do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM, na cidade de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-12651-de-6-de-maio-de-1998>. Acesso em: 21 de jun. de 2019.

Só em 2000, os 36 conselheiros eleitos como representantes da sociedade civil e do Executivo Municipal tomaram posse no COMAS, que tem a finalidade de controle social da política de assistência. Já a regulamentação do Fundo de Assistência Social só ocorreu na gestão da prefeita Marta Suplicy em 2001. O objetivo do fundo é financiar o desenvolvimento das políticas públicas na área da Assistência Social.

No início dos anos 2000, importantes conquistas foram alcançadas na gestão de Marta Suplicy (2001 a 2005). Por meio do Decreto nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001, definiu-se a realização do censo da população em situação de rua, que, além da contagem censitária, incluiu a necessidade de caracterização amostral de seu perfil socioeconômico.

Vale ressaltar a reestruturação e aprovação do Plano Municipal de Assistência Social (PLAS), logo no primeiro ano da gestão. Como a elaboração dos planos seguia para aprovação do COMAS, houve um fortalecimento desse órgão. O primeiro PLASSP foi editado em 2002, de forma inaugural, antecipando a PNAS. A transferência de renda também foi um dos principais eixos da política de assistência social do período, sendo o Renda Cidadã (RC) destaque na gestão de Martha Suplicy. Foi elaborado para oferecer auxílio financeiro temporário a famílias que viviam em situação de empobrecimento e previa, como contrapartida, o controle da frequência escolar dos dependentes e o acompanhamento de saúde. Em SP, o RC continua em vigência.

Inaugurada em 2003, o Oficina Boracea, voltada à população em situação de rua, oferecia serviços de acolhida, capacitação profissional, oficinas, cursos e atividades de lazer, além de posto bancário, de internet e de emissão de documentos. O projeto, entretanto, foi desativado na gestão de José Serra (2005 a 2006) e transferido a entidades sociais conveniadas. O Oficina Boracea voltou-se para a albergagem e o atendimento médico. Ainda em 2003, foi criado o Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na cidade de São Paulo.

Logo no início de 2005, com a chegada de José Serra (2005 a 2006) à Prefeitura, uma ação estratégica lançada foi o programa São Paulo Protege, cujo objetivo era proporcionar acolhimento, proteção e encaminhamento aos demais serviços da prefeitura aos adultos, crianças e adolescentes que moravam e trabalhavam nas ruas ou cujos direitos tivessem sido violados. Dentro desse programa, foi lançada a campanha “Dê mais que esmola. Dê futuro”, que fez parcerias com instituições para a distribuição de adesivos e demais materiais promocionais sobre a temática do trabalho infantil nas ruas. A campanha pretendia, como explica Marin (2012), induzir à não contribuição com dinheiro às crianças que moravam e/ou

trabalhavam nas ruas.

Conforme Marin (2012), a administração de Serra estava longe de se adequar à política nacional. Para exemplificar essa desconexão, vale citar que o CRAS e o CREAS só passaram a contar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – pelo menos em rubrica específica – a partir de 2008, último ano da gestão. Após Serra deixar a prefeitura para concorrer ao governo do Estado, Gilberto Kassab (2006 a 2013) assumiu a gestão do município de São Paulo. O desalinhamento com relação ao âmbito nacional continuou e pouco se avançou em relação ao governo anterior.

A prefeitura inaugurou em 2012 o Complexo Prates, um centro especial de acolhimento a dependentes químicos em situação de rua, principalmente viciados em crack, reunindo serviços de saúde, como assistência médica ambulatorial, e de assistência social, com espaço de convivência para adultos e abrigos para crianças e adolescentes. A inauguração ocorreu três meses após uma operação policial contra o tráfico de drogas. O governo de Kassab também foi muito criticado pelo “veto ao sopão”, medida implementada pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, que determinou que o alimento fosse distribuído apenas em uma das nove tendas da prefeitura que atendiam à população em situação de rua (devido à polêmica causada, a secretaria voltou atrás).

Outra prova de que o governo municipal não estava em consonância com o federal foi adoção dos princípios, das diretrizes e dos objetivos estabelecidos no Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, só em maio de 2013, quando foi criada a Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial da Política Municipal para População em Situação de Rua – Comitê PopRua (Decreto Municipal nº 53.795, de 25 de março de 2013).

Na administração de Fernando Haddad (2013 a 2016), foi constituída a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), que instituiu em sua estrutura, de forma pioneira, uma Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua, responsável por fazer articulações e transversalizar, dentro do governo, a promoção dos direitos desta população tendo como princípio os direitos humanos. Em 2015, foi lançado o Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária, para fomentar a criação de cooperativas, e o Programa Operação Trabalho PopRua, visando à geração de renda. A aposta do governo, no entanto, foi no programa De Braços Abertos, que trabalhava a ressocialização de dependentes químicos a partir do conceito de redução de danos. A ação não recorria à internação e buscava incentivar a redução do consumo e o aumento da autonomia pela oferta

de emprego e moradia.

Com a ascensão de João Dória Júnior (2017 a 2018), houve o desmonte do Programa De Braços Abertos, o qual alegou ser ineficiente. Tentando se aproximar do programa estadual Recomeço, criou o Redenção, baseado na internação compulsória de dependentes químicos. Ele chegou a anunciar o “sopão” só em espaços fechado com a intenção de atrair as pessoas em situação de rua a albergues e, dessa forma, desestimulá-las a permanecer na rua. Mas, assim como na gestão Kassab, a medida não foi adiante.

Além disso, houve o congelamento de 30% dos recursos para a assistência social. Segundo dados divulgados pela reportagem da revista *Carta Capital* em setembro de 2017,<sup>38</sup> no Sistema de Orçamento e Finanças da Prefeitura de São Paulo a assistência dispunha de 78,6 milhões de reais em recursos empenhados em 2017, 17,2 milhões a menos do que em 2016, quando o valor era de 95,8 milhões de reais. A receita líquida do município, em contrapartida, teve um aumento de mais de 915 bilhões de reais. Mesmo assim, o empenho de verbas caiu 8%. Outra ação lançada foi o Programa Trabalho Novo, que, com a ajuda da iniciativa privada, prometia empregar 20 mil pessoas em situação de rua.

Após a saída de Dória para concorrer ao governo do Estado, cargo que assumiu em janeiro de 2019, Bruno Covas (2018 a 2020) assumiu a Prefeitura. Em 2019, acabou com o Programa Trabalho Novo, alegando uma nova fase. A intenção da administração seria focar na capacitação, e o novo nome do projeto é Acessuas Trabalho. Além disso, anunciou uma nova fase do Programa Redenção. Outra medida foi a publicação do decreto 58.636, de 21 de fevereiro de 2019, que prevê a renegociação de contratos de diversos setores, dentre eles da assistência social, “para que haja adequação orçamentária ao “estritamente necessário para atendimento da demanda”. Representantes dos assistentes sociais do município protestaram contra a medida, temendo rescisões de contratos e de serviços.

### **2.3 Gentrificação ou revitalização**

A primeira referência ao termo gentrificação (*gentrification*) é atribuída a R. Glass, quem, em seus estudos sobre Londres na década de 1960, utilizou a expressão para denominar o processo de expulsão da população de baixa renda de alguns bairros centrais da cidade. A substituição por moradores de classe média (a nova *gentry*) e a renovação das moradias transformaram completamente a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos.

---

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/populacao-sofre-com-cortes-de-doria-na-assistencia-social>. Acesso em: 12 de nov. de 2018.

Estudando o processo de urbanização em Nova Iorque, N. Smith usou o termo. Ele apresentou um histórico do processo de gentrificação a partir da discussão de mudanças urbanas da cidade estadunidense. Para ele, desde o início dos anos 1960 e até os primeiros anos do século XXI, emergiu um novo urbanismo (ou forma urbana), no qual a gentrificação representa uma dimensão central. No início do século XXI anuncia-se a linguagem do renascimento urbano, que seria a generalização da gentrificação:

Enquanto a renovação urbana do pós-guerra, financiada pelo Estado nas cidades ocidentais, encorajou a gentrificação no mercado privado, esta gentrificação de agora, assim como a crescente privatização dos terrenos no centro e do mercado desde os anos 80, alimentou o programa a partir do qual foram estabelecidos os planos de um amplo renascimento urbano com múltiplas facetas, ultrapassando de longe a renovação dos anos 60. A linguagem urbana do renascimento urbano é a prova da generalização da gentrificação na paisagem urbana” (SMITH, 2006, p. 62).

No entanto, de lá para cá, houve uma mudança no ator central do processo. Se para Glass eram novos moradores de classe média e média alta, agora “os agentes do renascimento urbano estão ligados ao Estado e às empresas, ou à participação de uma parceria público-privado” (SMITH, 2006, p. 59).

Segundo Smith (2006), o fenômeno foi identificado inicialmente nas grandes cidades do capitalismo avançado, como Londres, Nova Iorque, Paris e Sidney, mas se tornou mundial, propagando-se por toda as cidades e ocorrendo, inclusive, em locais mais improváveis. “O que se deve sublinhar aqui é a rapidez da evolução de um processo urbano particular ainda tão marginal, primeiramente identificado nos anos 60, e sua transformação em uma dimensão marcante do urbanismo contemporâneo” (SMITH, 2006, p. 62).

De acordo com Bataller (2012), a gentrificação está enraizada na dinâmica das cidades e, em grande parte, está determinada pelo contexto local: os bairros, os agentes e atores urbanos, as funções dominantes da cidade e a política governamental local. “Pode seguir várias trajetórias; pode transformar total ou parcialmente uma área; é protagonizado por uma ampla lista de agentes e suas causas e consequências são complexas e difíceis de determinar com clareza” (BATALLER, 2012, p. 4).

Furtado (2014) destaca que junto com o processo de gentrificação surge o trauma social:

Transformações são normalmente precedidas tanto pela demolição de velhos prédios (residências, indústrias e depósitos), quanto pela erradicação de seus ocupantes de baixa renda para os subúrbios. Assim, se de um lado o processo tem sido alardeado como o salvador das áreas centrais decadentes, de outro

ele tem sido revelado como um agente de desalojamento das classes trabalhadoras (FURTADO, 2014, p. 353).

Na verdade, as intervenções resultam em transformações da própria estrutura existente e não uma nova estrutura particular. Além disso, as ações não levam em consideração o destino das pessoas deslocadas ou postas na rua. O arquiteto e pesquisador Paolo Colosso, em artigo publicado na Agência de Notícias da USP, refere-se a essa situação como “consequências inevitáveis a um bom negócio”.<sup>39</sup> Segundo o autor, valendo-se da narrativa de modernização, os “inimigos públicos” são vítimas de uma “limpeza social” ocultada.

Conforme Smith (2006), uma vez que os “sem-teto” (termo citado pelo autor) são evacuados, a “gentrificação produz paisagens urbanas que as classes médias e médias altas podem ‘consumir’” (SMITH, 2006, p. 73). Fazendo uma analogia entre o efeito que a televisão causa e a gentrificação, Smith (2006) destaca:

Do mesmo modo que a televisão popular faz as massas acreditarem que as vidas das pessoas ricas e célebres representam a norma social à qual todo mundo pode aspirar, a gentrificação produz agora uma paisagem urbana que veicula as mesmas aspirações. Na paisagem aparentemente democrática, a extraordinária desigualdade do consumo exprime o poder redobrado das classes que fizeram a linguagem da gentrificação chegar ao primeiro plano (SMITH, 2006, p. 73).

Nesse contexto, Smith (2006) salienta que a gentrificação representa uma conquista classista, num espaço falsamente democratizado, passível de ser “consumido” parcialmente por outras camadas sociais. A partir da década de 1990, a generalização da gentrificação parece para Smith (2006) associada ao abandono das políticas progressistas do século XX e a vitória das políticas neoliberais. Ele explica que a gentrificação passa a ser apresentada, por alguns planejadores e urbanistas, como “natural”, ou seja, como parte de uma política urbana para valorização dos centros a fim de torná-los mais atrativos. Desta forma, a gentrificação se espalhou pelo mundo todo, manifestando-se de uma forma peculiar nas metrópoles latino-americanas.

Em cada cidade, um processo. Algumas delas se valeram do discurso atual da reabilitação, que, de acordo com Silva (2006), mistura a requalificação (incluindo recuperação do patrimônio, atração de novos tipos de atividades, melhoria ambiental, algumas vezes a “limpeza social”), o repovoamento e, mais recentemente, os projetos integrados que

---

<sup>39</sup> Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/02/07/resistencia-e-conflitos-marcam-a-gentrificacao-em-sao-paulo/>. Acesso em: 09 de out. de 2018.

aproveitam grandes terrenos públicos, junto às orlas marítimas ou fluviais. Ela acrescenta que, em muitas cidades, a permanência e promoção da moradia social também é uma estratégia prevista neste caminho, “apesar de faltar instrumentos urbanísticos e linhas de atendimento que garantam o atendimento na escala necessária” (SILVA, 2006, p. 13).

### 2.3.1 Gentrificação em São Paulo

No caso de São Paulo, o processo se verifica em bairros centrais, principalmente os que compõem o centro antigo. Com os deslocamentos dos centros, o centro antigo recebeu outras pessoas, atividades e oportunidades. E ao se fazer o resgate da história da cidade, observa-se que os administradores sempre se apropriaram da dinâmica de “revitalização” desse centro. No entanto, esse processo, que busca uma nova imagem do local para substituir a antiga, nunca se fortaleceu tanto como a partir da década de 1990, a favor do capital, que apesar de transformar as paisagens não altera as desigualdades sociais.

Segunda Silva (2012), o grande capital imobiliário e os proprietários privados são os que defendem a renovação, pois ela viabiliza a valorização imobiliária. Ela afirma que lugares capazes de manter a lucratividade do capital determinam as ações de renovação. Dessa forma, a revitalização que está em andamento na região conhecida como “Cracolândia”, que faz parte do Projeto Nova Luz,<sup>40</sup> pode ser considerada uma ação promissora de rentabilidade. A seguir, a Figura 1 ilustra algumas mudanças pelas quais a região passa, as quais caracterizam um processo de gentrificação

---

<sup>40</sup> Em 2005, na gestão Serra-Kassab, ganhou força o projeto de “revitalização” da região. Desde então, demolições e desapropriação de imóveis foram realizadas, combinadas com operações policiais. Em 2009, foi decretada a Lei n 14.918, de 7 de maio de 2009, que autoriza a execução do Projeto Nova Luz, permitindo ao poder público desapropriar imóveis centrais. O projeto, divulgado só em 2011, é fruto de uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada. Envolve a construção de moradias de interesse social (priorizando a população com renda entre zero e seis salários mínimos), de mercado popular (zero a 16 salários mínimos), unidades comerciais e de serviços, além de jardins, ciclovias, renovação do patrimônio histórico, recuperação de passeios e praças e bulevares. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento\\_urbano/arquivos/nova\\_luz/201108\\_PUE.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf). Acesso em: 23 de out. de 2018.

**Figura 1** – Projeto de revitalização da Cracolândia

### Região da cracolândia passa por mudanças



Fonte: Folha de São Paulo, 29 de abril de 2018<sup>41</sup>

A estratégia de reforçar a função residencial faz com que a região seja ocupada também durante a noite e no final de semana, caracterizando o repovoamento, que faz parte do discurso atual de reabilitação do centro. Conforme reportagem publicada na *Folha de S. Paulo*, o número de novos imóveis no centro de São Paulo dobrou nos últimos cinco anos,<sup>42</sup> elevando o preço médio do metro quadrado na região. Vale lembrar, no entanto, que famílias são despejadas para que um novo empreendimento seja lançado e o destino delas não é mencionado.

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/regiao-da-cracolandia-de-sp-busca-nova-cara-em-meio-a-conflitos.shtml>. Acesso em: 18 de set. 2018.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2018/11/1984618-numero-de-lancamentos-no-centro-de-sao-paulo-dobra-em-cinco-anos.shtml>. Acesso em: 26 de nov. de 2018.

Para Silva (2012), “o processo de revitalização é uma decisão política e estratégica implementada pelo Estado, pelas grandes corporações, inclusive internacionais, e pelo setor privado, que se articulam por meio do capital financeiro” (SILVA, 2012, p. 61). Analisando o local denominado de “Cracolândia”, bem como o seu entorno, entende-se o motivo de ser cobiçado por investidores: infraestrutura instalada, oferta de transporte público, mesmo que precário, e existência de imóveis subutilizados ou degradados, os quais são objetos de projetos de reocupação e requalificação.

O problema é que essa dinâmica de “revitalização” vem acompanhada por uma forte repressão a dependentes químicos e às pessoas em situação de rua, que sofrem com as constantes tentativas de “retiradas” do espaço público. Para Raupp (2011), essas intervenções respondem às solicitações da sociedade, que em geral “possui uma visão intolerante e fóbica a respeito dos usuários de drogas das ruas do centro, significando-as como locais de crime à espreita e de tráfico de drogas” (RAUPP, 2011, p. 103-104). Caldeira (2000) também destaca essa intolerância de moradores locais em relação a pessoas de diferentes grupos sociais e a falta de interesse em encontrar soluções comuns para os problemas urbanos. Wacquant (2007) afirma que as categorias “refugos” são “a encarnação viva e ameaçadora da insegurança social generalizada” (WACQUANT, 2007, p. 29), que tanto preocupa as classes médias.

### 2.3.2 O apelo cultural para justificar a gentrificação

Além disso, copiando as realidades da Europa e dos Estados Unidos, São Paulo começou a se apropriar, a partir dos anos 1990, do apelo cultural que havia em outros países para aliá-lo ao desenvolvimento econômico e social. Ou seja, a cultura tornava-se um instrumento para fomentar o mercado imobiliário. Ações ligadas à recuperação do patrimônio histórico e a criação de equipamentos culturais, financiadas pelo poder público e pela iniciativa privada, foram implementadas para revitalização do centro. Destaque para o programa Monumenta<sup>43</sup> e a emblemática reabilitação do edifício Martinelli,<sup>44</sup> que tiveram a participação da iniciativa

---

<sup>43</sup> Programa de Preservação do Patrimônio – Monumenta é resultado de um convênio entre o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Conforme José (2010), além de recuperar o patrimônio, novas atividades comerciais deveriam ser estimuladas a fim de gerar recursos de manutenção dos imóveis.

<sup>44</sup> Edifício que teve seu período de prestígio, mas foi se degradando. Na década de 1970, foi restaurado para abrigar órgãos públicos. Hoje é sede da Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação) e a EMURB (Empresa Municipal de Urbanização).

privada em projetos de natureza cultural, por meio das leis de incentivo fiscal, e o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Nesse contexto, lançaram-se as âncoras culturais,<sup>45</sup> o que incluiu a revitalização da Sala São Paulo,<sup>46</sup> construída no interior da Estação Julio Prestes. O local deveria, segundo discurso de Mario Covas, governador da época em que foi inaugurada, em 1999, democratizar o acesso aos “tesouros da música erudita” e “irradiar uma onda de renovação urbana e integração em grande parte do centro de SP, recuperando o orgulho de seus habitantes por um dos núcleos históricos da cidade” (JOSÉ, 2010, p. 106-107). Para essa transformação, mais de 50 famílias que ocupavam o casarão foram desalojadas numa operação de reintegração de posse promovida pela Secretaria Estadual da Cultura.

No entanto, a revitalização da região da Luz pelos aspectos culturais não está funcionando. Primeiro, devido às políticas de patrimônio histórico artístico brasileiras, que tentam impedir que edifícios e espaços culturais sofram demolição para a construção imobiliária, por meio dos tombamentos dos imóveis. Além disso, expõem uma política cultural que exclui as classes vulneráveis. Seja pela programação ‘refinada’ ou pelos valores do ingresso, o acesso ao espaço não é democrático e, por isso, essa política do governo é questionável, já que reforça a exclusão social. Depois, porque o entorno não foi “recuperado” e os “inimigos públicos” podem ser facilmente notados. Diversos governantes que assumiram a administração da cidade não foram capazes de formular políticas públicas eficientes voltadas para a população em situação de rua e para usuários de drogas que vivem na região.

Segundo Rivière d’Arc (2006), todas as ações de “revitalização” que tiveram como objetivo levar a classe média de São Paulo de volta ao centro fracassaram. Apropriando-se da discussão de Smith (2006), ela conclui que o chamado às classes médias para o retorno ao centro como “produtoras de uma vida urbana diversificada” ou como “consumidoras de uma cultura reificada” esbarra no seu silêncio. Ela, então, faz um resumo do cenário do centro de São Paulo:

---

<sup>45</sup> Além da restauração da Sala São Paulo, estavam previstas a restauração da Pinacoteca do Estado e a implantação do Museu da Língua Portuguesa na Estação da Luz. Segundo José (2010), a ideia da criação de um Museu dentro da Estação Luz ocorreu mais tarde como caminho para levar recursos para a renovação do edifício.

<sup>46</sup> A Sala São Paulo foi construída por meio de projetos desenvolvidos pela Associação Viva o Centro, entidade patrocinada pelo BankBoston e que está envolvida com a “revitalização” do centro antigo.

O centro é estigmatizado: os ricos nunca vão lá; e para os menos ricos ele é poluído, desconfortável, mal cuidado, congestionado, não há garagens e os estacionamentos são insuficientes. O centro pede habitantes, mas as ruas são invadidas durante os dias da semana. Por outro lado, não se encontra viva alma à noite ou aos domingos. Contrariamente ao centro de Paris, por exemplo, onde os habitantes dos subúrbios ‘consomem’ às margens do Sena, e percorrem massivamente suas ruas nas noites e nos fins de semana, o centro de São Paulo, seus lugares de criação e de lazer, fecham suas portas às 19 horas e não abrem no domingo. Os únicos que continuam, em algumas ruas específicas, são os do tráfico de drogas e da prostituição” (RIVIÈRE d’ARC, 2006, p. 284-285).

A definição, embora tenha sido escrita em 2006, é muito atual. No entanto, vale mencionar que também continuam nas ruas do centro as pessoas em situação de rua. A autora cita apenas traficantes e prostitutas, excluindo a população em situação de rua da realidade do local ou incluindo-os nessas duas categorias, o que não necessariamente ocorre. Há pessoas que permanecem ali por outros motivos.

### 2.3.3 Abordagem higienista e gentrificação

Em 2017, quando João Dória Júnior (2017 a 2018) assumiu o executivo municipal, as forças das políticas higienistas e securitárias, frequentemente ligadas à gentrificação, foram renovadas. A gestão editou o Decreto nº 57.581, de 20 de janeiro de 2017, alterando o Decreto nº 57.069, de 17 de junho de 2016, publicado pela gestão Haddad (2013 a 2016) após a repercussão da morte de cinco pessoas em situação de rua durante a onda de frio que atingia São Paulo.

O Decreto nº 57.069, de 17 de junho de 2016, editado em diálogo com o Ministério Público, Defensoria Pública e sociedade civil, dispunha sobre os procedimentos de zeladoria urbana em relação à abordagem das pessoas em situação de rua. Pelas regras, nenhum objeto da população em situação de rua poderia ser apreendido, como documentos, medicamentos, mochilas e roupas. Instrumentos de trabalhos (como carroças) e itens de sobrevivência portáteis (como cobertores) estavam na listas de itens que não poderiam ser recolhidos. Além disso, estabeleceu a realização das ações preferencialmente das 7h às 18h.

O Decreto nº 57.581, de 20 de janeiro de 2017, no entanto, retira o veto à remoção de papelões e colchões, colchonetes, cobertores e barracas desmontáveis das pessoas em situação de rua. O novo decreto mantém apenas itens que tratam do veto à apreensão de “bens pessoais”, tais como documentos de qualquer natureza, cartões bancários, sacolas, medicamentos, dentre outros. O texto também permite a realização das ações de zeladoria em

qualquer dia da semana e horário, sem necessidade de aviso prévio direto. A medida anterior proibía as ações aos finais de semana e fora do horário de expediente normal do serviço público, ou sem ampla divulgação prévia à população. Funcionários da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) queixaram-se da revisão do decreto, alegando que não houve consulta à pasta que trabalha diretamente com a população em situação de rua.

Com essa medida, fica claro que o objetivo é forçar o grupo a buscar os abrigos e deixarem as ruas, em nome da “Cidade Linda”.<sup>47</sup> Ou seja, para embelezar a cidade, faz-se necessária a ‘limpeza social’, que inclui a ação higienista, de retirada da população em situação de rua de onde vive, já que o centro “limpo” torna-se mais atrativo para as classes nobres. Para fazer valer o novo decreto, a Guarda Civil Metropolitana (GCM) protagonizou uma série de violações. De jatos d’água a remoção de barracas, as denúncias de maus-tratos foram recorrentes, levando a uma revisão do decreto meses depois, dessa vez voltando a proibir expressamente a retirada de cobertores e colchões. O decreto segue válido e as abordagens higienistas, ligadas à gentrificação, prosseguem.

## **2.4 A “guerra às drogas” no Brasil**

As intervenções sanitárias também influenciaram na questão das políticas ligadas a drogas. Com o intuito de controlar o espaço público, começou o combate ao uso do álcool. Tanto que o Código Penal de 1890 trouxe um capítulo sobre “Mendigos e Ébrios”, que punia quem se embriagasse por hábito ou quem se embriagasse nas ruas. Segundo Rodrigues (2006), ao alcoolismo foram atribuídas as causas do atraso social do país, o que ameaçaria a ordem pública. Essa legislação previa também punição para quem vendesse substâncias “venenosas” sem as formalidades prescritas nos regulamentos sanitários.

Uma política anti-drogas propriamente dita foi inaugurada na década de 1960, quando o Brasil ingressou no cenário internacional de combate às substâncias ilícitas, por meio da Convenção Única sobre Entorpecentes da ONU, de 1961. A promulgação pelo governo brasileiro ocorreu por meio do Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964, já sob a ditadura militar e sob a ideologia da segurança nacional. Com o objetivo de erradicar o consumo e o tráfico, o tratado previa a implantação de uma política única mundial, baseada no modelo norte-americano de controle penal da droga (RODRIGUES, 2006). Dessa forma, o Brasil

---

<sup>47</sup> Nome do programa de zeladoria urbana do município, criado pela gestão Dória.

aproximou-se do modelo proibicionista e se afastou do modelo prevencionista de controle de entorpecentes, adotado na maioria dos países da Europa Ocidental.

A partir daí, algumas medidas foram editadas, mas, de acordo com Carvalho (2010a), não houve uniformização. Isso levou ao surgimento da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que compilou as legislações de drogas em uma só e incrementou a repressão, tendo como base o modelo político-criminal (CARVALHOa, 2010). O discurso médico deu lugar ao discurso predominantemente jurídico.

Na década de 1970, os Estados Unidos declararam “guerra às drogas”,<sup>48</sup> e suscitaram a existência de um “inimigo externo”, que estaria no Oriente ou na América Latina (onde era produzida quase toda a droga que os estadunidenses consumiam). Quando, em 1983, o então presidente Ronald Reagan declarou, novamente, “guerra às drogas”, dando às medidas feições ainda mais “duras”, o “inimigo externo” passou a ser o alvo. Dessa forma, o governo estadunidense financiou órgãos de repressão em diversos países, especialmente na América Latina.

Um marco nessa ofensiva foi a Sessão Especial Geral da ONU (UNGASS), em 1998, com objetivo de discutir o problema mundial das drogas, realizada em Nova Iorque. No encontro, os países-membros concordaram em eliminar de vez as drogas num período de dez anos, sob o slogan: “Um mundo livre de drogas: é possível”. Foi também um aceno para as ações de “redução de danos”.<sup>49</sup> Nesse evento, o então presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a criação da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), subordinada à Casa Militar da Presidência da República, órgão responsável pela administração militar. A secretaria seria responsável por coordenar as ações antidrogas no país.

Quatro anos após a criação da SENAD, foi instituída a Política Nacional Antidrogas – PNAD, com a edição do Decreto nº 4.345, de 26 de agosto de 2002. Segundo Rodrigues (2006), o decreto adotou a política repressiva tradicional, em tom alarmista, mencionando “que o ‘uso de drogas’ constitui uma ameaça à sociedade, responsável pela geração ‘dos efeitos adversos, como criminalidade e violência’” (Rodrigues, 2006, p. 169). Mas também indicou a prevenção como prioridade.

---

<sup>48</sup> O termo começou a ser utilizado a partir da declaração do ex-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, proferida em 1971, que denominou de “guerra às drogas” a campanha de reduzir o comércio ilegal de drogas. O termo rapidamente se popularizou.

<sup>49</sup> A estratégia dessa política é promover ações para minimizar qualquer dano de natureza biológica, psicossocial e econômica para usuários e usuárias de substâncias psicoativas. A filosofia da redução de danos nasceu na Europa, sendo Inglaterra e Holanda países pioneiros nas experiências, depois se expandiu para diversos outros países.

Ainda nesse ano, o governo sancionou a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002, que trouxe modificações na antiga Lei nº 6.368, mantendo, no entanto, partes significativas daquela legislação no que tange à redução da oferta de drogas. Em 2005, já no governo Lula, foi sancionada a nova Política Nacional sobre Drogas (PNAD), por meio da Resolução nº 3/GSIPR/CONAD, sem revisão no Decreto nº 4.345. Um dos avanços introduzidos foi a estratégia de redução de danos.<sup>50</sup> Conforme Rodrigues (2006), essa política colocou a repressão em segundo plano e priorizou a prevenção.

Em 2006, a SENAD iniciou a coordenação de um grupo de trabalho que assessorou parlamentares no processo de aprovação da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. A medida instituiu o sistema de políticas públicas sobre drogas e eliminou a pena de prisão para usuários e usuárias, que deveriam ser encaminhados para as redes de assistência médica e social (redução de danos). Em compensação, aumentou o rigor contra traficantes (repressão), cuja pena mínima passou a ser de cinco anos de cadeia.

Em 2008, o prazo da UNGASS expirou e as drogas não foram eliminadas. Ocorreu o contrário: ampliou-se o mercado no mundo todo, além de ter sido observado o surgimento de novas drogas ainda mais potentes. Houve também o aumento da violência e a explosão das políticas de encarceramento. Nos Estados Unidos, por exemplo, nos anos 1970, quando a “guerra às drogas” começou efetivamente, “havia cerca de 300 mil prisioneiros no país; em 1998, o número chegou a 1,8 milhão. Em 2009, foram para a cadeia 1,6 milhão de pessoas por causa de drogas e só 580 mil por crimes violentos” (BURGIERMAN, 2011, s/p).

O encarceramento atingiu desproporcionalmente pessoas negras de classes empobrecidas, já que essa política foi, segundo Wacquant (2007), apontada para o “gueto negro”. Para o autor, a política teve seu “emprego seletivo num quadrante restrito, localizado bem na base do espaço urbano e social, que contribuiu para superlotar as celas estadunidenses e rapidamente ‘escurecer’ seus ocupantes” (WACQUANT, 2007, p. 114).

A taxa de encarceramento dos negros triplicou em apenas 12 anos, atingindo 1.895 em 100.000, no ano de 1993, ou seja, sete vezes mais que a taxa dos brancos (293 por 100.000) e vinte vezes as taxas comumente registradas nos principais países europeus naquela época. (WACQUANT, 2007, p. 114).

---

<sup>50</sup> A política de redução de danos no Brasil foi adotada em Santos, em 1989. Dirigia-se a pessoas usuárias de drogas injetáveis para prevenir o compartilhamento de seringas e evitar a transmissão de doenças com a distribuição de seringas. Depois dessa experiência pioneira, a partir de 1994, a redução de danos foi oficialmente assumida como estratégia de saúde pública por vários municípios brasileiros e reconhecida pelo Governo Federal somente em 2005.

No Brasil e outros país da América Latina, os números não diferem muito da realidade estadunidense. Burgierman (2011) mostra que, entre 2006 e 2011, no Brasil, o número de pessoas presas por tráfico cresceu 120%, de 40 mil para 87 mil. “A população carcerária do país, que era de 361 mil pessoas em 2006 e encosta em 500 mil em 2011, já é a terceira maior do mundo, atrás apenas dos EUA e da China (...). Só o estado de São Paulo construiu mais cadeias que qualquer país na década de 2000” (BURGIERMAN, 2011, s/p).

De 2011 para cá, o cenário carcerário do Brasil não mudou. De acordo com levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN),<sup>51</sup> apresentado em 2018, a população carcerária do Brasil cresce 8,3% ao ano. Se continuar nesse ritmo, o número de presos pode chegar a quase 1,5 milhão até 2025, superando a população das cidades de Belém e de Goiânia, por exemplo.

O diagnóstico apontou que 64% dos presos são negros ou pardos, e que 89% não têm educação básica completa e só 10% tem ensino médio completo. Além disso, as mulheres são mais encarceradas pelo crime de tráfico do que os homens. Dessas, 63% são negras ou pardas. Boiteux e Pádua (2013) destacam que, geralmente, as mulheres, no tráfico de drogas, estão numa posição inferior e não na cadeia de comando. Estão ligadas a essa atividade em função de ligações familiares ou afetivas. Muitas delas apenas transportam a droga ou a levam para seus parceiros nas penitenciárias.

Esses dados mostram que, embora a Lei nº 11.343/2006 tenha inovado no reconhecimento de direitos de usuários e na estratégia de redução de danos, fomentou o encarceramento em massa. A razão apontada por Boiteux e Pádua (2013) para esse fato é que a Lei de Drogas fez com que pessoas condenadas por tráfico passassem a ficar mais tempo presas, “além da hipótese de que muitos usuários possam estar sendo condenados por tráfico pela nova lei, diante da falta de critérios claros de diferenciação entre tais condutas” (BOITEUX; PÁDUA, 2013, p. 13).

Segundo o art. 28 dessa lei, para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, “o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”. Como a lei não é específica, cabe ao juiz a decisão com base na interpretação do Ministério Público e dos policiais. A indefinição dessa

---

<sup>51</sup> Disponível em: [https://justica.gov.br/news/copy\\_of\\_collective-nitf-content-26/apresentacao-diagnostico-mpsp.pdf](https://justica.gov.br/news/copy_of_collective-nitf-content-26/apresentacao-diagnostico-mpsp.pdf). Acesso em: 9 de jul. de 2019.

quantidade para diferenciar traficante e usuário abre margem para a subjetividade e para a discriminação, na medida em que se encarceram mais pessoas negras, pobres e mulheres, conforme mostram os dados.

De acordo com Burgierman (2011), o problema na política de “guerra às drogas” é que ela é avaliada por dois indicadores: quantidade de presos e de drogas apreendidas. Para ele, esses indicadores não têm efeito. A cada traficante preso outro entra para o negócio. Além disso, quando as drogas são apreendidas, os traficantes conseguem aumentar a produção ou transferi-la para outro local com facilidade e custos baixos. O autor destaca ainda uma consequência da prisão de traficantes: a demanda atrai para esse trabalho crianças e adolescentes que não podem ser presos. “Nossa política de tolerância zero com as drogas na verdade é uma política de tolerância total com o crime” (BURGIERMAN, 2011, s/p).

Carvalho (2010a) também reforça que a “guerra às drogas”, além de não ter resultado na erradicação ou no controle do tráfico, sendo um “grande fracasso”, tem seu efeito visível na “constante violação dos direitos e garantias fundamentais dos grupos vulneráveis da população” (CARVALHO, 2010a, p. 52). Apesar disso, em 2019, o governo federal reafirmou seu compromisso com a “guerra às drogas” ao sancionar projeto de lei que altera a Política Nacional Antidrogas. Mais uma vez, há um endurecimento nessa política. A medida permite que agentes públicos determinem a internação compulsória de dependentes químicos e fortalece as comunidades terapêuticas, geralmente de vínculos religiosos no Brasil. O presidente vetou a redução da pena para quem for pego com drogas, de acordo com o volume apreendido, e também o trecho que aumentava a pena mínima para traficante que comanda organização criminosas.

A atual política antidroga exclui a redução de danos que vinha sendo feita progressivamente, e prioriza o tratamento pela abstinência. Além disso, comete o mesmo erro da legislação anterior ao não definir quantidades para diferenciar pessoas usuárias e traficantes. A identificação continua baseada nos critérios subjetivos descritos na Lei de Drogas.

Dias depois de aprovar a medida, outro retrocesso. O governo censurou a pesquisa “Terceiro levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira” da Fiocruz. Segundo reportagens publicadas em diversos veículos de comunicação, o levantamento, que ouviu mais de 16 mil pessoas entre 2014 e 2017, apontou a inexistência de uma epidemia de uso de drogas no Brasil. O então ministro da Cidadania, Osmar Terra, autor do projeto de lei aprovado, discordou do resultado e declarou que a Fiocruz teria “viés para liberação das

drogas”.

Além de colocar em xeque a reputação da Fiocruz, o governo ignora a importância das pesquisas para formulação de políticas públicas e reforça mecanismos de controle social, os quais punem com base na raça, no gênero e na renda. Além disso, as medidas de natureza repressiva incentivam a violência em torno do mercado de drogas, coloca crianças no tráfico e introduz drogas ainda mais perigosas. Diante desse cenário, o governo é cego para evidências históricas, que mostram o fracasso da “guerra às drogas”. A seguir, um exemplo da abordagem da “guerra às drogas” no centro de São Paulo.

## **2.5 A “guerra às drogas” no centro de São Paulo**

A região central de São Paulo é vinculada ao consumo de crack e à degradação do espaço urbano. Para tentar reverter esse cenário, várias ações de higienização/gentrificação/repressão<sup>52</sup> foram lançadas para tentar “recuperar” a região e afastar traficantes e usuários. Em 1995, foi criada, na gestão do governador Mário Covas (1995 a 2001), uma delegacia específica para tratar o problema do crack na área. Em seguida, foram mobilizadas operações com o intuito de acabar com a chamada “Cracolândia”, mas o comércio do crack se manteve. Essas batidas policiais continuaram nos governos seguintes.

De acordo com Magalhães (2015), as intervenções do Estado se multiplicaram especialmente a partir da primeira década dos anos 2000, devido à disseminação da ideia de “epidemia do crack”. Vale destacar a Operação Limpa, deflagrada em 2005 na gestão do prefeito José Serra (2005 a 2006), em parceria com o então governador Geraldo Alckmin (2001 a 2006 – primeiro e segundo mandatos). A ação congregou agentes da polícia militar, da vigilância sanitária e de setores ligados a assistência social, saúde e limpeza pública, e estava atrelada à proposta de “revitalização” da área.

Ainda em 2005 foi lançado o Projeto Nova Luz, com o objetivo de promover a reconfiguração e requalificação da área. Para isso, foram concedidas isenções fiscais, a fim de que investidores pudessem usar terrenos liberados por demolição na região para construir torres modernas e, ao mesmo tempo, atrair empresas de alta tecnologia. Na prática, não foi o que ocorreu. Além disso, a iniciativa foi marcada por ações policiais, as quais provocaram deslocamento do tráfico, que se afastou do ponto inicial e se reinstalou alguns metros adiante.

---

<sup>52</sup> Processos claros de exclusão social.

Em 2009, mais uma operação. A gestão municipal de Gilberto Kassab (2006 a 2012) realizou uma ação que previa, pela primeira vez, a internação de usuários e usuárias, de forma voluntária. Foram mantidos policiais militares 24 horas na região para realizar os encaminhamentos. Sem sucesso, em 2012, Kassab implementou uma ação policial que pressionava pessoas usuárias de crack a buscar tratamento. A Operação Sufoco ficou conhecida como “Dor e Sofrimento” após o então coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Alberto Oliveira, afirmar que “dor e sofrimento fazem a pessoa pedir ajuda”.

A ação deveria durar no mínimo 30 dias e fazia parte da Ação Integrada Centro Legal, programa municipal que teve início em 2009. O objetivo era proporcionar atenção a pessoas em situação de rua do centro de São Paulo, em especial usuárias de drogas. Segundo Trinta (2017), apenas nos dois primeiros dias da ação policial, 196 pessoas foram presas, sendo que um terço desse total alegou estar em situação de rua. Em uma semana, os números indicavam cerca de 250 pessoas presas e quase 200 internações.

Em 2013, pessoas em situação de rua e pessoas usuárias de drogas passaram a construir barracos em torno do terreno da antiga rodoviária do bairro da Luz, ou seja, nas imediações do projeto Nova Luz. Conforme Magalhães (2015), os jornais começaram a chamar de “a favela da cracolândia”. O então prefeito Fernando Haddad (2013 a 2016) e a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social teriam questionado as pessoas sobre o que queriam para deixar os barracos. A resposta teria sido: lugar para morar e trabalho. A partir daí teria sido pensado o Programa De Braços Abertos (MAGALHÃES, 2015).

Em janeiro de 2014 foi, então, anunciada a Operação De Braços Abertos, que teve início com a remoção negociada de cerca de 200 barracos. Após a remoção, 300 pessoas foram cadastradas pela Prefeitura e passaram a dispor de moradia em hotéis, três refeições diárias no restaurante popular e vagas no serviço de zeladoria urbana com a função de varrição das ruas e pagamento semanal equivalente a R\$ 15 por dia em troca de quatro horas de serviço diário. O custo por beneficiário correspondia a R\$ 1.086 e estava atrelado ao Programa Operação Trabalho (POT).<sup>53</sup> O programa, que ganhou visibilidade internacional, aproximava-se da perspectiva da redução de danos e a abstinência não era condição ou exigência para a pessoa atendida.

Apesar de ter foco em moradia e trabalho, Magalhães (2015) menciona que a segurança e a questão urbana não foram deixadas de lado no programa. De acordo com a

---

<sup>53</sup> Criado a partir do decreto 44.484, de 10 de março de 2004.

autora, no Decreto nº 55.067, de 28 de abril de 2014, que regulamenta o programa, estava previsto fortalecimento das ações de inteligência para enfrentamento do tráfico de drogas em articulação com os órgãos estaduais de segurança pública. Além disso, estabelecia como objetivo a revitalização do espaço urbano e requalificação o espaço público para o exercício da cidadania.

Magalhães (2015) participou de uma pesquisa de avaliação do programa e ela conta em seu estudo sobre a dimensão repressiva do programa, que aparecia como um ponto de crítica quando pessoas assistidas eram ouvidas:

Em uma das entrevistas, um usuário refletindo sobre as mudanças que ocorreram na região ao longo dos últimos anos, afirma que houve melhoras com a chegada do programa municipal, mas com isso também aumentou o assédio sobre os usuários, as tentativas permanentes de controlar o que fazem e o que não fazem, se trabalham ou não, se usaram a droga ou não, por onde andam e onde ficam (MAGALHÃES, 2015, p. 19-20).

Na nova gestão municipal, em maio de 2017, mais uma operação policial na região. Policiais soltaram bombas e fizeram das ruas que funcionam como feira livre de drogas um campo de batalha. O objetivo foi um só e não muito diferente das outras operações: acabar com a “Cracolândia”.<sup>54</sup> A primeira intervenção feita durante a gestão do prefeito João Dória (2017 a 2018) derrubou barracas e retirou à força centenas de dependentes do local. Sem ter para onde ir, muitas pessoas ficaram ali nos arredores. Ou seja, mais uma operação fracassou na região.

A medida de Dória marcou o fim da abordagem anterior, da gestão Haddad, e o início do Programa Redenção, cujo induzir pessoas dependentes químicas a abrigos públicos. O projeto também prevê medidas de segurança, assistência social e zeladoria. Mais uma tentativa de revitalização urbana foi destacada nos pilares do Redenção. Um mês após a ação policial, usuários voltaram a se concentrar no mesmo local. Diferentemente do De Braços Abertos, o tratamento de saúde do Redenção se baseou na abstinência, e a administração de Dória chegou a entrar na Justiça pedindo autorização para internar usuários à força sem o aval do juiz caso a caso.

Devido à incursão violenta de policiais na região e à mudança na abordagem, foi instituído um grupo para acompanhar e fiscalizar as ações realizadas no território, inspecionar os equipamentos que atendem as pessoas usuárias de substâncias e solicitar a participação do

---

<sup>54</sup> Optamos por usar a palavra “Cracolândia” entre aspas com forma de distanciamento dos sentidos que o nome como a região ficou conhecida na mídia carrega, conforme explicamos no capítulo 2.

governo municipal nos espaços de construção da política municipal de álcool e outras drogas. Esse grupo, constituído por diferentes conselhos, além do Ministério Público e da Defensoria Pública, visitou instituições credenciadas pela gestão municipal para receber pessoas usuárias de drogas encaminhadas pelo Redenção. As conclusões apontadas no relatório “Estamos de olho: avaliação conjunta dos hospitais psiquiátricos do Projeto Redenção”<sup>55</sup> foram que todas as unidades hospitalares adotam condutas e características típicas do sistema prisional, com portas trancadas que dividem as unidades de internação. Foi diagnosticada a criminalização de questões relativas à saúde dos usuários e a negligência quanto a continuidade dos acompanhamentos após a alta hospitalar, “indicando que há uma ação, por parte do poder público, apenas no sentido da higienização e repressão”.

Em setembro de 2018, novo plano para forçar a retirada da chamada “cracolândia” do centro. Desta vez, sob o comando de Bruno Covas (2018 a 2020), que pretendia levar as pessoas que viviam ou circulavam na área para um local próximo à marginal e à rodoviária do Tietê. Para isso, a prefeitura iniciou no local a construção de uma nova tenda que oferece serviços de higiene, alimentação e pernoite a dependentes. Essas tendas, chamadas de Atende, fazem parte do programa municipal de combate ao crack criado ainda por João Doria. Com a medida, quem quiser assistência terá de andar quase 40 minutos até a nova tenda. A gestão de Covas também divulgou a intenção de multar em R\$ 500 pessoas que consumirem drogas ilícitas, como maconha e crack, nas ruas, conforme divulgou coluna da *Folha de S. Paulo*.<sup>56</sup>

Em maio de 2019, anunciou-se uma nova fase do programa Redenção, com a sanção da lei que determina a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas. A intenção é executar ações de prevenção, atenção e reinserção social de pessoas usuárias de álcool e outras drogas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A segunda fase do Redenção se afasta da abordagem linha-dura do seu antecessor e também da política antidroga do atual governo federal e se aproxima do programa De Braços Abertos, ao prever bolsa-trabalho e utilizar os hotéis sociais. Covas aposta na implementação do SIAT (Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica). A ideia é oferecer respostas em três etapas, dependendo do estágio do tratamento em que se encontra cada usuário: abordagem, acolhida temporária (por até dois anos) e profissionalização.

---

<sup>55</sup> Disponível em: [https://www.cremesp.org.br/pdfs/web\\_relatorio.pdf](https://www.cremesp.org.br/pdfs/web_relatorio.pdf). Acesso em: 16 de jul. de 2019.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/03/prefeitura-de-sp-quer-multar-em-r-500-quem-fumar-maconha-e-crack-nas-ruas.shtml>. Acesso em: 11 de mar. de 2019.

## 2.6 Política habitacional brasileira

Uma das ações intervencionistas do Estado em política habitacional foi o ataque aos cortiços nas áreas centrais. Essa medida contribuiu para os empreendedores lucrarem e para os higienistas difundirem um padrão de habitação “recomendável”. Dessa forma, surgiram várias modalidades de moradia para alojar os setores de baixa e média renda, sendo todas construídas pela iniciativa privada para o aluguel.

O setor era regulado pelo mercado, não havia controle estatal sob os valores fixados de aluguel. No entanto, mudanças na Lei do Inquilinato<sup>57</sup> (Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942), na Era Vargas, transformaram a relação entre proprietários e inquilinos como também a produção de moradias para segmentos de baixa e média renda. A lei, que congelava os preços dos aluguéis nos valores de dezembro de 1941, desestimulou o investimento na produção de residências para aluguel. Grande parte dos proprietários preferiu despejar inquilinos para vender o imóvel, pois a atividade se tornou mais lucrativa que o aluguel. A medida, que duraria dois anos, foi renovada até 1964.

Esse processo ocorreu em meio a uma das mais dramáticas crises habitacionais da história do país, provocando o surgimento de formas alternativas de produção de moradias. Em muitas cidades, como São Paulo, trabalhadores e trabalhadoras foram para a periferia, onde poderiam construir suas casas em regime de auto-construção e sem infraestrutura adequada. Essa situação foi agravada pelo processo de renovação dos centros urbanos das principais cidades brasileiras, que, segundo Bonduki (2004), ocorreu simultaneamente a uma febre imobiliária, que consolidou uma nova modalidade de empreendimento: as incorporações voltadas às classes média e alta. Esse estímulo da volta das classes média e alta para o centro renovado e a expulsão da classe trabalhadora desse espaço configuram processo de gentrificação (conforme já abordado).

A Era Vargas marcou o surgimento da moradia social no Brasil, com a criação, em 1946, da Fundação da Casa Popular (FCP).<sup>58</sup> No entanto, acabou não contemplando a camada mais baixa e foi extinta em 1964, com o golpe militar. Segundo Bonduki (2004), o projeto

---

<sup>57</sup> A primeira versão da Lei do Inquilinato foi promulgada em 1921 (Decreto nº 4.403, de 22 de dezembro de 1921). Adotada sob impacto de uma crise de moradias nos centros urbanos, fez parte de um cenário de protesto em vários países contra as condições habitacionais e os valores dos aluguéis.

<sup>58</sup> Além da FCP, havia os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) que também financiavam a construção de moradias para trabalhadores assalariados.

fracassou porque os grupos sociais que mais se beneficiariam estavam desarticulados, enquanto os setores opostos agiram com eficiência para desmantelá-lo.

Nesse mesmo ano, foi criado o Plano Nacional de Habitação, o primeiro grande plano do governo militar, que buscou concretizar a política para habitação por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH),<sup>59</sup> voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. O modelo, centrado no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e alimentado pelos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)<sup>60</sup> e pelas poupanças privadas, priorizou a quantidade de unidades produzidas a menor custo.

De acordo com Rolnik (2009), a criação do BNH foi uma resposta do governo militar à forte crise de moradia no país. Por um lado, buscava apoio entre as massas populares, e, “por outro, criava uma política permanente de financiamento capaz de estruturar, em moldes capitalistas, o setor da construção civil habitacional, objetivo que acabou por prevalecer” (ROLNIK, 2009, p. 33).

Essa política de financiamento da casa própria buscava atender os trabalhadores que recebiam menos de um salário mínimo, mas foi a classe média emergente a que mais se beneficiou com os investimentos. Rolnik (2009) expõe as condições em que as moradias populares eram implantadas e as consequências da expansão do mercado para a classe média:

Quando construídas, as moradias populares foram, em sua maioria, implantadas fora das cidades, em periferias distantes e desequipadas e, muitas vezes, sob as mesmas condições de irregularidade e precariedade urbanística que marcava o mercado informal popular. Por outro lado, o mercado de classe média – que concentrou 2/3 das unidades financiadas pelo BNH – conheceu enorme expansão, gerando crescimento da verticalização residencial e constituindo novos eixos de centralidade nas cidades médias e grandes do país (ROLNIK, 2009, p. 3).

Segundo Caldeira (2000), o SFH transformou o mercado imobiliário: estimulou a criação de empresas de incorporação imobiliária, as quais contavam com o empréstimo do SFH para construir empreendimentos que seriam vendidos com financiamento do BNH. Desta forma, governos deixaram de ser provedores de habitações para serem incentivadores da expansão dos mercados privados. De acordo com Rolnik (2017), houve mercantilização da moradia por meio de incentivos para a compra de imóveis, e a habitação pública passou a ser sinônimo de empobrecimento e marginalidade.

---

<sup>59</sup> O BNH e o SFH foram criados pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

<sup>60</sup> Criado em 1966.

Na década de 1980, a crise financeira comprometeu mais gravemente os investimentos do SFH, provocando a extinção do BNH em 1986, transferindo para a Caixa Econômica Federal suas funções. De acordo com Fix (2011), a extinção do BNH desarticulou e fragmentou a política habitacional, que “permaneceu errática nos anos do ajuste estrutural e, posteriormente, nos primeiros movimentos da política neoliberal da década seguinte” (FIX, 2011, p. 54).

Uma nova perspectiva para a política habitacional veio com a Constituição Federal, que incorporou a moradia como um direito social, a partir da aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC), em 2000. Isso significa que a moradia foi reconhecida pela CF como necessidade para uma pessoa ter uma qualidade de vida mínima. Diante de um déficit habitacional de quase sete milhões de moradia, segundo a Fundação João Pinheiro,<sup>61</sup> esse direito tem sido negado a muitas famílias. Vale destacar que a regulamentação do lado social da propriedade só ocorreu em 2001, com o Estatuto da Cidade.<sup>62</sup>

Além disso, a CF determinou a competência da União, dos Estados, do DF e dos Municípios de “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (art. 23, IX). De acordo com Bonduki (2008), a maior mobilização dos movimentos de moradias ampliou a pressão por mais participação dos municípios no setor de habitação. Com isso, acentuou-se a tendência de descentralização dos programas habitacionais. Nesse contexto, emergiu um conjunto de experiências municipais de habitação de interesse social.

Nos anos 1990, observou-se a falta de estratégia para a política urbana e habitacional. Em 1995, no governo do FHC, ocorreu uma retomada nos financiamentos de habitação e saneamento com base nos recursos do FGTS. Mas só no último ano da década o governo federal criou o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), voltado à produção de unidades novas para arrendamento e para o público com renda familiar entre quatro e seis salários mínimos. A condição era a localização do terreno em áreas que já possuíam infraestrutura, o que na visão de Fix (2011) contribuiu para forçar a ocupação de vazios urbanos ou impulsionar a produção de infraestrutura pelos governos locais. O PAR também abriu a possibilidade de financiar intervenções nas áreas centrais.

---

<sup>61</sup> Disponível em: <http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/>. Acesso em: 24 de fev. de 2019.

<sup>62</sup> Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, aprovada após mais de uma década de mobilização do Fórum Nacional da Reforma Urbana.

Os anos 2000 trouxeram novidades. Uma delas apontou para um novo modelo de financiamento habitacional: o Programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social (PSH), lançado em 2001, no segundo mandato do governo FHC. O PSH possibilitou introduzir recursos do Tesouro Nacional para subsidiar a produção de habitação para a população de baixa renda.

Em 2005, após forte pressão do movimento de moradia, o governo Lula aprovou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS),<sup>63</sup> que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), com a finalidade de unir recursos de diferentes fontes destinados exclusivamente a subsidiar a população de mais baixa renda, na qual se concentrou a maior parte do déficit habitacional brasileiro. “Com a criação do FNHIS, os recursos orçamentários superaram um bilhão de reais por ano para programas habitacionais, valor nunca antes alcançado” (BONDUKI, 2008, p. 100).

Em 2007, o governo apostou suas fichas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com o objetivo de implantar grandes obras de infraestrutura, incluiu entre seus componentes um programa de caráter social, a Urbanização de Assentamentos Precários, prevendo recursos orçamentários para o setor da habitação. O PAC está inserido no Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), instituído pela política do Ministério das Cidades, criado em 2004. O PLANHAB propunha ações para equacionar o problema da moradia em 15 anos. Para isso, seria necessário produzir cerca de 34,9 milhões de unidades habitacionais, sendo 7,9 milhões para eliminar o déficit existente (BRASIL, 2009).

A partir de 2009, o principal programa para a habitação foi o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV),<sup>64</sup> com a meta de construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre zero e dez salários mínimos. O MCMV estimulou a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, no momento em que a crise do mercado imobiliário internacional, conhecida como a crise do “subprime”, no segundo semestre de 2008, ameaçava chegar ao país.

Apesar disso, Fix (2011) ressalta que o MCMV, assim como o BNH, tratou a habitação como mercadoria. De acordo com a autora, os subsídios diretos ao comprador ou

---

<sup>63</sup> Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 dispõe sobre o SNHIS, que centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social. Cria o FNHIS que também centraliza os recursos orçamentários inseridos no SNHIS. Institui ainda o Conselho Gestor do FNHIS.

<sup>64</sup> O MCMV surgiu a partir do Projeto Moradia, elaborado no âmbito do Instituto Cidadania. Foi base do programa eleitoral do Lula, no ano em que ganhou as eleições para o seu primeiro mandato. Assim como o PAC, está inserido no PlanHab.

compradora podem ser vistos como um reconhecimento de que moradia é um direito. Porém, explica que essa questão é ambígua, “uma vez que justifica a injeção de recursos públicos em um sistema que, de resto, tem lógica privatista na definição dos espaços, inteiramente formulados segundo critérios de um empreendimento imobiliário” (FIX, 2011, p. 145).

Em 2010, foi lançado a segunda fase do PAC, o PAC 2, que fortaleceu ainda mais o papel do setor habitacional e da construção civil como propulsor de desenvolvimento econômico do país e de inclusão social. A segunda fase do programa MCMV incorporou alguns avanços em relação à primeira fase, no entanto, especialistas avaliam a necessidade de melhorar a qualidade urbana e arquitetônica dos empreendimentos, a articulação do programa com a política urbana e a localização das novas habitações, já que muitas são fixadas nas periferias das cidades.

Ainda não se sabe se essas melhorias vão ocorrer. O presidente eleito Jair Bolsonaro (2019 a 2022) não apresentou proposta para a área em sua campanha eleitoral. Apenas em um vídeo durante a eleição se comprometeu a manter o MCMV e reduzir as taxas do programa.<sup>65</sup> Ao assumir o governo, fez uma reforma ministerial e extinguiu o Ministério das Cidades, fundido com Integração Nacional no Ministério do Desenvolvimento Regional. A medida foi vista com pesar por especialistas, já que a criação da pasta em 2004 foi considerada um avanço na política pública ao integrar as esferas urbana, habitacional, de saneamento e de mobilidade urbana.

### 2.6.1 Moradia Primeiro

O que se percebe ao traçar a trajetória da política habitacional brasileira é a falta de um programa específico para prover moradia para pessoas em situação de rua, embora não tenham faltado iniciativas voltadas para a classe baixa, mesmo que tenham em geral e em alguma medida fracassado ou beneficiado na verdade a classe média. O, então, Ministério dos Direitos Humanos (MDH), atualmente Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, iniciou essa discussão com a sociedade civil em 2006, mas só com a implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, em 2009, é que iniciativas nesse sentido começaram a vir à tona. No entanto, essa questão foi essencialmente

---

<sup>65</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/deficit-habitacional-e-populacao-de-rua-crescentes-desafiam-nova-gestao.shtml>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2009.

tratada no âmbito da assistência social, focando os recursos em abrigos e casas de reabilitação.

A partir de 2016, o ministério passou a debater com representantes do CIAMP-Rua a implantação do Moradia Primeiro, um modelo de política inspirado no *Housing First*, que surgiu com o psicólogo Sam Tsemberis da ONG norte-americana *Pathways to Housing*. Esse modelo, que entende a moradia como a primeira etapa da intervenção, virou política pública nos Estados Unidos em 2009. Outros países como Canadá, França, Portugal e Espanha também adotam esse modelo.

A proposta prioriza o acesso imediato a uma unidade habitacional individual, com dignidade e acompanhamento de uma equipe multidisciplinar. É construída em três grandes eixos: habitação como direito e prioridade; trabalho como forma de manutenção do processo de inserção social e econômica; e um pacote de outros direitos (saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, etc.) que dão o suporte para a permanência da pessoa em sua habitação e consequente saída da situação de rua.

No Brasil, algumas experiências relacionadas ao modelo são bem recentes. A publicação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), “População em situação de rua: direitos humanos, políticas públicas e programas de *housing first*”, mostra, no âmbito das políticas estaduais, o Programa De Braços Abertos, implementado em São Paulo, pelo ex-prefeito Fernando Haddad, em 2014. O programa focava moradia em primeiro lugar para tratar dependentes químicos, estabelecendo alguns hotéis para receber dependentes cadastrados. O custo per capita do programa era de R\$ 1.086 mensais, valor determinado pelo POT (Programa Operação Trabalho), referente ao trabalho, moradia e alimentação (FGV, 2017). Apesar de ter alcançado bons resultados até 2016, teve fim em 2017, com a gestão do prefeito João Doria (PSDB), que preferiu focar, primeiro, no combate à dependência química.

Já por meio das iniciativas da sociedade civil, o Projeto Ronda Urbana de Amigos Solidários (RUAS) é pioneiro.<sup>66</sup> A metodologia original do projeto RUAS foi pautada, basicamente, em torno de dois eixos centrais: abordagem assistencial e serviços sociais assistenciais — as rondas. A abordagem assistencial gera aproximação dos voluntários do projeto com pessoas em vulnerabilidade e risco. Nas rondas, ocorre aproximação, construção de banco e identificação de potenciais participantes do *Housing First*. O programa ainda está

---

<sup>66</sup> O Projeto RUAS é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que nasceu com a ideia de fazer rondas noturnas nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, distribuindo itens de necessidade pessoal para a população em situação de rua.

em fase de teste e prevê custo individual de R\$ 1.300 por mês, mais barato que o custo público municipal com vaga em clínica de recuperação, que é de R\$ 1.900. Nesse sentido, a iniciativa se mostra uma alternativa para o abrigamento tradicional. Nos países em que o projeto já está implementado, a taxa de abandono é menor que nos abrigos.

## 2.6.2 São Paulo, ocupações e o Centro

As discussões sobre habitação na área central já ocorriam desde a década de 1980, na gestão de Mário Covas (1983 a 1985), com o intuito de melhorar a realidade da população vivendo em cortiços.<sup>67</sup> Mas foi no governo de Erundina (1989 a 1992) que surgiram as primeiras iniciativas que, embora pontuais, já “carregavam sementes da constituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)<sup>68</sup> como forma de viabilizar a melhoria e a produção de novas unidades habitacionais na área central” (SILVA, 2018, p. 59).

Nesse período, que coincidiu com o auge das propostas de mutirão com autogestão no município,<sup>69</sup> a Prefeitura desapropriou sete cortiços, fez projetos de construção de 320 unidades no total, mas só foram concluídas na gestão de Marta Suplicy (2001 a 2005), porque ficaram interrompidas nos governos de Paulo Maluf (1993 a 1996) e Celso Pitta (1997 a 2000). Vale ressaltar que em 1992 foi publicado o Decreto de Habitação de Interesse Social – HIS, normatizando a produção de unidades habitacionais de interesse social.

Silva (2018) afirma que os anos 1990 foram marcados também pela recuperação de edifícios ligados à cultura (caso da Sala São Paulo) concentrados na região da Luz. Em 1993, na gestão Celso Pitta, a Prefeitura criou o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do

---

<sup>67</sup> Segundo Silva (2008), no centro, os cortiços se instalaram nas residências abandonadas pelos moradores das classes médias e altas quando estes se mudaram para outros bairros ou ainda na possibilidade de construção de novos cômodos nos fundos de lotes. A autora explica que essa forma de moradia persiste, no Centro, porque existe uma demanda dos trabalhadores que precisam estar próximos ao local de trabalho e não possuem a renda ou a documentação necessária para alugar um apartamento no mercado formal. Ela pondera ainda que, por outro lado, a oferta de cortiços também persiste porque se trata de uma atividade bastante lucrativa, já que os aluguéis cobrados são muito caros, se considerados os seus valores por metro quadrado dos cômodos alugados.

<sup>68</sup> As ZEIS ou AEIS foram um dos primeiros instrumentos urbanísticos utilizados pelos municípios para garantir a permanência da população de baixa renda em seus locais de residência, de modo a evitar sua expulsão. Permite ainda demarcar terrenos vazios para produzir habitação social.

<sup>69</sup> A autogestão na produção de moradia ocorre quando os futuros moradores administram a construção das unidades habitacionais financiadas pelo poder público. Esse programa foi considerado pioneiro no Brasil e ficou conhecido como Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Subnormais (Funaps) Comunitário.

Centro de São Paulo (ProCentro), que tinha o objetivo de coordenar iniciativas privadas e públicas na área central.

No mesmo período, iniciou-se a montagem do Programa de Atuação em Cortiços (PAC), com o objetivo declarado de erradicar os cortiços e oferecer novas habitações às pessoas deslocadas, através do recurso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No entanto, seu perímetro de atuação não incluiu os distritos mais centrais, que constituíram o foco das propostas de requalificação, tanto do governo estadual como do município. “Basicamente, se dava dinheiro para as pessoas irem buscar uma habitação em qualquer lugar” (SILVA, 2018, p. 64).

Na década de 1990, também ganharam força as ocupações em edifícios ociosos, sendo lideradas por movimentos sociais da luta por moradia. Alguns se formaram na época e outros se fortaleceram, com destaque para o Movimento de Moradia do Centro, o Fórum dos Cortiços, a Unificação das Lutas dos Cortiços e o Movimento dos Sem-Teto do Centro, todos participantes da União dos Movimentos de Moradia (UMM).<sup>70</sup> Segundo Amaral (2002), vários fatores levavam às ocupações, como baixos salários, dificuldades nos deslocamentos e no acesso aos serviços e infraestrutura, e falta de alternativas concretas das políticas públicas em vigor.

A primeira dessas ocupações foi feita em 1997, em um prédio na rua do Ouvidor. Em seguida, o prédio do INSS da avenida Nove de Julho também foi ocupado e depois outros. As ocupações se concentraram entre 1997 e 2000, quando 30 prédios foram ocupados, envolvendo cerca de 3.673 famílias (SILVA, 2008). Essas experiências logo se expandiram para outras cidades do país. A partir das ocupações, esses movimentos passaram a participar de discussões e formulações dos programas, inclusive no âmbito dos governos estadual e federal.

Quando Marta Suplicy assumiu a Prefeitura de São Paulo, após as gestões de Maluf e Pitta, que se voltaram principalmente para o vetor Sudoeste, foi instituído o programa Morar no Centro, coordenado pela equipe do ProCentro, que buscava incentivar a ocupação residencial das áreas centrais e que fazia parte do Ação Centro, um programa urbanístico mais abrangente para toda a área central da cidade. Este programa também contava com financiamento do BID, sendo que aproximadamente 15% do montante estimado em 100

---

<sup>70</sup> A UMM foi fundada em 1987 com o objetivo de articular e mobilizar movimentos por moradia. É uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, mutirões, ocupações, dentre outras. Só em São Paulo, na região metropolitana, há nove movimentos filiados.

milhões de dólares seriam destinados especificamente à produção de habitações de interesse social.

O Morar no Centro subdividiu-se em outros três programas: o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o Programa de Reabilitação Integrada (PRIH)<sup>71</sup> e o Programa Locação Social.<sup>72</sup> Silva (2018) explica que a ideia da locação social era ter “um parque público de edifícios em que se ofertariam unidades alugadas a um valor compatível com a renda das famílias e com condições de conforto, evidentemente, extremamente superiores aos dos cortiços” (SILVA, 2018, p. 63).

Silva (2018) conta como foi a negociação com o BID para implantar o Morar no Centro:

Quando a Prefeitura decidiu trabalhar com o BID, nós tivemos que submeter o Programa Morar no Centro ao organismo. Fomos várias vezes a Washington para discutir o projeto e me lembro de um dos consultores do banco dizer: “O que é isso? É muito pobre no centro. O que vamos fazer para a classe média voltar para o centro?”. Nossa posição era a de que não seria preciso dar incentivos para a classe média voltar, porque ela voltaria por conta própria quando o centro estivesse melhor. De qualquer forma, a primeira proposta desse consultor era criar um bônus para os “pioneiros” da classe média. Nós achávamos que isso não tinha sentido. Não existia a menor possibilidade de usar recursos municipais para dar bônus para a classe média. Além do mais, quais critérios a Prefeitura utilizaria? Quem seria beneficiado, quando, onde? Era uma ideia completamente absurda e isso nós conseguimos combater, mas a negociação sobre locação social foi mais difícil. O consultor do BID realmente achava que não fazia sentido implementá-la em São Paulo, alegando que a locação social estava sendo descartada na Inglaterra – claro, a Margaret Thatcher tinha acabado com os parques de locação social – e que nos EUA esses conjuntos habitacionais só criavam problemas. Essa discussão, apesar de longa, foi bem interessante, porque nós debatemos muito sobre esse tema com especialistas dos Estados Unidos, da França e de outros países para tentar convencer os técnicos do banco de que a Prefeitura faria um número limitado de unidades de locação social e que essa linha de atuação seria sempre limitada em volume. Com o PAR, eles não tiveram nenhum problema. Eles acharam bastante interessante a proposta dos PRIHs (SILVA, 2018, p. 63).

Pelo depoimento, percebe-se que a atenção de certas políticas de desenvolvimento está voltada para a classe média. Além dos três programas, havia Bolsa Aluguel,<sup>73</sup> que consistia

---

<sup>71</sup> O Programa é inspirado em iniciativas urbanísticas em áreas históricas com inclusão social na França, Portugal e Itália. Envolve áreas delimitadas nos bairros centrais de São Paulo que se caracterizam por concentrações de cortiços, imóveis subutilizados e moradias precárias.

<sup>72</sup> Criado pela resolução n. 23 do Conselho do Fundo Municipal de Habitação.

<sup>73</sup> O programa Bolsa Aluguel foi instituído pela resolução CMH n. 04 de 30 de janeiro de 2004. O programa viabiliza um subsídio de R\$ 300 e a garantia para famílias comprovadamente de baixa renda alugar um imóvel de, no mínimo, dois cômodos. Com o prazo de trinta meses, renovável uma única vez, os ex-moradores do Edifício São Vito foram os primeiros beneficiados pelo programa (Fórum Centro Vivo, 2006).

em um subsídio temporário destinado pelo Fundo Municipal de Habitação para pagamento de aluguel visando acomodar famílias à espera de realocação para outro empreendimento habitacional. Foi dado prosseguimento ainda ao Programa de Atuação em Cortiços (PAC). Em 2005, houve uma mudança nas negociações com o BID, que deixou de contribuir com o atendimento habitacional da população de baixa renda no Centro.

Na gestão Serra/ Kassab (2005 a 2012), as ações de viabilização de moradia se voltaram para a urbanização das favelas. Além da interrupção de programas sociais habitacionais, foram oferecidas verbas para que os mais pobres voltassem às cidades de origem ou às periferias das metrópoles. Segundo o dossiê chamado “Violações dos direitos humanos no Centro de São Paulo”, lançado pelo Fórum Centro Vivo, em junho de 2006, houve uma redução da dotação orçamentária para a habitação na região central. Em 2005, gastou-se pouco mais da metade dos recursos orçados (somente R\$ 197 milhões, de R\$ 346 milhões). Já em relação às áreas de risco, foram gastos apenas 42% da verba prevista (R\$ 9 milhões, de 20 milhões). Outra medida desse período foi deslocar verbas e financiamentos internacionais originariamente captados para atendimento habitacional na região central para a assistência social. Mais uma vez o governo mostrou erroneamente o seu entendimento com relação às demandas das classes empobrecidas, tratando-as só no âmbito da assistência social.

Já na gestão do Fernando Haddad (2013 a 2016) foi aprovado o Plano Diretor Estratégico, que ampliou em 117% as áreas demarcadas como ZEIS, voltadas à construção de moradias populares. Nessas ZEIS foram incluídas regiões próximas ao Centro. Além disso, a gestão lançou o programa municipal de Parceria Público Privada (PPP) para habitação popular. Em reportagem à EBC<sup>74</sup> em 9 de novembro de 2016, o prefeito declarou que o projeto visaria à permanência da população de baixa renda no centro de São Paulo em situação digna.

A PPP da Habitação do Centro pretendia inicialmente construir 20 mil moradias, que seriam viabilizadas com recursos privados, subsídios federais do Programa MCMV e recursos complementares dos governos estadual e municipal. A prefeitura concederia um aporte de R\$ 20 mil por unidade habitacional. No entanto, conforme publicado no site da Pólis,<sup>75</sup> foram identificados alguns problemas, como o fato de que nem todas as moradias seriam destinadas

---

<sup>74</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/haddad-diz-que-programa-de-ppps-para-moradia-esta-pronto-para-implementacao>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

<sup>75</sup> Disponível em: <http://polis.org.br/noticias/ppp-da-habitacao-muitas-perguntas-ainda-sem-respostas/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2019.

às famílias de menor renda e apenas 20% de todas as habitações ofertadas seriam destinadas a moradores da área central. Dessa forma, a real demanda de subsídios públicos para acesso à moradia popular não seria atendida. O projeto também encontrou dificuldades para se concretizar já que não pôde contar com recursos do MCMV devido à crise econômica iniciada no período, que atingiu especialmente as empresas nacionais de construção civil.

Quando João Doria (2017 a 2018) assumiu, prometeu construir novas unidades habitacionais por meio da PPP na região da Luz, para ampliar as ações de “revitalização” da área. Com esse objetivo em mente, seu primeiro trabalho foi deflagrar junto com o governo estadual uma violenta operação para coibir o tráfico de drogas e a permanência de pessoas na região conhecida como “Cracolândia”.<sup>76</sup> A gestão Doria foi também responsável pela demolição de imóveis no bairro. Essa ação provocou a morte de uma pessoa, que estava dentro de um imóvel no momento em que foi destruído. O político deixou a gestão municipal para concorrer ao cargo de governador, para o qual foi eleito, e deixou as demandas habitacionais da cidade para o seu sucessor Bruno Covas (2018 a 2020).

Covas precisou focar seus esforços, logo no início da sua gestão, para tentar solucionar problemas com o Wilton Paes de Almeida. O edifício de 24 andares, que ficava no Largo do Paissandu, no centro, desabou após um incêndio. O acidente ocorreu em maio de 2018 e a principal hipótese para a tragédia foi a explosão de um botijão de gás ou de uma panela de pressão. O local, que já tinha sido sede da Polícia Federal e posto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), era uma área de ocupação popular. Estima-se que 120 famílias viviam no local, sendo um percentual de famílias imigrantes. Sete pessoas morreram na tragédia.

Na época, a mídia resgatou dados que estavam silenciados, como o déficit habitacional<sup>77</sup> da cidade, que é de 358 mil moradias, o que significa 1,2 milhão de pessoas vivendo de forma precária em São Paulo. Esse déficit leva às ocupações como as do edifício Wilton Paes de Almeida ou à situação de rua. Segundo levantamentos divulgados, em São Paulo há 206 ocupações em edifícios abandonados onde vivem mais de 45 mil famílias. Só no

---

<sup>76</sup> Comentamos sobre essa operação no capítulo 2.

<sup>77</sup> “O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais”. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>. Acesso em: 23 de fev. de 2019.

centro, são 70, sendo que nesses imóveis vivem quatro mil famílias. Em 2000, havia em torno de 400 prédios e terrenos ociosos, sendo o INSS o proprietário da maior parte dos edifícios.

As medidas adotadas por Covas, em parceria com o governo do Estado, para atendimento às famílias desabrigadas foram a bolsa aluguel de R\$ 400 ou vagas em albergues. No entanto, essas medidas foram bastante criticadas, pois o valor da bolsa não cobre a locação de um quarto em hotéis ou pensões na região. Além disso, muitas famílias não se identificam com pessoas em situação de rua e, por isso, não aceitaram vagas em albergue. Foi veiculada na imprensa a intenção de se fazer um projeto habitacional no terreno do edifício e contemplar as famílias desabrigadas de forma definitiva no mesmo endereço, mas nada foi feito ainda nesse sentido. Atualmente, as famílias desabrigadas estão divididas em albergues, algumas em situação de rua e outras deslocaram-se para a periferia.

### **Reflexões finais**

Esse panorama das políticas de assistência social, de habitação, de gentrificação e de “guerra às drogas”, tanto no contexto brasileiro como de modo específico na cidade de São Paulo, baseado na revisão de estudos feitos em torno dessas temáticas, contribuiu para identificar e discutir a dimensão do problema social em que as pessoas em situação de rua estão inseridas e como elas vêm sendo tratadas pelo Estado ao longo do tempo.

Observei que as intervenções sociais do Estado no capitalismo, baseadas na atuação contra a insalubridade e no controle social, são a norma histórica. As medidas tomadas pelos sucessivos governos não tiveram resultado efetivo contra o empobrecimento. A “guerra contra a pobreza” foi substituída por uma “guerra contra os pobres” (WACQUANT, 2007, p. 96).

Em geral, as respostas dos governos frente às demandas foram motivadas pelos interesses do capital. Ao mesmo tempo em que o capital atua para o desenvolvimento econômico, para a expansão capitalista, produz desigualdades sociais, que são a base necessária para a reprodução do capitalismo e seus processos. Nesse contexto, dá-se o crescimento da população em situação de rua. É notória a incapacidade dos governantes em formular projetos efetivos que contemplem o grupo, e embora tenham havido medidas claras de avanços em alguns governos ocorreram também retrocessos.

A partidarização política ora aproximou as ações do município à conjuntura nacional, ora afastou-as. Quando houve essa desconexão, o retrocesso foi nítido, sugerindo a importância de as três esferas do governo (federal, estadual e municipal), assim como as

esferas dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) estarem alinhadas e comprometidas com a questão social. O que se observa é o contrário: a cada governo há descontinuidade de projetos iniciados por gestões antecessoras. Nesse cenário, cabe mencionar também a vaidade de quem detém o poder de querer o crédito de alguns projetos ou de deslegitimar a eficácia de outros implantados anteriormente, e, assim, a disputa política põe-se acima dos interesses e necessidades da população.

Com relação à assistência social, há dificuldade de governantes se afastarem da herança histórica da caridade na área e entenderem a assistência social como direito constitucional. É possível perceber que as iniciativas existentes na assistência social, principalmente para as pessoas em situação de rua, ainda têm restringido os direitos, seja na concepção dos programas ou em suas configurações burocráticas. Além disso, essas iniciativas em geral não levam em consideração a heterogeneidade do grupo – por exemplo, não há uma ação ou política pública voltada especificamente para as mulheres em situação de rua.

Se, de um lado, o governo “assiste” a população vulnerável, por outro, deixa-se seduzir pelas construtoras imobiliárias, implementando políticas de gentrificação, as quais contribuem para transformação social do espaço público, mas conforme os preceitos neoliberais. As políticas de gentrificação aplicadas na tentativa de aludida “revitalização” das áreas centrais têm sido incapazes de solucionar os problemas locais, dentre eles a situação de rua e o déficit habitacional. Não há projetos de intervenção que incluam esses moradores para que possam continuar onde vivem. Mas há fortes ações policiais de repressão à situação de rua e às ocupações, numa tentativa de eliminar os grupos do espaço público.

Essas intervenções, muitas vezes, são justificadas pelo que Caldeira (2000) chama de “fala do crime”. Ela explica que conversas, brincadeiras e notícias sobre o crime e o medo de ser uma vítima fazem o discurso sobre o medo se proliferar e, ao mesmo tempo, legitimar ações de exclusão social. Ela acrescenta que essa “fala do crime” incorpora “preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados” (CALDEIRA, 2000, p. 9).

No cenário de “guerra às drogas”, tem-se o imperialismo norte-americano ditando as medidas punitivistas que marcam a nossa legislação antidrogas. Mesmo com a sinalização de alguns governos para a redução de danos, a repressão continua, em nome da segurança. Vi que a região central de São Paulo vive declaradamente a abordagem da “guerra às drogas”. As medidas têm mais caráter repressivo do que assistencial e de prevenção ao abuso de

substâncias. Aliás, o lado social, de atenção à população mais vulnerável, vem para legitimar ações policiais que na impossibilidade de se deter a expansão do uso de drogas a alternativa passa a ser o controle sobre seus territórios (RAUPP; ADORNO, 2009).

Nas palavras de Telles (2015), nesses lugares, “explicitam-se os mecanismos pelos quais a gestão urbana e a gestão da ordem se fazem sob a égide de princípios securitários, gestão dos riscos e das emergências, multiplicando as formas de controle e os alvos sob suspeita” (TELLES, 2015, p. 32-33), que são pessoas usuárias de drogas, pequenos traficantes, pessoas em situação de prostituição, pessoas em situação de rua, entre outros grupos que “são vistos, tratados e classificados (...) como detritos sociais” (RUI; MALLART, 2015).

Apesar de todas as ações na área central da cidade, os cenários de pobreza e drogadição na região não foram alterados. Segundo Magalhães (2015), as pessoas que vivem ali permanecem, desenvolvem estratégias e táticas de defesa e resistem. Essa resistência desafia o “governo da segurança” (TELLES, 2015, p. 24), “mobilizado para higienizá-las, docilizá-las, eliminá-las e geri-las” (RUI; MALLART, 2015).

Sobre a política habitacional, pode observar que as estratégias lançadas de moradia para a população de menor renda não alcançaram metas planejadas. Favoreceram, em geral, as classes médias e estabeleceram um mercado privatista de moradias. Apesar de o “Moradia Primeiro” apresentar-se como uma política efetiva para a situação de rua, não há iniciativas governamentais acenando para este caminho, e quando houve foi desprezada pelo governo seguinte (caso do Programa De Braços Abertos).

A tragédia no edifício Wilton Paes Paiva expôs a situação dos prédios abandonados e ocupados em São Paulo e a urgência de medidas para sanar o déficit habitacional, que não é exclusividade da cidade, mas comum a grandes metrópoles. Apesar do acontecimento, não houve mudanças. Segundo a imprensa, famílias, sem opção de onde morar, ocupam os edifícios abandonados e se arriscam com a falta de segurança dos locais.

Por fim, de acordo com a bibliografia estudada, parece haver pouca integração entre os setores governamentais, uma vez que as pastas se articulam somente para algumas ações ou programas pontuais, bem como entre os setores governamentais, privados e a comunidade na formulação de ações e políticas públicas. E este é o desafio: pensar políticas intersetoriais perenes, que envolvam a comunidade tanto na formulação quanto na implantação, tal como a proposta da política nacional de 2009. Segundo Bronzo (2007), o empobrecimento é um processo coletivo e que, portanto, deve ser enfrentado “pelo conjunto das políticas e pelo

conjunto de diversos atores e setores sociais” (BRONZO, 2007, p. 10). Faz-se, então, necessária uma conexão entre os diversos setores (governamental, privado, social, ou “terceiro setor”) para o enfrentamento do empobrecimento e da situação de rua.

Koga (2003) também destaca a importância da participação da comunidade, já que é sujeito do processo e é quem vai dar continuidade ao projeto. No entanto, Senna e Garcia (2014) ressaltam a dificuldade de seguir por esse caminho, pois há que se considerar os interesses diversos e os diferentes recursos de cada elo. Nesse processo de diálogo, negociação e argumentação, a questão discursiva impera, sobretudo porque pode ser um eixo estruturante de uma política intersetorial, contribuindo para sua perenidade e efetividade. Sobre discurso, mais detalhes no próximo capítulo.

### 3 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A Análise de Discurso Crítica (ADC) enfoca o uso da linguagem para investigar problemas sociais, entendendo que não há como pensar a linguagem fora da sociedade e vice-versa. A unidade mínima de análise é o texto, entendido de modo amplo no que envolve suas condições de produção, distribuição e consumo, e seu funcionamento em práticas sociais situadas (VIEIRA; RESENDE, 2016). É considerada um aporte teórico-metodológico útil a investigações de diversas práticas na vida social. Por suas características, julgo-a adequada para este estudo. Nas seções deste capítulo apresento as características da ADC, alguns conceitos importantes dessa abordagem e também as categorias analíticas com as quais trabalho nas análises textuais.

#### 3.1 Características da ADC

Consolidou-se no início da década de 1990,<sup>78</sup> quando começava a se constituir como uma ciência crítica da linguagem, que visava contribuir para o estudo de efeitos sociais de textos e da natureza discursiva de mudanças sociais e culturais contemporâneas. Guarda relações com a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)<sup>79</sup> e a Linguística Crítica (LC).<sup>80</sup> A LSF preocupa-se com a relação entre a linguagem e outros elementos e aspectos da vida social, e sua abordagem para a análise linguística de textos é sempre orientada para o caráter social de textos. A LC contribuiu para a compreensão da linguagem, de sua relação com o social e com noções de ideologia e poder. De ambas a ADC beneficia-se, ampliando-as em escopo e abordagem.

A ADC também tem interface no campo das Ciências Sociais Críticas, cujos conceitos e categorias devem ser operacionalizados na abordagem, conforme defende Resende (2017a), como forma de romper fronteiras disciplinares. Segundo Resende (2006), esse diálogo favorece as duas disciplinas: para a Linguística, traz a ancoragem em perspectivas teóricas

---

<sup>78</sup> Em 1991, foi realizado um simpósio em Amsterdã. Ruth Wodak, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Siegfried Jäger passaram dois dias discutindo teorias e métodos de análise do discurso. O encontro estabeleceu uma tentativa tanto de iniciar um programa de intercâmbio e múltiplos projetos conjuntos e colaborações entre os diferentes estudiosos/as e as diferentes abordagens (WODAK, 2004).

<sup>79</sup> Sob influência de Halliday (1976).

<sup>80</sup> Perspectiva teórica iniciada por Roger Fowler e Gunther Kress (1979).

acerca da estrutura e da ação sociais, e propicia para as Ciências Sociais um arcabouço para a análise textual.

Tomando pressupostos de abordagens das ciências sociais, a ADC desenvolveu modelos para o estudo situado do funcionamento da linguagem na sociedade. O conceito de “discurso”, central na ADC, está ligado à linguagem e às ciências sociais. Dessa articulação com outras disciplinas ressalta-se, então, uma das características da ADC, que é a transdisciplinaridade.<sup>81</sup> Sobre essa característica, Fairclough (2012) diz que “todos deveríamos estar abertos a diferentes lógicas teóricas, a sua ‘interiorização’ (HARVEY, 1996), tornando possível transformar as relações que existem entre elas” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 308).

A ADC não é um corpo teórico único, ao contrário, realiza-se em diferentes vertentes, ou seja, uma heterogeneidade de abordagens. Muitas delas estão inseridas no contexto europeu, mas vale destacar que desde os anos 2000 estão sendo desenvolvidos estudos a partir de perspectivas latino-americanas.<sup>82</sup> Para Resende (2017), essa proposta de promover pesquisas a partir de perspectivas latino-americanas é um caminho para decolonizar o saber nos estudos discursivos.<sup>83</sup> Além disso, a autora defende que toda a teoria contextualizada a partir da realidade local é mais útil.

Outra característica da ADC é o seu caráter posicionado, marcado pela abordagem crítica em relação a problemas sociais de cunho científico. Em função disso, busca compreender construções ideológicas presentes e o funcionamento de textos na manutenção de relações baseadas em abuso de poder (VAN DIJK, 2015). Na definição de van Dijk (2001, p. 352), os estudos críticos do discurso referem-se a:

[...] um tipo de investigação analítica do discurso que estuda principalmente as formas como o abuso de poder social, a dominação e a desigualdade são conquistados, reproduzidos e contestados, por meio de textos, no contexto social e político. Com esse tipo de investigação, analistas de discurso críticos/as assumem posição explícita e, portanto, pretendem compreender, expor e, finalmente, resistir à desigualdade social.

---

<sup>81</sup> Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), a ADC dialoga com uma variedade de teorias, tanto sociais, quanto linguísticas, de forma que a teoria da ADC é uma síntese mutante de outras teorias.

<sup>82</sup> Um exemplo desses esforços é a Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza (REDLAD). O objetivo é analisar representações da pobreza em variados tipos de textos, investigar as políticas de representação de setores organizados da sociedade civil, bem como estimular e apoiar políticas que promovam o respeito aos direitos humanos. É constituída por um grupo multidisciplinar de pesquisadores/as e promove, anualmente, colóquios internacionais, realizados por meio do revezamento de sedes entre universidades latino-americanas.

<sup>83</sup> Mais a esse respeito ver Resende, 2017b.

Interessa-nos o enquadre da ADC que tem como objetivo refletir sobre mudança social contemporânea e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias. Esta pesquisa assume posicionamento, já que tem como objetivo identificar representações de pessoas em situação de rua em notícias sobre ações e políticas públicas veiculadas na *Folha de S. Paulo*, a fim de compreender os discursos a partir do qual essa produção discursiva fala a suas leitoras e leitores sobre a situação e rua e as políticas públicas a ela dirigidas.

Este estudo em ADC se constitui como uma pesquisa social no “novo capitalismo” (FAIRCLOUGH, 2012). Essa expressão significa “uma reestruturação das relações nos campos econômicos e não econômicos, que compreende uma colonização massiva nestes por aqueles” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 314). Em outras palavras, uma rearrumação parcialmente dirigida pelo discurso, ou seja, a linguagem tem um papel considerável nesse processo – um exemplo disso é como jornais como a *Folha* entram na disputa discursiva em torno de territórios urbanos de interesse imobiliário, apenas para citar um aspecto próprio do âmbito desta pesquisa.

Vale ressaltar que essas transformações do capitalismo influenciam a mídia, tanto na produção como na veiculação de notícias. A agenda midiática é, ao mesmo tempo, local e global, com muitas representações e significados locais adaptados a modos de compreensão globalmente dispersos. Para Fairclough (2015), à medida que a vida cotidiana se torna mais textualmente mediada, a vida das pessoas é cada vez mais moldada por representações que são produzidas em outros lugares, como é o caso, por exemplo, da chamada “guerra às drogas”, perspectiva importada e amplamente mediatizada no Brasil. Dessa forma, é preciso também compreender essa conjuntura de representação para que este estudo tenha efetividade em seu propósito.

### **3.2 Ideologia**

Um conceito importante desenvolvido a partir da perspectiva crítica é o de ideologia, que é inerentemente negativo e uma das maneiras de assegurar o consentimento por meio de lutas de poder. Para Fairclough (2001), “as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe social, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Conforme o conceito de Thompson (2002), ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação

e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes. Essa posição do autor dialoga com a de Fairclough (2001), que entende a ideologia como significações/construções da realidade em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a reprodução ou a transformação de relações de dominação.

No caso desta pesquisa, as representações da população em situação de rua na *Folha de S. Paulo* podem estar ligadas a interesses de algum grupo particular, por exemplo, de empresários que querem lançar empreendimentos na área central de São Paulo e, para despertar o interesse das classes altas e média, buscam a “revitalização” do local. Para isso, disseminam estereótipos negativos das pessoas em situação de rua que ocupam a região, como “incômodas” e “perigosas”, e podem utilizar a mídia para conseguir apoio para deslocar o grupo da área. De acordo com Thompson (2002), esses sentidos ideológicos ajudam a criar consenso e a universalizar interesses particulares projetados a fim de estabelecer e sustentar relações de dominação. Por isso, esse conceito é importante para compreender os sentidos ideológicos da cobertura jornalística realizada pela *Folha* sobre a situação de rua.

Para Fairclough (2003), as pessoas podem não ter consciência das dimensões ideológicas de sua prática: “as ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 120). Acredito que estudos como este podem promover consciência sobre práticas sociais, bem como discursos ideológicos, aos quais estão associadas, desde que sejam divulgadas para além do escopo restrito das universidades.

### **3.3 O poder da mídia**

Para van Dijk (2015), em seu livro *Discurso e Poder*, os estudos críticos do discurso estão concentrados na questão do abuso de poder, ou seja, nas formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiças sociais. Para o autor, poder está relacionado ao controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Nesse sentido, esta pesquisa trata de efeitos potenciais do jornalismo para o controle social, focalizando especialmente os modos de representação da população em situação de rua, que têm potencial para dispersar certas formas de compreensão das políticas e ações públicas dirigidas ao grupo.

Segundo o mesmo autor, muitas formas de poder contemporâneo devem ser definidas como poder simbólico, isto é, em termos do acesso preferencial a – ou controle sobre – o

discurso público. “Controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas” (VAN DIJK, 2015, p. 23).

As classes detentoras desse poder são chamadas, pelo autor, de elites simbólicas, ou seja, são as pessoas que detêm o uso desse poder. São fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias, dos valores públicos. Portanto, sugere van Dijk (2015), o poder simbólico é também uma forma de poder ideológico. Para ele, as elites simbólicas desempenham papel essencial ao sustentar o aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder, com destaque para o aparato midiático que controla o discurso público.

No que se refere às estruturas de poder, resalto aqui o poder da mídia. Segundo Vieira e Resende (2016), a mídia dissemina visões particulares de mundo, as quais podem contribuir para a manutenção das estruturas sociais. Van Dijk (2015) resalta o poder mediador dos veículos de comunicação, com “seu próprio papel autônomo na produção e na reprodução das estruturas de poder social.” (VAN DIJK, 2015, p. 73). Eles cumprem esse papel ao selecionar fontes de informação e assuntos para as histórias, ao seguir rotinas jornalísticas consagradas, ao decidir atores sociais representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial como será dito.

Nesse processo, Motta (2013), resalta o papel ativo de leitoras/ leitores/ ouvintes. Para ele, “o leitor ou o ouvinte mantém uma consciência sutil, fugidia, mas atuante, sobre um modo ou outro de representar o mundo”. O autor resalta que leitoras e leitores delegam ao jornal autoridade e legitimidade para “a organização discursiva de verificação”. As notícias buscam traduzir realisticamente o mundo e compartilham isso com leitoras, leitores e ouvintes.

Mas vale ressaltar que apesar desse pacto pela verdade, dependendo das diferenças socioeconômicas e socioculturais, as pessoas interpretam, representam e avaliam as matérias jornalísticas e os eventos noticiosos de maneiras diferentes e, conseqüentemente, formam opiniões e atitudes informadas por ideologias diferentes.

Segundo Fairclough (2003), as notícias são, portanto, um processo interpretativo e construtivo, e não simplesmente um relato ‘dos fatos’. Elas têm uma intenção referencial sobre a relação entre história e eventos reais, questões de verdade. Têm também “uma ‘intenção explanatória’ relacionada à ‘focalização’: dar um sentido a eventos colocando-os em uma relação que incorpora um ponto de vista particular” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 84-5).

Fairclough (2003) conclui que as notícias são orientadas para regular e controlar eventos e as formas nas quais as pessoas respondem a eventos.

Dessa forma, quando a mídia veicula representações de pessoas em situação de rua, ela está orientando a forma como o público vai perceber e reagir à situação de rua. Quando adota perspectivas pejorativas do grupo, respostas negativas ao grupo são um efeito potencial. Sendo assim, o veículo está transmitindo, ainda que sutilmente, posições sociais e ideológicas envolvidas, incluindo aquelas assumidas pelos próprios meios de comunicação (VAN DIJK, 2015).

Nossa intenção, ao analisar o discurso da mídia, mais especificamente da *Folha de S. Paulo*, é também desvendar essa construção ideológica que está a serviço do poder das elites simbólicas: empresários, construtoras, jornalistas, políticos, donos de jornais etc. Por possuírem acesso privilegiado à mídia de massa, podem ter controle parcial sobre as interpretações do mundo por parte do público em geral. A importância de entender a questão ideológica se deve ao fato de que é possível suplantar outras condições de (re)produção ideológica. Nesse processo de (trans) formação da ideologia, discurso e comunicação desempenham papel central (VAN DIJK, 2015).

### **3.4 Análise de texto e análise da prática**

O texto, a prática discursiva e a prática social são considerados os pilares do processo discursivo segundo a proposta de Norman Fairclough (MAGALHÃES *et al.*, 2017). Os textos são produzidos em diversas situações, podendo ser escritos, falados, visuais, de registro formal ou informal. A análise textual e linguística também é denominada “descrição”, aliada à análise da prática social na conformação da análise de discurso textualmente orientada.

Neste estudo, procurei analisar o aspecto da produção das notícias que são publicadas no portal *Folha de S. Paulo* por meio da investigação das vozes ou fontes selecionadas e de como foram enquadradas. Segundo Fairclough (2001, p. 94), a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares, o que pode ser associado às relações que o jornal e as/os profissionais que produzem notícias estabelecem com as fontes consultadas, e aos modos como essas vozes são recuperadas, organizadas, tratadas em notícias. As práticas discursivas contribuem para reproduzir práticas sociais, mas também podem ajudar para transformá-las, já que as próprias convenções e os modos em que se articulam são um foco de luta.

De acordo com Fairclough (2012, p. 308), “a vida social é uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outras), todas com um elemento semiótico”. De acordo com o autor, toda prática inclui os seguintes elementos dialeticamente relacionados: atividades materiais, relações sociais, identidades sociais, instrumentos, objetos, tempo e lugar, valores culturais, consciência e discurso, que pode mudar no/com o tempo.

No enfoque assumido por Fairclough (2012), o discurso é constitutivo do social<sup>84</sup> e concebido de três modos nas práticas sociais: 1) como parte da atividade social dentro de uma prática; 2) como parte das representações, sendo esta um “processo de construção social de práticas, incluindo a autoconstrução reflexiva, modelando processos e práticas sociais” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 226), e 3) os modos de ser, a constituição das identidades.

O autor explica que o discurso como parte da atividade social compreende gêneros, que correspondem a modos de agir. Nas representações das práticas sociais e nas autorrepresentações, as ordenações discursivas incluem modos de representação vinculados às práticas. Discursos, então, são representações distintas da vida social derivadas das posições assumidas. Com o modo de ser, o discurso constitui estilos, modos particulares de identificação discursiva (FAIRCLOUGH, 2010).

Vieira e Resende (2016) ressaltam que todas as pessoas – cada qual com suas particularidades e em seu contexto histórico, político, cultural –, lançam mão de discursos (modos de representar), gêneros (formas de agir) e estilos específicos (modos de ser), em dadas situações sociais também específicas. A maneira como discurso, gênero e estilo são combinados em uma (rede de) práticas constitui ordem de discurso. “Uma ordem de discurso é a estruturação social da diferença semiótica: um ordenamento particular das relações entre diferentes formas de produzir sentidos, como discurso, gêneros e estilos diferentes” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 227).

A análise discursiva crítica dá-se *pelo* texto. “É através dele que se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 189). Neste estudo, que analisa o jornalismo online como prática social

---

<sup>84</sup> A face constitutiva do discurso também é desenvolvida nos trabalhos de Foucault, que deixou muitas contribuições para a ADC. Fairclough (2001) destaca outros três pontos: natureza discursiva do poder, natureza política do discurso e natureza discursiva da mudança social. No entanto, o autor reconhece lacunas deixadas por Foucault: visão determinista do aspecto constitutivo do discurso, que vê ação humana unilateralmente estrangida pela estrutura da sociedade disciplinar, e a falta de análise empírica de textos (RAMALHO, 2005).

centralmente discursiva, investigarei esses elementos ligados à ordem de discurso.<sup>85</sup> As notícias como realização genérica, formas e funções de um tipo específico de texto jornalístico, no caso desse *corpus* tematicamente específico veiculam diversos discursos sobre a situação de rua, modos particulares de representação que são multiplicados pelo poder de dispersão próprio da mediação online. Interessa-nos analisar quais são esses discursos e de que maneira eles contribuem para naturalizar ou problematizar essa questão social.

Investigar o viés estilístico com que esses textos foram construídos por jornalistas, ou seja, como se posicionaram e posicionaram seus “personagens” em notícias sobre a situação de rua focalizando ações e políticas públicas, também faz parte deste trabalho. Isso significa também analisar como defenderam a sua posição ideológica ou a do jornal.

Jornalistas têm poder de ação social, assim como as fontes consultadas. De acordo com Resende (2017c, p. 15), os atores sociais podem se movimentar num quadro de relativa liberdade e assim estabelecer relações inovadoras na (inter)ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas. Essa liberdade é relativa devido ao contingenciamento estruturante que potencia e constrange o que se pode fazer/dizer em uma dada prática social e discursivamente ordenada.

### **3.5 Mídia, discurso e situação de rua**

A mídia brasileira é dominada por um oligopólio de empresas concentradas na região Sudeste. Elas garantem grande audiência e são responsáveis por disseminar praticamente todas as informações jornalísticas primárias sobre fatos de interesse nacional. Uma delas é a *Folha de S. Paulo*, objeto deste estudo.

Essa estrutura midiática se repete por vários países, inclusive os da América Latina. Segundo Moraes (2004), “a concentração da mídia consolidou-se no vácuo aberto pela liberalização desenfreada, pela insuficiência de marcos regulatórios e pela deliberada omissão dos poderes públicos e de organismos multilaterais” (2004, p. 29). Essa realidade parece que não vai mudar tão cedo e ganha fôlego com o avanço do neoliberalismo. “Cresce a oferta de mercadorias, para públicos massificados como direcionadas a nicho de consumidores, mas não para de concentrar a propriedade dos meios, sob olhar complacente e cúmplice dos poderes públicos” (MORAES, 2004, p. 29).

---

<sup>85</sup> O conceito de ordem de discurso estabelece uma aproximação teórica com os estudos arqueológicos de Foucault.

Nesse contexto, o autor ressalta que a mídia fixa os contornos ideológicos da ordem hegemônica e procura reduzir o espaço de circulação de ideias alternativas e contestadoras. “Essa variante do pensamento único – que subordina os direitos sociais dos cidadãos à razão competitiva dos mercados financeiros – oculta a carga atômica de desigualdades que viceja nos espaços e subespaços planetários” (MORAES, 2004, p. 17).

Isso permite a grupos detentores do poder midiático, ou seja, “as elites simbólicas” (VAN DIJK, 2015), gerar ressonância sobre as diretrizes ideológicas dominantes. Resulta também na exclusão de muitas vozes no debate público. Dessa forma, grupos minoritários não encontram espaço na mídia para se autorrepresentarem, ficando sujeitos à representação da “elite simbólica”. Quanto à população em situação de rua, é representada negativamente por perspectivas de outros atores, tendo reduzido espaço para falar por si mesma. Em certa medida, isso implica a negação de sua existência, ou um reforço negativo sobre sua existência incompatível com os interesses oligárquicos.

Este é o cenário em que pessoas em situação de rua se encontram: não têm voz para apresentar suas demandas sociais nesses espaços midiáticos, têm a sua existência negativamente representada e estão sujeitas à criminalização (WACQUANT, 2007) por meios discursivos. Quando a agenda midiática as inclui, as representações são quase sempre pejorativas.

Entre as representações negativas, Resende e Mendonça (2019) destacam que pessoas em situação de rua são disseminadas como “perigosas” e “incômodas”. São avaliações focadas em problemas urbanos, que apagam aspectos biográficos, econômicos, sociais e políticos dos processos que levam à situação de rua. Ávila e Molina (2017) ressaltam o estereótipo da vadiagem, o qual propaga que as pessoas prefeririam viver nas ruas por não quererem trabalhar, pagar impostos ou cumprir regras. Há ainda representações estereotipadas que associam a situação de rua ao alcoolismo, à drogadição, à loucura.

Para Ávila e Molina (2017), as pessoas em situação de rua se somam assim a uma lista de *outros* que o discurso hegemônico separa do pressuposto ‘nós’, sendo que ‘outros’ está para “uma ampla série de sujeitos que – desde o discurso que sustenta a ideologia neoliberal – são representados como descartáveis” (ÁVILA; MOLINA, 2017, p. 63-64).

Essas representações veiculadas pela mídia acionam discursos que contribuem para legitimar a violência e a violação de direitos de pessoas em situação de rua (RESENDE; RAMALHO, 2017), para justificar ações higienistas (RESENDE; MENDONÇA, 2019) e para atribuir ao grupo a responsabilidade por sua situação de vulnerabilidade (ÁVILA;

MOLINA, 2017). Além disso, esses discursos omitem as causas sociais, econômicas e históricas da situação de rua, as quais tratei no segundo capítulo deste estudo, e assim atuam para sustentar a lógica capitalista e eternizar o padrão colonial.

Diante disso, esta pesquisa como prática social (acadêmica), considerando o que ao mesmo tempo constrange e garante potência, busca contribuir para o entendimento de que a naturalização e a reprodução desses discursos fazem com que a situação de rua seja encarada como permanente e ofuscam suas causalidades mais profundas.

Inserem-se também nesse contexto outros estudos focados em ADC acerca de vulnerabilidade social, tanto no Brasil como em outros países da América do Sul. Destaco as pesquisas de Neyla Graciela Pardo Abril (2006; 2008), María Laura Pardo (2008; 2011) e María Lucía Molina (2012; 2017), Lésmer Montecino (2010; 2011), Denize Elena Garcia da Silva (2008; 2009), Gersiney Pablo Santos (2015; 2019), Ingrid Ramalho Silva (2017; 2018) e Viviane de Melo Resende (2018; 2020).

### **3.6 Categorias de análise**

Textos concretizam a linguagem e são parte do resultado de eventos sociais. Conforme Fairclough (2003), textos têm efeitos causais e são capazes de gerar mudanças nos conhecimentos sobre o mundo, nas crenças e nas atitudes. Magalhães *et al.* (2017, p. 43) explicam que o exame de textos vai mostrar aspectos gramaticais – vocabulário, construções sintáticas, coesão e coerência – e discursivos – argumentação, retórica, emprego da modalidade e da negação, que aparecem como marcas ou pistas para compreensão e interpretação de textos e de sua vinculação a uma determinada formação discursiva.

De acordo com Vieira e Resende (2016), categorias analíticas são formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais situadas. Por meio delas, é possível analisar textos e mapear suas conexões, considerando efeitos sociais potenciais.

Está disponível uma variedade de categorias linguístico-discursivas de análise textual, oriundas de diferentes tradições linguísticas. No entanto, neste trabalho, tendo em vista as perguntas de pesquisa, foram essenciais para a investigação: a intertextualidade (BAKHTIN, 2003; FAIRCLOUGH, 2001, 2003), a interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2003) e a representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997).

### 3.6.1 Intertextualidade

Fairclough (2001) retoma o termo “intertextualidade”, cunhado por Júlia Kristeva no final de 1960 a partir dos trabalhos de Bakhtin, que já apresentava a noção em sua obra. Para Bakhtin ([1979] 2003), “cada enunciado é um elo na corrente complexa e organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, [1979]; 2003, p. 272). Segundo Kristeva (1974), “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é a absorção e transformação de outro texto” (KRISTEVA, 1974, p. 64).

Dessa forma, “a intertextualidade pode ser definida como a combinação de vozes de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 173). Ou seja, a categoria voltada para a identificação dos textos e vozes articuladas (ou não, no caso das ausências significativas). A articulação dessas vozes pode ser explicitamente delimitada na representação por discurso direto (reprodução de fato das palavras usadas); mesclada, por discurso indireto (resumo do que foi dito ou escrito de fato), assimilada em pressuposições ou ironia.

De acordo com Fairclough (2001), pressuposições são proposições tomadas pelo/a produtor/a do texto como já estabelecidas ou ‘dadas’, e há várias pistas formais no texto para mostrar isso. São forma de incorporar outros textos, que não necessariamente serão textos identificáveis ou especificados. Para o autor, as pressuposições são manipulativas e “requerem sujeitos interpretantes com experiências e suposições particulares em textos anteriores e, assim fazendo, elas contribuem para a constituição ideológica dos sujeitos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 156).

A ironia também tem uma natureza intertextual, pois, de acordo com Fairclough (2001, p. 159), “(...) um enunciado irônico ecoa o enunciado de outro”. Mas a ironia depende de interpretação, de forma que seja possível reconhecer que o significado do texto ecoado não seja o do produtor do texto. Segundo Fairclough (2001), esse reconhecimento pode ser baseado em vários fatores: falta de combinação entre significado aparente e o contexto situacional; indicações no tom de voz do/a falante ou no texto escrito; ou pressupostos de intérpretes sobre as crenças ou os valores do/a produtor/a do texto (FAIRCLOUGH, 2001, p. 159). Fairclough (2001) destaca ainda a negação como uma forma de intertextualidade. Para ele, as frases negativas carregam tipos especiais de pressuposição que incorporam outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los.

Neste trabalho, utilizo a intertextualidade como categoria para analisar as conexões textuais com as quais as notícias estabelecem relações, identificando a presença ou ausência de vozes, pois isso pode sinalizar o posicionamento do texto em lutas hegemônicas. Dessa forma, mapeei as vozes que têm espaço nas notícias, isto é, os atores sociais que são considerados fontes de informação pela *Folha de S. Paulo*. Para tanto, recorri ao auxílio do *software* NVivo, sobre o qual detalho no próximo capítulo. Identificando as vozes selecionadas como fonte, certas ausências significativas também são percebidas.

Vale destacar que conferir mais espaço de voz a um ator do que a outro também sinaliza o alinhamento do texto, do/a jornalista e do jornal. Dessa forma, quando a *Folha de S. Paulo* aciona mais o governo para falar sobre uma ação e deixa de ouvir uma pessoa em situação de rua beneficiária dessa iniciativa, ou um representante do grupo, está deixando de abrir espaço para outros olhares. Segundo Ramalho e Resende (2011), a abertura ou fechamento para a diferença também deve ser observada na análise de discurso.

Ressalto ainda que as fontes são consultadas por jornalistas em notícias para relatar ou reforçar fatos, buscando construir uma versão de verdade. Cada uma dessas fontes tem uma maneira de ver o mundo e é também tarefa da/o profissional situá-la no texto. Esse enquadramento também faz parte da operação da intertextualidade, que é uma categoria ligada ao significado acional, pois por meio das escolhas de enquadramento, é possível agir efetivamente sobre o mundo.

As vozes das fontes também se articulam à do/a jornalista e à do jornal. De acordo com Lage (2017, s/p), o/a profissional tem uma “delegação ou representação tácita que o autoriza a ser o ouvido e olho remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante”. Além disso, deve conjugar isso com seu compromisso com o jornal. Por isso, essa voz também tem um papel relevante nos textos e a forma como ela estabelece diálogos com as fontes é uma estratégia intertextual que também precisa ser investigada. Essa categoria está muito ligada à interdiscursividade, pois quando textos ou vozes externas são trazidos, potencialmente incorporam diferentes perspectivas, ou diferentes argumentos em direção a um mesmo discurso.

### 3.6.2 Interdiscursividade

Fairclough (2001) sugere o termo interdiscursividade para o âmbito das ordens do discurso. “A interdiscursividade é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por

meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 152).

Em princípio, é uma categoria representacional, ligada a maneiras particulares de representar aspectos do mundo. “Volta-se para discursos articulados ou não nos textos, bem como as maneiras como são articulados e mesclados com outros discursos” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 144). Vale destacar que um mesmo texto pode contar com vários discursos, os quais podem entrar em conflito, com discursos particulares sendo contestados: “o que é centralmente contestado é o poder desses sistemas semânticos pré-construídos de gerar visões particulares do mundo que podem ter o poder performativo de sustentar ou refazer o mundo em sua imagem” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 130).

É possível identificar diferentes discursos observando as maneiras de “lexicalizar” aspectos do mundo, além do que os discursos podem ser diferenciados por meio de relações semânticas, vocabulário, aspectos gramaticais, dentre outros. Por exemplo, diferentes itens lexicais podem ser usados para se referir à população em situação de rua, como “pessoas desabrigadas” e “pessoas em situação de vulnerabilidade social”, os quais apontam para perspectivas diferentes da situação de rua. Essas escolhas dependem dos interesses particulares e das práticas/ posições enfatizadas na representação.

Dessa forma, busquei, com a categoria, investigar os diferentes discursos sobre a situação de rua nas notícias sobre ações e políticas públicas, como são articulados e por quem, já que várias vozes com diversas posições sociais e interesses estão inseridas nos textos do *corpus*. Analisar esses pontos pode indicar lutas hegemônicas. Essa é a importância da análise interdiscursiva neste trabalho.

A identificação dessas questões só foi possível por meio da microanálise. Não utilizei o *software* NVivo para mapear os discursos e suas articulações, porque isso depende de vários aspectos, que envolvem desde a observação do vocabulário, como as escolhas de palavras e locuções, mas, principalmente, examinar os campos semânticos e suas relações. Na microanálise, sigo os dois passos indicados em Fairclough (2003) para identificar os discursos: primeiro, observar as principais partes do mundo que estão representadas (os temas principais), e, em seguida, identificar as perspectivas, o ângulo ou o ponto de vista particular do qual são representados.

### 3.6.3 Representação de atores sociais

A categoria analítica da representação de atores sociais está associada ao significado representacional e a discursos particulares. Fairclough (2003) propõe um diálogo com a teoria de representação de atores sociais de van Leeuwen (1997), pois entende que as maneiras como atores sociais são representados em textos têm implicações ideológicas.

Segundo van Leeuwen (1997), as formas de representar o mundo social variam de acordo com o contexto cultural, a época histórica, as escolhas linguísticas e as retóricas específicas. Diante disso, ele apresentou um “inventário sócio-semântico” para analisar a representação de atores sociais no discurso, que tem como base a gramática funcional de Halliday (1978). O foco do autor incide nas relações entre categorias sociológicas e linguísticas.

O inventário parte das categorias de inclusão e exclusão, as quais um ator social, representado num dado texto está sujeito. A exclusão pode ocorrer por supressão ou por encobrimento. No primeiro caso, não há referência em nenhuma parte do texto aos autores e pode ser realizada por meio de apagamento do agente da passiva, de orações infinitivas, nominalizações e processos substantivos. No caso do encobrimento, a referência é pouco visível, encontrando-se num segundo plano. Pode ser o resultado de elipses, sendo que o ator social excluído é incluído em algum momento no texto.

A inclusão decorre de uma variedade de categorias. Como nem todas se aplicavam ao *corpus* desta pesquisa, fiz uma adaptação da proposta de van Leeuwen (1997). Para a macroanálise, escolhi nove categorias da rede de sistemas do autor que pudessem estabelecer relevância sociológica e crítica para este trabalho, as quais apresentarei no capítulo 5, e para a microanálise acrescentei outras três, cuja recorrência não pôde ser ignorada. Sistematizei a seguir um quadro com as categorias utilizadas neste estudo:

**Figura 2** – Representação de atores sociais

EXCLUSÃO	SUPRESSÃO		
	ENCOBRIMENTO		
INCLUSÃO	PARTICIPAÇÃO NA AÇÃO	ATIVACÃO	"Muitas vezes os próprios sem-teto ligam para a central para pedir acolhimento".
		PASSIVAÇÃO	"Há duas semanas com o braço quebrado após ser agredido".
	IDENTIFICAÇÃO	NOMEAÇÃO	"Adelson Mota comemora várias conquistas após receber ajuda para tratamento".
		IDENTIFICAÇÃO FÍSICA	"uma mulher usando calça e blusa surradas"; "ostenta cabelos lisos".
		IDENTIFICAÇÃO RELACIONAL	"José e o filho vivem de doações".
		AVALIAÇÃO	"Eles ficam por aí durante o dia fumando e ninguém quer saber de trabalhar".
		FUNCIONALIZAÇÃO	"O encanador Romildo de Jesus estava deitado com os braços encolhidos".
	ASSIMILAÇÃO	COLETIVIZAÇÃO	"Moradores de rua acusam prefeitura de Salvador de escondê-los dos turistas".
		INDIVIDUALIZAÇÃO	"Morador de rua, alvo de jato d'água, foi identificado".
		AGREGAÇÃO	"O projeto já tirou das ruas quase 2.500 pessoas".
	IMPERSONALIZAÇÃO	ABSTRAÇÃO	"Problema que poderia se tornar obstáculo".
OBJETIFICAÇÃO		Ação retirou moradores de rua da praça Princesa Isabel.	

Fonte: Elaboração própria a partir dos estudos de van Leeuwen (1997)

Dentro da categoria inclusão, analisei a participação dos atores sociais na ação, se têm papéis ativos (ativação) ou passivos (apassivação). A ativação ocorre quando a população em situação de rua é representada como força dinâmica numa atividade e a passivação quando é representada como submetendo-se à atividade ou como sendo receptora dela.

No estudo dos modos de identificação, meu interesse foi observar as formas de tratamento e de referência com a intenção de descobrir se as pessoas em situação de rua recebem o mesmo tratamento e se são referenciadas da mesma maneira de outros atores sociais, de acordo com as determinações genéricas do jornalismo. Nessa categoria, incluí a avaliação, que se refere aos casos em que pessoas em situação de rua são qualificadas positivamente ou negativamente, sendo que o qualificador não precisa ser explícito; a nomeação, que faz referência ao uso de nomes próprios; a identificação relacional, que representa em termos da relação pessoal, de parentesco ou de trabalho que têm entre si, e realiza-se através de um conjunto fechado de substantivos denotando tais relações, como amigo, tia, colega, dentre outros; a funcionalização, que ocorre quando pessoas em situação de rua são referidas em termos de uma atividade ou de uma ocupação, e a identificação física, que identifica em termos de características físicas.

Investiguei também a assimilação, com o objetivo de analisar como a população em situação de rua é referida, se individualmente ou por grupos. Dessa forma, nessa categoria considerei individualização, agregação e coletivização. A individualização ocorre por meio da

singularidade. A agregação implica quantificação, tratando pessoas em situação de rua como dados estatísticos. Van Leeuwen (1997) explica que muitas vezes essa categoria é usada para produzir uma opinião de consenso. A coletivização não quantifica grupos de participantes; nela, as pessoas em situação de rua são referidas no plural ou por substantivos que denotam grupo de pessoas.

O modo de representação da impersonalização foi dividido em abstração e objetificação. Enquanto o primeiro ocorre quando a população em situação de rua é representada por uma qualidade que lhe é atribuída, a qual é usada para designá-la, a objetificação a representa por meio de uma referência a um local ou um objeto, realizando-se por meio de metonímia.

Neste capítulo, apresentei o aporte teórico-metodológico que fundamenta e guia as discussões deste trabalho. No próximo capítulo, trato dos passos metodológicos os quais segui para alcançar o objetivo deste estudo. Inicio a discussão pelos aspectos ontológicos e epistemológicos, passando pelas questões metodológicas.

## 4 PASSOS METODOLÓGICOS

Antes de traçar os passos metodológicos, segui os conselhos de Resende (2017c), de refletir sobre os elementos ontológicos e epistemológicos da minha investigação, já que esta é uma pesquisa em ADC e o meu objetivo é identificar as facetas discursivas que envolvem a relação da situação de rua e das representações de ações e políticas públicas no jornalismo eletrônico, e assim potencialmente trazer uma contribuição para reflexões sobre o problema social. Neste capítulo, mostro esse caminho reflexivo, iniciando, na primeira seção, com os aspectos ontológicos e epistemológicos, para, nas seções subsequentes dedicar-me a questões metodológicas que vão da coleta de dados às decisões microanalíticas.

### 4.1 Reflexões sobre ontologia e epistemologia na pesquisa

Conforme explica Resende (2008), a ontologia refere-se “ao modo como se entende a natureza do mundo social, aos componentes da realidade social considerados essenciais” (RESENDE, 2008, p. 44). Isso porque há diversos entendimentos sobre a composição da realidade social, e então Mason (2012) sugere adotar uma perspectiva ontológica clara do mundo social logo no primeiro passo do planejamento de pesquisa.

Com base no Realismo Crítico (BHASKAR, 1998)<sup>86</sup> e em Chouliaraki e Fairclough<sup>87</sup> (1999), Resende (2017c) propôs um mapa ontológico, e é sobre ele que vou me debruçar para estabelecer as estratégias para investigar a representação da situação de rua nas notícias sobre ações e políticas públicas da *Folha de S. Paulo*.

---

<sup>86</sup> O Realismo Crítico propõe uma ontologia estratificada em três estratos da realidade: potencial, realizado e empírico. O potencial é tudo que existe, ontologicamente real. O realizado refere-se aos eventos que se realizam de fato e o empírico compreende a observação dos efeitos das estruturas em práticas e eventos (MAGALHÃES, *et al.*, 2017, p. 22).

<sup>87</sup> Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem que a prática social seja composta de discurso (ou semiose), atividade material, relações sociais e fenômeno mental.

**Figura 3** – Mapa ontológico do funcionamento social da linguagem



Fonte: adaptado de Resende (2017)

O desenho do mapa mostra componentes ontológicos do mundo social: estruturas, práticas, posições, materiais, relações sociais e espaço-tempo, eventos, identidades (discursos-estilos), ação (gêneros-suportes), representação (ordens de discurso) e texto (evento).

De acordo com Resende (2017c), “o estrato realizado considera tudo aquilo que diz respeito às estruturas e às práticas sociais que organizam essas estruturas em relação aos campos da atividade humana – ou às esferas da atividade humana” (RESENDE, 2017c, p. 25). Conforme o desenho ontológico de Resende (2017c), no estrato realizado estão configurados os eventos.

Considerarei no escopo desta pesquisa que qualquer notícia veiculada é a realização de gênero-suporte e discurso-estilo, e sendo texto parte discursiva de um evento realizado. Assim como qualquer evento, a produção de notícia não se realiza sem recorrer ao potencial da prática. Nela, estão previstos materiais (computador, gravador, microfone, pesquisas, tecnologias etc.), posições (de jornalistas, editores, fontes), relações sociais (entre jornalistas e fontes, entre jornalistas e editores, entre fontes e seus grupos sociais, entre fontes e instituições etc.), espaços (da rua, da redação) e tempos (de duração para produção, de redação e de divulgação da notícia), tudo isso envolvendo usos da linguagem. E, segundo Resende (2017c), toda essa potencialidade da prática é atravessada por potenciais estruturantes ainda mais abstratos, como pela classe social, pelo gênero, sexualidade, raça, instituições, semiose.

Resende (2017c) aponta a necessidade de entender como esses elementos estruturantes incidem nos contextos investigados, pois eles ajudam na explanação dos problemas sociais, os quais podem ser investigados pelas vias discursivas. É isso que faço neste estudo: busco compreender como é a representação de um grupo social marcado por classe (pessoas em situação de rua) na *Folha de S. Paulo* e como isso potencialmente impacta na formulação de ações e políticas públicas, observando também como essas ações são representadas. Por isso, seguindo o mapa ontológico, preciso considerar as categorias de classe e das instituições (de poder: executivo, legislativo, judiciário e a própria empresa de mídia em suas relações) e suas implicações sobre o potencial da prática (ordens de discurso, posições, espaço-tempo, ação material e relações sociais). A importância de se considerar esses objetos estruturantes é que eles são passíveis tanto de reprodução como de transformação pela agência humana (FAIRCLOUGH, 2003), sendo a linguagem formulada em textos uma importante forma para essa agência.

Seguindo o desenho ontológico, o meu objeto de pesquisa associa-se a uma prática social e vou investigar, dessa prática, as ordens do discurso que a integram, acessando os

significados representacional (discurso), identificacional (estilos) e acional (gêneros) (FAIRCLOUGH, 2003). Neste trabalho, o foco será no significado representacional. Resende (2017c) explica que preferiu chamar o momento discursivo das práticas de ordens de discurso e colocou seu conceito no centro do mapa, “já que o foco na estruturação social do potencial semiótico assim o indica” (RESENDE, 2017c, p. 30-31).

A autora reordenou os elementos constituintes da ordem do discurso em dois:<sup>88</sup> discurso-estilo e gênero-suporte. O primeiro elemento assume que a questão da identificação e da identidade vincula-se, em textos, a discursos particulares, e o segundo passa pelos “meios de suporte (revistas, jornais, programas de televisão, sites, conversas, etc.) que os materializam [materializam gêneros], funcionando como o *locus* de realização de gêneros em textos” (RESENDE, 2017c, p. 33). De acordo com Acosta e Resende (2014), os suportes são compreendidos “como espaço social do discurso, no sentido de que são socialmente construídos, respondendo a interesses e propósitos particulares e assim funcionando nas práticas sociais” (ACOSTA; RESENDE, 2014, p. 134).

Por exemplo, a *Folha de S. Paulo* veicula em seu portal (suporte) textos materializando gêneros específicos (notícia, reportagem, entrevista, crônica etc.). Ao organizar seu conteúdo no suporte, o jornal responde “a ordenações semióticas pré-existentes como potência” (RESENDE, 2017c, p. 33), o que justifica a presença de suporte ao lado de gênero no mapa.

Depois de refletir sobre a ontologia (seus estratos realizados e potenciais), direcionei meu pensamento para a epistemologia (as possibilidades de conhecer), ou seja, para a possibilidade de gerar conhecimento sobre a realidade social pesquisada. O desafio é, então, pensar numa epistemologia capaz de acessar o conhecimento acerca dos componentes ontológicos do mundo social identificados como centrais à pesquisa (RESENDE, 2008). Ou seja, é refletir sobre os modos de acesso que me possibilitarão analisar a representação da situação de rua quando a temática ações e políticas públicas é explorada na *Folha de S. Paulo*. Por isso, Resende (2008) reforça que em uma pesquisa é necessário haver coerência entre as perspectivas ontológica e epistemológica.

---

<sup>88</sup> Para Fairclough (2003), os três elementos constituintes das ordens do discurso são: gêneros, discursos e estilos. Mais em capítulo 3.

Os dados do *corpus* vão-me dizer sobre os discursos-estilos das notícias, ou seja, como os discursos trazem as representações da situação de rua e como são as referências e as avaliações às pessoas em situação de rua, por exemplo (estilo). Além disso, vão-me permitir discutir sobre gêneros-suportes, ou seja, sobre as notícias (gêneros) que estão disponíveis no portal *Folha de S. Paulo* (suporte).

Apesar de apresentar essas possibilidades, os dados também trazem limites epistemológicos, já que não me permitem acessar outros momentos da prática social que não sejam da ordem do discurso, pela natureza documental da pesquisa. Os meus dados não me trazem respostas sobre tempo, espaço, relações, posições e materiais envolvidos na rotina jornalística de que consiste a prática da qual resultam os textos investigados. Para acessar essas informações, seria preciso outro tipo de pesquisa.

Também é necessário reconhecer desde logo que há rotinas na redação (pressa para cumprir o *deadline*,<sup>89</sup> apuração por telefone, competição pelo “furo” de reportagem etc.) contribuindo para a veiculação constante de representações preconceituosas da situação de rua e que mudanças nesse “modo de fazer jornalismo” são necessárias para evitar representações apressadas que impedem a compreensão da complexidade do problema. Além disso, é claro que essas representações também são reproduzidas e naturalizadas na sociedade, o que está em relação com a produção jornalística em foco, que, portanto, não é tão simples ou diretamente produto apenas da rotina jornalística, mas vincula-se de modo inescapável às coloniais relações de classe que constituem essa cultura. Essa reflexão prévia às análises permite manter atenção e evitar conclusões apressadas que separem os textos das práticas e estruturas que os definem.

Acredito que estudos como este podem ajudar jornalistas a refletir sobre sua produção discursiva e os vínculos causais dessa produção com os problemas sociais que discutem ao levar informação ao público. A transformação também pode começar por cada profissional, sem esperar uma decisão editorial.

Retomando o estudo sobre decolonialidade, uma tomada de consciência ética pode fomentar a decolonialidade do ser, a consciência de cada jornalista sobre o seu papel profissional e social. Esse/a profissional mais consciente de seu papel pode influenciar colegas jornalistas, fotógrafos/as, editores/as, publicitários/as, designers etc. e, depois, equipes

---

<sup>89</sup> Jargão jornalístico que significa prazo para que a matéria seja concluída.

de outros veículos, e assim começar uma caminhada para mudança no cenário midiático de massa. A linguagem é uma aliada nesse processo, mas o problema não é só linguístico, é social. Obviamente que, ao depositar esperanças nas possibilidades de mudanças discursivas a partir do ser, não se apagam determinações estruturantes de interesses corporativos que impactam sobre essa representação nas linhas editoriais comercialmente vinculadas, por exemplo, a interesses imobiliários no centro da cidade quando se trata da situação de rua em São Paulo.

Depois de reconhecer a ontologia e refletir epistemologicamente, tracei o percurso metodológico: quais métodos devo adotar na investigação para que este trabalho possa contribuir com a compreensão dessa produção discursiva e potencialmente para a superação ou mitigação do problema da representação preconceituosa e ultrajante da situação de rua no Brasil? Formulei algumas questões de pesquisa que pudessem sistematizar as perspectivas ontológicas e epistemológicas, focalizando aspectos discursivos do problema pautado, e direcionando algumas possibilidades metodológicas em termos analíticos:

- Quais são as vozes que predominam nos textos sobre ações e políticas públicas voltadas à população em situação de rua na *Folha de S. Paulo*?
- Quais discursos ecoam nas notícias quando se trata de ações e políticas públicas voltadas à população em situação de rua na *Folha de S. Paulo*?
- Como a população em situação de rua é representada nas notícias sobre ações e políticas públicas da *Folha de S. Paulo*?
- Como a população em situação de rua é referida nas notícias sobre ações e políticas públicas da *Folha de S. Paulo*?

O mapeamento dessas questões foi importante para nos guiar na direção dos objetivos desta investigação.

## **4.2 Coleta de dados**

Como a minha intenção foi descrever e interpretar a realidade social, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Segundo Resende (2008, p. 82), por meio das pesquisas qualitativas, “as

ciências sociais identificam estruturas de poder naturalizadas em um contexto sócio-histórico definido”.

Após definição da natureza desta pesquisa, o próximo passo foi estabelecer o recorte temporal. Defini uma faixa temporal de três anos: 2016 a 2018, acreditando que os subsídios para análise seriam suficientes. Vale ressaltar que, no período definido para a pesquisa, a Prefeitura de São Paulo foi comandada por três gestores: Fernando Haddad, em 2016; João Doria, 2017, e Bruno Covas, em 2018, sendo interessante observar a representação das ações e políticas públicas de cada administração no jornal.

Iniciei a coleta dos textos no segundo semestre de 2018. Utilizei a ferramenta de busca do portal da *Folha de S. Paulo* (FSP) com os argumentos “morador de rua”, “moradores de rua”, “moradora de rua”, “população de rua” e “situação de rua”. Em fevereiro de 2019, finalizei a coleta. Foram 747 textos retornados dessa busca. Como o volume de dados foi extenso, precisei recorrer ao auxílio de um *software*, sendo o *Qualitative Solution Reserch NVivo 11 Pro* o escolhido para a organização do material.

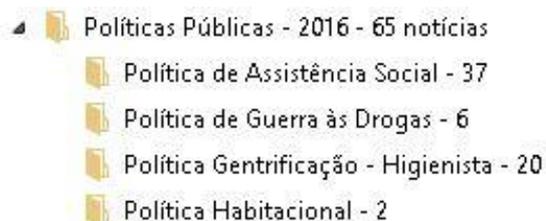
O NVivo facilita a organização dos dados coletados e a análise de conteúdos diversos (texto, imagem, vídeo) em pesquisas qualitativas. Neste trabalho, foi útil para filtrar informações relevantes em macroanálise, mas precisei, num segundo momento, estabelecer estratégias para a interpretação qualitativa dos dados organizados. Só assim foi possível refinar as análises. As notícias foram importadas para o *software* assim que terminei o trabalho de coleta dos dados.

No NVivo, criei pastas para agrupar as notícias, considerando as principais temáticas encontradas no *corpus*: ação social, divulgação artística, drogas, frio e chuva, história de vida, manifestações, política partidária, políticas públicas, outros temas e violência. Vale ressaltar que a decisão de organizar os dados dessa maneira foi devida à observação dos textos e não contou com nenhum tipo de recurso do programa.

O foco central deste estudo está na pasta *políticas públicas*, composta por 257 textos, sendo 65 publicados em 2016, 146, em 2017 e 46, em 2018. Esses textos foram divididos em quatro pastas com os seguintes subtemas: *assistência social*, *gentrificação/ higienista*, “*guerra às drogas*” e *política habitacional*. Embora os conceitos de gentrificação e de higienismo, tratados no capítulo 2, sejam diferentes, decidi colocar as notícias sobre essas

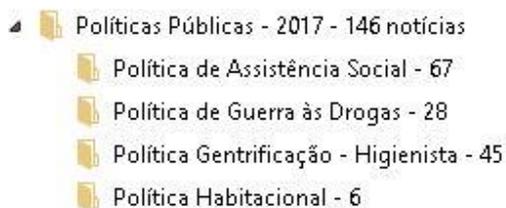
duas temáticas numa mesma pasta, pois tanto a gentrificação quanto higienismo têm o efeito de exclusão social. Com a divisão em subtemas, temos: representadas nas Figuras 4, 5 e 6.

**Figura 4** – Pasta Políticas Públicas (2016)



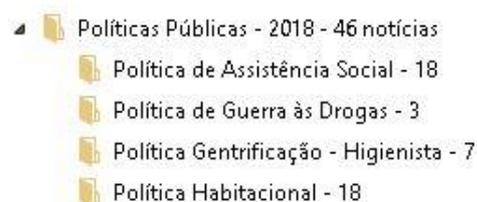
Fonte: Elaboração própria a partir do uso do NVivo

**Figura 5** – Pasta Políticas Públicas (2017)



Fonte: Elaboração própria a partir do uso do NVivo

**Figura 6** – Pasta Políticas Públicas (2018)



Fonte: Elaboração própria a partir do uso do NVivo

No ano de 2017 o número de notícias geradas foi bem superior aos outros anos. Recorri ao modelo de *agenda-setting*, dado por Shaw e McCombs,<sup>90</sup> para entender por que foram geradas tantas notícias que, direta ou indiretamente, tratavam a situação de rua na administração de João Doria.

---

<sup>90</sup> O *Agenda-setting* ou Hipótese do Agendamento foi formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970. Os autores se dedicaram a investigar o possível fenômeno de influência dos meios de comunicação na agenda de temas considerados importantes pela sociedade.

Shaw e McCombs constataram que os políticos, uma vez cômicos do poder de agendamento dos *media*, procuravam tirar vantagens disso, criando situações para atrair a atenção da imprensa, o que Adriano Duarte chama de ‘meta-acontecimentos’: acontecimentos discursivos, que funcionavam como um novo acontecimento ao serem relatados pelos *media* (RODRIGUES, 2002, p. 108).

Nos estudos sobre agendamento, considera-se que as agendas políticas e dos *media* se retroalimentam. A agenda política é influenciada pela dos *media*, assim como os políticos também influenciam a agenda midiática (Motta, 2002). Doria e sua equipe criaram diversas situações para atrair a atenção da mídia, como “se vestir de gari” – profissional que atua na limpeza das vias públicas,<sup>91</sup> e assim impactar a opinião pública.

Considerei interessante investigar a conjuntura político-econômica e social de São Paulo que pudesse ajudar a entender a distribuição de notícias no período considerado. Em 2016, a cidade estava sob a gestão de Fernando Haddad (2013 a 2016) e um dos acontecimentos que repercutiu na *Folha de S. Paulo* foi a morte de cinco pessoas em situação de rua no inverno. O jornal expôs a situação da precariedade de albergues e da falta de vagas e também críticas à gestão Haddad que foi acusado de ter negligenciado assistência às vítimas. Como consequência, o então prefeito anunciou o Decreto nº 57.069, de 2016, conhecido como a “Lei do Frio”, que teve como objetivo evitar abusos na abordagem da população em situação de rua e no recolhimento de seus pertences. Essas notícias foram agrupadas ora na pasta *assistência social*, ora na *política de gentrificação/ higienista*, conforme a temática sobressalente.

Em 2017, logo no início da administração de João Doria (2017 a 2018), houve uma ação policial de “guerra” contra as pessoas na assim chamada “Cracolândia”. Dependentes químicos e pessoas em situação de rua foram deslocados/as à força da região. A *Folha de S. Paulo* fez a cobertura da intervenção, bem como de suas repercussões. Desta forma, atribuí ao fato o número de notícias na pasta de *política de gentrificação/ higienista* e também na pasta de “*guerra às drogas*”. Essa intervenção também marcou o início do Programa Redenção, anunciado como tendo o intuito de acolher dependentes químicos em abrigos e promover seu tratamento de saúde. Devido a seu foco predominante, as notícias foram agrupadas na pasta *assistência social*. Os desdobramentos da edição do Decreto nº 57.581, de 2017, que modifica o Decreto nº 57.069, de 17 de junho de 2016, ao dispor sobre os procedimentos de zeladoria

---

<sup>91</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1846329-doria-promete-se-vestir-de-gari-e-limpar-as-ruas-todas-as-semanas.shtml>. Acesso em: 15 de abr. de 2019.

urbana em relação à abordagem das pessoas em situação de rua estão na pasta *política de gentrificação/higienista*.

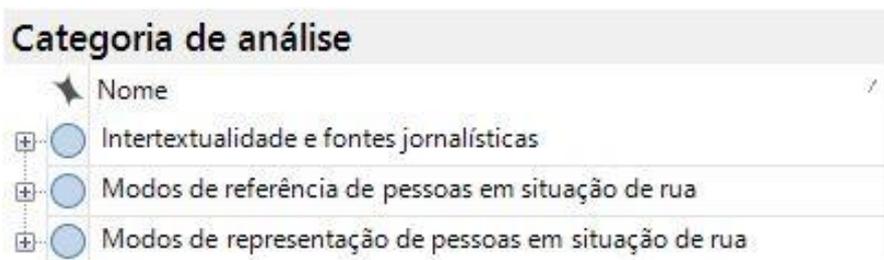
Em 2018, Bruno Covas (2018 a 2020) assumiu a prefeitura já que João Doria saiu do cargo para concorrer ao governo do Estado, cargo para o qual acabou eleito. Um dos primeiros desafios enfrentados foi lidar com o incêndio que ocorreu em um prédio de 24 andares no Largo do Paissandu, que deixou 150 famílias desabrigadas e sete pessoas mortas. Por isso, o número de notícias em política habitacional foi maior que nos anos anteriores.

Afinal, quais fatos têm potencial para se tornarem notícias? De acordo com Motta (2002, p. 125), “o processo de seleção de notícias pode ser examinado por meio de fatores objetivos e subjetivos que condicionam tais determinações”. Para ele, a seletividade e o controle trazem consigo a questão da ideologia como central nas análises dos processos de decisão editorial. O autor explica que existe um “sistema de regras” que administra a seleção de fatos e a linguagem das mensagens, mas que não está escrito e nem conscientemente estabelecido nas redações. “Ao contrário, é um processo muito mais subjetivo e complexo. Ele constitui o meio de produção dos produtos ideológicos da classe dominante” (MOTTA, 2002, p. 146). Nesse *corpus* dá para notar esses produtos ideológicos da classe dominante especialmente quando se tratam políticas de corte higienista, e essa lógica prevalece até quando a ação pública parece de atendimento assistencial a pessoas em situação de rua.

### **4.3 Tratamento dos dados**

Como esta pesquisa faz parte do projeto “*Representação discursiva no Correio Braziliense e na Folha de S. Paulo: políticas públicas para população em situação de rua e gestão do espaço urbano*” (CNPq), algumas decisões foram tomadas em conjunto com as outras pesquisadoras do projeto. Optei por manter inicialmente as mesmas categorias de análise já utilizadas no projeto “*Representação midiática da violação de direito e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line*” (CNPq), com exceção da categoria *Modos de avaliação de pessoas em situação de rua*, que não faz parte deste trabalho. Essa categoria foi substituída pelo estudo mais centrado nos *Modos de representação de atores sociais*. Desta forma, considerando os estudos críticos do discurso e os aspectos textuais, estabeleci as seguintes categorias (chamadas *nós*, nos termos do NVivo), representadas na Figura 7:

**Figura 7** – Categorias de Análise no Nvivo

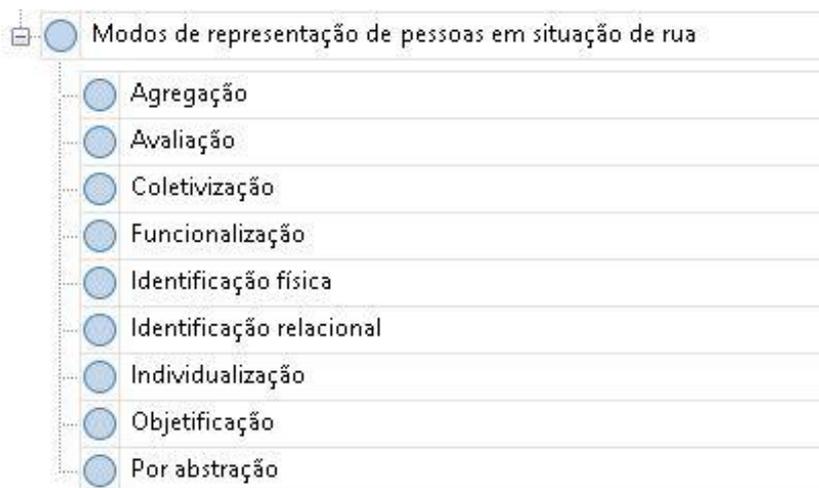


Fonte: elaboração própria a partir do uso do NVivo

Com a criação do nó *Intertextualidade e fontes jornalísticas*, o objetivo foi identificar quais textos foram citados e quais grupos sociais tiveram espaço de fala quando se tratava de representar a situação de rua no jornal. Já no nó *Modos de referência*, o foco é como pessoas em situação de rua foram referidas nos textos. Para essas categorias, criei *subnós*, os quais preenchi indutivamente de acordo com a leitura dos textos. Já a categoria *Modos de representação*, que pelo nome já nos indica a que se destina, foi preenchida de acordo com um recorte do inventário para análise de representação de atores sociais proposto por van Leeuwen (1997).

Com base no “inventário sócio-semântico” de van Leeuwen (1997), que funciona como um “sistema” para identificar e classificar as maneiras de representar os atores sociais, apresentado no capítulo 3, é possível investigar se indivíduos ou grupos sociais são incluídos ou excluídos no discurso. Na exclusão, van Leeuwen considera as categorias de supressão e colocação em segundo plano, mas decidi concentrar o foco da atenção nas ocorrências de inclusão. Na inclusão, o autor propõe uma diversidade de categorias que precisei adaptar aos meus dados, já que nem todas as variáveis se aplicavam ao *corpus* desta pesquisa. Recorri a nove categorias da rede de sistemas que pudessem estabelecer relevância sociológica e crítica para este trabalho, em adaptação da proposta de van Leeuwen (1997), conforme Figura 8:

**Figura 8** – Modos de representação, ordenados pelo NVivo.



Fonte: Elaboração própria a partir do uso do NVivo

A *coletivização* realiza-se através da pluralidade. Trata-se da forma como a população em situação de rua é majoritariamente representada. Já a *individualização* realiza-se pela singularidade. Como a população em situação de rua é frequentemente tratada no âmbito da coletividade, mapear essa individualização foi importante para a análise, a fim de descobrir em que situações a imprensa individualiza quem está em situação de rua. A *agregação*, segundo van Leeuwen (1997), quantifica grupos, tratando-os como dados estatísticos, sendo muitas vezes usada para produzir opinião de consenso.

A *avaliação* refere-se aos casos em que a população em situação de rua é avaliada em termos que a qualificam positivamente ou negativamente, por meio de adjetivos, substantivos ou expressões que denotam tal avaliação, ou seja, a avaliação não precisa ser explícita para ser mapeada nesta categoria. Já a *funcionalização* ocorre quando pessoas em situação de rua são referidas em termos de uma atividade ou de uma ocupação. Esse mapeamento fez-se necessário para vermos quais são as principais funções atribuídas nos textos para quem está em situação de rua, observando se a imprensa funcionaliza esses atores como é feito com outros atores sociais, como prefeitos, secretários, especialistas etc.

A *identificação relacional* representa em termos da relação pessoal, de parentesco ou de trabalho que atores mantêm entre si. Em geral, o grupo é caracterizado pela fragilidade dos vínculos de parentesco. Já a *identificação física*, além de identificar em termos de características físicas, identifica singularmente pessoas em situação de rua. Realiza-se por

substantivos, por adjetivos e também por frases com as quais os jornalistas descrevem-nas no momento da apuração, como veremos nas análises.

A representação por *abstração* ocorre quando a população em situação de rua é referida através do termo “problema”, ou na qualidade de ser “problemática”. Já a *objetificação* realiza-se quando pessoa(s) em situação de rua é/são representada(s) por meio de uma referência a um local, a um objeto ou mesmo a um animal. Essa dissociação da pessoa humana faz com que pessoas em situação de rua sejam passíveis de violações.

Com as categorias estabelecidas, o caminho a seguir foi o das codificações. Essa foi a parte mais exigente e fundamental para o trabalho analítico. A partir dessa etapa, as informações codificadas em diferentes *nós/subnós* foram utilizadas para os mapeamentos cruzados (matrizes de codificação). Os resultados encontrados estão no capítulo 6, em que apresento um panorama geral desses dados.

#### **4.4 Critérios de recorte do corpus reduzido para microanálises**

Após os resultados dos cruzamentos em matrizes de codificação e da análise geral dos dados, estabeleci estratégias para chegar a um *corpus* passível de análise fina. Identifiquei em cada pasta temática palavras-chaves. Na pasta de assistência social, a palavra-chave foi *frio*. Além de ter aparecido na lista de palavras mais recorrentes do *corpus*, o frio desencadeia uma série de notícias, porque expõe a vulnerabilidade das pessoas em situação de rua e os (des)serviços de acolhimento na cidade. Em gentrificação/ higienismo, *retirada* foi a palavra selecionada, pois várias notícias dessa pasta abordaram a “retirada” de pessoas do espaço público. No contexto de “guerra às drogas”, a palavra *polícia* foi significativa, devido à natureza das ações de enfrentamento ao tráfico de drogas na “Cracolândia”. Na pasta habitação, a palavra-chave foi *teto*, por ser o elemento de carência que mais caracteriza a situação de rua e por também constar na lista de palavras mais recorrentes nessa pasta temática.

Digitei essas palavras-chave na ferramenta “Pesquisa de Textos” do NVivo e selecionei as pastas temáticas para a busca. As notícias que resultaram dessa pesquisa foram organizadas em outras pastas: *frio*, *retirada*, *polícia* e *teto*, as quais foram preenchidas com 34, 25, 22 e 11 textos, respectivamente. Mesmo com o recorte, ainda seria materialmente

inviável diante dos limites de espaço (as páginas da dissertação) e tempo (o prazo para concluí-la) fazer microanálises de todos.

Defini, então, outra estratégia: cruzei *intertextualidade e fontes jornalísticas* com cada pasta (*frio, retirada, polícia e teto*) e, em seguida, identifiquei as três notícias (uma de cada ano) que acionaram mais vozes de atores diferentes, e foram esses, finalmente, os textos para microanálise. No entanto, na pasta habitação, só duas notícias serão analisadas, correspondentes aos anos de 2017 e 2018. A pasta referente ao ano de 2016 só contém duas notícias, uma aborda o uso de hotéis para abrigar pessoas em situação de rua em Nova Iorque, escapando aos interesses desse estudo, e a outra trata do fato de proprietários estarem impondo restrições para famílias com crianças alugarem imóveis. Como o texto apenas trata superficialmente a questão da habitação social e cita “moradores de rua” ao final, não encontrei elementos para analisar que pudessem contribuir para este trabalho.

A seguir, nos quadros 1, 2, 3 e 4, estão apontadas as notícias que serão analisadas no capítulo 7.

**Quadro 1 – Pasta Frio - Assistência Social**

Morador de rua apela à Defensoria por vagas em albergues de Haddad  <a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782197-morador-de-rua-apela-a-defensoria-por-vaga-em-albergues-de-haddad.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782197-morador-de-rua-apela-a-defensoria-por-vaga-em-albergues-de-haddad.shtml</a>	16/06/2016
A morte sem nome sob frio recorde em avenida de bairro nobre de SP  <a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902785-a-morte-sem-nome-sob-frio-recorde-em-avenida-de-bairro-nobre-de-sao-paulo.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902785-a-morte-sem-nome-sob-frio-recorde-em-avenida-de-bairro-nobre-de-sao-paulo.shtml</a>	20/07/2017
No frio de São Paulo, moradores de rua têm palavra final entre relento e albergue  <a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/no-frio-de-sp-moradores-de-rua-tem-palavra-final-entre-relento-e-albergue.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/no-frio-de-sp-moradores-de-rua-tem-palavra-final-entre-relento-e-albergue.shtml</a>	24/05/2018

Fonte: extraído do portal da *Folha de S. Paulo*

**Quadro 2 – Pasta Retirada - Gentrificação / Higienismo**

Agentes de Haddad atropelam regras ao retirar de praça morador de rua  <a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1806716-agentes-de-haddad-atropelam-regra-ao-retirar-de-praca-morador-de-rua.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1806716-agentes-de-haddad-atropelam-regra-ao-retirar-de-praca-morador-de-rua.shtml</a>	25/08/2016
--	------------

<p>Marginais sob Doria têm acidentes em alta e ambulante 'fixo' nas vias</p> <p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881765-marginais-sob-doria-tem-acidentes-em-alta-e-ambulante-fixo-nas-vias.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881765-marginais-sob-doria-tem-acidentes-em-alta-e-ambulante-fixo-nas-vias.shtml</a></p>	07/05/2017
<p>Morador de rua é alvo de jato d'água em limpeza da prefeitura na cracolândia</p> <p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/morador-de-rua-e-alvo-de-jato-dagua-em-limpeza-da-prefeitura-na-cracolandia.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/morador-de-rua-e-alvo-de-jato-dagua-em-limpeza-da-prefeitura-na-cracolandia.shtml</a></p>	13/03/2018

Fonte: extraído do portal da *Folha de S. Paulo*

**Quadro 3 – Pasta Polícia - "Guerra às drogas"**

<p>Polícia faz operação contra tráfico na cracolândia e mira grupo de sem-teto</p> <p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1799206-policia-faz-operacao-contr-trafico-na-cracolandia-e-mira-grupo-de-sem-teto.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1799206-policia-faz-operacao-contr-trafico-na-cracolandia-e-mira-grupo-de-sem-teto.shtml</a></p>	05/08/2016
<p>Antiga cracolândia agora se espalha por 23 pontos, do Minhocão à Paulista</p> <p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1887552-antiga-cracolandia-agora-se-espalha-por-23-pontos-do-minhocao-a-paulista.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1887552-antiga-cracolandia-agora-se-espalha-por-23-pontos-do-minhocao-a-paulista.shtml</a></p>	26/05/2017
<p>Doria encerra 'bolsa varrição' criado por Haddad na cracolândia</p> <p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/doria-encerra-bolsa-varricao-criada-por-haddad-na-cracolandia.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/doria-encerra-bolsa-varricao-criada-por-haddad-na-cracolandia.shtml</a></p>	03/03/2018

Fonte: extraído do portal da *Folha de S. Paulo*

**Quadro 4 – Pasta Teto - Habitação**

<p>Sem-teto protestam por moradia e se reúnem com Prefeitura de São Paulo</p> <p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1854653-sem-teto-protestam-por-moradia-em-frente-a-prefeitura-de-sao-paulo.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1854653-sem-teto-protestam-por-moradia-em-frente-a-prefeitura-de-sao-paulo.shtml</a></p>	31/01/2017
<p>Centro de São Paulo é repovoado aos poucos, mas patina em ações de revitalização</p> <p><a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/centro-de-sp-e-repovoado-aos-poucos-mas-patina-em-aco-es-de-revitalizacao.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/centro-de-sp-e-repovoado-aos-poucos-mas-patina-em-aco-es-de-revitalizacao.shtml</a></p>	13/05/2018

Fonte: extraído do portal da *Folha de S. Paulo*

A seleção pelo caráter quantitativo de vozes se justifica, pois, além de permitir uma aproximação de respostas, proporcionou-me mais oportunidade de avaliar como essas vozes representam a população em situação de rua e quais discursos elas acionam. Além disso, a presença de diversas vozes acaba por coincidir com textos mais elaborados e mais extensos. No capítulo a seguir, apresento um panorama geral do *corpus*.

## 5 PANORAMA DOS DADOS: ANÁLISE GERAL DO CORPUS

Neste capítulo, apresento um panorama geral dos dados, seguida de uma análise macro do *corpus*. Utilizando o NVivo, mapeei, primeiro, quem são os atores que têm voz nas notícias que relacionam a situação de rua a ações e políticas públicas. Investiguei também os principais modos de referência a pessoas em situação de rua e os modos de representação dessa população. Essas análises são apresentadas nas três seções iniciais desse capítulo.

Em seguida, considere a necessidade de mapear como cada ator que tem voz nas notícias representa pessoas em situação de rua. Dessa forma, cruzei o nó *intertextualidade e fontes jornalísticas* com os subnós presentes no nó *modos de representação*. As respostas obtidas com a realização dessas matrizes também foram destacadas ao longo deste capítulo. Além das matrizes de codificação, identifiquei os termos mais recorrentes nas notícias sobre ações e políticas públicas e explorei mais um recurso disponível no NVivo: a busca pelas palavras mais frequentes. Ao final, apresento uma reflexão sobre os resultados apontados nesta etapa panorâmica do trabalho analítico.

### 5.1 Quem fala sobre a população em situação de rua?

O governo foi o ator social mais acionado nos textos do *corpus*: 611 codificações relacionadas a vozes de representantes do governo. Em seguida, aparecem pessoas em situação de rua (246 codificações), especialistas (200), ONGs, ativistas e religiosos/as (124), trabalhadores/as e moradores/as locais (95), empresários/as (55) e forças da ordem<sup>92</sup> (54). Outras vozes também tiveram representação, ainda que com menor frequência.

Como o governo é o principal responsável pelas ações e políticas públicas, foi o ator social mais acionado como fonte das matérias. Chama atenção o fato de a voz da população em situação de rua aparecer como a segunda mais procurada pela imprensa, já que, em geral, ela pouco se autorrepresenta na mídia, apesar de ser detentora de conhecimento vivencial e, realmente, poder apontar suas necessidades e avaliar as ações e políticas públicas disponíveis com mais conhecimento de causa que qualquer outro grupo.

Investiguei, portanto, em quais contextos o grupo tem voz. Observei que ele é acionado, principalmente, para falar sobre albergues. A maioria reclama da assistência que é

---

<sup>92</sup> Em forças da ordem estão incluídas vozes das polícias (militar, civil e federal), das Forças Armadas (Exército, Aeronáutica e Marinha) e das guardas municipais.

oferecida nos abrigos e, por isso, justifica o fato de preferir a rua. Entre as queixas mais frequentes: falta de vaga e de privacidade, localização e regras rígidas com as quais não concordam. Ou seja, o grupo tem mais voz quando o assunto é assistência social, fato que é comprovado ao comparar as vozes acionadas nas diferentes pastas temáticas. Na pasta de assistência social, vozes de pessoas em situação de rua foram acionadas 138 vezes; na pasta de gentrificação/higienismo, 61; em “guerra às drogas”, 21, e em habitação, 26. Embora tenha espaço de voz na mídia para falar sobre acolhida, seus apontamentos parecem ser ignorados pelas ações e políticas públicas que são formuladas para o grupo.

Especialistas aparecem como a terceira voz mais acionada. Geralmente, são consultadas/os para analisar uma ação ou política pública. Têm legitimidade considerada para falar sobre o assunto, principalmente para emitir parecer favorável ou não sobre alguma medida. Às vezes, o jornal confronta a voz de duas/dois especialistas. Os dados mostram, ainda, que jornalistas também consideraram ONGs, ativistas e religiosos/as como fontes sobre o assunto, pois foram a quarta voz mais frequente nas notícias analisadas. Esse grupo, em geral, atua em movimentos a favor da população em situação de rua, mas não congrega a população em situação de rua, como os movimentos sociais e coletivos, os quais deveriam ser mais acionados pela mídia, o que não ocorre. O *corpus* desta pesquisa ilustra essa situação, pois fica claro nos dados analisados que os movimentos sociais não foram consultados e os coletivos aparecem com apenas duas codificações.

Mas o que significa deter o poder de voz para ser fonte de uma notícia jornalística? Para Motta (2013), há uma disputa pelo direito de dizer, de construir visibilidades, credibilidades e identidades, que inclui não só as fontes, como também jornalistas e veículos. Sugere o referido autor que jogos de poder, às vezes tangíveis, mas invisíveis e sutis na maior parte das vezes, fazem parte da disputa, razão pela qual os diversos atores sociais buscam expressar suas vozes e seus pontos de vista conforme seus interesses, reproduzindo até certo ponto suas posições no campo social.

Segundo van Dijk (2015), as elites são literalmente os grupos na sociedade que mais têm “algo a dizer”, sobretudo, na perspectiva da maior parte dos veículos de mídia. “Como líderes ideológicos da sociedade, estabelecem valores, objetivos, interesses comuns, formulam o senso comum, assim como o consenso, tanto como indivíduos quanto como líderes de instituições dominantes” (VAN DIJK, 2015, p. 139). Não surpreende, portanto, termos neste *corpus*, a voz do governo como predominante, pois é o ator social que tem “algo para dizer”, ou seja, apresentar suas ações, os resultados e suas posições. O governo detém também o

recurso de poder para garantir o seu espaço na mídia.

Os dados confirmam o que Castells (2015) sugere no livro *O poder da comunicação*: jornalistas tendem a categorizar a importância de uma determinada questão de acordo com as declarações do governo. Isso significa que o governo é a fonte primária de informação em questões consideradas relevantes e o órgão responsável por implementar uma política ou plano de ação. Já o acesso da minoria, como é o caso da população em situação de rua, à mídia de massa, conforme van Dijk (2015), é limitado, estereotipado, negativo, mas crucial para sua participação na definição pública de sua situação.

## 5.2 Como as pessoas em situação de rua são referidas?

“Morador/a/as/es de rua” é o mais recorrente nas notícias, por isso foi usado como argumento de busca de notícias no portal *Folha de S. Paulo* (665 codificações), sendo que mais da metade dessas referências está na pasta de assistência social (360). A referência por “nomes próprios” (apelidos também foram codificados) foi bem recorrente no *corpus* (351), principalmente nas notícias relacionadas à assistência social. Esse resultado despertou meu interesse, pois essa referência individualiza, singulariza a experiência de cada um e confere identidade, e não era esperada essa frequência, já que o grupo é majoritariamente representado de maneira coletiva (996 codificações relacionadas à coletivização, e 437 referências individualizadas). Em geral, quando se abre espaço de fala para as pessoas em situação de rua, elas são identificadas pelo nome ou pelo apelido. Há, então, uma relação coerente com os nós criados: intertextualidade (voz da pessoa em situação de rua) >> modo de referência (nomes próprios) >> modo de representação (individualização).

A terceira referência mais utilizada foi “usuários (de crack) (de drogas)” (194 codificações), sendo mais frequente na pasta de “guerra às drogas” (113). Esse termo, que vincula a população em situação de rua à drogadição, acaba sendo atribuído às pessoas em situação de rua por elas ocuparem espaços em que há venda e consumo de drogas. Mas vale observar que nem sempre pessoas em situação de rua consomem drogas, além de haver muitas pessoas que têm casa para morar e consomem drogas nas ruas. Ainda assim, os grupos ‘pessoas em situação de rua’ e ‘pessoas em situação de drogadição’ são frequentemente assimilados em notícias. Usar a mesma referência para tratar as duas realidades é um problema, pois é preciso distinguir cada caso para que as políticas públicas possam ser direcionadas aos grupos. Só houve duas ocorrências do termo “usuários em situação de rua”, e

nesse caso, sim, os problemas estão interligados, e a notícia abordava um serviço voltado para esse público.

“Sem-teto” foi o quarto modo de referência mais codificado (144), e é um termo que eterniza a situação de carência, portanto não deveria ser usado. Referências como “pessoas em situação de rua” e “população em situação de rua” foram menos frequentes (34 e 19 codificações, respectivamente), embora seu uso seja mais adequado por expor a questão da transitoriedade da situação de rua. Termos que explanam mais as situações de risco e de vulnerabilidade quase não ocorrem. Mapeei apenas três ocorrências relacionadas à situação de risco, duas usando pessoas e outra moradores, e seis à vulnerabilidade: “população vulnerável” (2) e “pessoas em situação de vulnerabilidade” (4).

Observei ainda a recorrência de “mendigo” (13). Segundo o Dicionário Etimológico,<sup>93</sup> a palavra vem do latim *mendicus*, em que *mend* significa defeito físico: referência a pessoas com deficiência ou mutiladas de guerra ou de acidentes de trabalho, que não podiam trabalhar e dependiam de caridade. O termo vem sendo usado desde o período pré-moderno com essa conotação, e sua utilização em notícias vincula um campo semântico pejorativo. Recorri também à etimologia de “viciado”, que foi mapeado neste *corpus* com 46 codificações. A referência vem do latim *vitium* que quer dizer incapacidade. Por ter uma conotação depreciativa, deve ser evitado, sendo preferíveis as referências a pessoas dependentes químicas ou em situação de abuso de álcool e outras drogas, ou de drogadição.

“Usuários da cracolândia” (3), “pessoas da rua” (2) e “ocupantes da via pública” (1), por carregarem uma perspectiva territorial focando mais na questão urbana do que social devem ser evitados, assim como drogados (3) e miseráveis (2), por serem adjetivos pejorativos.

### **5.3 Como as pessoas em situação de rua são representadas?**

A população em situação de rua é predominantemente representada de maneira coletiva (996 recorrências). Além disso, é frequente a agregação (223), que também é uma forma de coletivização. Por outro lado, tem-se a presença forte também de individualização. Foram 437 recorrências desse modo de representação.

Ao cruzar o nó *intertextualidade e fontes jornalísticas* com o subnó *coletivização*, do nó *modos de representação*, o governo é o que mais tende a coletivizar e a agregar pessoas

---

<sup>93</sup> Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/mendigo/>. Acesso em: 25 de set. de 2019.

em situação de rua. Isso revela que, embora o Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009, já tenha reconhecido e caracterizado como um “grupo populacional heterogêneo”, as entidades governamentais ainda tendem a uma homogeneização do grupo, o que reflete sobre as ações e políticas públicas formuladas. Além disso, tendem a agregar, principalmente para mostrar resultado, como em “(...) abordamos 70 moradores em situação de rua”, “Os 85 centros, diz, estão recebendo em média 10,5 mil pessoas por dia, com 800 vagas sobrando” e “O projeto já tirou das ruas quase 2.500 pessoas”.

A identificação relacional (74 codificações) evidencia a fragilização dos laços familiares como um dos principais motivos que levam as pessoas à situação de rua. Alguns excertos do *corpus* mostram algumas das causas dessa fragilização:

“Estou em situação de rua há três meses. Vim pra cá por causa da morte da minha mãe. Vai fazer duas semanas que ela faleceu (...)” - morte de familiar.<sup>94</sup>

“O problema maior foi quando descobriu que o marido, com quem morava havia 10 anos, a traía (...)” - separação.<sup>95</sup>

“Tatuagens no braço e nas costas lembram os dois filhos de 8 e 16 anos. Nunca mais os viu. “A gente cai na droga, como vai ter família”, diz emocionado” – drogas.<sup>96</sup>

Na pasta de assistência social está concentrada a maioria das ocorrências de identificação relacional (47). Destaco trechos em que fica clara a heterogeneidade do grupo e necessidade de abrigos para públicos específicos:

“Grávida de oito meses, Erika Mendonça, 36, foi a primeira a chegar a um recém-inaugurado abrigo para gestantes e mães dependentes químicas na zona oeste do Rio. Ela tem outros quatro filhos, nenhum deles criado por ela. Desta vez, diz, quer mudar”.<sup>97</sup>

“Ela reclamou das poucas vagas para as mulheres nos contêineres (...)”.<sup>98</sup>

<sup>94</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782290-por-que-as-pessoas-em-situacao-de-rua-em-sp-nao-querem-ir-para-os-abrigos.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>95</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1903084-moradora-de-rua-trans-quer-alugar-casa-apos-emprego-da-prefeitura-de-sp.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>96</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1877616-com-sofa-tapete-planta-e-cama-morador-de-rua-monta-casa-sob-o-minhocao-em-sp.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>97</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1895671-sem-convenio-rio-de-janeiro-fica-sem-vagas-para-internar-usuarios-de-crack.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>98</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1893349-acesso-de-usuarios-da-cracolandia-a-abrigo-e-dificultado-pela-gestao-doria.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

“Chegando lá, o idoso e Viviane se depararam com uma fila de cerca de 15 pessoas aguardando por vagas extras. Todas já haviam sido ocupadas. ‘É muita humilhação. Deveriam respeitar o Estatuto do Idoso’, disse”.<sup>99</sup>

Sobre a funcionalização (59 codificações), vale destacar a variedade de profissões: segurança, manicure, pedreiro/a, catador/a, ajudante de cozinha, carroceira, operador/a de telemarketing, camelô, dentre outras. E foi por essas ocupações que o grupo foi representado nas reportagens, assim como ocorre com outros grupos mais legitimados socialmente. Esse mapeamento mostrou que muitas pessoas em situação de rua são representadas por seu vínculo com o trabalho, ou seja, sua luta por autonomia. A funcionalização, em geral, é acompanhada pelo nome ou pelo apelido, principalmente quando se abre espaço de fala para a população em situação de rua. Vale ressaltar que “travesti” foi item codificado como funcionalização, por ter aparecido em estrutura discursiva equivalente à apresentação de funcionalização no gênero notícia: “Kelly Molina, 33, travesti”. No entanto, quando usado para representar função, vincula “travesti” à profissão do sexo, levando a uma inferência de que essa identidade sexual está sempre atrelada à prostituição, o que nem sempre é fato.

Mapeei 35 ocorrências relacionadas à identificação física. A identificação física é, principalmente, encontrada no texto da (o) jornalista: “homem pardo, aparentando ter cerca de 35 anos”, “acumulava cicatrizes” e “mostra roupas mais largas por causa dos quilos que diz ter perdido nos últimos dias pela falta de comida”. Entretanto, essa representação é também carregada de avaliação: “aparentando estar doente”, “descalço, roupas sujas e esfarrapadas” e “envolto por cobertores e trapos”. Há também os adjetivos: “idoso”, “jovens”, “adulto” e “negro”.

A representação por abstração é a menos recorrente nesse *corpus*: 25 codificações. Apesar de ser a que foi menos mapeada, o resultado é significativo, pois mostra que a situação de rua é vista como um fardo e nunca como um desafio a ser encarado: “Problemas que persistem”, “O problema que explodiu na cracolândia” e “Não tem resposta fácil para o problema”. Às vezes, é apresentada, ainda, como responsável por mais gastos públicos: “Problema deixou em evidência a necessidade de construir mais abrigos”.

---

<sup>99</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902356-abrigos-lotam-em-2-tarde-mais-gelada-em-13-anos-em-sp-e-frio-continuara.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

## 5.4 Como as diferentes vozes tecem avaliações?

Com relação à avaliação, foram 97 codificações em todo o *corpus*. Para saber qual voz mais avalia pessoas em situação de rua, cruzei o nó *intertextualidade e fontes jornalísticas* com o subnó *avaliação*, do nó *modo representação*. Trabalhadores e moradores locais são os que mais fazem avaliações (15), entre as mais frequentes estão “perigosas” e “incômodas”. Veja alguns fragmentos:

“As pessoas têm medo de chegar perto deles”.<sup>100</sup>

“O condomínio estava sofrendo um problema seríssimo de segurança. Era um grupo complicado, que usava drogas e praticava furtos”.<sup>101</sup>

“Eles ficam bonitinhos no viaduto. Antes era ruim porque ficavam na porta do prédio. Quem vinha para comprar ou alugar apartamento desistia na hora”.<sup>102</sup>

Esses trechos mostram que o problema não é a situação de rua, mas o fato de estarem em locais públicos específicos. Além disso, esses modos de avaliação “incômodas” e “perigosas” podem servir para justificar e naturalizar as ações de gentrificação e/ou higienismo.

Há também outras avaliações, como “viciadas” (ex: “Muitos são viciados em drogas”), “preguiçosas” (ex: “Não tem muito que fazer, eles ficam por aí durante o dia, fumando, e ninguém quer saber de trabalhar”) e “discretas” (ex: “Estão sempre com as portas e janelas fechadas, quase não aparecem, não estendem faixas nem fazem barulho. Parece ser um lugar abandonado”). Essa última avaliação traz uma perspectiva disciplinadora, isto é, tem relação com a boa conduta do indivíduo que cumpre ordens existentes na sociedade. Desta forma, podem “permanecer na rua”, pois não incomodam e não representam perigo. Obviamente, o comportamento ‘discreto’ representado pode ser uma estratégia das pessoas em situação de ocupação para não serem percebidas e poderem ali permanecer.

Outra avaliação realizada na voz de trabalhadores e moradores locais remete ao

---

<sup>100</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/a-vida-dos-mais-de-50-sem-teto-que-moram-no-cemiterio-e-chegam-a-dormir-dentro-de-tumbas-em-sp.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>101</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1909615-em-crise-rio-pos-olimpico-enfrenta-aumento-de-moradores-de-rua.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>102</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1910881-sem-teto-deslocados-por-doria-criam-barril-de-polvora-sob-viaduto-de-sp.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

sentimento de piedade que se têm das pessoas em situação de rua, como em “É bom porque protege a gente e os próprios moradores do viaduto, que estão expostos. A gente tem pena”. Esse tipo de representação remete a um discurso de caridade e de assistencialismo, que ganhou força principalmente na década de 1940 com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), mas não reconhece as pessoas como sujeitos de direitos. Para Freire (1987), essa “generosidade”, gerada pela “ordem” social injusta, se nutre da morte, do desalento e da miséria. Para o autor, a verdadeira “generosidade” está em lutar para que a desigualdade social seja superada pela redistribuição de recursos de forma justa.

A voz de pessoas em situação de rua é a segunda mais codificada nessa matriz, com dez codificações, sendo nove na pasta relacionada à política de assistência social e uma na de gentrificação/higienismo. Na verdade, trata-se de avaliações pressupostas no “olhar do outro” sobre o grupo: “Sempre vão me enxergar como um criminoso”, “Para eles, não somos nada, somos lixos” e “Eles olham feio para a gente, como se fôssemos bêbados emporcalhando as ruas”. Esses trechos mostram que as pessoas em situação de rua percebem esse olhar negativo sobre elas e ainda expõem a relação de poder, colocando a população em situação de rua em posição de inferioridade. Além disso, marca a interdiscursividade, pois a articulação de discursos reproduz essa dominação.

Há ainda casos em que pessoas em situação de rua avaliam quem também está nas mesmas condições: “Na verdade, as pessoas são causadoras de situação, de incômodo. Elas furtam muito (...)” e “A população de rua é complicada. Não dá para falar de todo mundo. Cada um está na rua por diversos motivos”. Esses trechos ilustram o que Freire (1987) chamou de “oprimidos que hospedam o opressor em si”: “Os oprimidos, em lugar de buscar a libertação, na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores”. Essa situação também é comparável à interiorização das representações racistas por pessoas racializadas que, segundo Fanon (2008), desejam imitar o senhor com máscaras brancas. Nesse sentido, pessoas em situação de rua imitam o discurso dos seus opressores e, assim, não conseguem estabelecer resistência à representação dominante.

## **5.5 Quais as implicações da objetificação das pessoas em situação de rua?**

Objetificar é outro modo de representar a população em situação de rua: foram 88 ocorrências. Retomando Freire (1987), observo que pessoas em situação de rua já estão “coisificadas” pela opressão. O governo é o que mais objetifica o grupo (12), e a recorrência é

predominante nos textos da pasta gentrificação/higienismo (10). É frequente a utilização por essa voz das variações de “retirar”:

“A equipe de Doria afirma que os moradores de rua não serão automaticamente retirados da área de abrangência do Cidade Linda”.<sup>103</sup>

“(…) as abordagens aos moradores de rua na ação que retirou pessoas da praça Princesa Isabel (centro de São Paulo) na manhã de segunda-feira (22)”.<sup>104</sup>

“Ficou acordado que em até seis meses a prefeitura encontraria uma solução para retirar todos os moradores de rua do espaço – são 55, segundo uma assistente social que os acompanha”.<sup>105</sup>

Essa escolha lexical desumaniza e tem sido a base das ações e políticas públicas, as quais estão inseridas mais no campo do controle, da gentrificação e da higienização, do que no de acolhimento. Em geral, não há registro de fala do governo sobre para onde foram levadas as pessoas em situação de rua após as ações de retiradas, mas alguns textos sugerem o encaminhamento para abrigos, o que conduz a pensar que a preocupação do governo é só em desocupar as ruas e que os abrigos são a única alternativa para as pessoas em situação de rua.

Outra objetificação presente é a animalização, como nos seguintes excertos:

“Alguns usuários reviram o lixo em busca de comida ou ferro para fabricar cachimbos” / “Para André, 21 (desde os 12 no crack), ‘o pessoal está mais cabreiro’. Ele para de falar e fuça em sacos de lixo na rua”.<sup>106</sup>

“O delegado afirmou que não havia nenhum indício de violência no corpo dele ou outro sinal de que tenha sido atacado”.<sup>107</sup>

“Se a maior parte do trabalho resume-se a caçar mendigos e maconheiros, recomenda-se uma revisão das prioridades e uma distribuição mais racional dos esforços. Não está faltando o que fazer”.<sup>108</sup>

---

<sup>103</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1845493-acao-de-doria-tera-troca-de-lixeiros-e-combate-a-pichadores-e-camelos.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>104</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1806716-agentes-de-haddad-atropelam-regra-ao-retirar-de-praca-morador-de-rua.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>105</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847589-prefeitura-esconde-moradores-de-rua-e-limpa-praca-14-bis-para-cidade-linda.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>106</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1892120-incursao-na-cracolandia-revela-acao-do-traffic-trocas-por-drogas-e-ate-um-bar.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>107</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902785-a-morte-sem-nome-sob-frio-recorde-em-avenida-de-bairro-nobre-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>108</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marco-aurelio-canonical/2016/03/1749977-foco-nos-usuarios.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

Animal é quem mexe em lixo para procurar comida e quem sofre ataque. Ser humano sofre violência. Essas associações são mais uma desumanização que a população em situação de rua é referida nos textos midiáticos. Essa desumanização, assim como a naturalização da morte, o conflito e a guerra são expressões primárias da colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2016). De acordo com Maldonado-Torres (2016), a linha ontológica moderno-colonial cria zonas de não ser, que é onde estão inseridas as pessoas em situação de rua. O autor também ressalta que o desafio da modernidade é que tanto o ser quanto a tecnologia suscitam a indiferença da produção do não ser, ou a participação ativa em sua criação e reprodução.

Vale ressaltar que “atacado” é também considerada uma metáfora de guerra, muito comum na voz das forças da ordem; não por acaso, no trecho acima, foi usada por um delegado. Atacar sugere ainda a existência de um conflito, que seria entre pessoas em situação de rua e a sociedade.

A animalização também foi utilizada no excerto do bloco anterior, mas no texto de um colunista. Colunistas são colaboradores do jornal que escrevem com regularidade em espaço fixo, mas que não fazem parte da equipe e podem ter qualquer formação profissional.

Outra metáfora mapeada em um texto de colunista foi “massa de miseráveis”. No mesmo texto em que havia essa escolha lexical, encontrei também o uso de “mendigos” e “desvalidos” como modo de referência. Adjetivos deverbais como desvalidos passivizam e naturalizam a situação de rua, e incapacitam para resistência. Vale ressaltar outro colaborador que, em seu texto,<sup>109</sup> compara pessoa em situação de rua ao lixo e faz avaliações:

“É como se, ao redor deles, a cidade deixasse o lixo se acumular propositalmente, para afogá-los, eles e seus poucos bens, na sarjeta, ou melhor, para poder confundí-los com o lixo e, quem sabe um dia, coletá-los do mesmo jeito”;

“E não penso apenas nos moradores de rua: também sou solidário com os vizinhos que contemplam com um misto de medo e nojo a concentração de uma vila de sem-teto perto de sua casa”.

Chamo atenção para os textos dos colunistas porque, embora esses escritores nem sempre expressem a opinião do jornal, a veiculação de seus textos no jornal pode indicar, sim,

---

<sup>109</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2018/08/o-rapa.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

um posicionamento do próprio veículo.

## 5.6 Como a voz do/a jornalista representa pessoas em situação de rua?

Apesar de a produção de notícias ser baseada em procedimentos estratégicos para se buscar a suposta objetividade, ela nem sempre é alcançada. Isso se nota no fato de a maioria das ocorrências dos modos de representação avaliação (39) e objetificação (68) ocorrer na voz autoral de jornalista. Vale destacar aqui algumas avaliações encontradas na voz autoral: “Era como se ele tivesse passado despercebido”. Essa colocação reforça mais um estereótipo do grupo: o da invisibilidade. No entanto, essa questão da visibilidade traz uma contradição, pois, do ponto de vista disciplinador, se não incomodam e não representam perigo, são invisíveis, passam despercebidos pela sociedade e para ações e políticas públicas, ou seja, se tornam invisíveis mesmo estando presentes. Mas se não, são excessivamente visíveis e sujeitos a deslocamentos forçados e a restrições do direito à cidade. Em “O cenário é melhor do que no passado, o que não impede o acúmulo de lixo”, sobre o fato de 50 “ocupantes da via pública” deixarem o local em que estavam após permissão de Doria para alojamento temporário sob o viaduto Dr. Plínio de Queiroz. Ao escrever que o lugar está melhor sem eles, foi realizada uma avaliação preconceituosa, corroborando avaliação como “indesejáveis”.

Quanto à objetificação, jornalistas tendem às mesmas escolhas lexicais do governo para fazer referências a deslocamentos forçados a que a população em situação de rua está sujeita e que a desumanizam. Seguem alguns excertos extraídos dos dados selecionados:

- (1) “Essas são algumas das estratégias adotadas por proprietários de estabelecimentos comerciais e administradores de prédios para *afastar* moradores de rua das calçadas no Rio”;<sup>110</sup>
- (2) “A Justiça derrubou decisão que autorizava a gestão João Doria (PSDB) a *recolher* moradores de rua à força na cidade de São Paulo”;<sup>111</sup>
- (3) “Para tentar *tirar* os moradores da rua, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos conta com 38 abrigos da prefeitura e 26 conveniados”;<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1909615-em-crise-rio-pos-olimpico-enfrenta-aumento-de-moradores-de-rua.shtml>. Acesso em: 18 de set. de 2019.

<sup>111</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1888484-doria-quebra-o-silencio-volta-a-falar-de-cracolandia-e-promete-nao-recuar.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>112</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1909615-em-crise-rio-pos-olimpico-enfrenta-aumento-de-moradores-de-rua.shtml>. Acesso em: 18 de set. de 2019.

(4) “Sob nevasca, polícia em Nova York *enxota* grupo de sem-teto”;<sup>113</sup>

(5) “Moradores de rua deixam calçada e são '*envelopados*' em viaduto de SP”.<sup>114</sup>

Os processos selecionados por jornalistas indicam algo que está sendo feito à população em situação de rua, mas que não apontam comprometimento com a dignidade humana das pessoas, ao contrário, sinalizam o efeito de (1) pôr para longe; (2) tirar de circulação; (3) fazer sair de um lugar; (4) expulsar, colocar para fora, e (5) cobrir com uma superfície, no caso o viaduto. Ou seja, a ação é no sentido de impedir que o grupo ocupe espaços públicos, mas sem qualquer sinalização de preocupação com seus direitos sociais.

Segundo Motta (2013), jornalistas dispõem do poder de voz para organizar, encadear, posicionar, hierarquizar, dar ao seu interlocutor as pistas e instruções de uso por meio das quais indicam como pretendem que seu texto seja interpretado. O discurso jornalístico, nos exemplos, corrobora a ideologia dominante, de higienização, que vigora desde a transição para o capitalismo. Além disso, também tem consequências de natureza ideológica, pois pode mobilizar sentimentos de aversão de leitoras e leitores ao grupo, e isso acontece quando moradoras (es) e trabalhadoras (es) locais criam mecanismos, como tapumes e chuveirinhos,<sup>115</sup> para que pessoas em situação de rua não ocupem determinados espaços públicos.

Outra maneira recorrente de objetificar que apareceu principalmente na voz autoral é a metáfora, utilizando o substantivo “barraca” no lugar de pessoas em situação de rua, como em “aumento das barracas na cidade”, “barracas passaram a ocupar praças e calçadas no centro da cidade 24 horas por dia” e “(...) proliferaram barracas na esquina da rua Helvétia com a avenida São João e no entorno do largo Santa Cecília”.

Observei também que na voz autoral é recorrente a enumeração de vários objetos com assimilação da população em situação de rua, ou seja, é colocada como mais uma “coisa”, não há uma diferenciação: “De outro, o que se acumula são pessoas, barracas improvisadas e muita sujeira” e “Nos poucos mais de 200 metros da via há de tudo: carcaças de carro

---

<sup>113</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/01/1733501-sob-nevasca-policia-em-nova-york-enxota-grupo-de-sem-teto.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>114</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847589-prefeitura-esconde-moradores-de-rua-e-limpa-praca-14-bis-para-cidade-linda.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

<sup>115</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1909615-em-crise-rio-pos-olimpico-enfrenta-aumento-de-moradores-de-rua.shtml>. Acesso em: 18 de set. de 2019.

queimado, restos de material de construção, sujeira, usuários de crack e tráfico”. Há também a vinculação da degradação de espaços públicos com a presença de pessoas em situação de rua e de usuários de drogas, conduzindo ao pensamento de que a situação de rua é um problema do espaço urbano e não social. Em “tem portaria, grades, polícia e centenas de usuários de crack”, a enumeração coloca elementos de segurança contrastando com “o perigo”, mais um reforço para o estereótipo negativo.

Vale mencionar que ao falar da voz implícita de jornalistas não me referi a um profissional específico, mas a toda equipe de jornalismo, além do próprio veículo de comunicação. De acordo com Motta (2013), a narrativa jornalística é uma construção discursiva mediada:

[...] primeiramente pelo meio de comunicação que a veicula: o jornal, a emissora ou o portal, cada qual com suas singularidades técnicas, seu *ethos*, seus interesses comerciais e ideológicos particulares. Ela é mediada, em segundo lugar, por um corpo de profissionais corporativos: jornalistas, diagramadores, fotógrafos, cinegrafistas, editores, ilustradores, webmasters, etc., que hierarquizam a apresentação dos fatos, enquadram e posicionam os protagonistas na estória, de acordo com seus valores pessoais e interesses profissionais (MOTTA, 2013, p. 220).

Além desses atores, o autor menciona também a mediação das inúmeras personagens-testemunhas, ou seja, das fontes. Para ele, as reportagens se tornam um produto plurivocal, devido à pluralidade de intervenções, na qual se manifestam vozes e interesses contraditórios que se sobrepõem no texto. Apesar disso, o autor ressalta que jornalistas, ainda que subordinados/as ao jornal, gozam de certa autonomia de voz. (MOTTA, 2013).

### **5.7 Quais são as palavras mais frequentes?**

Além das matrizes de codificação, o NVivo oferece outros recursos de análise. Com o uso da ferramenta de consulta a “frequência de palavras”, foi possível identificar os termos mais recorrentes nas notícias sobre ações e políticas públicas. As palavras mais frequentes nas referências são apresentadas sob a forma de uma “nuvem de palavras”. A nuvem de palavras gerada exibe os 30 termos mais frequentes com mais de quatro letras na pasta de ações e políticas públicas. O tamanho das letras usadas na grafia das palavras representa a frequência relativa de ocorrência do vocábulo nas notícias.

**Figura 9** – Frequência de palavras



Fonte: elaboração própria a partir do uso do NVivo

As seis mais frequentes foram: “Doria”, “prefeitura”, “pessoas”, “centro”, “cracolândia” e “gestão”. O fato de “Doria” ter sido a primeira mais frequente justifica-se pela quantidade de notícias geradas durante o período da administração do prefeito da cidade de São Paulo João Doria que, direta ou indiretamente, tratavam sobre a situação de rua. “Prefeitura” e “gestão”, a segunda e sexta palavras com mais ocorrências, respectivamente, remetem à voz a que mais se atribui espaço de fala nas notícias: “o governo”. “Pessoas” foi usada em diversas situações, sendo a maioria em referência a pessoas em situação de rua. “Centro” e “cracolândia” estão ligadas à questão espacial, em referência ao espaço que concentra a situação de rua em São Paulo.

Outras palavras na nuvem são significativas: “usuários” e “drogas”, mais uma vez reforçando a vinculação da situação de rua à drogadição; “frio”, em referência ao inverno, época do ano em que as pessoas em situação de rua estão mais vulneráveis, o que demanda ações para sua sobrevivência. Destaco, ainda, “pode” e “disse”. O processo “poder” vem

acompanhado sempre de outro, ou seja, é usado em função modal, denotando a possibilidade ou não de algo acontecer “Ele [Fernando Haddad], porém, admitiu que o frio pode agravar a situação de pessoas vulneráveis”, ou permitindo que se comunique algo com comprometimento mitigado: “Para o sociólogo Kenneth Gould, pode ser um atestado de gentrificação”. Quanto à forma verbal “disse”, indica a prevalência do verbo *dicendi* de dizer, ato enunciativo aparentemente neutro.

## **Reflexões finais**

Essa macroanálise permite responder algumas das perguntas iniciais (quais são as vozes que predominam, como a população em situação de rua é referenciada e representada), confirmando que vozes dominantes têm mais espaço para falar do problema social e são legitimadas como fontes pelos jornalistas. Além do governo, que foi a voz mais acionada, destaque também a voz implícita da (o) própria (o) jornalista, que acaba imprimindo aos textos seus valores pessoais e profissionais, além dos interesses da *Folha de S. Paulo* e das classes dominantes. Muitas vezes, as próprias pessoas em situação de rua também reproduzem as vozes dominantes.

O jornal faz referências diversas, mas recorre muitas vezes a termos pejorativos, que de certa forma estão muito presentes no nosso dia a dia. Conforme Castells (2007), a mídia é a expressão de nossa cultura, e nossa cultura funciona centralmente por intermédio de materiais propiciados pelas mídias. A questão é que muitos termos usados reafirmam estereótipos sobre pessoas em situação de rua, enquanto outros que expressariam a situação de vulnerabilidade e de risco quase não são encontrados. Diante disso, tomando consciência crítica da linguagem, essas referências estereotipadas devem ser evitadas nos textos jornalísticos e substituídas por aquelas que possam referir o grupo por sua humanidade.

Há uma representação coletivizada, agregada e objetificada de pessoas em situação de rua. Observei ainda que o grupo é essencialmente avaliado negativamente, inclusive as identificações físicas trazem essas avaliações. Além disso, é representado como um problema (abstração). Ressalto que a identificação relacional sugere fragilidade dos laços familiares das pessoas em situação de rua. A funcionalização foi uma categoria frequente de representação nas reportagens, assim como ocorre com outros atores mais legitimados pela sociedade – e por isso esse elemento tem pouca relevância analítica: trata-se de característica do gênero

discursivo. Apesar disso, essa foi a única categoria positiva do *corpus*, pois assim os textos deixam ver que muitas pessoas em situação de rua lutam para ter autonomia por meio de seu trabalho.

## 6 ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DE UM RECORTE DE DADOS

O foco deste capítulo analítico é investigar, de acordo com as palavras de Fairclough, (2001, p. 91) o “uso da linguagem como forma de prática social, através da qual as pessoas agem no mundo e constroem o mundo em significado”. Dessa forma, procuro observar como o jornal e as fontes consultadas nas notícias (mais especificamente os modos como essas vozes são articuladas) tecem sentidos.

Para tanto, utilizo três categorias analíticas: intertextualidade (BAKTHIN, 2003; FAIRCLOUGH, 2003), interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2003) e representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997; 2008), uma vez se mostraram centrais para esta análise, levando em consideração as perguntas de pesquisa. Ao longo das análises, identifiquei outras, as quais menciono no decorrer da interpretação, assim como seus efeitos sociais potenciais, mas os dados selecionados me levaram a me concentrar prioritariamente nessa tríade.

Como no capítulo anterior abordei os modos de referências às pessoas em situação de rua, neste não faço isso. Quanto aos modos de representação, pretendo ir além das categorias exploradas no NVivo.

### 6.1 O frio e a assistência social

Identifiquei na pasta de assistência social a recorrência de notícias sobre o frio de São Paulo, principalmente entre os meses de junho e agosto. Nesse período, problemas relacionados à temperatura mais baixa e à população em situação de rua, como falta de vagas em albergues e mortes por hipotermia, repetem-se anualmente, independente da gestão executiva. Tal situação gera notícias na *Folha de S. Paulo*. Por isso, foi relevante pesquisar textos sobre assistência social que tematizavam o frio. Dessa forma, defini “frio” como critério para seleção de textos para esta microanálise. Digitei a palavra na ferramenta “Pesquisa de Texto” do NVivo, selecionei a pasta assistência social e, como resultado dessa busca, encontrei 34 textos. Desses, identifiquei as três notícias (uma de cada ano), que acionaram mais vozes de atores diferentes. As microanálises desses textos são apresentadas a seguir.

#### **Texto 1: Morador de rua apela à Defensoria por vaga em albergues de Haddad**

Publicação: 16/06/2016

O texto noticia o aumento da procura de vagas em albergues devido à onda de frio em São Paulo. Começando pela análise da manchete, o termo “morador de rua”, embora no singular, não se refere a um indivíduo, por isso sua representação é do tipo generalização. O verbo “apelar” traz o sentido dicionarizado de “implorar por socorro” (para conseguir abrigo, nesse caso), o que traz como pressuposição a falta de vagas nos albergues de São Paulo. O verbo também opera relação intertextual com o termo jurídico (recurso de apelação).

Os dois primeiros parágrafos do texto trazem a contextualização dessa situação, representada pela onda de frio que fez elevar o número de atendimentos e provocou a morte de ao menos cinco pessoas em situação de rua. O primeiro relato de fala no texto é de uma pessoa em situação de rua, apresentada como “Tiago Ramos, 31”. Em discurso direto, sua voz é articulada: “Estou desempregado, mas como vou trabalhar se tenho que chegar aqui no começo da tarde para arrumar uma vaga?” Essa fala aponta um problema na política de abrigo, que faz com que as pessoas fiquem horas na fila para conseguirem passar a noite no albergue, impedindo-as de trabalharem e de terem outros compromissos.

Outro registro de fala que vem em seguida, em discurso direto, é de um defensor público, Marcelo Dayrell Vivas. “O que a gente percebe é que no centro ampliado (Bresser, Luz, Barra Funda) há uma falta de vagas”. Essa voz é articulada como recurso de confirmação da *pressuposição* da falta de vagas, comentada logo na manchete.

O trecho na voz do jornal “Os moradores de rua podem acabar sendo deslocados para abrigos longe de onde mantêm relações e produzem sua renda. E muitos deles se recusam a ir” representa “moradores de rua” de forma generalizada e apassivada, já que podem sofrer a ação de serem deslocados para abrigos longe. Além disso, há uma objetificação em “deslocados”, como se fossem objetos que podem ser movimentados de um lado para o outro. A voz do jornal reproduz a naturalização desse movimento de “deslocar”, de “recolher” pessoas em situação de rua. Chama atenção o jornal usar “produzem sua renda” em vez de “trabalham”. Isso mostra que apesar do I Censo e Pesquisa Nacional sobre População e Situação de Rua,<sup>116</sup> realizada em 2008 pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), apontar que 70% do grupo exerce atividades remuneradas, elas não são reconhecidas pelo jornal, pois escolhe usar um termo que mitiga o reconhecimento das atividades remuneradas da população em situação de rua como trabalho nessa representação. Isso é

---

<sup>116</sup> Para mais detalhes sobre a pesquisa do MDS, ver no capítulo 2 a seção 2.1.

ideologicamente relevante, pois reforça uma perspectiva preconceituosa de que a população em situação de rua não trabalha.

Em seguida vem o relato de fala da prefeitura, em discurso indireto, afirmando que “há 3.200 vagas para atendimento de homens, mulheres, idosos e transexuais na região central”. Usar números para legitimar o discurso é estratégia discursiva muito utilizada por representantes de governos; nesse caso, mostrando que pessoas em situação de rua estariam sendo atendidas na região central, o que contraria o mote da falta de atendimentos. Mas o mesmo recurso a números serve para o jornal apontar que o número de pessoas em situação de rua é superior ao número de vagas indicado: “O censo de 2015, no entanto, encontrou 3.864 pessoas nas ruas só na área da subprefeitura da Sé”. Essa contradição entre as informações fica evidente com a conjunção adversativa “no entanto”, que sustenta a interpretação sobre o uso dos dados numéricos na voz da prefeitura.

Vale ressaltar também outro relato de fala, em discurso indireto, do defensor: “O defensor afirma que tem conseguido administrativamente, sem acionar a Justiça, as vagas desejadas”. Esse trecho sugere que só atores institucionais detentores de poder conseguem vagas, enquanto as pessoas que estão em situação de rua têm que ficar horas na fila do abrigo ou apelar para a defensoria, pois de outra forma são deslocados para locais longe de suas atividades diárias, como apontado em trecho anterior da notícia. Essa situação é reafirmada em relato de fala de outra pessoa em situação de rua, representada como “segurança Roberval Araújo dos Santos, 30”. Em discurso indireto, “diz que demorou dois meses para conseguir uma vaga fixa no abrigo da Barra Funda”, e que para isso procurou orientação na Defensoria.

Na frase “Em frente ao abrigo, Santos e outros usuários do espaço se aglomeram em volta do repórter para reclamar das condições de limpeza do banheiro e do local”, não há acionamento de voz de abrigados, mas o verbo “reclamar” marca um relato narrativo de ato de fala (FAIRCLOUGH, 2003).

Além dessa primeira parte, a notícia é composta por mais duas, as quais trazem novos contextos: uma sobre a investigação relacionada a mortes de pessoas em situação de rua e a outra sobre a retirada de pertences delas. Com o entretítulo “Investigação”, há um relato de fala da promotoria em discurso direto: “Os óbitos serão investigados em âmbito criminal, entretanto, no inquérito civil será apurado se a prefeitura deixou de adotar as providências necessárias para evitá-las”. Essa fala pressupõe que pode ter havido falhas na assistência do órgão.

Vale mencionar a representação da população em situação de rua pelo modo

agregação: “O último censo de moradores de rua, de 2015, contabilizou 15.905 pessoas, sendo só 8.570 abrigados (54%). A quantidade de pessoas não acolhidas, em comparação com a pesquisa de 2011, teve um aumento de 8%”. A prefeitura usou novamente números como estratégia discursiva para mostrar ação e resultado, os quais foram representados de forma positiva pelo jornal: “A gestão Haddad afirma que criou 2.000 vagas permanentes desde 2013. Diz que, desde maio, abriu 13 abrigos emergenciais com mais 1.517 vagas devido ao frio, além das 10 mil já existentes”.

Na terceira parte, “Exceção no frio”, há voz de especialista, assim representado: “ex-consultor do programa De Braços Abertos, ação da gestão Fernando Haddad (PT)” e “psiquiatra Dartiu Xavier”. Em discurso indireto, “diz que, em situações extremas como na atual onda de frio, a prefeitura deveria abrir exceções para que moradores de rua mantenham seus pertences para se esquentar”. O caráter de exceção da medida pressupõe que no calor não seria necessária a garantia desses pertences. Mas vale ressaltar que entre os pertences das pessoas em situação de rua não há só cobertores, colchões e papelões, mas objetos pessoais, como documentos, e material de trabalho, como carroças.

No segundo parágrafo dessa terceira parte, tem-se a representação de uma ação higienista: “Moradores de rua reclamam que colchões e papelões usados para proteção contra frio são recolhidos pela GCM (Guarda Civil Metropolitana)”. Não há nenhuma voz expressa de pessoas em situação de rua aqui ou de um representante do grupo para abordar essa atuação da GCM, apenas o relato da reclamação. Fairclough (2003), citando Voloshinov (1973), ressalta que quando a fala ou a escrita do outro são relatados, dois textos diferentes são trazidos para o diálogo, e, potencialmente, duas perspectivas diferentes, bem como outros objetivos, interesses, entre outros aspectos que permeiam o discurso (FAIRCLOUGH, 2003).

Em articulação com a voz do prefeito em discurso indireto, o jornal informa que os agentes são proibidos de recolher os pertences da população em situação de rua, mas que há orientação para impedir a “favelização” de praças públicas. O termo entre aspas remete ao que (supostamente) foi usado pela fonte (discurso direto) e mantido pela/o jornalista/editor/a, mitigando o comprometimento do jornal com a escolha da palavra. Em discurso direto, há “O que estamos tentando impedir é a refavelização”, reificando o que foi colocado em discurso indireto.

Vale mencionar a lexicalização em “(re)favelização” que surge no contexto da expansão dos barracos no centro de São Paulo lembrando pequenas favelas. Segundo Fairclough (2001), as lexicalizações devem fazer parte da análise devido ao sentido político e

ideológico que elas podem assumir. “Os significados das palavras e a lexicalização de significados são variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230). Essa lexicalização traz uma representação negativa associada a pessoas que vivem em moradias precárias nos subúrbios ou nos centros das cidades.

A voz de Dartiu Xavier é novamente acionada, e nela se expõe uma contradição entre o que é falado e o que é feito nas ruas. “Por mais que o prefeito ressalve que os agentes da GCM não podem recolher objetos pessoais, Xavier afirma que ‘sobram relatos de guardas que recolhem até documentos’ de moradores de rua”. Apesar dessa ação negativa de higienização, o especialista ameniza, avaliando outras formas de assistência como positivas, como o Programa Braços Abertos. O discurso direto encerra a notícia: “Se comparado com as administrações anteriores, que faziam desocupações com violência e insultavam direitos humanos, Haddad tem grande mérito”. Trata-se de uma representação positiva do governo, mas apenas em termos relativos, em comparação a outros governantes.

Embora a notícia traga vozes de pessoas em situação de rua em sua primeira parte, elas ficam em segundo plano. Conforme van Leeuwen (1997), a representação é de exclusão por encobrimento. Tanto a voz de Ramos como de Santos mostram a dificuldade de estar numa situação de vulnerabilidade: “Estou desempregado, mas como vou trabalhar se tenho que chegar aqui no começo da tarde para arrumar uma vaga?” (voz de Ramos) e “Antes, peguei pneumonia por dormir na rua” (voz de Santos). Os dois personagens são colocados em posições diferentes, um tem vaga fixa no abrigo e o outro precisa enfrentar fila para garantir o seu pernoite, e o funcionamento dessas vozes no texto é relativo à oposição entre os dois tipos de vagas na discussão dos albergues.

Além dessas vozes, a notícia aciona outras como de representantes do governo, da lei e de um especialista. Os discursos do governo e da lei se articulam em relação às vagas em albergues, enquanto o do especialista problematiza a questão da retirada dos pertences das pessoas em situação de rua. Embora traga algumas críticas, o especialista defende a gestão Haddad, o que é coerente com sua atuação como consultor do programa de Braços Abertos.

Nessa notícia, no que se refere à seleção dos verbos *dicendi*, há a predominância de instâncias com “dizer” e “afirmar”, verbos de dizer que podem ser considerados neutros em relação a apreciações da voz relatada. As exceções são “reclamar”, “avaliar” e “defender”. As duas instâncias com “reclamar” estão ligadas às pessoas em situação de rua e foram usadas sem acionamento de voz, em relato narrativo de ato de fala. Mesmo assim, a atribuição do ato

discursivo de reclamar aciona essa voz como uma voz de avaliação dos serviços a essa população destinados, o que é de ressaltar. “Avaliar” e “defender” introduziram e encerraram, respectivamente, a fala do especialista operando reforço do seu conteúdo.

## **Texto 2: A morte sem nome sob frio recorde em avenida de bairro nobre de São Paulo**

Publicação: 20/07/2017

A manchete da notícia anuncia o problema, que é a morte de uma pessoa em situação de rua no frio e em bairro nobre de São Paulo, mas se trata de uma “morte sem nome”, naturalizando o discurso de invisibilidade da população em situação de rua. No *lead*, o texto ratifica isso ao colocar: “sem documentos, familiares ou amigos”. Segundo Vieira e Resende (2016), a invisibilidade ou o apagamento de pessoas em situação de rua “são problemas parcialmente discursivos atrelados à naturalização de discursos acerca da precarização social e à dissimulação de questões sociais graves” (VIEIRA & RESENDE, 2016, p.143).

Há a representação da pessoa em situação de rua por meio da identificação física: “um homem pardo, aparentando ter cerca de 35 anos”. Esse parágrafo, assim como a manchete, também destaca a questão espacial, uma área nobre, e próxima a um dos maiores hospitais da América Latina. Para anunciar isso, no terceiro parágrafo, o jornalista usou como recurso linguístico o advérbio “ironicamente”.

A segunda parte da notícia, com o entretítulo “sem proteção”, inicia-se com o relato de um trabalhador e/ou morador local, representado por seu nome completo “Hélio Henrique dos Santos”. Em discurso direto, descreve o que ocorreu: “Cheguei às 10h e ele estava parado. Achei estranho porque morador de rua normalmente acorda mais cedo e vai embora”, diz. “Quando deu umas 17h, ele ainda estava lá, na mesma posição. Fui olhar e o encontrei morto, com sangue seco no nariz.” “Morador de rua” é representado de forma *genérica* e a representação da ação de “normalmente acorda mais cedo e vai embora” pode naturalizar que deve ir embora cedo do espaço público onde dorme, pois sua possibilidade de permanência é constrangida. Por outro lado, reifica ações em um presente eternalizado por “normalmente”.

Em seguida, aparece a voz do religioso representado como “padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Povo da Rua” em discurso indireto: “diz que vem ajudando diariamente pessoas que sofrem nas ruas com o frio extremo na cidade”, seguido do discurso direto: “Nesta noite, ficamos até 2h ajudando quem estava nas ruas. Encontramos diversas pessoas com sinais de hipotermia. Nós colocamos proteção nas extremidades de seus pés, mãos e cabeça para

proteger, além de (oferecer) bebida quente”. Trata-se de um discurso que traz o problema à emergência e à solução pela via da caridade. Além disso, o termo “sofrem” expõe a vulnerabilidade das pessoas que estão em situação de rua.

No trecho “Segundo o padre, que faz esse trabalho voluntário durante a noite, a maior parte das pessoas que morrem é encontrada sozinha. ‘Quando tem amigo ou família, eles sempre procuram um lugar mais quente ou se esquentam juntos num cantinho’”. Essa voz expressa as relações sociais como um mecanismo de segurança e manutenção da vida.

A terceira parte da notícia, como o subtítulo “Números” já anuncia, é composta de dados numéricos que legitimam a voz do governo, que é a única voz que aparece nessa parte. O primeiro relato de fala é da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Em discurso indireto diz que “não há déficit de vagas na rede de acolhimento” e apresenta números: “os 85 centros, diz, estão recebendo em média 10,5 mil pessoas por dia, com 800 vagas sobrando”. O verbo *dicendi* “diz” entre vírgulas reforça que o dado é da secretaria. A informação da existência de vagas sobrando também acarreta responsabilização individual do homem morto: se tivesse procurado um dos “centros” com “vagas sobrando”, talvez estivesse ainda vivo.

Observei a ausência de voz de pessoas em situação de rua nos seguintes trechos “Apesar da existência dos abrigos, muitos moradores evitam recorrer a eles por causa das regras impostas nos locais, como horários de entrada, de refeições e proibição do consumo de álcool” e “Muitos desses locais também vetam a entrada de animais - algumas dessas pessoas adotam cachorros nas ruas e não querem se separar deles. Mas dois espaços recém-inaugurados, os CTAs (Centros Temporários de Atendimento) Brás e Aricanduva, aceitam o encaminhamento de moradores de rua nessa situação”. O próprio jornal falou por elas genericamente e isso pode ser entendido como uma estratégia de inclusão das pessoas em situação de rua pelo jornal – mas pela via da exclusão discursiva, e pela assunção pelo jornal de uma capacidade de falar pelo outro, de assumir suas posições. Nessa notícia, a abordagem da rigidez *versus* flexibilidade dos abrigos é feita sem ouvir as perspectivas posicionadas das pessoas usuárias desse serviço público, assumindo-se sua perspectiva como dada.

Nesse texto há registro de fala de morador e trabalhador locais e da polícia abordando a questão da morte de uma pessoa em situação de rua no frio. A voz do padre aparece para falar das ações de caridade que a pastoral do povo da rua realiza nessa época do ano, mas a voz de pessoas em situação de rua foi excluída. Por fim, a do governo lista uma série de ações tomadas para atender pessoas em situação de vulnerabilidade. No entanto, não há uma

problematização se essas medidas são suficientes e se realmente trazem a perspectiva do acolhimento. Essas ações são representadas como ações realizadas, mas quando analisei as instâncias de alguns verbos usados, percebi o tom de promessas, pois as ações atribuídas ao governo neste texto são marcadas principalmente pelos verbos no futuro do presente: “a prefeitura realizará”, “a atuação será reforçada”, “estará em operação o Programa Emergencial de Inverno (PEI)”.

### **Texto 3: No frio de São Paulo, moradores de rua têm palavra final entre relento e albergue**

Publicação: 24/05/2018

Essa notícia representa as abordagens às pessoas em situação de rua realizadas por uma equipe da Prefeitura durante uma madrugada fria em São Paulo. Trabalhando com a ideia de que a pessoa em situação de rua tem o poder de decidir se irá para o albergue, o jornal parece sugerir um questionamento dessa liberdade, especialmente porque a notícia não explora os motivos das decisões entre ficar na rua ou acessar o serviço.

O primeiro personagem ou a primeira pessoa em situação de rua é representada na matéria só pelo primeiro nome: Antônio, enquanto representantes do governo, especialistas e outros atores sociais considerados pela sociedade mais legitimados são representados pelo nome completo e pela funcionalização (van Leeuwen, 1997). Sua voz, em citação direta, expressa a decisão de ficar na rua: “Não quero nada”. Depois, representado por “encanador” e por “Romildo de Jesus, 42”, o segundo personagem da narrativa aceitou “de pronto o convite para passar a noite no CTA (Centro Temporário de Acolhimento) de Santana”. No caso de Romildo, há apenas esse relato narrativo de ato de fala (aceitar), não é aberto espaço de voz para ele. Esse paralelismo na representação do “encanador Romildo de Jesus”, por nome completo e funcionalização – como ocorre com os atores sociais mais legitimados pela sociedade, reforça uma avaliação positiva do aceite dessa pessoa em situação de rua em “aceitar prontamente o convite”. Esse ator é mostrado como mais lúcido, “mais incluído”, tendo sido apresentado de forma legitimadora uma vez que sua atitude concorda com as propostas das autoridades que falam no texto.

Antônio e Romildo foram abordados durante o deslocamento da equipe para atender uma “mulher que estava com o filho em um abrigo sem estrutura para receber famílias”. Há uma representação relacional (mãe e filho) que também expõe o problema do atendimento para grupos heterogêneos. Nesse caso, o de família.

Outra pessoa em situação de rua abordada é representada como “Michele Pereira, 32”. Na voz do jornal, está que ela aceitou ir para um abrigo porque estava com o braço quebrado após ser agredida. Há a representação dela como vítima. A voz de Michele só aparece em um momento, em discurso direto: “Estou morrendo de dor, fui ao médico, mas ele disse que ainda não era hora de tirar o gesso”. Como não tinha condições de subir em uma beliche, a vaga para ela era específica. A notícia evidencia, mais uma vez, necessidades específicas. A identificação física é um dos modos de representação da população em situação de rua nesse trecho: “braços encolhidos dentro do moletom e cabeça apoiada em uma mochila” e “além do braço engessado, andava apoiada em uma muleta”.

Esse texto é mais um na temática de assistência social que trata a morte de pessoas em situação de rua com normalização, como no excerto: “Nesta semana, dois moradores de rua morreram em uma madrugada gelada. Uma suspeita é que possam ter morrido por hipotermia, mas a causa somente será confirmada após perícia”. Jäger (2017) questiona sobre o que é ou não normal, o que deve valer como normal, e como isso se define ou se mantém. Para ela, isso é fundamental para os debates centrais de uma sociedade. Ela acrescenta ainda a importância de se atentar para os efeitos do normalismo na constituição de sujeitos. Assim, normalismo é considerada como categoria discursiva e deve ser entendida “pelo fato de que ele torna possível o controle e a regulação dos dinâmicos processos sociais” (JÄGER, 2017, p. 115).

Uma integrante da equipe de abordagem, representada como “orientadora” e “Simone Freitas”, em discurso direto, diz: “Só entregamos o cobertor quando a pessoa se nega mesmo [a ir para abrigo], senão eles veem que vão poder se aquecer minimamente e se dão por satisfeitos”. A manchete sugere que as pessoas em situação de rua podem decidir se ficam nas ruas ou se vão para albergues. No entanto, no momento em que essa voz diz “quando a pessoa se nega mesmo”, essa liberdade é questionável, pois percebe-se que há uma insistência para ela ir ao abrigo. Esse “poder de escolha” também é controverso no relato narrativo de ato de fala: “Ela explica que respeita um certo limite na insistência durante a abordagem para evitar reações agressivas”. Esse trecho sugere que se respeita a um certo limite para evitar reação agressiva e não porque existe a liberdade de escolha. Dessa forma, o jornal está sustentando veladamente uma posição contrária à liberdade das pessoas em situação de vulnerabilidade de permanecerem nas ruas. Além disso, esse fragmento traz uma representação preconceituosa de que pessoas em situação de rua são agressivas, ou seja, mais uma representação negativa do grupo.

No fragmento, “Na noite de terça-feira, Simone e Wenia abordaram 37 pessoas na

zona norte e conseguiram acolher 28. Em toda a cidade, foram 350 encaminhamentos para abrigos”, o uso encoberto de “acolher” pode significar na verdade “recolher”. Novamente o jornal não expõe os motivos que fizeram com que as pessoas em situação de rua não aceitassem o serviço ofertado. Dessa forma, não se problematiza a política de abrigamento e nem a situação dos albergues. O jornal ainda usa números para sugerir resultados da ação do governo.

A voz do governo é representada pela Secretaria de Assistência Social da gestão Bruno Covas. Primeiro, uma negação. “Nega que a estrutura a moradores de rua seja insuficiente nas madrugadas”. Ou seja, responde a um discurso pressuposto de que essa estrutura seja insuficiente, contradizendo-o. Em discurso direto, o secretário em exercício, representado como José Antônio de Almeida Castro, explica: “Se levarmos em consideração a quantidade de chamadas recebidas e atendidas, as equipes dão conta da demanda”. No entanto, a voz do jornal contradiz a do governo no trecho “A abordagem das equipes costuma ser rápida, já que a demanda de atendimento é muito maior do que as equipes são capazes de responder”. Essa contradição é mitigada na voz do secretário pelo termo “se levarmos em consideração a quantidade de chamadas recebidas e atendidas”.

O texto explica que as chamadas são feitas pelos munícipes e por pessoas em situação de rua. Para ilustrar o funcionamento dessas chamadas, o jornal narrou que uma funcionária do terminal rodoviário da Casa Verde, sem identificação por nome, ligou para o serviço por causa de uma pessoa em situação de rua, representada por “Marcelo Augusto da Silva, 24”. Na voz de Silva, em discurso direto: “Fugi de casa porque meu padrasto bateu na minha cabeça com uma barra de ferro”. O excerto traz a representação relacional (padrasto e enteado), mostrando a desvinculação familiar, que é um dos fatores que levam muitas pessoas à situação de rua e também a espetacularização dessa violência, criando uma representação das pessoas empobrecidas como incivilizados, violentos.

Apesar de as pessoas em situação de rua terem sido incluídas na notícia, algumas com espaço de voz e outras não, como o Romildo de Jesus, observei que elas só estavam ali para ilustrar o serviço de abordagem da Prefeitura, ou seja, como é realizada, e também a “liberdade de escolha” das pessoas em situação de rua (como o caso de Antônio que não aceitou ir para o abrigo), com exceção da voz de Silva, inserida para mostrar o motivo de estar na rua.

Essa notícia faz uma representação positiva da ação do governo, abrindo espaço para a declaração do secretário de que as demandas pelo serviço são atendidas. Não há detalhamento

de um caso que não tenha sido, mas sim de um que foi. Não há uma pessoa que ficou sem vaga, problema comum e, muitas vezes, noticiado pelo jornal. Não há uma pessoa em situação de rua para expor a situação precária dos abrigos e nem para explicar o motivo de não aceitar o abrigo. Conforme o texto, a Folha acompanhou a equipe. Não está escrito que a Prefeitura convidou, mas é essa a impressão que o texto deixa: de que a assessoria do órgão pautou o jornal, talvez por isso a representação positiva e sem problematizações. Como visto no capítulo metodológico, é a agenda política influenciando a midiática.

A seguir, apresento um quadro-resumo com resultados analíticos para os três textos deste primeiro recorte:

**Quadro 5** – Resultados analíticos - assistência social

CATEGORIAS	ALGUNS RESULTADOS ANALÍTICOS
INTERTEXTUALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na maioria das articulações intertextuais, o jornal introduz as vozes pelo discurso indireto e abre o discurso direto para confirmação do que tinha sido expresso em discurso indireto;</li> <li>• A opção do jornal é, principalmente, por verbos <i>dicendi</i> neutros, como “dizer” e afirmar”;</li> <li>• Os verbos “reclamar” e “aceitar” foram usados em relato narrativo de ato de fala de pessoas em situação de rua, sem acionamento de uma voz específica.</li> </ul>
INTERDISCURSIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os discursos sobre a situação de rua focalizam as dificuldades de estar em vulnerabilidade e de maneira sutil questionam a liberdade de pessoas em situação de rua negarem os serviços oferecidos;</li> <li>• Números sobre a situação de rua são utilizados para legitimar ações e resultados, e são representados, predominantemente, de forma positiva;</li> <li>• É característica dos textos a ausência de discursos que questionam a desigualdade social, ao contrário, há representação como opção pessoal, ou como consequência de comportamentos ‘incivilizados’, e não questão social.</li> </ul>
REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas em situação de rua são suprimidas ou excluídas por encobrimento (referência em segundo plano);</li> <li>• Pessoas em situação de rua também são representadas pela generalização, pela identificação física e pela representação relacional.</li> </ul>

Fonte: elaboração da autora.

## 6.2 Ações de “retirada” de pessoas em situação de rua do espaço público

Nesta seção analiso três textos que abordam as ações de “retirada” da população em situação de rua do espaço público. Para a seleção desses textos, a palavra “retirada” era estratégica na pasta de políticas de gentrificação/exclusão, devido ao frequente movimento forçado, motivado por interesses imobiliários e questões urbanas, ao qual a população em situação de rua está sujeita. Ao digitar a palavra na ferramenta “Pesquisa de Textos” do NVivo, selecionando a pasta gentrificação/higienismo, obtive como resultado 25 textos que mencionavam essa palavra. O próximo passo foi identificar uma notícia de cada ano em que mais atores tiveram espaço de voz.

### **Texto 1: Agentes de Haddad atropelam regras ao retirar de praça morador de rua**

Publicação: 25/08/2016

O texto representa uma ação de higienização em função da formatura de dois mil cadetes em praça no Dia do Soldado. Para o evento ser realizado, a organização militar solicitou a intervenção. Isso ocorreu dois meses após a publicação do Decreto nº 57.069, de 17 de junho de 2016, que dispunha sobre os procedimentos de zeladoria urbana em relação à abordagem de pessoas em situação de rua.<sup>117</sup>

Na articulação intertextual de vozes na notícia, dois assistentes e dez pessoas em situação de rua relataram confisco de itens na ação, como roupas, cobertores e documentos. De acordo com o decreto, esses itens não poderiam ser apreendidos, indicando descumprimento das regras pelos agentes e desrespeito para com esses cidadãos e cidadãs.

Em discurso indireto e com representação generalizada das pessoas em situação de rua, há o trecho: “Os moradores de rua dizem ter sido avisados uma semana antes sobre a necessidade de sair da praça, que abriga uma estátua de Duque de Caxias, patrono do Exército”. Ou seja, a presença da estátua do patrono militar serve de justificativa para se negar direito de permanência na praça a pessoas vulnerabilizadas, que muitas vezes têm restringido até mesmo seu direito a identificação, quando ações higienistas chegam a suprimir inclusive documentos, como relatado na matéria.

Em discurso indireto e representado como “Diocrestes Figueiredo, 69”, afirma que a cópia de seu RG e as fotos que tinha da sua filha e neta recém-nascida foram tomadas pelos agentes “Geraldo de Souza, 30” teve sua fala registrada em discurso direto: “Levaram minha barraca e três sacolas de roupa. Rasgaram barracas dos outros”. As vozes de “Artur Bonillo” e

---

<sup>117</sup> Mais a esse respeito no capítulo 2, subseção 2.3.3.

“Marcelo de Sousa, 40” apareceram em discurso indireto: “diz que levaram sua barraca” e “conta terem levado sua manta”. Esses espaços de voz exemplificam casos de apreensão ilegal de itens de pessoas em situação de rua, com o descumprimento do decreto.

Na voz do jornal, inclui-se a informação de que o Exército distribuiu salgados e sucos para quem estava na praça. Para indicar o discurso direto, aspas foram abertas na fala do general do Exército, representado como “Hedel Fayad” e “general que capitaneou a limpeza da praça”: “para que não fiquem tão contrariados de estarmos tomando espaço deles”. Por essa fala, o representante das Forças Armadas admite amenizar o efeito da ação higienista para as pessoas em situação de rua com comida, o que de alguma forma acarreta infantilização dessa população, e a natureza higienista da ação é reconhecida na voz autoral, quando classifica a ação como “limpeza da praça”. A natureza controversa dessa mesma ação é reconhecida pelo general, quando refere-se a uma tomada de “espaço deles”. A disputa territorial em jogo, portanto, é explicitada.

Mais uma citação em discurso direto de um representante do governo, esse representado como “Benedito Mariano”, “secretário de Segurança Urbana”: “Ninguém vai proibi-los de ficarem lá. Mas não podem montar estruturas quase permanentes”. Na articulação dessa voz, construções negativas (“nenhum” e “não”) carregam pressupostos afirmativos (sim, estão sendo proibidos de ficar lá) e uma percepção da inadequação da ação higienista, já que se reconhece a possibilidade de uma crítica específica à ação. Além disso, entra em contradição com a voz do general. Enquanto um admite que estão “tomando espaço deles”, o outro tenta dizer que não. A voz do secretário também nega o espaço público como local de permanência de pessoas em situação de rua, evidenciando mais uma vez a disputa pelo território, que sempre leva à expulsão da população empobrecida. A fala do governo continua na voz da prefeitura em discurso indireto: “A prefeitura afirma ter seguido ‘rigorosamente’ os procedimentos estabelecidos no decreto publicado em junho que detalha as abordagens aos moradores de rua na ação que retirou pessoas da praça Princesa Isabel (centro de São Paulo) na manhã de segunda-feira (22)”. A voz da prefeitura entra em contradição com a voz do secretário em “na ação que retirou pessoas”. Essa contradição está explícita no termo rigorosamente entre aspas, sugerindo que as regras do decreto não foram cumpridas, conforme anunciaram.

Num trecho da nota reproduzido na notícia, a prefeitura alega que “não foram recolhidos pertences pessoais nem cobertores”, e o jornal reforça que esse discurso destoa das declarações de pessoas em situação de rua e assistentes sociais ouvidas pela reportagem. Ou

seja, mais uma vez mostra a contradição das vozes nas notícias. O secretário de Segurança Urbana alega, ainda, em discurso direto, desconhecimento quanto ao recolhimento de objetos pessoais: “‘Não tinha conhecimento de que objetos pessoais e pertences foram apreendidos’, diz ele. ‘Se houve, tem que apurar’”. O discurso do desconhecimento pelo governo se repete constantemente no jornal. Em discurso direto, há ainda o seguinte registro de fala do secretário: “‘Passo sempre pela praça Princesa Isabel e, de 40 dias para cá, a situação de moradores de rua na região aumentou muito’”. O excerto sugere que a situação de rua na praça se tornou, além de visível, incômoda, sendo, portanto, mais uma justificativa para a ação higienista.

Em seguida, a notícia segue para a sua segunda parte, que tem como subtítulo “Recuperação”, remetendo à “revitalização” da praça, realizada pela Fundação Cultural Exército Brasileiro e pela empresa Porto Seguro. Esse trabalho de “recuperação”, que incluiu a lavagem do espaço com caminhões de água do Exército, limpeza das luminárias e recuperação dos jardins, também justifica a ação higienista. A questão não é só a presença de pessoas em situação de rua na formatura dos cadetes, mas na praça “revitalizada”. De acordo com o panorama da história de São Paulo, que traçamos no capítulo 1, a “revitalização” dos espaços públicos gerou e justificou o higienismo.

O texto ressalta que a reforma na praça vai continuar com a restauração da estátua de bronze de Duque de Caxias, a construção de banheiros públicos e de torres de iluminação. Em citação direta, o representante do Exército diz: “‘Está limpo, cheirando bem. E o Exército vai ficar lá pelo menos no primeiro mês cuidando da praça’”. A primeira parte da fala pressupõe que havia sujeira e mau cheiro antes desse trabalho, sugerindo por relação temática que foi causada principalmente pelas pessoas em situação de rua que viviam ali. Essa associação do segmento à sujeira é frequentemente reproduzida no jornal, reforçando uma representação negativa do grupo. Já a segunda pressupõe ordem com o Exército ‘cuidando da área’, o que novamente deixa ver a questão territorial, de expulsão de um segmento considerado invasor – o que se alinha à metáfora de tomada de espaço utilizada antes pelo general.

As vozes dos representantes do governo e das Forças da Ordem estão em sintonia. O discurso é de negação da ação higienista, enquanto as falas de pessoas em situação de rua e de dois assistentes sociais, funcionários da prefeitura, confirmam a natureza higienista da ação. Ou seja, cada uma dessas vozes acionadas traz uma representação individualizada da ação na praça, que assim disputam a representação coletiva “da verdade” relacionada ao fato. Ao construir “as suas verdades”, as vozes entram em contradição umas com as outras. Dessa

forma, a oposição marca a relação intertextual desse texto. A justificativa para o higienismo, que em princípio seria a formatura de cadetes, amplia-se na segunda parte da notícia com a “revitalização” da praça. Ou seja, a praça constitui um espaço de disputa e essa também ocorre por meio de discursos.

Nessa notícia, além da predominância dos verbos *dicendi* de “dizer” e “afirmar”, há ainda “relatar” e “contar” atribuídos a pessoas em situação de rua – o que fortalece o valor de verdade de sua voz pelo caráter testemunhal reconhecido nessa escolha de verbos – e “reiterar” e “negar”, aos representantes do governo – o que expressa a disputa de narrativas a respeito da ação higienista. Esses dois enfatizam mais a força do dizer do falante, enquanto os outros são mais neutros.

## **Texto 2: Marginais sob Doria têm acidentes em alta e ambulante ‘fixo’ nas vias**

Publicação: 07/05/2017

A notícia representa a implantação do Programa Marginal Segura e algumas consequências dessa medida. Interessa-nos, especificamente, as duas partes que citam pessoas em situação de rua. Com o entretítulo “Ambulantes”, a situação de vendedores/as ambulantes e de pessoas em situação de rua que permanecem próximas às marginais Tietê e Pinheiros é representada.

Segundo o jornal, para implantar o programa pautado pela elevação das velocidades máximas permitidas nas vias, o governo prometeu uma série de ações para ampliar a segurança de pedestres, motociclistas e passageiros/as. No entanto, a notícia afirma que essas contrapartidas não foram observadas, embora o discurso do governo seja de que cumpriu as promessas. Dessa forma, as vozes do jornal e do governo inserem-se numa relação de contradição, a qual marca os textos que tratam da temática gentrificação/ higienismo.

Num infográfico, a notícia mostra o que está pendente quando se refere às pessoas em risco: “retirada de ambulantes”, “retirada de moradores de rua” e “remoção de famílias que moram em favelas à beira das vias”. A preferência é por utilizar léxico reservado a objetos: “retirar” e “remover”, apesar da referência ser a pessoas. Essa objetificação favorece ações higienistas, pois objetos podem ser deslocados se indesejados em um determinado local – assim como pessoas objetificadas são retiradas e removidas em ações higienistas.

De acordo com a voz do jornal, “continuam na Tietê e na Pinheiros os ambulantes que circulam entre os carros nos horários de pico e os moradores de rua que se instalam nos

canteiros, assim como favelas que vão quase até a pista. A promessa de Doria é retirá-los das marginais, por agravarem os riscos de acidentes”. A objetificação dos ambulantes e de pessoas em situação de rua é operada no verbo “retirá-los”, e não há menção para onde serão levados e nem a assistência que vão receber. Vale mencionar ainda nesse fragmento a justificativa para deslocar os camelôs e pessoas em situação de rua: “por agravarem os riscos de acidentes”. Não há preocupação com a vulnerabilidade e com a forma de produção de renda das pessoas, ou seja, com a condição em que vivem, mas com o risco de acidentes. O problema representado é sua presença na via, ou seja, a questão é mais urbana que social. Há então uma abstração e uma pressuposição de que a solução é só deslocá-los de lá, dissimulando a situação de rua.

Nessa segunda parte, a primeira voz que aparece é representada por “camelô” e por “Paulo Santos”. Em discurso direto, há “Os ‘noias’ ficam muito loucos de madrugada e se atiram em cima dos carros”. Há a vinculação da situação de rua à drogadição e a pressuposição de que usuários de substâncias químicas são (únicos) causadores dos acidentes nas marginais, ofuscando-se a questão do excesso de velocidade (urbano) e da falta de políticas públicas (social).

Na voz do jornal, há metáforas de concentração e de crescimento, com efeito de espacialização da questão, em a “reportagem encontrou concentrações de moradores de rua em ao menos 11 pontos das marginais, além de favelas inteiras crescendo nas calçadas da via”. O texto segue com o relato de fala de uma pessoa em situação de rua, “morador há 17 anos de um barraco em uma calçada da marginal”, representado como “marceneiro” e “Cicero Martins, 36”: “Ele conta que a prefeitura prometeu espaço em um galpão para trabalhar”. Em discurso direto, continua: “Disseram que não me queriam trabalhando na beira da marginal, mas acho que esqueceram, porque nunca mais voltaram”. Apesar do argumento do governo de que ficar na marginal é perigoso, ele diz: “Aqui é uma maravilha para morar, me sinto seguro”. Causa estranhamento a articulação dessa voz por seu conteúdo nas duas instâncias. Seria ironia a afirmação de esquecimento do governo, sugerindo certo descaso político já esperado? Seria irônica também a avaliação positiva da situação? O jornal apenas lança essa relação intertextual sem outras pistas que auxiliem a interpretação da leitora ou leitor da notícia.

Na quinta e última parte da notícia, em que se abordam as promessas, o jornal articula nota do governo. “Em relação aos moradores de rua, a administração afirma que equipes de assistência social atuam diariamente no local. As pessoas não são obrigadas a aceitar

encaminhamentos para os 83 albergues da cidade”. O argumento numérico do governo mais uma vez usa a quantidade de albergues existentes para sugerir atendimento. Ao apresentar novamente o abrigo como uma escolha, ele se desresponsabiliza se as pessoas continuam no espaço público, e o jornal deixa no ar mais uma vez a sugestiva avaliação contrária a essa liberdade.

A gestão afirma também que vem fazendo “combate à presença de camelôs”, por meio de um efetivo de 19 guarda municipais. A “metáfora de guerra” em “combate” e em “efetivo” sugere uma chave de leitura em que os camelôs também sejam compreendidos como inimigos. Em discurso direto, a voz representada do governo: “Desde a implantação do Programa Marginal Segura, foram realizadas 504 ações da GCM com um total de 23.491 itens apreendidos, além de 250 apreensões de bebidas alcoólicas” legitima seu discurso de “ação e resultado” por meio desses números que apresenta, mas sem referir que tipos de itens foram apreendidos – as lonas onde as pessoas se abrigam? Seus cobertores? Seus documentos e bens? – e sem justificar por que razão alguns cidadãos e cidadãs têm reconhecido direito ao consumo de álcool, a ponto de haver campanhas publicitárias para alavancar a venda desse tipo de produto, enquanto outras pessoas parecem não ter o mesmo direito. Todas essas questões são encobertas na pressuposição de que essas apreensões sejam positivas, mais uma vez uma chave de interpretação dada na notícia.

### **Texto 3: Morador de rua é alvo de jato d'água em limpeza da prefeitura na cracolândia**

Publicação: 13/03/2018

Essa notícia representa ação de higienismo social em que agentes de limpeza forçam a retirada de uma pessoa em situação de rua do espaço público com jatos de água. A manchete “Morador de rua é alvo de jato d'água em limpeza da prefeitura na cracolândia” traz “morador de rua”, desta vez individualizando, ou seja, trata-se de uma pessoa identificável. “Alvo” aqui produz uma metáfora de guerra. A metáfora molda significados identificacionais em textos, pois ao selecioná-las num universo de outras possibilidades, o/a autor/a compreende sua realidade e a identifica de maneira particular. Segundo Lakoff e Johnson (2002), as metáforas estão presentes na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas no pensamento e na ação. O *lead*<sup>118</sup>, assim como outros momentos do texto, também traz outras metáforas de guerra:

---

<sup>118</sup> O *lead* ou *lide* é, em jornalismo, o primeiro parágrafo de uma notícia, que oferece a (ao) leitor (a) informações básicas sobre o conteúdo.

“lançado”, “avançam”, “lançamento de bombas”, “fechado o cerco”, “ação agressiva”, dentre outras, o que indica a relevância da compreensão da ação pública voltada à população em situação de rua como ação de guerra, com todas as implicações decorrentes, como a representação de um inimigo público.

No trecho “A ação agressiva para forçar a retirada do homem sentado na calçada foi exibida pela TV Globo”, há na voz do jornal uma avaliação, “agressiva”, e a passivização da pessoa em situação de rua pela metáfora da “retirada”, o “homem” sendo forçado a um movimento.

Para contextualizar, o jornal destaca que o episódio ocorreu durante as “operações de limpeza da região (são três a quatro por dia), que é feita com jatos d’água, um dos principais instrumentos da gestão Doria para impedir que usuários de droga fixem barracas no local”. Esse trecho na voz do jornal aciona o discurso higienista quando se refere a operações de limpeza que ocorrem de três a quatro vezes por dia, as quais tem como objetivo deslocar as pessoas em situação de rua dos espaços públicos, usando os jatos como “instrumentos de gestão”. Os jatos d’água usados podem ser, inclusive, interpretados como instrumentos de tortura, o que caracteriza essas ações como altamente violentas, mas no texto assumem um aspecto gerencial, nas relações interdiscursivas acionadas pelo léxico (“instrumentos de gestão”). A escolha representacional do jornal ao tratar o tema mitiga a humanidade das pessoas, que são tratadas como objetos que podem ser enxaguados/retirados com jatos de água. Ainda que na superfície a notícia questione os métodos, o discurso de gestão opera em outra direção.

O trecho apontando os jatos d’água como um dos principais instrumentos da administração Doria articula então o discurso de gestão e eficiência, com o qual Doria foi eleito. No entanto, a atuação se voltava para interesses empresariais e imobiliários, por isso a necessidade de promover o processo de higienização, o que caracteriza o universo representacional das políticas públicas dessa gestão. Ainda relacionado ao fragmento de contextualização, os jatos d’água sendo utilizados para “impedir que usuários de drogas fixem barracas no local”, fica evidente que o foco da ação é no território. Em mais uma notícia ressalta-se essa disputa territorial.

A primeira voz acionada na notícia é representada pelo “secretário de Prefeituras Regionais” e por “Cláudio Carvalho”. Em discurso indireto, a voz atribuída a ele “chamou a ação de lamentável e disse que já identificou o morador de rua – que, segundo ele, não aceitou ser acolhido em equipamentos da prefeitura”. A pessoa em situação de rua foi identificada

pelo órgão governamental, mas nem o secretário e nem o jornal trouxeram a sua identificação. Questiono se ela não aceitou ser *acolhida* ou *recolhida*, pois essa é a perspectiva da política higienista.

O Estado também se desresponsabiliza quando atribui a responsabilidade pela ação a um funcionário da empresa terceirizada, cuja atuação foi avaliada como “lamentável”. “Carvalho disse que multou a empresa contratada, a Inova, em R\$ 1.650 (valor contratual para infração grave) e pediu a demissão do agente”. O discurso do governo foi repetido pela empresa que, em discurso indireto e direto, disse que foi decisão do funcionário efetuar a limpeza ao lado da pessoa em situação de rua e confirmou a sua demissão. Ora se uma pessoa foi atingida por jatos d’água, a ação não foi ao lado dela, e sim em sua direção. Além disso, a ação continua sendo classificada como limpeza, o que confirma a sua natureza higienista. Governo e empresa preferem discursos contraditórios ao tentar negar a ação, responsabilizando o funcionário.

No entanto, a empresa diz seguir “protocolo de limpeza com apoio diário da GCM (Guarda Civil Metropolitana) e acompanhamento de equipe de Assistência Social, não havendo qualquer menção de irregularidade nesta operação”. Aqui novamente a negação traz a afirmação como pressuposto, ou seja, a irregularidade na operação é um ponderável de sua negação. O defensor público Carlos Weis adotou um discurso moderado. “Temos que ter calma, temos que avaliar o que tem que ser feito”, reconhecendo que algo de irregular aconteceu, ou de outra forma essa afirmação não seria necessária.

O jornal conversou com outros funcionários da prefeitura e do Estado, que, com a condição de não serem identificados, conforme a articulação intertextual na notícia, afirmaram que já viram ações similares em outras ocasiões. Ou seja, a política higienista é uma realidade e não um ato isolado, é uma política de Estado, e não uma “ação lamentável” de um funcionário. Tanto que o jornal recuperou uma reportagem de julho da rádio CBN que relatou o fato de pessoas serem acordadas sob jato d’água às 7h após uma das madrugadas mais frias do ano. Aqui, a relação intertextual é marcada pela incorporação do texto da rádio CBN na *Folha*. Conforme a notícia, “À época, a prefeitura negou o ato e chamou a reportagem de ‘deturpada’ e de ‘má-fé’. ‘Não houve nenhum esguicho d’água em nenhum morador de rua na cidade de São Paulo. Não houve e não haverá, nós não vamos permitir que isso aconteça nem por equipes da prefeitura, nem por equipes terceirizadas’, disse Doria na ocasião”. Mais uma vez é usado o recurso da negação. Há também a tentativa de desqualificar o trabalho da imprensa que denunciou a ação e gradação do discurso “não houve, não haverá, nós não

vamos permitir”. O governo segue negando a ação e ao mesmo tempo afirmando-a: “Nesta terça, Carvalho disse que o atual caso ‘é muito diferente do ano passado, que não tinha comprovação’, e que ‘não tivemos nenhum episódio na nossa gestão’ como o da manhã desta terça”.

Além das falas do governo entrarem em contradição com as de moradores/as da região, que alegaram terem testemunhado ações higienistas, opõem-se ainda à do religioso representado como “padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua”, que na articulação intertextual, em discurso indireto e direto na notícia, mostra preocupação com o aumento da violência nessas operações, reativando o discurso bélico, que é a tônica das ações higienistas que ocorrem em São Paulo: “O padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua, disse que esse tipo de ação tem sido constante. ‘A nossa preocupação é o recrudescimento e aumento da violência nessas operações. A gente está entrando numa escalada de violência grande””. Essa voz representa a violência e o desrespeito aos direitos das pessoas em situação de rua, que já estão naturalizados na sociedade. Essa reprodução discursiva permite que essa violência continue ocorrendo.

Mais ações repressivas também são observadas nas falas de moradores/as e trabalhadores/as locais: “Moradores e trabalhadores da região dizem que há um clima diário de tensão, com recorrentes lançamentos de bombas pela polícia e ataques com pedras e tijolos pelos viciados”. Isso é a representação de um cenário de guerra, que produz consequências ideológicas, pois ao realizá-la, a *Folha de S. Paulo* assume o efeito do discurso de risco, provocando potencial medo na leitora ou leitor, gerando sentimentos contra dependentes químicos/as. A explicação para todas essas ações vem, na voz do jornal, no último parágrafo: “As confusões pioram à medida que se aproxima a data de entrega de prédios da parceria público privada da habitação, a partir de abril. São 1.202 apartamentos no complexo Júlio Prestes, nas imediações da cracolândia, a dois quarteirões de onde ocorreu a ação desta terça”. O interesse imobiliário justifica as ações repressivas e de gentrificação, aqui de uma forma bem explícita.

Não houve espaço de voz para a pessoa em situação de rua que recebeu o jato de água e de nenhuma outra que pudesse representá-la. Religioso (padre Júlio Lancellotti), funcionários da Prefeitura e do Estado, moradores locais que testemunharam as ações higienistas tiveram espaço de voz, o qual foi utilizado para mostrar contradição com as vozes de representantes do governo que se articularam apenas para negar as ações de gentrificação. Dessa forma, a intertextualidade foi usada como recurso para explorar essa controvérsia nas

narrativas sobre os episódios noticiados. A negação das ações carregava pressupostos de afirmação, o que se confirmou no último parágrafo em que a representação do interesse imobiliário explicou as tentativas de “retiradas” das pessoas em situação de rua do espaço público.

**Quadro 6** – Resultados analíticos-gentrificação/higienismo

CATEGORIAS	ALGUNS RESULTADOS ANALÍTICOS
INTERTEXTUALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A relação intertextual se baseia na contradição das vozes acionadas. Enquanto as vozes de moradores locais, funcionários do governo e religioso se articulam para denunciar as ações de gentrificação e de higienismo, justificadas pelo interesse imobiliário e urbano, as vozes de representantes do governo se inserem para negá-las. Essas vozes também são incluídas para se desresponsabilizar pela situação de rua.</li> </ul>
INTERDISCURSIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discursos bélicos, principalmente na voz do jornal, focalizam a natureza violenta das ações higienistas;</li> <li>• Discursos higienistas são motivados pela especulação imobiliária e pelas questões urbanas;</li> <li>• Ausência de discurso que trata a questão social da situação de rua, sendo essa problematizada pela disputa territorial.</li> </ul>
REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As pessoas em situação de rua são suprimidas ou excluídas por encobrimento e objetificadas.</li> <li>• As pessoas em situação de rua são representadas como “risco de acidentes” e “inimigos públicos”, por meio das metáforas que ativam a questão urbana e bélica. Essas representações estão mais no campo da abstração;</li> <li>• Não há representação da situação de rua pela vulnerabilidade em que as pessoas vivem.</li> </ul>

Fonte: elaboração da autora.

### 6.3 A construção do inimigo público e a “guerra às drogas”

Quando o assunto é “guerra às drogas”, há um universo de palavras que se associam à temática, como drogas, crack, traficantes e usuários, dentre outras, as quais poderiam ser usadas para filtrar textos para a microanálise. No entanto, as situações que envolvem essas substâncias e esses atores mobilizam ações da polícia, que são recorrentes na região central.

Conforme explicito no capítulo 3, as intervenções se multiplicaram desde os anos 2000, as quais são caracterizadas pelo caráter repressivo. Dessa forma, julguei mais significativo investigar textos que focam essas abordagens, por isso, polícia foi escolhida como palavra-chave. Ao digitá-la na ferramenta “Pesquisa de Textos” do NVivo e selecionar a pasta “guerra às drogas”, obtive 22 textos, dos quais analiso apenas os três (um de cada ano) que acionaram mais vozes de atores diferentes.

### **Texto 1: Polícia faz operação contra tráfico na cracolândia e mira grupo de sem-teto**

Publicação: 05/08/2016

Essa notícia é dividida em sete partes e trata da representação de uma operação policial na região chamada “Cracolândia” e no Cine Marrocos (edifício localizado na centro). A manchete representa pessoas em situação de rua de forma agregada: “grupo de sem-teto”, construção que também aparece no final do terceiro parágrafo.

Logo no *lead*, na voz do jornal, há uma avaliação, cujo elemento é o adjetivo “grande” que caracteriza a operação. Pela construção discursiva, “operação” é um item lexical do campo semântico de guerra, sentido reforçado em várias metáforas, como “combate ao tráfico de drogas”, “alvos da operação”, “tropas policiais montando a sua formação”, “tropa de choque em formação”, “dispararam balas de borracha e bomba de gás”, “incursão”, “cercaram o quarteirão” e “invasão”. Essas referências remetem à representação das políticas públicas como repressivas, ações de guerra contra um ‘inimigo interno’.

A primeira voz aparece logo no *lead*, e é da polícia em discurso indireto ressaltando o resultado da ação: “Ao menos 32 pessoas foram detidas, segundo a polícia”. Em seguida, aparece a voz, em discurso indireto, do então prefeito Fernando Haddad afirmando que “desconhecia a operação da polícia e fez duras críticas ao Movimento Sem-Teto de São Paulo (MSTS-SP). Para ele, os líderes do movimento exploravam os moradores”. Tem-se um discurso de desconhecimento, mas ao mesmo tempo reconhece a ação, já que faz uma associação do problema na área com o MSTS, ou seja, há uma contradição sem operador argumentativo explícito.

A segunda parte, que recebe o entretítulo “Operação policial”, dá conta da construção do cenário, ou seja, da cena de “guerra” que foi representada. Há a contextualização temporal: “pouco antes da ação desta sexta começar” e “a operação começou por volta das 8h30, logo depois das equipes de limpeza da prefeitura realizarem a lavagem das ruas com jatos d’água

na região da cracolândia.” Nesse trecho, representa-se a ação higienista como fato corriqueiro, o que pode servir para justificar a “operação de guerra”. Dessa forma, naturalizam-se essas ações. Há o discurso direto de pessoas em situação de rua, marcado pelo verbo gritar: “‘Não corre! Não corre! É a polícia, sem correr’, gritavam alguns moradores”.

Em “Para dispersar os usuários de drogas, policiais da Tropa de Choque atiraram jatos d’água com um veículo blindado e dispararam balas de borracha e bombas de gás. Houve corre-corre e gritaria – alguns poucos usuários de drogas permaneceram dormindo no chão. Os moradores de rua se espalharam pelas ruas paralelas da cracolândia e alguns chegaram até a praça Princesa Isabel”, não houve diferenciação na representação de “usuários de drogas” e “moradores de rua”, ou seja, abuso de drogas e situação de rua foram vinculados. Em geral, o jornal refere-se às pessoas dessas duas formas (“usuários de drogas” e “moradores de rua”) como sinônimas quando se trata dessa temática de “guerra às drogas”. Além disso, conforme van Leeuwen (1997), a representação é de coletivização e indeterminação. Há ainda a objetificação marcada pelos verbos “dispersar” e “espalharam”. O trecho “Alguns poucos usuários de drogas permaneceram dormindo no chão” corrobora uma ideia de incapacidade, já que permaneceram dormindo, apesar de “corre-corre e gritaria”. Ainda que não seja um sentido exposto explicitamente, isso pode sugerir uma chave interpretativa para leitoras e leitores.

A temporalidade da sequência narrativa segue sendo construída: “Depois, policiais passaram a arrombar hotéis e estabelecimentos comerciais”. Há uma fala em discurso direto atribuída a um “usuário” que não foi identificado pelo nome. “Prenderam uns irmãos do PCC [Primeiro Comando da Capital] lá na Dino e o negócio ficou feio’, dizia, às 10h, um usuário que se deslocou para a alameda Barão de Limeira. ‘Acho que eles querem acabar com aquele lugar’.” Essa voz, trazendo a representação de um conhecido inimigo público, que é o PCC, pode contribuir para justificar a ação violenta naquele território.

Em seguida, há a descrição do cenário “de guerra” pelo repórter fotográfico da *Folha* que acompanhou a ação policial em um dos hotéis, o que confere um tom literário ao texto: “No local, bastante escuro, várias portas foram arrombadas. Uma mulher com uma criança saiu de uma delas bastante assustada. Vários suspeitos e viciados eram retirados dos hotéis, alguns deles aparentando desorientação. Em seguida, eles eram colocados no chão algemados, e posteriormente levados para os carros da polícia. ‘Entra na viatura, entra’, disse um policial, que bateu o porta-malas do veículo sobre a perna de um dos detidos”. Nesse trecho, em “vários suspeitos e viciados eram retirados”, o mesmo tratamento é conferido a suspeitos e

viciados, e há sua construção também como inimigos nesse cenário de guerra. Eles também são objetificados, já que, como objetos, podem ser movimentados no espaço. Observa-se, ainda, a violência da ação policial na representação do jornalista: “bateu o porta-malas do veículo sobre a perna do detido”.

Após esse trecho, há a voz da polícia justificando a operação. Representado como “delegado divisionário do Denarc” e “Alberto Pereira Matheus Junior”, na atribuição em discurso indireto, sugere-se que o prédio seria um “quartel-general” de facção criminosa, mais uma metáfora de guerra na caracterização do local.

A voz policial prossegue com uma representação genérica: “os agentes”. Em discurso indireto, “afirmam que apreenderam uma ‘quantidade muito grande’ de crack e maconha – na região são comercializados de 10 a 15 kg de crack por dia, segundo a polícia”. O termo entre aspas é uma avaliação dos agentes sobre a quantidade de drogas apreendidas atribuída em discurso direto pelo recurso das aspas. Também em discurso direto, um policial não identificado pelo nome, mas pelo local em que trabalha “do GOE” ironiza as armas rústicas encontradas no hotel: “Cadê o Jack Sparrow? É do Piratas do Caribe essa arma”.

Para encerrar essa parte da notícia, retoma-se a voz de “Pereira” (delegado divisionário do Denarc) em discurso indireto, afirmando que foi uma ação de inteligência: “a operação tem mais de dez mil horas de interceptação telefônica. Segundo o delegado, as lideranças do tráfico na cracolândia foram presas durante a madrugada”.

A terceira parte do texto repercute a detenção temporária de uma repórter da CBN, censurada por estar gravando a operação. Há a voz da repórter, do veículo e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) repudiando a ação policial, construída com truculência na narrativa. Conta-se que houve uma tentativa de contato com a Secretaria de Segurança Pública para que ela se manifestasse sobre esse caso da jornalista e não sobre operação como um todo, mas essa não se pronunciou a tempo da publicação.

A quarta parte do texto volta a falar da investigação e vincula os líderes do MSTS ao PCC. No excerto, “Com base em interceptações telefônicas feitas com autorização da Justiça, a polícia suspeita da vinculação do MSTS no suporte logístico da facção e do comércio de drogas na cracolândia”, há a representação do tráfico dentro de um discurso empresarial (suporte logístico). O mais relevante aqui, contudo, é que a vinculação de um movimento social ligado à situação de rua (situação de sem-teto) ao PCC resulta na sedimentação dessa construção de inimigo a que me referi antes.

Enquanto a segunda parte da notícia tratava da operação nos hotéis da chamada

“cracolândia”, a quinta parte foca no Cine Marrocos. A única voz acionada para falar foi de integrantes do MSTS, mas eles não teriam se manifestado até o final da publicação. A notícia segue para a penúltima parte, que trata de uma retrospectiva de diversas operações realizadas na região central pelas gestões Geraldo Alckmin e Fernando Haddad.

As políticas públicas na área são representadas pela desarticulação entre Estado e município (ex: “Na região, Estado e prefeitura desenvolvem programas diferentes voltados aos dependentes”), pela violência (ex: “A última grande operação na região, em abril de 2015, transformou o centro numa praça de guerra”), pela ausência de resultados (ex: “A ação desastrosa foi resultado de uma desarticulação entre prefeitura e Estado”) e pela separação da ação policial do campo de políticas públicas (ex: “Já Haddad falava que as ações estavam coordenadas e que cabia à polícia a repressão ao tráfico de drogas”).

Em seguida, na última parte, há uma cronologia com as operações ao longo do tempo, desde janeiro de 2012 a abril de 2015, avaliando sua ineficácia. Trata-se da representação do problema como sem solução.

Novamente, a inclusão da voz de pessoas em situação de rua ficou em segundo plano, apareceu duas vezes sem identificação, ecoando um discurso de violência (“sem repressão”) e de filiação a uma organização criminosa (“prenderam uns irmãos do PCC”). Essa última atribuição de voz pode sugerir para a leitora ou leitor que, assim como o PCC, pessoas em situação de rua seriam inimigas a serem combatidas, na chave interpretativa do discurso bélico ativado no texto em metáforas. A voz da polícia é a mais proeminente neste texto, incluindo informações sobre a operação e principalmente sobre os resultados, representando a ação como exitosa. A voz do governo responsabiliza a polícia pela repressão ao tráfico de drogas. Já as vozes da jornalista que teve seus equipamentos de trabalho apreendidos, do veículo e da ABERT não se articularam com as outras vozes acionadas na notícia.

## **Texto 2: Antiga crackolândia agora se espalha por 23 pontos, do Minhocão à Paulista**

Publicação: 26/05/2017

Essa matéria repercute, após cinco dias, outra operação policial na região da “cracolândia”, trazendo a representação do deslocamento de usuárias/os de substâncias ilícitas naquele espaço, em um movimento forçado.

A representação da operação, contextualizando a notícia: “Desde domingo (21), quando uma ação do governo do Estado prendeu traficantes e desobstruiu vias da área, os

dependentes vêm se movimentando também por outros bairros do entorno, como Barra Funda e Liberdade”. No trecho “Pelo relatório da GCM, os usuários tendem a se concentrar nessas áreas à noite”, a articulação intertextual do relatório legitima a informação. O primeiro relato de ato de fala é de moradores e trabalhadores locais, que vinculam o discurso do incômodo: “Comerciantes e moradores dessas áreas reclamaram do aumento da população de rua após a operação policial”.

No trecho “A ação policial de domingo não teve acompanhamento imediato de ações prometidas por Doria. Os dependentes, por exemplo, não estão todos cadastrados nem os centros de acolhimentos foram finalizados, o que contribuiu para a dispersão deles pelas ruas e fez a prefeitura apressar ações que já deveriam estar prontas.”. “Dispersão deles pelas ruas” também destaca o aspecto objetificado usado para tratar as pessoas em situação de rua e dependentes químicas.

Um representante do governo é representado como “secretário municipal de Saúde” e por seu nome “Wilson Pollara”. Sua voz é acionada, primeiro, em discurso indireto. “Para o secretário municipal de Saúde Wilson Pollara, esse espalhamento ajudou na abordagem dos agentes de saúde. Ele disse nesta quinta (25) que não soube com antecedência que a operação seria feita na cracolândia pela polícia, da gestão Alckmin.” Há novamente objetificação em “espalhamento” e observa-se mais uma vez o discurso de desconhecimento da ação e da desarticulação entre município e Estado. Em discurso direto, essa mesma voz é atribuída: “A ação policial foi feita sob sigilo, não tivemos nenhum tipo de informação”, o que mostra haver também desarticulação das ações policiais com outros setores do governo.

Na voz do jornal, avaliações sobre a ação: “Ações atabalhoadas, discursos dissonantes e dependentes sem atendimento provocaram a maior crise da gestão Doria”. Em seguida, inicia-se a segunda parte da notícia, que tem como entretítulo: “Dispersão”, representando o cenário após a operação: “Uma mulher usando calça e blusa surradas caminha pela avenida Duque de Caxias, no centro de São Paulo. No meio da calçada, um homem com roupas sujas dorme tranquilamente por volta das 11h desta quinta-feira (25)”. As identificações físicas “calça e blusa surradas” e “roupas sujas” contribuem para a associação de pessoas em situação de rua e dependentes químicas à “sujeira”. “Dorme tranquilamente por volta das 11h desta quinta-feira” pode remeter ao leitor à chave interpretativa da indolência, ressoando o discurso meritocrático, pois o homem estaria dormindo às 11h num dia de semana. A reprodução dessas ideias tem efeito de sentido potencial contra pessoas em situação de rua.

A voz de uma pessoa em situação de rua, representada apenas por “Cássio, 20”, em

discurso direto, aborda repressão policial: “Às vezes, aparece um pessoal de saúde. Mas o que aparece mais é guarda para tirar nossas coisas”. O jornal opta por enquadrar vozes de comerciantes e trabalhadores locais logo após a de “Cássio”. Os discursos de medo e de incômodo acionados por essas vozes justificam as ações policiais que constroem um inimigo (pessoas em situação de rua) a ser expurgado. Há, portanto, uma chave de interpretação desfavorável a quem está em situação de rua. “O ponto já era abrigo para moradores de rua, mas nos últimos dias a situação piorou, dizem comerciantes”. A escolha de vozes articuladas opera generalização do discurso de incômodo dos trabalhadores locais.

A voz de “Valdir Andrade, 62, dono de uma banca de jornal” é articulada em discurso direto: “Cheguei, e a barraca estava aí. Eles [dependentes] ficam circulando durante o dia. À noite, ficam mais reunidos, dormindo na praça”. Há a articulação da voz de “Paulo Antero, 46”, que segundo o jornal conta que na terça precisou fechar sua venda de alimentos uma hora mais cedo, às 17h. Em seguida, a mesma voz é articulada em discurso direto: “Até então nunca tive problemas com ninguém, eles ficam entre eles. Mas na terça chegaram uns 40. A rua ficou fechada. Todos os lojistas ficaram receosos e fecharam”. Percebe-se também o discurso do medo, que reproduz a ideia de que pessoas em situação de rua são perigosas e isso se torna mais um fator para que as ações policiais ocorram.

A voz do jornal reproduz o discurso incômodo: “A via sempre foi ponto de pessoas em situação de rua, pois existe ali um centro de acolhida. No entanto, nos últimos dias, a situação se agravou”. As escolhas lexicais “a via sempre foi ponto”, “no entanto”, “se agravou” ajudam a evidenciar que o jornal se filia ao discurso dos trabalhadores e moradores locais, contrários à presença de pessoas em situação de rua próximos aos seus comércios e moradias.

Os discursos de incômodo e de perigo prosseguem na terceira parte, que tem o entretítulo “Atropelo”. Dessa vez, a voz é do Conselho de Segurança do bairro, representada por “Fábio Fortes”, cuja voz é articulada em discurso direto: “Há relatos de moradores e comerciantes na rua dos Gusmões, e na do Triunfo, que também começam a dar sinais de estresse com toda essa situação. O problema é visível na rua das Palmeiras, embaixo do Minhocão, na rua Apa. O que a gente observou é que no tão aclamado planejamento algo parece que ficou no atropelo. Nós aprovamos a iniciativa, mas estamos sentindo o desconforto.” Ou seja, eles aprovaram a ação policial repressiva, mas estão incomodados com a presença de pessoas em situação de rua em outros locais onde antes não estavam. Mais uma vez o discurso do incômodo prevalece, assim como o aspecto territorial da questão, tomado como problema urbano e não social.

Os termos “dar sinais”, “visível” e “observou” indicam que o foco da representação é a visibilidade das pessoas em situação de rua. Enquanto essa representação deveria chamar para a causalidade do problema social, ela não vai além do “sentindo desconforto”. As escolhas lexicais estão, mais uma vez, contribuindo para a construção do discurso do incômodo.

Novamente, a voz do representante do governo, justificando o resultado da operação, é articulada pelo jornal em discurso indireto. “A gestão Doria diz que a dispersão já era esperada e que ela facilita a abordagem de agentes sociais e de saúde”. Em discurso direto, há, de novo, a voz de Wilson Pollara, secretário municipal da Saúde. “Eles [dependentes] estavam em uma região de difícil acesso [antiga cracolândia]. Hoje, temos mais acesso [às pessoas]. A operação facilitou porque, numa situação de encastelamento, protegidos pelo tráfego, era mais difícil”. “Encastelamento” também remete a uma metáfora de guerra.

Enquanto a fala do secretário sugere que a operação ajudou na abordagem, o prefeito admite que nem tudo saiu tão bem, na última parte do texto, que traz o subtítulo “Alguns erros”. Na atribuição de voz do prefeito: “Já o prefeito admitiu que pode haver ‘alguns erros e ajustes necessários’ na operação na cracolândia”. O verbo “admitir” traz força ao enunciado que acaba sendo *modalizado* por “pode haver” que traz o *pressuposto* de que pode não ter tido erros. Assim, insiste no êxito da ação. Primeiro, o jornal traz a voz do prefeito em discurso indireto e depois direto: “Para ele, a área, ‘fisicamente’, se resumia a prédios que eram usados por uma facção criminosa para distribuição frequente de entorpecentes. ‘Isso acabou, não tem mais. Outra coisa é a existência de dependentes químicos, são cerca de 400, estão ainda nesta região. E é exatamente o objeto da preocupação assistencial e medicinal’”.

Vale ressaltar nesse texto a recorrência de metáforas espaciais para se referir ao deslocamento (“desobstruiu”, “dispersão”, “ficam circulando” e “espalhamento”) e à permanência (“concentrar”, “ponto de” e “encastelamento”) de pessoas em situação de rua. A utilização dessas metáforas enfatiza que há um conflito territorial na área. A voz do representante do governo estadual, representado como “Máximo Alves” e “secretário estadual da Segurança Pública do governo Geraldo Alckmin (PSDB)”, aparece no final para encerrar a notícia. Em discurso indireto, afirmou que não estão mais programadas ações policiais como a do último domingo. Em discurso direto: “O nosso propósito era acabar com aquele comércio absurdo de entorpecentes”. A voz de Alves pressupõe que a operação cumpriu seu objetivo. Essa é uma pressuposição manipulativa para que a sociedade perceba a operação como eficaz.

A voz da única pessoa em situação de rua, representada como “Cássio”, aciona o

discurso da repressão, mas as políticas que marcam essa temática de “guerra às drogas” não são questionadas pelo jornal, alinhado aos conselhos de segurança e associações de bairro. Naturaliza-se como se fosse a única e a ideal forma para tratar a questão, não havendo um apontamento para possíveis políticas de outro corte. As vozes de moradores e trabalhadores locais se articulam à do conselho de segurança e trazem representações negativas de pessoas em situação de rua, as quais credenciam as ações repressivas do governo, cujo discurso de sucesso na abordagem é manipulador.

### **Texto 3: Dória encerra ‘bolsa varrição’ criada por Haddad na cracolândia**

Publicação: 03/03/2018

A interrupção do Programa De Braços Abertos, implementado pela gestão de Fernando Haddad, e a substituição por uma nova política de trabalho, o Trabalho Novo, na administração de João Doria, é tema dessa notícia. Logo na manchete, o De Braços Abertos é representado pelo termo “bolsa varrição”. Essa representação o reduz a apenas uma bolsa, enquanto o programa era mais que isso, envolvendo trabalho, alimentação, moradia e atendimento (redução de danos)<sup>119</sup>. A escolha dessa representação sinaliza para o posicionamento do jornal, contrário ao programa implementado pela gestão Haddad.

No trecho “Alvo de críticas, a iniciativa de remunerar os usuários sem exigir abstinência também já foi atacada abertamente pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Após a ação policial que desmantelou a feira de drogas na cracolândia, em maio de 2017, ele disse que se ‘estava dando mesada para as pessoas comprarem droga’”, há metáforas de guerra (“alvo” e “atacada”). O uso do termo “dando mesada” infantiliza o recebedor da ajuda financeira, deslegitima sua posição de cidadão, agrava, e ao mesmo tempo naturaliza, sua condição de vulnerabilidade. O discurso de crítica à política anterior, de redução de danos, é colocado numa linguagem simples e acessível a qualquer pessoa, o que o torna mais passível de ser difundido e de ter a aceitação social.

Outro registro de voz, em discurso direto, é da “Secretária Municipal do Trabalho” “Aline Cardoso”. Na citação, referindo-se ao programa da gestão anterior, diz: “Não existia preocupação com a autonomia. Era um investimento sem resultados”. Apontando outra perspectiva, desfavorável à mudança, há a voz de um especialista, representado como “psiquiatra Dartiu Xavier, ex-coordenador do Braços Abertos, que afirma: “Com esse modelo

---

<sup>119</sup> Mais sobre o Programa Braços Abertos no capítulo 2, subseção 2.5.

o problema não é resolvido. Tem que tratar também a exclusão social. É ridículo dizer que o programa continua”. Em sua fala, acena para a abordagem social do problema, que até então estava sendo visto pelo lado econômico: “investimento sem resultado”, sendo que o investimento nessa área só é sentido a longo prazo.

A voz de uma integrante de associação, representada como “Fernanda Gouveia”, “diretora da Adesaf (gestora do contrato com a prefeitura para a política de trabalho do Braços Abertos)”, aparece em discurso direto: “A maioria não tem o padrão exigido”. A representação dos dependentes químicos se dá por agregação “maioria” e é construída pelo fato de não terem capacitação profissional. Essa representação ativa o discurso da não competência, oculta o preconceito existente na hora de empregar essas pessoas e atribui a responsabilidade aos dependentes químicos por não serem absorvidos pelo mercado de trabalho, sem mencionar o desemprego como questão social mais ampla. Além disso, trata-se de uma avaliação que remete ao Programa De Braços Abertos, justificando a substituição por uma nova política de trabalho.

O texto também articula vozes de representantes do governo em níveis estadual e municipal, apontando críticas ao De Braços Abertos. A voz de uma gestora do contrato com a prefeitura para a política de trabalho do De Braços Abertos também entra em sintonia com a dos representantes dos órgãos governamentais, já que é incluída para apontar um problema do programa implantado por Haddad, que é o fato de os dependentes químicos não serem absorvidos no mercado. A voz de um especialista que participou do programa De Braços Abertos é antagônica às anteriores, já que é a única que se opõe à mudança para uma nova política do trabalho, no âmbito do Redenção. Não há voz de beneficiários do Programa Braços Abertos para apontar o lado positivo do projeto. Com essa seleção de vozes e falas, predomina o lado negativo do Braços Abertos.

Prevalece o discurso do trabalho, representado pelos termos “autonomia”, “remuneração”, “processo de seleção”, “mercado de trabalho”. Há ainda a ausência de um discurso relacionado à saúde e à assistência social, sendo essas áreas importantes para as ações e políticas públicas voltadas para dependentes químicos em situação de rua.

**Quadro 7** – Resultados analíticos - "guerra às drogas"

CATEGORIAS	ALGUNS RESULTADOS ANALÍTICOS
INTERTEXTUALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As vozes articuladas nesses textos, incluindo a do próprio jornal, contribuem para a construção de um “cenário de guerra”;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Há pouco espaço de voz para pessoas em situação de rua.</li> </ul>
INTERDISCURSIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os textos filiam-se aos discursos da polícia que constroem inimigos públicos, enfatizando discursos de risco e segurança. A existência desses inimigos serve de justificativa para ações repressivas e higienistas que atingem principalmente pessoas em situação de rua;</li> <li>• Nesta temática, os discursos do incômodo e do medo por moradores e trabalhadores locais prevalecem;</li> <li>• Pessoas em situação de rua, em suas falas articuladas, evidenciam a violência com que são tratadas e a falta de políticas públicas de saúde e assistenciais;</li> <li>• Em falas dos poderes executivos, há um discurso de desarticulação das esferas de poder (municipal e estadual), e de separação das ações policiais do campo de políticas públicas;</li> <li>• Presença do discurso do trabalho se sobrepõe ao assistencial e de saúde.</li> </ul>
REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há diferenciação na representação de pessoas em situação de rua e dependentes de substâncias químicas;</li> <li>• As pessoas em situação de rua são excluídas por encobrimento, agregação e objetificadas.</li> </ul>

Fonte: elaboração da autora.

#### 6.4 Direito à moradia e as ações de “revitalização”

Na pasta sobre política habitacional, a maioria das notícias se refere a pessoas em situação de rua como sem-teto. Percebi, então, que deveria investigar o termo “teto”, pois além de ser utilizado nos textos dessa temática apareceu na nuvem de palavras frequentes do *corpus*. Dessa forma, escolhi a palavra como chave para selecionar os textos da microanálise. O resultado da busca na ferramenta Pesquisa de Texto do NVivo apontou 11 textos. Assim como foi realizado nas pastas de assistência social, gentrificação/ higienismo e “guerra às drogas”, nossa expectativa era analisar, dentre esses, os três textos (sendo um de cada ano considerado no *corpus*) com a voz de pelo menos três atores sociais diferentes.

No entanto, a pasta referente ao ano de 2016 só contém duas notícias.<sup>120</sup> Uma (“Para enfrentar o aumento dos sem-teto, NY amplia uso de hotéis”) aborda o uso de hotéis para abrigar pessoas em situação de rua em Nova Iorque, cidade estadunidense que escapa aos interesses deste estudo. A outra (“Veto a criança deixa famílias sem opção de aluguel em SP”)

<sup>120</sup> Mais sobre a divisão das notícias nas pastas no capítulo 4.

trata a dificuldade de famílias alugarem imóveis quando incluem crianças. Segundo a notícia, essa restrição dos donos dos imóveis pode levar famílias para favelas, ocupações e áreas de risco. Só ao final, o texto aborda a questão da habitação social e cita “moradores de rua”, que entretanto não são um foco da matéria, por isso, não encontrei elementos para serem analisados que pudessem contribuir para este trabalho. Diante do exposto, a microanálise da pasta relacionada à habitação está concentrada apenas nos textos referentes aos anos de 2017 e de 2018.

### **Texto 1: Sem-teto protestam por moradia e se reúnem com prefeitura de São Paulo**

Publicação: 24/12/2016

Essa notícia tematiza um protesto pelo direito à moradia na capital paulista realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que teve como resultado a reunião com representantes da gestão municipal. O movimento também protestava contra despejos e contra o decreto do então prefeito João Doria, que permite a retirada de pertences como cobertores de pessoas em situação de rua.

A primeira voz que aparece no texto é da liderança representada como “Guilherme Boulos”, “membro da coordenação nacional do MTST” e “colunista da Folha”. Em voz articulada em discurso indireto, explica que o objetivo da manifestação é a “continuidade de aprovação dos projetos de habitação na cidade”.

A voz do jornal aponta mais um motivo para a mobilização: “O MTST também protesta contra os ‘despejos violentos’ como o caso do dia 17 de janeiro, quando Boulos foi detido e cerca de 700 famílias foram removidas de um terreno ocupado em São Mateus, na zona leste de São Paulo”. Nesse trecho, há uma *avaliação* que está entre aspas em “despejos violentos”, indicando a natureza repressiva do ocorrido e a forma como a questão habitacional é tratada. Há também uma *objetificação* das famílias, que foram deslocadas de um terreno. Essa é mais uma notícia que não menciona para onde elas foram, sugerindo que só interessa ao jornal informar sobre o deslocamento de pessoas em vulnerabilidade nos espaços, mas não a própria vulnerabilidade das pessoas.

Duas outras vozes foram incluídas em citação indireta: do MTST e da Polícia Militar: “Segundo o MTST, a manifestação reuniu aproximadamente 10 mil pessoas” e “A Polícia Militar não estimou número de presentes e informou que o ato foi pacífico”.

No entretítulo “Reunião”, há só a voz da prefeitura, que aparece também em discurso indireto, atrelada a verbos que indicam comprometimento, como “garante”, “comprometeu” e “reiterou”. A inclusão da voz da prefeitura funciona como resposta ao movimento quanto às reivindicações, no entanto, tem o tom de um discurso político, que busca convencer quanto cumprimento das ações que são prometidas com o uso de tais verbos.

## **Texto 2: Centro de São Paulo é repovoado aos poucos, mas patina em ações de revitalização**

Publicação: 13/05/2018

A notícia está dividida em duas partes: a primeira aborda o fato de o Centro da cidade estar sendo “repovoado”, mas com projetos de “revitalização” inconclusos, e a segunda parte representa a oposição entre novos empreendimentos imobiliários e a população em situação de pobreza. Postas juntas as duas partes, nota-se que o uso de “repovoado” para se referir ao centro em termos de empreendimentos imobiliários pressupõe que as pessoas em situação de rua não devem ser levadas em conta como população que povoa, vive, ocupa o espaço.

A voz do jornal traz a informação de que novas unidades habitacionais foram lançadas nos últimos sete anos e, com isso, novos habitantes passaram a viver na área. Coloca que, apesar disso, a “região sofre com falhas de zeladoria, como limpeza, moradias precárias, prédios antigos ociosos e pessoas desabrigadas”. “Pessoas desabrigadas” estão nessa enumeração em colocação paralela com elementos não humanos e problemáticos, como “moradias precárias” e “prédios antigos ociosos”. Há, assim, a objetificação de pessoas desabrigadas e a humanização da região, pois é ela que “sofre”, em uma personalização do espaço.

Pela notícia, os problemas foram expostos com o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no largo do Paissandu. No dia 1º de maio de 2018, um curto-circuito provocou um incêndio no edifício que acabou desabando, deixando várias pessoas desabrigadas.<sup>121</sup>

Há a representação por agregação nos fragmentos: “A região tem também em torno de metade do número de moradores de rua de São Paulo, de acordo com censo dessa população feito pelo município em 2015” e “Nos distritos Sé e República, o número de pessoas em situação de pobreza (renda de até um quarto do salário mínimo) mais que dobrou, de acordo com dados da prefeitura”. O termo “de acordo com dados da prefeitura” ressalta a origem da

---

<sup>121</sup> Mais a esse respeito no capítulo 2, subseção 2.6.2.

informação e a legítima.

O primeiro registro de voz na notícia é de frequentadores da área. Em discurso indireto e de forma generalizada, essa voz afirma que, com a crise econômica, “o contingente [pessoas em situação de rua] aumentou nos anos seguintes [após 2015]”. Segundo a voz do jornal, “os problemas acontecem em meio ao engavetamento de projetos e intenções divulgados por diversas gestões da prefeitura para a região”. Há a representação por abstração, em que pessoas em situação de rua é referida pelo termo problema. Entre os projetos citados está o Nova Luz e o plano de reformulação do Vale do Anhangabaú.

Esses projetos de “revitalização”, que contam com dinheiro público, fazem com que pessoas invistam em imóveis com a expectativa de valorização como investimento, o que contribui para especulação imobiliária. Foi o que fez o personagem da notícia, representado como “violinista da Osesp (Orquestra Sinfônica de SP)” e “Paulo Paschoal, 42”, que realizou a compra de três apartamentos. Em discurso indireto, conta que a ideia era alugar dois e usar o outro como base. Enquanto uma pessoa chega a ter três ou mais apartamentos, já que ter um como base não significa que é a sua residência principal, outras são referidas como “desabrigadas”. Percebe-se, então, a naturalização da desigualdade social e de uma prática socialmente injusta.

O texto segue para a segunda parte, intitulada “Habitação social”, com vozes de vários especialistas, tanto em discurso direto como indireto. No entanto, pouco se fala sobre esse tipo de habitação (habitação social), voltado à população empobrecida e alijada do direito à moradia digna. As vozes da urbanista Simone Gatti e do urbanista Kazuo Nakano ressaltaram as mudanças na região, como a transferência de órgãos públicos para o centro e outras iniciativas de “requalificação” da região central, como a Praça das Artes, e o projeto Centro Aberto, que consistiu na instalação de estruturas como deques com wi-fi em diferentes pontos do centro, a exemplo do próprio largo do Paissandu. Em discurso direto, a voz atribuída a Nakano diz: “Com isso, veio uma leva de trabalhadores de classe média que impulsionou a abertura de diversos cafés, restaurantes e lojas”. Ou seja, ele destaca o processo de gentrificação na região, que é referido no texto, metaforicamente, como revitalização, requalificação, repovoamento.

Outra voz que se articula às de especialistas é do personagem representado como “vice-presidente da associação Viva o Centro”, “Marco Antonio Ramos de Almeida”. Em discurso indireto, essa voz ligada a associação de bairro menciona que a presença do comércio irregular é menor em relação ao que ocorria durante o fim dos anos 1990. Em discurso direto,

a mesma voz atribuída ressalta que “agora, por outro lado, é preciso mais atenção com ações de cuidado, como limpeza”.

Em discurso indireto, as vozes atribuídas a urbanistas (Gatti e Nakano) afirmam que, enquanto não se enfrentar de verdade a questão habitacional, não será possível solucionar os problemas do centro. Destacam que apesar dos lançamentos imobiliários, “os novos apartamentos erguidos não atendem a população mais pobre, que termina por se arriscar na rua ou em habitações precárias”, reconhecendo que as pessoas são levadas a situações precárias (terminam por), das quais são as maiores prejudicadas (se arriscar), contrariando as representações que se vinculam aos discursos meritocráticos. Na rua ou em habitações precárias, o grupo passa a ser um alvo de ações de gentrificação. Isto é, nessa representação a política habitacional está diretamente relacionada ao processo de gentrificação e às consequências sofridas por populações empobrecidas.

O jornal abre espaços para que atores apontem soluções. Em discurso indireto, a urbanista Gatti aponta que “atender uma faixa de renda menor é essencial e demanda que o poder público reforçasse mecanismos como negociações com os proprietários para uso de imóveis vazios e a notificação deles para aplicação do IPTU progressivo, como está previsto em lei”. Outra opção é defendida por “Celso Petrucci”, “economista-chefe do Secovi”. Em discurso indireto ele diz: “Outra necessidade é a discussão de regras específicas para a reformulação de imóveis antigos (...) Exigências da legislação atual, como o tamanho do espaço da escada, por exemplo, dificultam ou tornam mais custosa a adaptação dos imóveis”.

Em seguida, a voz do jornal aponta a necessidade de uma política de “revitalização”, mas não de uma política habitacional. Essa perspectiva constrói um projeto ideológico que gera prioridades políticas. Para terminar a notícia, de forma romântica, traz a voz de um “chef e empresário francês”, “Olivier Anquier”, que diz em citação direta: “ser parisiense é ser profundamente urbano, é sentir-se enriquecido pela diversidade e gostar de estar na alma da cidade. E isso, em São Paulo, eu só encontrei no centro”. Ainda que seja uma das raras avaliações positivas da região central, trata-se de um discurso elitista articulado por uma pessoa que pode escolher onde e como viver. Para as pessoas em situação de rua não há muitas escolhas disponíveis.

A notícia recontextualiza fatos, como o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no largo do Paissandu. Traz diversas vozes, entre elas de frequentadores (Paulo Paschoal), de moradores (Olivier Anquier), de especialistas (Simone Gatti, Kazuo Nakano e Celso Petrucci), de representante de associação (Marco Antonio Ramos de Almeida), além da

voz articuladora do próprio jornal. Essas vozes estabelecem relações interdiscursivas e diálogos com ideias que circulam na sociedade. Não há voz de pessoas em situação de rua e nem de representantes do governo. A ausência dessa última causa estranheza, já que têm espaço de fala garantido na imprensa.

O tema da “revitalização” abre para diferentes discursos. O discurso econômico está representado nos termos “lançamentos imobiliários” e “abertura de diversos cafés, restaurantes e lojas”. Por outro lado, há o discurso social, representado pelos termos “moradias precárias”, “pessoas desabrigadas”, “moradores de rua” e “questão habitacional”.

O discurso econômico se sobrepõe ao social, quando a notícia aponta para a necessidade de uma política de “revitalização” e quando a manchete chama pelo centro “repovoado”, referindo-se ao local em termos de empreendimentos imobiliários, mostrando a dimensão econômica e também política da questão. Fica evidenciada também a disputa territorial pelos diferentes grupos sociais (pessoas em situação de vulnerabilidade *versus* construtoras).

Por fim, “pessoas desabrigadas”, “moradores de rua”, “população mais pobre”, “contingente”, “sem-teto” e “pessoas com uma faixa de renda menor” são termos usados como sinônimos e representam o universo da situação de rua por meio de diferentes realidades.

**Quadro 8** – Resultados analíticos - habitação

CATEGORIAS	ALGUNS RESULTADOS ANALÍTICOS
INTERTEXTUALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O jornal opta, principalmente, por verbos <i>dicendi</i> neutros, como “dizer” e afirmar”. No entanto, a voz da prefeitura aparece atrelada a verbos que indicam comprometimento, como “garante”, “comprometeu(-se)” e “reiterou”, os quais se vinculam a discursos políticos que buscam convencer quanto cumprimento das ações prometidas;</li> <li>• Ausência de vozes de pessoas em situação de rua.</li> </ul>
INTERDISCURSIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discurso político como resposta às demandas da sociedade;</li> <li>• “Revitalização” sugere diferentes discursos, como o econômico e o social, sendo que o primeiro se sobrepõe ao segundo.</li> </ul>
REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas em situação de rua são excluídas;</li> <li>• Pessoas em situação de rua são representadas por agregação e por abstração.</li> </ul>

Fonte: elaboração da autora.

## Reflexões finais

Concordo com Ramalho e Resende (2011, p. 105) que, retomando Fairclough (2003), dizem não serem possíveis análises textuais ‘completas’ e ‘definitivas’, ou ‘objetivas’ e ‘imparciais’. “São inevitavelmente seletivas, pois em toda análise escolhi responder a determinadas questões sobre eventos sociais e textos, e não a outras questões possíveis.” Nesse sentido, defini algumas questões as quais busquei responder, sem pretender esgotar outras igualmente pertinentes. Minha preocupação foi identificar vozes e discursos articulados.

As várias vozes consultadas pelo jornal ecoam diferentes discursos sobre a situação de rua. Uma das vozes frequentes é a do padre Júlio Lancellotti, que trata a questão, principalmente, à luz da caridade cristã (aciona o discurso da caridade, de seu lugar de fala como religioso católico). Como abordei no capítulo 2, a herança histórica da caridade ainda permeia a atuação das igrejas e dos governantes, e dissimula o problema da desigualdade social.

As vozes de moradores e trabalhadores locais, bem como as de conselhos de segurança de bairros, são introduzidas principalmente para ativar o discurso do mal-estar e/ou do medo, naturalizando perspectivas preconceituosas das pessoas em situação de rua. Essas representações negativas potencialmente contribuem para as recorrentes ações higienistas e repressivas no centro de São Paulo, servindo de justificativa para elas.

As vozes de especialistas ora se filiam à defesa do segmento ora a perspectivas do governo e das associações de bairro. Já as de representantes do governo ganham legitimidade com a apresentação de números (de vagas, de albergues, de pessoas assistidas, de apreensões...) e, na maioria das vezes, tem articulação favorável por parte do jornal. Têm espaço garantido para falar de ‘ações e resultados’.

Quando o assunto é política de assistência social, o discurso do governo que mais ecoa é o de negação de falta de vagas em abrigos e o de que o atendimento às pessoas em situação de rua está sendo prestado, embora as notícias mostrem que ainda há quem durma na rua, gerando dúvidas em relação à quantidade de vagas, ao acolhimento oferecido (especialmente em termos do uso encoberto de “acolhimento” significando na verdade recolhimento, e da tensão entre vagas fixas e vagas avulsas em albergues, com as diferenças de dinâmica de uso dos serviços em cada caso) e à política de abrigamento (a rigidez ou a flexibilidade das normas). No entanto, o governo se desresponsabiliza pelas pessoas que estão ao relento, e o

jornal a esse respeito furta-se de conduzir reflexão sobre a conjuntura que leva pessoas a permanecer na rua.

Esse discurso de desresponsabilização pela situação de rua também é encontrado nas notícias sobre políticas de gentrificação/higienismo. Vozes do governo responsabilizam pessoas em situação de rua por não aceitarem o “recolhimento” nas ações de gentrificação e higienistas, que são repressivas e aparecem justificadas, principalmente, devido à especulação imobiliária e às questões urbanas (“revitalização”, trânsito...). A representação das pessoas em situação de rua como objetos potencialmente favorece a aceitação dessas ações e sua legitimação.

Quanto à política de “guerra às drogas”, o discurso é de eliminação do inimigo público e, para isso, valem as “operações de guerra”, cujas representações sugerem desarticulação entre Estado e município e entre polícia e governo. Embora os governos aleguem êxito nas intervenções, a representação no jornal é de um problema sem solução. Na incapacidade de formular medidas efetivas, governantes proferem discursos manipulativos na imprensa e prosseguem tentando controlar os espaços com mais ações repressivas. Em relação à política habitacional, observei a ausência do governo, prevalecendo outras vozes.

Essas análises permitiram responder a uma das perguntas iniciais da pesquisa: quais discursos ecoam nas notícias quando se trata de ações e políticas públicas voltadas à população em situação de rua na *Folha de S. Paulo*. Dessa forma, esse capítulo complementa o anterior, cuja análise macro também possibilitou responder outras questões da pesquisa.

Apesar de no capítulo 5 ter comentado que a população em situação de rua tem espaço de voz na imprensa, tendo sido a segunda voz mais acionada, ela ainda pouco se autorrepresenta nos assuntos de políticas públicas. Sua voz, em geral, fica em segundo plano, e sua representação é majoritariamente em exclusão por encobrimento. Quando tem voz atribuída, o que aponta é vulnerabilidade e, em nenhum momento, articula-se no jornal a discursos de resistência. Em muitas notícias não há espaço para essa voz. Como estratégia de inclusão, o jornal utilizou relatos narrativos de atos de fala, como “moradores de rua reclamam” e “moradores de rua acusam”.

Por fim, vale destacar que analisei as notícias publicadas em 2016, 2017 e 2018 de cada temática (com exceção da pasta habitação em que investigação ocorreu só nos anos 2017 e 2018), em cada um desses anos a gestão municipal estava nas mãos de governantes diferentes, inclusive de partidos com ideologias opostas; no entanto, as abordagens para a situação de rua foram as mesmas, prevalecendo as ações violentas e higienistas. Isso aponta

que esses modos de intervenção já estão naturalizados e contam com a aceitação social. Além disso, notei que embora tenha separado as análises em quatro áreas (assistência social, gentrificação/ higienismo, “guerra às drogas” e habitação), a representação das pessoas em situação de rua não mudou conforme a temática. Em geral, é negativa e isso repercute na formulação de ações e políticas públicas para o grupo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo específico investigar como a *Folha de S. Paulo* representa pessoas em situação de rua em notícias que abordam ações e políticas públicas, no recorte temporal de três anos, 2016 a 2018. A ADC foi o pilar teórico-metodológico escolhido para as investigações. O primeiro passo foi mostrar, a partir do contexto histórico, as causas da situação de rua, que se constitui como um problema político, econômico, cultural e social.

Depois, o foco foi traçar um panorama das políticas públicas para as pessoas em situação de rua, enfatizando principalmente as medidas formuladas pelo governo da cidade de São Paulo. A falta de ações e políticas públicas efetivas voltadas para o grupo ficou evidente. Esse levantamento foi importante para o entendimento de que alguns fatos que ainda ocorrem hoje e que são notícias na *Folha* refletem as decisões de governantes no passado, além de trazer a compreensão de processos como o da gentrificação que, muitas vezes, não estão explícitos nas notícias, além de ganharem outros sentidos, como de “revitalização” e de “repovoamento”.

Na construção desse panorama, incluí abordagens de outras disciplinas, como a área de ciências políticas e de comunicação social. Esse diálogo com outras vertentes foi coerente com o pensamento de Fairclough (2012), que acredita ser importante a abertura a diferentes lógicas teóricas para transformar as relações entre elas. Essa articulação com outras áreas é também uma das características da ADC: a transdisciplinaridade, tratada no capítulo teórico desta dissertação.

A integração desses conhecimentos com os da ADC foi útil para compreender que por trás de todo esse processo há uma produção discursiva, que ao representar interesses particulares só de um grupo, provoca prejuízos a outros segmentos da população. Além disso, possibilitou refletir sobre uma mudança, principalmente, no cenário midiático de massa, que age em função de seus próprios interesses e da classe dominante, beneficiando-se da lógica capitalista. Ou seja, há uma questão estruturante, cuja transformação é lenta, mas possível.

Na composição do *corpus* vi que notícias sobre situação de rua têm espaço na *Folha de S. Paulo*, afinal foram coletados 747 textos, sendo 257 o foco deste estudo por tratar de ações e políticas públicas. Ou seja, o jornal entende o problema social como pauta jornalística, a questão é como realiza essa abordagem, pois isso repercute em como a sociedade reage ao problema e em como as ações e políticas públicas para o grupo são conduzidas.

Tracei o percurso metodológico que me possibilitou identificar quais as vozes predominantes no jornal para tratar a situação de rua, quais discursos elas ecoam em seus textos, como tecem referências e como representam a população em situação de rua. Com a metodologia aplicada, os resultados analíticos apontam que a *Folha de S. Paulo* legitima as “elites simbólicas” (VAN DIJK, 2015) como fontes ao abrir mais espaço de voz a elas nas notícias. Assim, reproduzem representações particulares de mundo, cujos discursos estão em conformidade com as ideologias dominantes.

O discurso bélico, por exemplo, naturaliza a violência e o desrespeito aos direitos das pessoas em situação de rua. Os discursos do incômodo e do medo servem para justificar as ações de gentrificação e higienistas. O discurso de desarticulação das esferas de poder (estadual e municipal) sugere que os interesses políticos e partidários estão acima das necessidades da população. O discurso policial separa as ações policiais do campo de políticas públicas. E o discurso de “revitalização” evidencia a disputa de território pelos diferentes grupos sociais (pessoas em situação de vulnerabilidade *versus* construtoras; pessoas em situação de vulnerabilidade *versus* governo) e sobrepõe a questão urbana à social. Esses discursos são encontrados, principalmente, nas vozes de representantes do governo, das forças da ordem, dos trabalhadores e moradores locais (caso dos discursos do incômodo e do medo) e na voz dos próprios jornalistas. No caso do discurso da “revitalização”, esse está na voz desses atores sociais mencionados e também dos especialistas.

Observei que nem sempre o jornal introduz outras representações que impliquem diferentes maneiras de ver o mundo, para que as notícias possam agir de forma diferente sobre o mundo e suas leitoras e leitores. Quando faz isso, por exemplo, o espaço de fala é menor e essa não é repercutida da mesma forma que as vozes dominantes, cujos atores são inseridos numa relação interdiscursiva que produz discursos desfavoráveis ao segmento, oferecendo chaves interpretativas que naturalizam discursos meritocráticos e legitimam a violência, a gentrificação e o higienismo, que são a tônica das ações e políticas públicas de São Paulo, assim como dos escopos representacionais da *Folha*. As vozes de religiosos, ativistas e ONGs e das próprias pessoas em situação de rua não conseguem ecoar formas alternativas de ver o mundo, por isso faltam discursos que questionam a desigualdade social e de resistência nesse *corpus*. Essa ausência empobrece o debate em torno do problema e dificulta a emancipação do grupo, que fica condenado à marginalidade, à exclusão social.

A intenção deste estudo foi trazer o entendimento de como a *Folha de S. Paulo* colabora para a reprodução discursiva da desigualdade social, na forma como tem defendido

seus interesses particulares, assim como o da classe dominante, por meio de notícias. No que se refere à temática da situação de rua e das dinâmicas territoriais das políticas públicas, isso acontece, principalmente, em decorrência de interesses econômicos e imobiliários na área central de São Paulo. Para que o local seja viabilizado para os negócios, há a necessidade de excluir a população em situação de rua do espaço público. E as representações discursivas do jornal têm se aliado nesse propósito.

Quanto às limitações deste estudo, ressalto que este *corpus*, por sua diversidade de elementos, permitiria outras análises, por exemplo, de imagens, as quais não foram feitas porque este estudo se limitou aos textos verbais, consideradas as perguntas de pesquisa. Mas as imagens também são material rico para ser explorado em estudos futuros. Obviamente, além das categorias analíticas dos dados selecionados e das delimitações temáticas que tracei, muito material do *corpus* coletado permanece não analisado, tanto em termos de notícias de outras temáticas além das políticas e ações públicas, como em termos de outras categorias e possibilidades analíticas no recorte que estudei. Da forma como se desenhou a pesquisa, também não foi possível acessar elementos da prática social como materiais, posições, relações sociais, espaço/tempo etc. Para isso, seria necessária outra estratégia metodológica, o que abre para possibilidades de outros estudos.

Ao final deste trabalho, vejo desafios para vários atores sociais. Para a *Folha* como para a mídia em geral, o de informar novas formas de ver o mundo, descolonizando essa visão hegemônica da situação de rua e descolonizando também esse “modo de fazer jornalismo”. Para governantes, o de repensar esse modo colonizado de promover ações e formular políticas públicas que buscam atender só os interesses dominantes, cabendo à minoria o apagamento e a condenação eterna de sua própria situação.

O desafio se estende também para pesquisadoras e pesquisadores que precisam divulgar as pesquisas para além das universidades. É o que pretendo fazer com esta dissertação, entrando em contato com a *Folha de S. Paulo* para compartilhar essas análises, com jornalistas de outras mídias e também com estudantes de jornalismo, para que possam chegar às redações tendo refletido mais detidamente sobre o impacto dessas representações negativas e, talvez, serem atores transformadores dessa prática. Só assim os estudos serão, de fato, úteis para uma tomada de consciência crítica da linguagem, pois as intervenções de natureza discursiva implicam transformação social.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, M. P. T.; RESENDE, V. M. Gêneros e suportes: por um refinamento teórico dos níveis de abstração. *Romantica Olomucensia*, 26 (2), 2014. p. 127-142.

ALMEIDA, M. D. Neoliberalismo, privatizações e desemprego no Brasil (1980-1998). 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

AMÂNCIO, T. Moradora de rua trans quer alugar casa após emprego da prefeitura de SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, jul. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1903084-moradora-de-rua-trans-quer-alugar-casa-apos-emprego-da-prefeitura-de-sp.shtml>. Acesso em 5 de janeiro de 2020.

AMARAL, A.A.C. *Habitação na cidade de São Paulo*. São Paulo, Pólis /PUC-SP, 2002.

ANZIELLI, E.; GOYENECHE, E.; SADANA, P. Com sofá, tapete e cama, morador de rua monta “casa” sob Minhocão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1877616-com-sofa-tapete-planta-e-cama-morador-de-rua-monta-casa-sob-o-minhocao-em-sp.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

ÁVILA, H. R.; MOLINA, M. L. A situação de rua como problemática social estrutural nas cidades. In: RESENDE, V. M.; SILVA, R. B. (orgs.), *Diálogos sobre resistência: organização coletiva e produção do conhecimento engajado*. Campinas – Pontes Editores, 2017.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 2013, n. 11, p. 89-117. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 6 de jan. de 2020.

BARBOSA, J.C.G. *Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados*. 2018. Dissertação (Mestrado) – IPEA, Brasília, 2018.

BATALLER, M. A. S; BOTELHO, Maurilio Lima. O Estudo da Gentrificação. *Revista Continentes*, [S.l.], n. 1, p. 9-37, jul. 2012. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/5>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BENFATTI, D. De volta ao Centro. In: SCHICCHI, M. C.; BENFATTI, D. (orgs). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2003. p. 9-20.

BERGAMIM JR, G. Sem-teto deslocados por Doria ‘criam’ barril de pólvora sob viaduto de SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ago. 2017. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1910881-sem-teto-deslocados-por-doria-criam-barril-de-polvora-sob-viaduto-de-sp.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

BERGAMO, M. Prefeitura de SP quer multar em R\$ 500 quem fumar maconha e crack nas ruas. *Folha de São Paulo*. São Paulo, mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/03/prefeitura-de-sp-quer-multar-em-r-500-quem-fumar-maconha-e-crack-nas-ruas.shtml>. Acesso em: 11 de mar. de 2019.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*. Brasília, vol. 30, jan./apr. 2015.

BHASKAR, R. Societies. In: M. Archer et al. (Orgs.) *Critical Realism. Essential readings*. London; New York: Routledge. p. 206-57, 1998.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord.) *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

BILENKY, T. Sob nevasca, polícia em Nova York enxota grupo de sem-teto. Nova York. *Folha de São Paulo*, Nova York, jan. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/01/1733501-sob-nevasca-policia-em-nova-york-enxota-grupo-de-sem-teto.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

BOITEUX, L.; PÁDUA, J.P. *A desproporcionalidade da Lei de Drogas: os custos humanos e econômicos da atual política no Brasil*. Rio de Janeiro: TNI, 2013.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008.

BRASIL. [Código Penal]. *Lei de 16 de dezembro de 1830*. Manda Executar o Código Criminal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 13 de mar. de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 4.403, de 22 de dezembro de 1921*. Regula a locação dos prédios urbanos e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4403-22-dezembro-1921-569624-publicacaooriginal-92854-pl.html>. Acesso em: 14 de jan. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 de jan. 2020.

BRASIL. *Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção,

proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm). Acesso em 21 de jun. de 2019.

BRASIL. *Lei 8.212, 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8212rep.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212rep.htm). Acesso em 21 de jun. de 2019.

BRASIL. [Lei Orgânica da Assistência Social]. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm). Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 14 de jan. de 2020.

BRASIL, *Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm). Acesso em: 14 jan.2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. São Paulo: Instituto Meta de Pesquisa e Opinião, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6653206-Sumario-executivo-pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua.html>. Acesso em: 14 de jan. de 2020.

BRASIL. *Plano Nacional de Habitação*. Brasília, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2009. Disponível em:  
[http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material\\_de\\_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf](http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf). Acesso em: 13 de jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, 2009. Disponível em:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Consolidacao\\_Suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf). Acesso em 13 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf). Acesso em: 13 de jan. 2020.

BRASIL. *Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009*. Institui Política Nacional para População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e

Monitoramento. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm). Acesso em: 9 de mai. de 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. *Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>. Acesso em: 30 de out. de 2018.

BRONZO, C. Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza. In: XX Concurso del clad sobre reforma del estado y modernización de la Administración Pública. “¿Cómo enfrentar los desafíos de la transversalidad y de la intersectorialidade nla gestión pública?” Caracas, Anais, 2007.

BURGIERMAN, D.R. *O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas*. São Paulo: Leya, 2011.

CALDEIRA, T. P. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CALLIGARIS, C. O rapa. *Folha de São Paulo*. São Paulo, ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2018/08/o-rapa.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

CAMPOS, V.N.O. Reabilitação de áreas urbanas centrais: uma contribuição para cidades mais sustentáveis? *Oculum Ensaios*, n. 16, p. 64-81, 2012.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e Cidadãos*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CANÔNICO, M. A. Foco nos usuários. *Folha de São Paulo*, São Paulo, mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marco-aurelio-canonico/2016/03/1749977-foco-nos-usuarios.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

CARVALHO, S. *A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010a.

CARVALHO, V.E. *Política social e diversidade dos estado de bem-estar*. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 2010b.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, M. *O poder da comunicação*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: University Press, 1999.

COMBS, M.; SHAW, D. *The emergence of American political issues: the agenda-setting function of the press*. St. Paul Minnesota, USA: West Publishing, 1977.

CONCLI, R. Resistências e conflitos marcam a gentrificação em São Paulo. *Agência*

*Universitária de Notícias- USP*. São Paulo, fev.2018. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/02/07/resistencia-e-conflitos-marcam-a-gentrificacao-em-sao-paulo/>. Acesso em 09 de out. de 2018.

ESQUINCA, M.M.M. *Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013.

ESTARQUE, M. Déficit habitacional e população de rua crescentes desafiam gestão Bolsonaro. *Folha de São Paulo online*. São Paulo, nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/deficit-habitacional-e-populacao-de-rua-crescentes-desafiam-nova-gestao.shtml>. Acesso em: 22 de fev. de 2009.

FÁBIO, A. C. A nova intervenção na cracolândia: origens e precedentes de um problema crônico. *Nexo Jornal*. São Paulo, mai. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/05/23/A-nova-interven%C3%A7%C3%A3o-na-cracol%C3%A2ndia-origens-e-precedentes-de-um-problema-cr%C3%B4nico>. Acesso em: 14 de jan. 2020.

FAIRCLOUGH, N. Global Capitalism and critical analysis of language. *Language Awareness*. 8, 2, 1999, p. 71-83. Acesso em 1 de julho de 2015. <http://eprints.lancs.ac.uk/8546/1/la0080071.pdf>.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Governance, partnership and participation: cooperation and conflict*. Trabalho não publicado, apresentado na International Association for Dialogue Analysis, Bucareste, Romênia, p. 1-17, 2005.

FAIRCLOUGH, N. & MELO, I. *Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica*. Linha D'Água, 25 (2), p. 307-329. 2012.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. *Revista Teias*, capa, v.11, n.22 (2010). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24124/17102>. Acesso em 2 de janeiro de 2020.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax, São Paulo: Editora Elefante, 2004. Disponível em: [http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA\\_E\\_A\\_BRUXA\\_WEB-1.pdf](http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf). Acesso em 16 de agosto de 2019.

FELDMAN, S. São Paulo: Qual o Centro? In: SCHICCHI, M. C.; BENFATTI, D. (orgs). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2003. p. 37-50..

FIX, M. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

FÓRUM CENTRO VIVO (org.). *Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas*. Dossiê denúncia. São Paulo, junho de 2006.

FOWLER, R.; KRESS, G. Critical linguistics. In: FOWLER, R. et al. *Language and control*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1979.

FRANCO, L. Sem convênio, Rio de Janeiro fica sem vagas para internar usuários de crack. *Folha de São Paulo*, Rio de Janeiro, jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1895671-sem-convenio-rio-de-janeiro-fica-sem-vagas-para-internar-usuarios-de-crack.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *População em situação de rua: direitos humanos, políticas públicas e programas de housing first*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017.

FURTADO, C.R. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre a gentrificação. *Cad. Metrop.* São Paulo, v.16 n.32, p. 341-363, 2014.

GASPAR, M.; AKERMAN, M.; GARIBE, R. (orgs.). *Espaço urbano e inclusão social: a gestão pública na cidade de São Paulo (2001 – 2004)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

GATTI, S. PPP da Habitação: muitas perguntas ainda sem respostas. *Instituto Pólis*. São Paulo, set. 2014. Disponível em: <http://polis.org.br/noticias/ppp-da-habitacao-muitas-perguntas-ainda-sem-respostas/>. Acesso em: 21 de fev. de 2019.

GERAQUE,E; GRAGNANI, J. Doria se veste de gari e diz que vai limpar as ruas de SP todas as semanas. *Folha de São Paulo online*. São Paulo, jan. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1846329-doria-promete-se-vestir-de-gari-e-limpar-as-ruas-todas-as-semanas.shtml>. Acesso em: 15 de abr. de 2019.

GIL, F. *Latinoamerica*; SKIDMORE, T. *Brasil*. Aliança para o progresso. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em 9 de nov. de 2018.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. *Déficit habitacional no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiros, 2018. Disponível em: <http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/>. Acesso em: 24 de fev. de 2019.

GAGRINANI, J. Agentes de Haddad atropelam regras ao retirar de praça morador de rua. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ago. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1806716-agentes-de-haddad-atropelam-regra-ao-retirar-de-praca-morador-de-rua.shtml>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

GRAGNANI, J. Moradores de rua deixam calçada e são ‘envelopados’ em viaduto de SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jan. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847589-prefeitura-esconde-moradores-de-rua-e-limpa-praca-14-bis-para-cidade-linda.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

GRAGNANI, J. À espera de Doria, moradores da 14 Bis fazem ‘condomínio’ sob viaduto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847589-prefeitura-esconde-moradores-de-rua-e-limpa-praca-14-bis-para-cidade-linda.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

GRAGNANI, J.; ZYLBERKAN, M. Acesso de usuários da cracolândia a abrigo é dificultado pela gestão Doria. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1893349-acesso-de-usuarios-da-cracolandia-a-abrigo-e-dificultado-pela-gestao-doria.shtml>. Acesso em: 13 de fev. de 2020.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

HIRATA, F. *A luta pela moradia em São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. *Recenseamento de 1920: 49º Censo geral da população e 19º da agricultura e das indústrias*. Typ. da Estatística: Rio de Janeiro, 1926. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>. Acesso em 14 de jan. de 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Síntese de Indicadores Sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. *Agência IBGE Notícias*. Rio de Janeiro, dez. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>. Acesso em: 14 jan. 2019.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Texto para discussão*. Brasília: Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td\\_2246.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf). Acesso em: Acesso em 10 set. de 2019.

JÄGER, M. Quão crítica é a análise de discurso crítica? In: RESENDE, M. V. & REGIS, J. F. S. (orgs.). *Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

JOSÉ, B. K. *A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KOGA, D. *Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LAGE, N. A Reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>. Acesso em: 2 de janeiro de 2020.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A.R.; RESENDE, V.M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAGALHÃES, T.R.P. *Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da "cracolândia" paulista*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade e Estado*. [online], vol.31, n.1, p. 75-97, 2016.

MARIN, T.R. *Entre a caridade e os direitos sociais – A política da política de Assistência social no município de São Paulo (1989 a 2012)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARIZ, R.; BRESCIANI, E. Programas sociais perdem verba, mas orçamento de projeto de Marcela Temer mais que dobra. *O Globo*. São Paulo, nov. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/programas-sociais-perdem-verba-mas-orcamento-de-projeto-de-marcela-temer-mais-que-dobra-22042436>. Acesso em: 7 de nov. de 2018.

MARX, K. *O Capital*. Tradução: Reginaldo Sant'anna. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988. p 583-932. (Livro 1, vol. I).

MASON, J. *Qualitative researching*. London: Sage, 2002

MATOS, O. N. A cidade de São Paulo no século XIX. *Sociedade de Estudos Históricos*. v.10 n. 21-22, p. 89-125, 1955.

MELLO, D. Haddad diz que programa de PPPs para moradia está pronto para implementação. *Agência Brasil*. São Paulo, nov. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/haddad-diz-que-programa-de-ppps-para-moradia-esta-pronto-para-implementacao>. Acesso em: 20 de fev. de 2019.

MENDIGO. In: *Dicionário Etimológico: etimologia e origem das palavras*. S/1: 7Graus, 2008. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/mendigo/>. Acesso em: 25 de set. de 2019.

MIRANDA, N. C. J. *População de Rua em Salvador - Ba: estudo dos territórios e do direito à cidade (2005-2015)*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MOLINA, M. L. *De la situación de calle a la ocupación del espacio público: representaciones discursivas de las personas em situación de pobreza em los diários argentinos*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 18(3), 59-81, 2017.

MOLINA, M. L. *La argumentación em las noticias. Una aproximación al análisis de la estructura argumentativa a partir del modelo de Toulmin*. Buenos Aires: Tersites, 2012.

MONTECINO, L. Personas em situación de calle: identidade, exclusión e invisibilización. In: CORACINI, Maria José. *Identidades Silenciadas e (In)visíveis: entre a inclusão e a exclusão*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

MONTECINO, L. *Discurso, Pobreza y Exclusion em América Latina*. Santiago: Editorial Cuarto Próprio, 2010.

MORAES, D. A lógica da mídia no sistema de poder mundial. *Revista de Economia Política de las Tecnologias de la Información y Comunicación*, vol. VI, n.2, mayo-ago.2004.

MOTTA, L. G. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: 2002.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. *Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua: conhecer para lutar*. Disponível em: [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR\\_Cartilha\\_Direitos\\_Conhecer\\_para\\_lutar.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf). Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: ABEPSS – *Temporalis* 3. ano II – jan – jun. Brasília: ABEPSS, 2001.

NO FRIO de São Paulo, moradores de rua têm palavra final entre relento e albergue. *Folha de São Paulo*. São Paulo, mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/no-frio-de-sp-moradores-de-rua-tem-palavra-final-entre-relento-e-albergue.shtml>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

ORMUNDO, J. Análise social, linguagem e globalização: uma abordagem transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica. In: VIEIRA, J. A.; BENTO, A.L.; ORMUNDO, J. S., *Discursos nas práticas sociais: perspectivas em multidodalidade e em gramática sistêmico-funcional*. São Paulo: Annablume, 2010.

PAGNAN, R.; RODRIGUES, A.; GOMES, P.; MAISONNAVE, F. Polícia faz operação contra tráfico na cracolândia e mira grupo de sem-teto. *Folha de São Paulo*. São Paulo, ago. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1799206-policia-faz-operacao-contra-traffic-na-cracolandia-e-mira-grupo-de-sem-teto.shtml>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

PARDO ABRIL, N. G. Representaciones del discurso mediático: el caso de la impunidad em la prensa colombiana. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, São Leopoldo, VIII (3): 241-254, set/dez 2006.

PARDO ABRIL, N. G. *¿Qué nos dicen? ¿Qué vemos? ¿Qué es... pobreza? Análisis crítico de los médios*. Bogotá – Universidad Nacional de Colombia, 2008a.

PARDO M. L. El discurso sobre la pobreza em América Latina. Santiago de Chile, Chile: Editorial Frasis. Colección Poder, Discurso y Sociedad, 2008b.

PARDO M. L. *La televisión y su construcción discursiva sobre la pobreza y el delirio*. In: *Coloquio de Investigadores em Estudios del Discurso*, 2011. Actas digitales del V COLOQUIO DE INVESTIGADORES EM ESTUDIOS DEL DISCURSO.

PEREIRA, C.P. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. 2008. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PETRONE, P. A cidade de São Paulo no século XX. *Sociedade de Estudos Históricos*. São Paulo, v.10 n. 21-22, 1955, p. 127-170.

PINHO, A. Centro de São Paulo é repovoado aos poucos, mas patina em ações de revitalização. *Folha de São Paulo*. São Paulo, ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/centro-de-sp-e-repovoado-aos-poucos-mas-patina-em-aco-es-de-revitalizacao.shtml>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

POPULAÇÃO sofre com cortes de Doria na Assistência Social. *Carta Capital*. São Paulo, set. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/populacao-sofre-com-cortes-de-doria-na-assistencia-social>. Acesso em: 12 de nov. de 2018

POR QUE as pessoas em situação de rua em SP não querem ir para os abrigos? *Folha de São Paulo*. Rio de Janeiro, jun. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782290-por-que-as-pessoas-em-situacao-de-rua-em-sp-nao-querem-ir-para-os-abrigos.shtml>. Acesso em 18 de setembro de 2019.

PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO. *Caminho da prosperidade*. 2018. Disponível em: [https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta\\_PSC.pdf](https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf). Acesso em 7 de nov. de 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SOUSA SANTOS, B. e MENESES, M.P. (orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra. Biblioteca Nacional de Portugal. 2009. p. 73 a 118.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências soais*. Perspectivas Latino-Americanas. Edgardo Lander (org.). Buenos Aires: 2005.

RAMALHO, I.S.; RESENDE, V.M. O caso Edvan Lima e a corporeidade de pessoas em situação de rua em casos de violência: análise de dados do Jornal Correioweb. *Cadernos de*

*Estudos Linguísticos*, v.60, p. 808-827, 2018.

RAMALHO, V. C. V. S. Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico-metodológico. *Signótica*, 17: 275-298, 2005.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RANGEL, S. Em crise, Rio pós-olímpico enfrenta aumento de moradores de rua. *Folha de São Paulo*. Rio de Janeiro, ago. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1909615-em-crise-rio-pos-olimpico-enfrenta-aumento-de-moradores-de-rua.shtml>. Acesso em: 18 de set. de 2019.

RAUPP, L. M. *Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: cotidiano, práticas e cuidado*. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RAUPP, L.; ADORNO R.C.F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva* v. 16, p. 2613-2622, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000500031](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000500031). Acesso em: 6 de jan. 2020.

RESENDE, V. M. Análise de Discurso Crítica: uma perspectiva transdisciplinar entre Linguística Sistêmica Funcional e a Ciência Social Crítica. *33rd International Systemic Functional Congress*: 1069- 1081, 2006. Disponível em: [https://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/53cda\\_resende\\_1069a1081.pdf](https://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/53cda_resende_1069a1081.pdf). Acesso em 9 janeiro de 2020.

RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2008.

RESENDE, V. M. Análise de Discurso Crítica como Interdisciplina para a Crítica Social: Uma Introdução. In: I.F. MELO (org), *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*. Campinas: Pontes, 2012.

RESENDE, V. M. Abordagem teórico metodológica para análise interdiscursiva de políticas públicas. *Atas CIAQ 2017*. p. 2012-2020. Salamanda (Espanha), 2017a; CIAQ. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1568>. Acesso em: 4 de janeiro de 2020.

RESENDE, V. M. *Decolonizar os estudos críticos do discurso: por perspectivas latino-americanas*. Conferência apresentada no XII Congresso Internacional da ALED. Universidad Católica - Santiago do Chile, 18 de outubro de 2017b. Disponível em: <https://brasilia.academia.edu/VivianeResende>. Acesso em: 6 de jan. 2020.

RESENDE, V. M. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V. M. & REGIS, J. F. S. (orgs.). *Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017c.

RESENDE, V.M.; SILVA, R. B. Políticas públicas voltadas à situação de rua, discurso e (im)possibilidades de participação da sociedade civil: um caso no CIAMP-RUA/DF. In: II SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES. Brasília, 2014.

RESENDE, V.M. Direitos Humanos para quem? Políticas Públicas e representação da gestão espacial da pobreza urbana em O Globo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, p. 616-644, 2018.

RESENDE, V. M. Deslocamento forçado e permanência vigiada, território e fronteira: metáforas de espaço na representação da situação de rua na Folha de S. Paulo. *Revista de Estudos da Linguagem*, v.28, n.1, 2020.

RESENDE, V. M.; MENDONÇA, D. G. População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo. *Revista DELTA*, São Paulo, SP, v. 35-4, 2019.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. C. V.S. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v.5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, I. S. Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no Correio Web. *Calidoscópico*, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 3, p. 529-541, 2017.

RIVIÈRE D'ARC. H. Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo. In: BIDOZ-ZACHARIASEN, C. (Coord.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

RODRIGUES, A. Morador de rua apela à Defensoria por vagas em albergues de Haddad. *Folha de São Paulo*. São Paulo, jun.2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782197-morador-de-rua-apela-a-defensoria-por-vaga-em-albergues-de-haddad.shtml>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

RODRIGUES, A. Ação de Doria terá troca de lixeiras e combate a pichadores e camelôs. *Folha de São Paulo*, São Paulo, dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1845493-acao-de-doria-tera-troca-de-lixeiros-e-combate-a-pichadores-e-camelos.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

RODRIGUES, A. Doria quebra silêncio, volta a falar de cracolândia e promete não recuar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, mai, 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1888484-doria-quebra-o-silencio-volta-a-falar-de-cracolandia-e-promete-nao-recuar.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

RODRIGUES, A.; MACHADO, L.; GOMES, P., ZILBERKAN, M. Antiga cracolândia agora se espalha por 23 pontos, do Minhocão à Paulista. *Folha de São Paulo*. São Paulo, mai.2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1887552-antiga-cracolandia-agora-se-espalha-por-23-pontos-do-minhocao-a-paulista.shtml>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

- RODRIGUES, A.; ZYLBERKAN, M. Marginais sob Dória têm acidentes em alta e ambulante 'fixo' nas vias. *Folha de São Paulo*. São Paulo, mai. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881765-marginais-sob-doria-tem-acidentes-em-alta-e-ambulante-fixo-nas-vias.shtml>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.
- RODRIGUES, M. R. Agendando o Congresso Nacional: do agenda-setting à crise da democracia representativa. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: 2002.
- RODRIGUES, L.B.F. *Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. 2006. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha. Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.11, n.2, p.31-50, 2009.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Editora Boitempo, 2017 (Edição Digital).
- ROLNIK, R. et al. (org.). *São Paulo crise e mudança*. São Paulo, PMSP Sempla/Brasiliense, 1990.
- ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço é político. In: Lúcio Kowarick. (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo: Paz e Terra / UNRISD, 1988.
- RUI, T.; MALLART, F. A Cracolândia, um potente conector urbano. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Ed. 99, 2015.
- SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. 63, p 237-280, Out 2002.
- SANTOS, G. P. Análise de discurso crítica, mídia e situação de rua no Brasil: o caso do “Aurora da Rua”. *Romanica Olomucensia*, v.26, p. 265-276, 2015.
- SANTOS, G. P. *A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil: um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)*. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SANTOS, G. Vozes insurgentes da situação de rua no Brasil: relações discursivas entre Movimento Nacional da População em Situação de Rua e Estado. *Discurso & Sociedade*, v. 13, p. 140-163, 2019.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SÃO PAULO (Estado). *Lei nº. 11.090, de 16 de setembro de 1991*. Estabelece programas de melhorias para a área de influência imediata do vale do anhangabau, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-11090-de-16-de-setembro-de-1991>. Acesso em: 14 de jan. 2020.

SÃO PAULO (Município). *Lei 12.651, de 6 de maio de 1998*. Dispõe sobre a instituição do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM, na cidade de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-12651-de-6-de-maio-de-1998>. Acesso em: 21 de jun. de 2019.

SÃO PAULO (Município). *Decreto 44.484, de 10 de março de 2004*. Regulamenta o Programa Operação Trabalho, instituído pela Lei nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, com a redação dada pela Lei nº 13.689, de 19 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-44484-de-10-de-marco-de-2004>. Acesso em: 21 de jun. de 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. *Censo da população de moradores em situação de rua e caracterização socioeconômica da população adulta na cidade de São Paulo*. Fipe: São Paulo, 2009. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/2009\\_01.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2009_01.pdf). Acesso em: 18 de set. de 2018.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura. *Projeto Nova Luz: Projeto Urbanístico Específico (PUE)*. São Paulo, 2011. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento\\_urbano/arquivos/nova\\_luz/201108\\_PUE.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf). Acesso em: 23 de out. de 2018.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura. Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua. São Paulo, 2016. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Plano%20PopRua.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Plano%20PopRua.pdf). Acesso em: 26 de fev. de 2018.

SÃO PAULO (Município). Conselho Municipal de Políticas de Drogas e Álcool. *Relatório de Inspeções do Projeto Redenção julho e agosto/2017*. São Paulo, 2017. Disponível em: [https://www.cremesp.org.br/pdfs/web\\_relatorio.pdf](https://www.cremesp.org.br/pdfs/web_relatorio.pdf). Acesso em: 16 de jul. de 2019.

SEM-TETO protestam por moradia e se reúnem com Prefeitura de São Paulo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, jan.2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1854653-sem-teto-protestam-por-moradia-em-frente-a-prefeitura-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

SENNA, M.C.M.; GARCIA, D. V. Políticas sociais e intersectorialidade: elementos para debate. *O Social em Questão*, n. 32, p. 277-294, 2014.

SETO, G. ; BERGAMIM JR, G. Morador de rua reclama de jato de água da gestão Doria em frio recorde. *Folha de São Paulo*. São Paulo, jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902707-com-frio-recorde-moradores-de->

rua-reclamam-de-jato-de-agua-sob-doria.shtml. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

SILVA, C.R. A dimensão política da revitalização do Porto do Rio de Janeiro: um estudo do Projeto “Porto Maravilha”. *Continentes*, UFRRJ, a.1, n. 1, p. 56-71, 2012.

SILVA, D. E. G. A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica e social à ruptura familiar. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad*, v.3, p.1887-4706, 2008.

SILVA, D. E. G. Representações discursivas da pobreza e gramática. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica Aplicada* (PUCSP. Impresso), v.25, p. 721-731, 2009.

SILVA, H.M.B. A habitação no financiamento do BID para o Centro de São Paulo. *In: CYMBALISTA, R... et al., Políticas públicas para o Centro: Controle social do financiamento do BID à Prefeitura Municipal de São Paulo*. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.

SILVA, H.M.B. Habitação no Centro de São Paulo – políticas, disputas e impasses. *E-metropolis - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, n. 33, p. 58-70, jun. 2018. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/255?name=habitacao-no-centro-de-sao-paulo>. Acesso em: 6 de jan. 2020.

SILVA, H.M.B. *Habitação no centro de SP: como viabilizar essa idéia?* Documento preparatório. São Paulo: LAHBA / FAUUSP, 2000.

SILVA, M. L. L. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995 – 2005*. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. *In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, F. A vida dos mais de 50 sem-teto que moram no cemitério e chegam a dormir dentro de tumbas m SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, mar. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/a-vida-dos-mais-de-50-sem-teto-que-moram-no-cemiterio-e-chegam-a-dormir-dentro-de-tumbas-em-sp.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

SOUZA, F.; MACHADO, L. A morte sem nome sob frio recorde em avenida de bairro nobre de São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jul. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902785-a-morte-sem-nome-sob-frio-recorde-em-avenida-de-bairro-nobre-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

SPIVAK, G. C, *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPOSATI, A. *A política de assistência social na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo, Pólis / PUC-SP, 2002.

TELLES, V.S. Cidade: produção de espaços, formas de controle, conflitos. *Revista de*

*Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – Dossiê temático: A cidade como campo de pesquisa.* v. 46, n.1, jan/jun, p.15-41, 2015.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.* Petrópolis: Vozes, 2002.

TRINTA, D.R.F. *O “fim da Cracolândia”*: etnografia de uma aporia urbana. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

VAN DIJK, T. A. Critical Discourse Analysis. In: TANNEN, Deborah; SCHIFFRIN, Deborah; HAMILTON, Heidi (orgs.). *Handbook of Discourse Analysis.* Oxford, Blackwell: 352-371, 2001.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder.* São Paulo: Contexto. 2015.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional* Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

VERPA, D.; GRAGNANI, J.; MACHADO, L. Incursão na cracolândia revela ação do tráfico, trocas por drogas e até um bar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1892120-incursao-na-cracolandia-revela-acao-do-trafico-trocas-por-drogas-e-ate-um-bar.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

VIEIRA, V.C.; RESENDE, V.M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.* 2. ed. Campinas: Pontes, 2016.

VILLAÇA, F. Reflexões sobre o Centro de São Paulo. In: SCHICCHI, M. C.; BENFATTI, D. (orgs). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro.* Campinas: PUCCAMP/PROURB, p. 21-36, 2003.

WACQUANT, L. *Punir os pobres – A nova gestão da miséria nos Estados Unidos.* Tradução Sérgio Lamarão. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

WODAK, R. D que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0403/040310.pdf>. Acesso em: 2 dez. de 2019.

YAZBEK, M. C. *Assistência social na cidade de São Paulo: a (difícil) construção do direito.* São Paulo: Instituto Pólis; PUC-SP, 2004.

ZYLBERKAN, M.; GOMES, P. Abrigos lotam na segunda tarde mais gelada em 13 anos em SP, e frio continuará. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jul. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902356-abrigos-lotam-em-2-tarde-mais-gelada-em-13-anos-em-sp-e-frio-continuara.shtml>. Acesso em 13 de fev. de 2020.

ZILBERKAN, M. Dória encerra ‘bolsa varrição’ criado por Haddad na cracolândia. *Folha de São Paulo*. São Paulo, mar.2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/doria-encerra-bolsa-varricao-criada-por-haddad-na-cracolandia.shtml>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

## ANEXO A – PASTA ASSISTÊNCIA SOCIAL

### cotidiano

#### Morador de rua apela à Defensoria por vaga em albergues de Haddad



Fabio Braga/Folhapress

Moradores de rua aguardam a abertura das portas de albergue para poderem se alojar

ARTUR RODRIGUES  
DE SÃO PAULO

16/06/2016 02h00

Compartilhar

713

Mais opções

As limitações dos albergues municipais de São Paulo levam moradores de rua a apelar para a Defensoria Pública em busca de vagas.

Em junho, em meio à recente onda de frio, a procura disparou: de 120 para 240 atendimentos semanais de pessoas que reivindicam espaço nos albergues a cargo da gestão Fernando Haddad (PT).

Nos últimos dias, ao menos cinco moradores de rua foram encontrados mortos na cidade –para a Pastoral do Povo de Rua, braço da Igreja Católica, a causa mais provável são as baixas temperaturas.

A [Promotoria dos Direitos Humanos vai investigar eventual omissão](#) da gestão Haddad em razão dessas mortes. A apuração visa verificar se a prefeitura tomou medidas que poderiam evitar os óbitos –por exemplo, oferecimento de assistência e abrigo.

Das pessoas que procuram a Defensoria Pública, 32% estão dormindo nas ruas, 1% mora em ocupações e 6%, em alguma outra condição. A maioria delas (61%) já pernoita em albergues, mas reivindica uma vaga fixa.

Sem isso, devido à demanda, os usuários acabam tendo de se apresentar diariamente com muitas horas de antecedência para obter uma cama, podendo inviabilizar inclusive que alguns trabalhem.

"Estou desempregado, mas como vou trabalhar se tenho que chegar aqui no começo da tarde para arrumar uma vaga?", afirmou Tiago Ramos, 31. Nesta quarta (15), ele afirma ter chegado por volta das 14h30 no abrigo da Barra Funda (zona oeste) para garantir o pernoite.

Depois de passar alguns dias frequentando um albergue de maneira regular, os usuários deveriam conseguir um espaço. "O que a gente percebe é que no centro ampliado (Bresser, Luz, Barra Funda) há uma falta de vagas", afirma Marcelo Dayrell Vivas, defensor público.

Os moradores de rua podem acabar sendo deslocados para abrigos longe de onde mantêm relações e produzem sua renda. E muitos deles se recusam a ir.

#### **POR QUE A PROCURA É BAIXA**

Apenas metade dos moradores de rua procura abrigos em São Paulo



Muitos centros não aceitam casais ou famílias

A prefeitura afirma que há 3.200 vagas para atendimento de homens, mulheres, idosos e transexuais na região central. O censo de 2015, no entanto, encontrou 3.864 pessoas nas ruas só na área da subprefeitura da Sé.

"As vagas fixas são ofertadas de acordo com a demanda de cada região. Há prioridade para pessoas convalescentes ou com mobilidade reduzida, mulheres gestantes ou com crianças, pessoas com deficiência e idosos", afirma a prefeitura.

Vagas avulsas também não garantem que as pessoas durmam na mesma cama todos os dias e tenham acesso a um armário. "Nesses casos, idosos com problemas de saúde têm problemas de ficar num leito alto (beliche) quando não há um baixo disponível", afirma Dayrell Vivas.

O defensor afirma que tem conseguido administrativamente, sem acionar a Justiça, as vagas desejadas. O segurança Roberval Araújo dos Santos, 30, diz que demorou dois meses para conseguir uma vaga fixa no abrigo da Barra Funda. "Antes, peguei pneumonia por dormir na rua", afirma ele, que procurou orientação na Defensoria.

Em frente ao abrigo, Santos e outros usuários do espaço se aglomeraram em volta do repórter para reclamar das condições de limpeza do banheiro e do local. O acesso é controlado por funcionários, que vetam a entrada da imprensa se não houver agendamento prévio e acompanhamento da equipe de comunicação da prefeitura.

A gestão Haddad afirmou que equipes de limpeza garantem a higiene do espaço.

## INVESTIGAÇÃO

A apuração sobre eventual omissão da gestão Haddad nas mortes de moradores de rua fará parte de um inquérito sobre a operação da prefeitura batizada de Frentes Frias. O procedimento existe desde 2014 e tem a intenção de acompanhar os serviços prestados à população de rua durante a época de frio.

O Ministério Público afirma que ainda não recebeu os dados da operação de 2016.

"Os óbitos serão investigados em âmbito criminal, entretanto, no inquérito civil será apurado se a prefeitura deixou de adotar as providências necessárias para evitá-las", afirma a Promotoria.

### Moradores de rua sofrem com frio em SP

5 de 7

Zanone Fraissal/FOLHAPRESS



O último censo de moradores de rua, de 2015, contabilizou 15.905 pessoas, sendo só 8.570 abrigados (54%). A quantidade de pessoas não acolhidas, em comparação com a pesquisa de 2011, teve um aumento de 8%.

A [gestão Haddad afirma que criou 2.000 vagas permanentes desde 2013](#). Diz que, desde maio, abriu 13 abrigos emergenciais com mais 1.517 vagas devido ao frio, além das 10 mil já existentes.

Em nota, a gestão Haddad disse que "está, como sempre esteve, à disposição do Ministério Público para prestar todos os esclarecimentos".

### 'EXCEÇÃO NO FRIO'

Ex-consultor do programa De Braços Abertos, ação da gestão Fernando Haddad (PT) de combate ao crack, o psiquiatra Dartiu Xavier diz que, em situações extremas, como na atual onda de frio, a prefeitura deveria abrir exceções para que moradores de rua mantenham seus pertences para se esquentar.

Moradores de rua reclamam que colchões e papelões usados para proteção contra o frio são recolhidos pela GCM (Guarda Civil Metropolitana), como mostrou o jornal "O Estado de S. Paulo".

Haddad disse que os agentes são proibidos de recolher pertences pessoais da população de rua, mas que há uma orientação para **impedir a "favelização" de praças públicas**. "O que estamos tentando impedir é a refavelização", afirmou Haddad na terça (14).

"Tem uma nuance. O argumento do prefeito é válido, mas você não pode pegar as coisas do outro só porque ele está na rua. Há a questão do espaço público: a rua é de todo mundo ou só dos que se comportam como se espera?", diz Xavier, que é professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

Por mais que o prefeito ressalve que os agentes da GCM não podem recolher objetos pessoais, Xavier afirma que "sobram relatos de guardas que recolhem até documentos" de moradores de rua.

O psiquiatra avalia que, apesar de pontos negativos, como a ação da GCM, há saldo positivo no tratamento da prefeitura em relação à população de rua devido especialmente ao De Braços Abertos.

"Se comparado com as administrações anteriores, que faziam desocupações com violência e insultavam direitos humanos, Haddad tem grande mérito", defende.

## cotidiano

BBC NEWS

### A morte sem nome sob frio recorde em avenida de bairro nobre de São Paulo

Leandro Machado/BBC Brasil



Um dia após o corpo ser encontrado, pertences de morador de rua ainda estavam na calçada

FELIPE SOUZA  
LEANDRO MACHADO  
DA BBC

20/07/2017 07h45

Compartilhar

181

Mais opções

Deitado em posição fetal, protegido apenas por um cobertor fino e alguns papelões. Sem documentos, familiares ou amigos.

Foi desta forma que policiais militares encontraram o corpo de um homem pardo, aparentando ter cerca de 35 anos, no fim da tarde desta terça no cruzamento entre a rua Teodoro Sampaio e a avenida Doutor Arnaldo, área nobre a poucos minutos da avenida Paulista, em São Paulo. O laudo que apontará a causa da morte ainda não ficou pronto, mas a principal linha de investigação é que ele tenha sido mais uma [vítima do frio](#).

Ironicamente, o corpo foi encontrado nos arredores do Hospital das Clínicas, o maior da América Latina.

Cerca de uma hora antes de ser encontrado, o termômetro oficial do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) marcou 10,2°C em São Paulo. Essa foi a [segunda menor temperatura](#) registrada durante a tarde na capital paulista nos últimos 13 anos.

Um dia após a morte, o cobertor e os papelões que envolviam o corpo ainda podiam ser vistos na calçada.

#### SEM PROTEÇÃO

Hélio Henrique dos Santos, que trabalha em uma floricultura em frente à Faculdade de Medicina da USP, onde o corpo foi encontrado, conta ter sido o primeiro a perceber que o morador de rua estava morto.

"Cheguei às 10h e ele estava parado. Achei estranho porque morador de rua normalmente acorda mais cedo e vai embora", diz. "Quando deu umas 17h, ele ainda estava lá, na mesma posição. Fui olhar e o encontrei morto, com sangue seco no nariz."

O comerciante então avisou seguranças da USP, que chamaram a polícia.

Segundo o delegado-assistente do 23º DP (Perdizes), Ricardo Kondo Forti, os policiais militares que atenderam a ocorrência não puderam fazer nada para salvar o homem.

"Ele estava num lugar onde não tinha nenhuma cobertura ou proteção lateral. O vento estava batendo direto nele. Havia papelões ao lado, mas nada que barrasse o frio de forma efetiva", afirmou em entrevista à BBC Brasil.

Forti, que registrou o boletim de ocorrência da morte, afirmou que os policiais não identificaram ninguém próximo ao corpo para contar como ou quando o homem chegou ali. Era como se ele tivesse passado despercebido.

O delegado afirmou que não havia nenhum indício de violência no corpo dele ou outro sinal de que tenha sido atacado.

O padre Julio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua, diz que vem ajudando diariamente pessoas que sofrem nas ruas com o frio extremo na cidade.

"Nesta noite, ficamos até 2h ajudando quem estava nas ruas. Encontramos diversas pessoas com sinais de hipotermia. Nós colocamos proteção nas extremidades de seus pés, mãos e cabeça para proteger, além de (oferecer) bebida quente", afirmou.

Segundo o padre, que faz esse trabalho voluntário durante a noite, a maior parte das pessoas que morrem é encontrada sozinha. "Quando tem amigo ou família, eles sempre procuram um lugar mais quente ou se esquentam juntos num cantinho", contou Lancellotti.

## **NÚMEROS**

Em 2016, ao menos seis moradores de rua morreram no período de frio mais intenso, entre junho e julho.

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, não há déficit de vagas na rede de acolhimento. Os 85 centros, diz, estão recebendo em média 10,5 mil pessoas por dia, com 800 vagas sobrando.

"Se uma pessoa solicita acolhimento em um equipamento já lotado, ela é encaminhada para outro pela Coordenadoria de Atendimento Permanente e de Emergência (CAPE) em veículos próprios da secretaria", afirmou o órgão por meio de nota.

Apesar da existência dos abrigos, muitos moradores evitam recorrer a eles por causa das regras impostas nos locais, como horários de entrada, de refeições e proibição do consumo de álcool.

Muitos desses locais também vetam a entrada de animais - algumas dessas pessoas adotam cachorros nas ruas e não querem se separar deles. Mas dois espaços recém-inaugurados, os CTAs (Centros Temporários de Atendimento) Brás e Aricanduva, aceitam o encaminhamento de moradores de rua nessa situação.

Paralelamente, a Prefeitura de São Paulo diz que realizará ações emergenciais para distribuição de cobertores, roupas e alimentação. Apenas no primeiro dia, foram entregues mais de mil cobertores durante a madrugada desta quarta-feira, segundo as informações oficiais.

"A prioridade é atender essa população por meio do Plano de Contingência para Situações de Baixas Temperaturas e zelar pela segurança e bem-estar destas pessoas, além de promover o acolhimento durante os meses mais frios do ano nos equipamentos da rede", afirma a gestão do prefeito João Doria (PSDB).

### **REFORÇO**

Segundo a prefeitura, a atuação dos SEAS (Serviços Especializados de Abordagem Social) será reforçada em todas as regiões da cidade e poderá ter o apoio dos profissionais que atuam nos Centros Pop (Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua), CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e Creas (Centros de Referência Especializados de Assistência Social).

Os orientadores do SEAS atuam diariamente, das 8h às 22h, realizando abordagens e encaminhamentos das pessoas que aceitam ir para os serviços da rede de proteção social, como os Centros de Acolhida e Núcleos de Convivência e CTAs.

A população também pode ajudar as pessoas em situação de rua solicitando uma abordagem social por meio da Coordenadoria de Atendimento Permanente e de Emergência (CAPE), que funciona 24 horas por dia, e pode ser acionada pela Central 156.

A prefeitura lamentou a morte do morador de rua e informou que, neste período, "estará em operação o Programa Emergencial de Inverno (PEI), com atuação de equipes das secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, Segurança Urbana, Direitos Humanos e Cidadania, além da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil".

## No frio de SP, moradores de rua têm palavra final entre relento e albergue

Com estrutura limitada, prefeitura oferece kit aos que recusam os abrigos



Funcionária da Prefeitura de São Paulo entrega cobertor a morador de rua que se recusa a ir para um abrigo - Nelson Antoine/Folhapress

24.mai.2018 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA ([//www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/05/24/](http://www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/05/24/))

Na calçada em frente a uma loja de carros, um idoso dormia enrolado em um cobertor surrado. O amontoado de tecido cinza só sinalizava que servia de abrigo a uma pessoa porque dava para ver os pés descalços para fora.

Era tarde da noite de terça-feira (22), e os termômetros marcavam 13°C. Foram os pés para fora que fizeram a equipe de abordagem de moradores de rua da Prefeitura de São Paulo parar a van na rua Voluntários da Pátria, em Santana, para tentar levar o idoso a um albergue municipal.

“Boa noite, senhor. Quer ir para um abrigo?”, perguntou a orientadora Wenia Diniz, sem ouvir nenhuma resposta. Foi preciso mais uma tentativa para o homem tirar a cabeça para fora e negar a abordagem.

“Não quero nada”, respondeu Antônio. Após fornecer apenas o primeiro nome, ele aceitou o cobertor oferecido pela equipe e voltou a dormir.

Enquanto cobriam o morador de rua, as orientadoras foram abordadas por uma garota de programa que fazia ponto na região. Ela avisou que outra pessoa próxima dali também dormia ao relento.

A poucos metros, na mesma calçada, o encanador Romildo de Jesus, 42, estava deitado com os braços encolhidos dentro do moletom e com a cabeça apoiada em uma mochila. Diferentemente de Antônio, ele aceitou de pronto o convite para passar a noite no CTA (Centro Temporário de Acolhimento) Santana.

Desde domingo (20), as madrugadas têm sido geladas na capital

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/moradores-de-rua-e-desabrigados-tentam-driblar-o-frio-em-sp.shtml>),

e as abordagens de moradores de rua aumentaram. Em toda cidade, há 14 veículos que rodam todas as noites a partir das 22h com equipes para tentar convencer os moradores de rua a passar a noite em abrigos. Durante o dia, a frota é de 85 vans.

Mas os assistentes sociais não podem obrigá-los a aceitar o acolhimento. Diante da recusa, eles registram os dados que conseguem obter da pessoa abordada, como nome, RG e filiação, em uma ficha que depois vai abastecer a base de dados da prefeitura.

Intervenção mais incisiva se dá apenas em casos extremos, quando a pessoa apresenta sintomas graves de saúde, como dificuldade para respirar e falta

de consciência. As equipes então são orientadas a chamar a ambulância e aguardar a equipe de saúde no local para levar a pessoa até um hospital. Nesta semana, dois moradores de rua morreram em uma madrugada gelada. Uma suspeita é que possam ter morrido por hipotermia, mas a causa somente será confirmada após perícia.

Em dias assim, abuso de drogas e álcool para minimizar a sensação de frio e fome é recorrente entre quem dorme nas ruas — e representa um agravante. O entorpecimento torna a pessoa mais suscetível a complicações de saúde porque diminui a disposição a atender a necessidades básicas.

Este é o primeiro ano em que as equipes da prefeitura saem às ruas com cobertores, garrafas de água e lanches dentro das vans para oferecer aos que recusam a acolhida, em uma tentativa de minimizar o sofrimento causado pelo frio.

Na próxima semana, as madrugadas vão continuar geladas, com mínimas de 13°C a 15°C. Há previsão de nebulosidade, o que diminui ainda mais a sensação térmica.

“Só entregamos o cobertor quando a pessoa se nega mesmo [a ir para abrigo], senão eles veem que vão poder se aquecer minimamente e se dão por satisfeitos”, diz a orientadora Simone Freitas.

Ela explica que respeita um certo limite na insistência durante a abordagem para evitar reações agressivas.

A abordagem das equipes costuma ser rápida, já que a demanda de atendimento é muito maior do que as equipes são capazes de responder.

Nas quatro horas em que a **Folha** acompanhou a equipe, foi gasto mais tempo em deslocamentos do que nas abordagens diretas às pessoas.

Antônio e Romildo só foram abordados porque as orientadoras os viram na calçada, enquanto seguiam para atender chamado de uma mulher que estava com o filho em um abrigo sem estrutura para receber famílias. Mãe e filho, então, foram levados do Parque Edu Chaves, na zona norte, para outro abrigo, na zona leste.

Antes disso, outros 18 km foram percorridos pela equipe para levar ao abrigo Michele Pereira, 32, a primeira a ser abordada na noite de terça, no terminal rodoviário Tietê. Há oito meses morando na rua, ela aceitou o acolhimento porque está há duas semanas com o braço quebrado após ser agredida.

O frio que começava a apertar no início da noite, quando foi abordada pela prefeitura, a fez aceitar seu encaminhamento para outro bairro, Aricanduva, na zona leste, para dormir em uma cama.

Com apenas uma sacola nas mãos, ela mostrou uma jaqueta de couro branca que tinha ganhado de uma passageira do terminal, quando foi indagada pelas agentes como iria se proteger do frio naquela noite caso permanecesse ali.

Michele foi levada para o único abrigo feminino que dispunha de vaga para ela naquela noite — distante a uma hora de carro de onde estava. Além do braço engessado, ela andava apoiada em uma muleta, por isso não tinha condições de subir em um beliche, como é comum nos albergues. Era uma vaga mais específica.

Ao longo do percurso, Michele não disse uma palavra, mas dava para ouvir seu choro. “Estou morrendo de dor, fui ao médico, mas ele disse que ainda não era hora de tirar o gesso”, disse, antes de entrar na van com dificuldade e ser carregada para dentro pelas assistentes sociais.

Antes de abordar Michele, assim que chegaram ao terminal rodoviário, Simone e Wenia sentiram falta de um idoso que costuma dormir no local mas nunca aceita o convite para ir ao abrigo.

De longe, avistaram outro morador de rua habitual do terminal com a coberta que elas lhe ofereceram dias antes em um outro plantão.

Na noite de terça-feira, Simone e Wenia abordaram 37 pessoas na zona norte e conseguiram acolher 28. Em toda a cidade, foram 350 encaminhamentos para abrigos.

A Secretaria de Assistência Social da gestão Bruno Covas (PSDB) nega que a estrutura a moradores de rua seja insuficiente nas madrugadas.

“Se levarmos em consideração a quantidade de chamadas recebidas e atendidas, as equipes dão conta da demanda”, diz o secretário em exercício, José Antônio de Almeida Castro. Segundo ele, na noite de terça-feira, todos os chamados foram atendidos. “Nossa cidade é enorme, tem solicitações de diversas naturezas e picos de demanda que não duram a noite toda.”

Uma vez nas ruas, as equipes recebem chamados da central da prefeitura localizada na avenida Tiradentes, no centro. Atendentes concentram as chamadas feitas para a central 156 por munícipes que flagram moradores de rua ao relento em dias de baixas temperaturas. Muitas vezes, os próprios sem-teto ligam para a central para pedir acolhimento. Segundo o secretário em exercício, as ligações são atendidas em até 15 segundos.

Foi a funcionária do terminal rodoviário da Casa Verde, por exemplo, quem acionou o serviço ao ver que Marcelo Augusto da Silva, 24, sem ter onde dormir, passaria a noite em um dos bancos de concreto do terminal na noite fria.

A funcionária disse às assistentes sociais que ela decidiu ligar para a central porque Marcelo a abordou e lhe pediu uma cama para dormir.

“Fugi de casa porque meu padrasto bateu na minha cabeça com uma barra de ferro”, explicou Marcelo, já dentro da van, sobre o motivo de estar longe da família, que mora em São Miguel, na zona leste.

“Só quero uma cama quentinha e gostosa.” Marcelo dividiu o assento na van com o encanador Romildo, abordado no meio do caminho entre o terminal rodoviário na Casa Verde e o CTA Santana. “Onde é aqui?”, perguntou Marcelo, ao ser deixado na porta do CTA.

#### ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/no-frio-de-sp-moradores-de-rua-tem-palavra-final-entre-relento-e-albergue.shtml>

## ANEXO B – PASTA GENTRIFICAÇÃO/HIGIENISMO

### cotidiano

#### Agentes de Haddad atropelam regra ao retirar de praça morador de rua

JULIANA GRAGNANI  
DE SÃO PAULO

25/08/2016 01h33

Compartilhar

601

Mais opções

Apesar de [decreto publicado há dois meses](#) que proíbe a apreensão de pertences de moradores de rua, agentes da gestão Fernando Haddad (PT) desrespeitaram as regras para esvaziar a praça Princesa Isabel, no centro de São Paulo, e garantir seu uso para um evento do Exército.

A intervenção no local, realizada na manhã de segunda (22) pela Subprefeitura da Sé com apoio da GCM (Guarda Civil Metropolitana), foi pedida pela força militar devido às celebrações do Dia do Soldado e à formatura de 2.000 cadetes na praça na manhã desta quinta (25).

A **Folha** falou com dois assistentes sociais, que não quiseram ser identificados, e ao menos dez moradores de rua que relataram confisco de itens na ação — como roupas, cobertores e documentos.

A maioria saiu de lá para dormir na cracolândia, em meio à concentração de dependentes de crack, do outro lado da avenida Rio Branco.

Praça Princesa Isabel

8 de 9

Luiz Carlos Murauskas/Folhapress



Em junho, no **auge do frio**, Haddad baixou um decreto proibindo agentes de recolherem itens pessoais de moradores de rua. Como efeito, houve **difusão de barracas** em praças, viadutos e calçadas.

A prefeitura nega ter havido desrespeito às regras, diz que já planejava a ação antes do pedido do Exército e que, com a proximidade do fim do inverno, operações de zeladoria serão intensificadas.

Os moradores de rua dizem ter sido avisados uma semana antes sobre a necessidade de sair da praça, que abriga uma estátua de Duque de Caxias, patrono do Exército.

Pelo decreto, caso os moradores não saiam voluntariamente, os abrigos podem ser removidos de dia, mas não os objetos pessoais. Havia cerca de 50 barracas na praça.

Diocrestes Figueiredo, 69, afirma que a cópia de seu RG e as fotos que tinha da sua filha e neta recém-nascida foram tomadas pelos agentes.

"Levaram minha barraca e três sacolas de roupa. Rasgaram barracas dos outros", diz Geraldo de Sousa, 30.

Artur Bonillo, morador da praça há três anos, também diz que levaram sua barraca. Marcelo de Sousa, 40, conta terem levado sua manta.

O Exército, por sua vez, distribuiu salgados e sucos para quem estava ali nas manhãs de terça (23) e quarta (24) "para que não fiquem tão contrariados de estarmos tomando espaço deles", diz Hedel Fayad, general que capitaneou a limpeza da praça.

"Ninguém vai proibi-los de ficarem lá. Mas não podem montar estruturas quase permanentes", diz Benedito Mariano, secretário de Segurança Urbana, que prevê a retomada de ações de zeladoria.



## **OUTRO LADO**

A prefeitura afirma ter seguido "rigorosamente" os procedimentos estabelecidos no decreto publicado em junho que detalha as abordagens aos moradores de rua na ação que retirou pessoas da praça Princesa Isabel (centro de São Paulo) na manhã de segunda-feira (22).

"As ações foram precedidas por abordagens da Defesa Civil e das secretarias de Saúde, Direitos Humanos e Assistência Social. Todos os moradores em situação de rua foram informados das regras do decreto e da ação de zeladoria. Não houve registro de resistência e os agentes da GCM e da Subprefeitura da Sé cumpriram rigorosamente o decreto", diz a prefeitura, em nota.

O texto ainda afirma que "não foram recolhidos pertences pessoais nem cobertores" —relato diferente do obtido pela reportagem com ao menos dez moradores de rua e dois assistentes sociais."Apenas foram desmanchadas dezenas de barracos e de cafofos, que lotaram quatro caminhões", diz.

O decreto também instituiu um grupo de monitoramento das ações de zeladoria, com membros de diferentes secretarias da prefeitura.

Segundo o secretário de Segurança Urbana, Benedito Mariano, o grupo de monitoramento está se reunindo e cumprindo sua função. "Não tinha conhecimento de que objetos pessoais e pertences foram apreendidos", diz ele. "Se houve, tem que apurar."

"Passo sempre pela praça Princesa Isabel e, de 40 dias para cá, a situação de moradores de rua na região aumentou muito."

Mariano afirma que as ações de zeladoria vão aumentar gradativamente com o fim do tempo frio na cidade e o período de adaptação às novas regras estabelecidas pelo decreto, já que houve o aumento de barracas na cidade, conforme a **Folha** revelou na semana passada.

Ele reitera que a GCM (Guarda Civil Metropolitana) apenas presta apoio às ações de zeladoria e que ela "ficou estigmatizada e marcada por coisas que não fez".

## **RECUPERAÇÃO**

Segundo Marcos Arbailman, presidente da Fundação Cultural Exército Brasileiro, a formatura dos cadetes na praça Princesa Isabel nesta quinta (25) celebra também um trabalho de recuperação daquela área.

Ele diz que militares e a Porto Seguro, que mantém a praça, lavaram o espaço com caminhões de água do Exército, limpam as luminárias e recuperaram jardins.

A fundação pretende ainda restaurar a estátua de bronze de Duque de Caxias, construir banheiros públicos e erguer torres de iluminação.

"Está limpo, cheirando bem. E o Exército vai ficar lá pelo menos no primeiro mês cuidando da praça."

"Quem somos nós para botá-los para fora? Eles consideram ali a casa deles. Só queríamos afastá-los do espaço onde vai ser realizada a formatura", diz o general Hedel Fayad, que capitaneou a limpeza da praça Princesa Isabel.

## SAIBA MAIS

Desde 18.06, as regras para a retirada de moradores de rua e seus pertences de locais públicos em ações de zeladoria urbana ficaram mais claras. Isso, porém, não quer dizer que o decreto municipal publicado naquele dia passou a ser cumprido como o planejado pela gestão Fernando Haddad (PT).

Até aquela data, e em meio a um dos invernos mais rigorosos dos últimos anos, a Prefeitura de São Paulo era duramente criticada por retirar e apreender barracas, cobertores e objetos como colchões e papelões dos sem-teto.

Em junho, ao menos cinco pessoas que dormiam nas ruas morreram em dias de baixas temperaturas. Ao tentar justificar a ação das subprefeituras, responsáveis pela retirada dos pertences dos moradores, Haddad afirmou que tentava evitar a "favelização" das praças públicas.

Barracos em São Paulo

1 de 5

Marlene Bergamo/Fotopress



Mas dois dias depois o petista recuou. "Me desculpo com as pessoas que eventualmente tenham levado a mal", afirmou na ocasião. Dois dias depois o decreto foi publicado no "Diário Oficial da Cidade".

O texto que segue valendo estabeleceu e reforçou regras para abordagem de moradores de rua. Entre outros pontos, fixou que itens como barracas (à noite), papelões e colchões não podem ser apreendidos.

Objetos que caracterizem "estabelecimento permanente em local público", no entanto, podem ser retirados durante o dia.

O problema é que a "lei do frio" causou receio e irritou servidores e GCMs — que passaram a temer possíveis punições administrativas às ações de zeladoria.

Desde então, barracas passaram a ocupar praças e calçadas no centro da cidade 24 horas por dia.

Colaborou **EMILIO SANT'ANNA**

## cotidiano

### Marginais sob Doria têm acidentes em alta e ambulante 'fixo' nas vias

Risco nas marginais

1 de 6

Joel Silva/Folhapress



ARTUR RODRIGUES  
MARIANA ZYLBERKAN  
DE SÃO PAULO

07/05/2017 02h00

Dias antes de assumir a Prefeitura de São Paulo, João Doria (PSDB) anunciou aquilo que seria o Marginal Segura, programa ancorado no aumento das velocidades máximas permitidas nas vias Tietê e Pinheiros e em uma série de ações para ampliar a segurança de pedestres, motociclistas, motoristas e passageiros.

O programa entrou em vigor no final de janeiro. Desde então, cresceram os atropelamentos, acidentes com motos, carros e caminhões, além do total de vítimas. Enquanto isso, boa parte das prometidas ações de segurança no trânsito não saiu do papel.

Nos dois primeiros meses depois do aumento das velocidades, segundo dados da Polícia Militar, houve aumento de 51% nos acidentes com vítimas nas marginais em relação a fevereiro e março do ano passado, quando os limites ainda eram de 50 km/h na pista local, 60 km/h na central e 70 km/h na expressa.

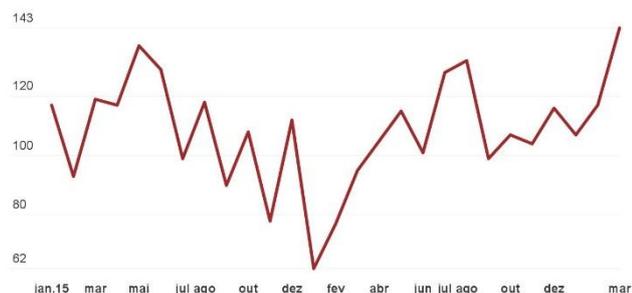
Esses limites estavam em vigor desde julho de 2015, sob Fernando Haddad (PT), mas foram alterados no dia 25 de janeiro, quando Doria cumpriu promessa de campanha e subiu as máximas para 60 km/h (local), 70 km/h (central) e 90 km/h (expressa).

Sob esses novos limites, as marginais bateram um recorde em março: 143 acidentes com vítimas, maior número mensal desde janeiro de 2015, quando começou a série histórica da estatística da PM.

Não há, por ora, dado oficial tanto do governo do Estado quanto da prefeitura que mostre a velocidade dos veículos envolvidos em cada um desses acidentes. No primeiro trimestre, 57% dos acidentes com vítimas nas marginais foram colisões traseiras.

### PERIGO NAS MARGINAIS

Total de acidentes na Tietê e na Pinheiros, por mês



20.jul.2015 - Haddad reduz as velocidades  
25.jan.2017 - Doria aumenta as velocidades

Fonte: Polícia Militar de SP  
Confira mais infográficos da [Folha](#)

### AMBULANTES

Nas duas últimas semanas, a **Folha** circulou em diferentes horários ao longo dos 47 km das marginais e constatou que importantes medidas anunciadas por Doria como contrapartidas para elevar as velocidades não foi realizada.

Já a gestão tucana afirma ter cumprido as promessas e anunciou na sexta (5) um mutirão com ações de zeladoria nessas vias neste sábado (6).

Continuam na Tietê e na Pinheiros os ambulantes que circulam entre os carros nos horários de pico e os moradores de rua que se instalam nos canteiros, assim como favelas que vão quase até a pista.

A promessa de Doria é retirá-los das marginais, por agravarem os riscos de acidentes.

"Os 'noias' ficam muito loucos de madrugada e se atiram em cima dos carros", diz Paulo Santos, 42, camelô que vende salgadinhos na pista de uma das alças que dá acesso à ponte Aricanduva, na zona leste. Segundo ele, um viciado foi atropelado recentemente por um caminhão naquela altura da marginal Tietê.

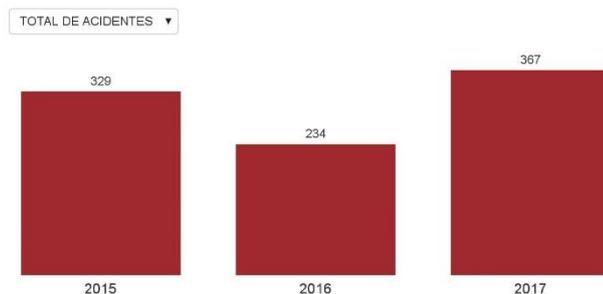
Do outro lado da cidade, na pista da Pinheiros, ambulantes circulam com cabos de celular no ombro no meio da via. Debaixo de um guarda-sol armado no asfalto, um deles aguarda sentado a clientela, ao lado de uma caixa de isopor com água e refrigerante.

A reportagem encontrou concentrações de moradores de rua em ao menos 11 pontos das marginais, além de favelas inteiras crescendo nas calçadas da via. Alguns barracos ficam rente à pista, como na região de Pinheiros.

## ANTES E DEPOIS

Após mudança de Dória, quase todos os índices de acidente voltaram a subir

### Acidentes nas marginais em fevereiro e março



Fonte: Polícia Militar de SP  
Confira mais infográficos da [Folha](#)

Famílias que vivem lá dizem ter sido abordadas por agentes da prefeitura no início do ano e que esses ofereceram ajuda de custo caso se retirassem de lá. O benefício, porém, não foi pago, e elas permanecem no mesmo local.

Morador há 17 anos de um barraco em uma calçada da marginal, o marceneiro Cícero Martins, 36, vende casinhas de cachorro feitas a base de pallets – produzidas ali mesmo. Ele conta que a prefeitura prometeu espaço em um galpão para trabalhar.

"Disseram que não me queriam trabalhando na beira da marginal, mas acho que esqueceram, porque nunca mais voltaram", afirma o marceneiro, que se animou com a oferta do espaço, mas não pensa em se mudar. "Aqui é uma maravilha para morar, me sinto seguro."

Para os pedestres, a situação também pouco mudou.

A prefeitura fez apresentação que mostrava gradis para evitar que as pessoas atravessassem as transversais próximas às esquinas com as marginais, sinalização avisando a presença de pedestres e lombofaixas, mas a maioria dos cruzamentos permanece como antes.

Em alguns acessos às marginais, os pedestres não encontram nem mesmo uma faixa para a travessia.

A gestão Dória também prometeu a instalação de pontos de parada para ciclistas, que ainda não foram feitos.

Para Figueira, consultor em mobilidade e mestre em engenharia pela USP, a gestão Dória deveria ter feito todas as melhorias prometidas, analisar os resultados por meses e só depois avaliar se mexeria na velocidade. "A gente está mutilando, machucando mais pessoas, em nome de ganhar quase nada."

O presidente da comissão de trânsito da OAB, Maurício Januzzi, diz que a elevação ou a redução dos limites deveria ocorrer com base em dados de acidentes por um período mínimo de seis meses. "A decisão deveria ter sido tomada com respaldo de números."

### **Marginal Segura**

Situação do programa de Doria, que começou em 2.jan

### **PESSOAS EM RISCO**

#### > Retirada de ambulantes - **Pendente**

Eles permanecem em vários trechos das vias

#### > Retirada de moradores de rua - **Pendente**

Há ao menos 11 concentrações de sem-teto

#### > Remoção de famílias que moram em favelas à beira das vias - **Pendente**

Famílias dizem que foram cadastradas, mas permanecem no local

### **PARA PEDESTRE E CICLISTAS**

#### > Lombofaixas - **Cumprido**

A maioria das alças têm lombofaixas, mas os demais acessos não têm

#### > Gradis nas esquinas - **Pendente**

Prefeitura diz que pintou diversas faixas e colocou 65 m de gradis, mas a maioria dos cruzamentos continua sem sinalização e proteção a pedestres

#### > Bike stops (paradas com manutenção e vestiários) - **Pendente**

Não foram localizados

### **PARA VEÍCULOS**

#### > Aumento das velocidades - **Cumprido**

Os limites subiram no dia 25 de janeiro deste ano

#### > Painéis eletrônicos - **Cumprido**

A prefeitura afirmou que implantou 47

#### > Placas de velocidade - **Cumprido**

Novos limites estão sinalizados ao longo de toda a via

#### > Placas indicando circulação de pessoas - **Pendente**

São raras nas marginais

### **AS MOTOS**

As primeiras mortes nas marginais depois do aumento dos limites de velocidade levaram Doria e seus auxiliares a focar as atenções e justificativas nos motoqueiros –que representam os cinco mortos nessas vias em fevereiro e março.

Resultado disso foram declarações públicas nesse sentido e anúncio de medidas para conter esses acidentes.

Por exemplo, a proibição de motos na pista central da Tietê durante a madrugada a partir do próximo sábado (13) –elas já são proibidas na expressa– a previsão de aplicar multas em motociclistas a partir de imagens de câmeras.

Dados da Polícia Militar, porém, mostram avanço de acidentes com vítimas em todas as demais categorias. Em fevereiro e março, em relação ao mesmos meses do ano passado, houve crescimento nas colisões com vítimas envolvendo motos (60%), carros (10%) e caminhões (108%), além de mais atropelamentos (300%).

No caso dos caminhões, cujos acidentes com vítimas passaram de 12 para 25 nesse intervalo, técnicos explicam que, por causa do tamanho, eles acumulam mais pontos cegos e, muitas vezes, atingem motos sem perceberem.

Já os atropelamentos, de dois para oito casos, fizeram ligar um alerta da PM. "Acendeu a luz amarela. Vamos ter que acompanhar", diz Marcos Rogério da Cunha, capitão e chefe do policiamento de trânsito nas marginais.

Os dados da PM obtidos pela **Folha** são os únicos até agora que permitem uma comparação do número de acidentes antes e depois do aumento da velocidade –nessa base, no entanto, não está analisado se a causa está ou não ligada às novas máximas nessas pistas.

As estatísticas oficiais da prefeitura são divulgadas anualmente, por meio de balanços da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego).

Para Sérgio Ejzenberg, engenheiro e mestre em transportes pela USP, as novas velocidades influenciaram nesse aumento das estatísticas.

"Velocidade maior é compatível no limite da segurança. Não pode aumentar a mobilidade ao custo de vidas. É uma equação inaceitável."

Pelo levantamento da PM, 57% das ocorrências nos três primeiros meses deste ano nas marginais foram em colisões traseiras, condição que pode indicar a influência da velocidade nos acidentes. Na prática, quanto maior a velocidade, maior a distância necessária para um veículo parar.

"Na marginal, a quantidade de faixas é variável, gerando reduções de velocidades, em uma via com limite rodoviário [de 90 km/h]", afirma Ejzenberg, para quem as paradas repentinas podem causar essas batidas.

#### **FATOR DE RISCO**

Uma campanha lançada neste mês pelo Detran, órgão de trânsito ligado ao governo Geraldo Alckmin (PSDB), destaca a influência da velocidade "entre os principais fatores de risco no trânsito".

"A OMS [Organização Mundial da Saúde] estima que um aumento de 5% na velocidade média amplia em cerca de 10% os acidentes envolvendo lesões e de 20% a 30% as colisões fatais", afirma a divulgação da campanha do órgão.

O Detran diz que os riscos de um pedestre adulto morrer se atingido por um carro a menos de 50 km/h é de 20%. "Porém a chance de letalidade sobe para 60% se a pessoa for atropelada a 80 km/h."

O capitão Cunha, da PM, considera ainda ser cedo para atribuir a alta dos acidentes nas marginais Pinheiros e Tietê à mudança dos limites.

"A velocidade é um fator que influencia as ocorrências, mas a imprudência dos motoristas ainda é predominante."

Ele cita que 27% das autuações aplicadas a caminhoneiros nas duas marginais foram por mau estado de conservação do veículo, como trafegar com pneu liso.

O presidente da comissão de trânsito da OAB-SP, Maurício Januzzi, cita a ineficiência da fiscalização como fator para acidentes com motos.

Segundo a prefeitura, há 14 radares-pistola usados nas marginais por agentes de trânsito para multar motos. "Essa quantidade é pouca e deixa brechas", diz Januzzi.

O consultor de trânsito Flávio Fichmann diz que os radares-pistola não são capazes de flagrar excesso de velocidade à noite porque usam um sistema por imagem.

"Seria necessário habilitar os radares fixos para multar as motos nos corredores e realizar mais blitzes."

## **PROMESSAS**

A gestão João Doria (PSDB) diz ter cumprido todas as principais promessas para a melhoria nas marginais antes da mudança nos limites.

"O programa Marginal Segura vai muito além da readequação da velocidade e foi responsável pela realização de uma série de ações para segurança, sinalização e educação no trânsito", afirma nota enviada pela prefeitura.

Entre as medidas elencadas pela gestão está um aumento de 67% no contingente de agentes de trânsito, que passaram de 45 para 75 por turno. Na área de sinalização, a prefeitura afirma ter implantado 900 placas e 47 painéis eletrônicos nas vias.

A gestão Doria afirma ter cumprido a promessa de colocação de gradis, que se resumiu à recuperação de um trecho no Parque do Povo/Ponte Cidade Jardim, além de outro próximo ao shopping SP Marketing.

Em relação aos moradores de rua, a administração afirma que equipes de assistência social atuam diariamente no local. As pessoas não são obrigadas a aceitar encaminhamentos para os 83 albergues da cidade, diz a nota.

A gestão afirma também que vem fazendo combate à presença de camelôs, por meio de um efetivo de 19 guarda municipais. "Desde a implantação do Programa Marginal Segura, foram realizadas 504 ações da GCM com um total de 23.491 itens apreendidos, além de 250 apreensões de bebidas alcoólicas", diz.

A prefeitura questiona os dados da Polícia Militar e a utilização de fevereiro e março como base de comparação.

"O estudo trata de ocorrências operacionais da PM na região e leva em consideração também acidentes nas alças de acesso e nas pontes que compõem o complexo viário das marginais, locais onde não houve alteração nos limites de velocidade", afirma a administração Doria.

Segundo a nota, mesmo utilizando os dados da polícia, "88% dos acidentes (288) envolveram motos, sendo que 45% (158) ocorreram na pista expressa, onde é proibida a circulação de motocicletas".

A gestão indica como alternativa mais correta o uso de dados anuais pelos quais "é possível traçar um cenário mais completo" e os consolidados pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego).

## Morador de rua é alvo de jato d'água em limpeza da prefeitura na cracolândia

13.mar.2018 às 19h54

 EDIÇÃO IMPRESSA ([//www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/03/14/](http://www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/03/14/))

**Thiago Amâncio**

**SÃO PAULO**



Agente de limpeza lança jato d'água sobre morador de rua na cracolândia - TV Globo/Reproducao

Um morador de rua foi alvo de forte jato d'água na manhã desta terça (13) na cracolândia, no centro de São Paulo, lançado por agente responsável pela limpeza rotineira da área a serviço da Prefeitura de São Paulo, sob a gestão João Doria (PSDB).

A ação agressiva para forçar a retirada do homem sentado na calçada foi exibida pela TV Globo.

O vídeo mostra que ele tenta se proteger com um cobertor do jato d'água, lançado por pelo menos 15 segundos em sua direção, até que duas assistentes sociais avançam para interromper a ação —registrada na alameda Cleveland, por volta das 9h.

O episódio ocorreu durante operação de limpeza da região (são três a quatro por dia), que é feita com jatos d'água e é um dos principais instrumentos da gestão Doria para impedir que usuários de droga fixem barracas no local.

À **Folha**, o secretário de Prefeituras Regionais, Cláudio Carvalho, chamou a ação de lamentável e disse que já identificou o morador de rua —que, segundo ele, não aceitou ser acolhido em equipamentos da prefeitura.

Carvalho disse que multou a empresa contratada, a Inova, em R\$ 1.650 (valor contratual para infração grave) e pediu a demissão do agente.

A Inova disse que “infelizmente o colaborador tomou uma decisão equivocada ao efetuar a limpeza de dejetos humanos que se encontravam ao lado do morador”.

Segundo a empresa, o funcionário afirmou ter recebido anuência do morador de rua para a retirada dos dejetos sem precisar sair do local, mas que ele será desligado.

A Inova também diz seguir “protocolo de limpeza com apoio diário da GCM (Guarda Civil Metropolitana) e acompanhamento de equipe de Assistência Social, não havendo qualquer menção de irregularidade nesta operação”.

O defensor público Carlos Weis disse que acionará a prefeitura para que dê à vítima assistência médica e indenização por danos morais e materiais.

“Temos que ter calma, temos que avaliar o que tem que ser feito”, disse Carvalho.

Com a condição de não serem identificados, funcionários da prefeitura e do estado afirmaram que já viram ações similares em outras ocasiões.

A gestão Doria nega. “Pelo contrário, nós repudiamos e não toleraremos e não toleramos qualquer atitude como a ocorrida hoje [terça]”, disse Carvalho. “É inadmissível.”

### **'NÃO VAMOS PERMITIR'**

Em julho, reportagem da rádio CBN relatou que pessoas que dormiam na praça da Sé foram acordadas sob jato d'água às 7h após uma das madrugadas mais frias do ano. A informação foi confirmada à **Folha** por moradores da região (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902707-com-frio-recorde-moradores-de-rua-reclamam-de-jato-de-agua-sob-doria.shtml>).

À época, a prefeitura negou o ato e chamou a reportagem de “deturpada” e de “má-fé”.

“Não houve nenhum esguicho d'água em nenhum morador de rua na cidade de São Paulo. Não houve e não haverá, nós não vamos permitir que isso aconteça nem por equipes da prefeitura, nem por equipes terceirizadas”, disse Doria na ocasião.

Nesta terça, Carvalho disse que o atual caso “é muito diferente do do ano passado, que não tinha comprovação”, e que “não tivemos nenhum episódio na nossa gestão” como o da manhã desta terça.

O padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua, disse que esse tipo de ação tem sido constante. “A nossa preocupação é o recrudescimento e aumento da violência nessas operações. A gente está entrando numa escalada de violência grande.”

A prefeitura tem fechado o cerco na região, interrompendo serviços do Braços Abertos, programa anticrack da gestão Haddad (PT). No fim deste mês, a atual gestão vai cortar a bolsa (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/doria->

[encerra-bolsa-varricao-criada-por-haddad-na-cracolandia.shtml](#)) dos 262 usuários de droga que recebem R\$ 500 por mês em troca de dias trabalhados em serviços como varrição de ruas.

Desde janeiro também fecha os hotéis que fazem parte do programa (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1953572-gestao-doria-fecha-hotel-de-programa-de-combate-ao-crack-de-haddad.shtml>), sob justificativa de que não apresentam condições de habitação — os moradores desses hotéis são encaminhados para Centros Temporários de Acolhida.

Moradores e trabalhadores da região dizem que há um clima diário de tensão (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/1954861-agora-reduzida-cracolandia-tem-conflitos-diarios-no-centro-de-sp.shtml>), com recorrentes lançamentos de bombas pela polícia e ataques com pedras e tijolos pelos viciados.

Usuários e agentes de saúde dizem ter uma espécie de “operação sufoco”, para cansar usuários e fazê-los sair de lá, o que a prefeitura nega. As confusões pioram à medida que se aproxima a data de entrega de prédios da parceria público privada da habitação, a partir de abril. São 1.202 apartamentos no complexo Júlio Prestes, nas imediações da cracolândia, a dois quarteirões de onde ocorreu a ação desta terça.

#### ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/morador-de-rua-e-alvo-de-jato-dagua-em-limpeza-da-prefeitura-na-cracolandia.shtml>

## ANEXO C – PASTA “GUERRA ÀS DROGAS”

### cotidiano

#### Polícia faz operação contra tráfico na cracolândia e mira grupo de sem-teto



ROGÉRIO PAGNAN  
ARTUR RODRIGUES  
PAULO GOMES  
FABIANO MAISONNAVE  
DE SÃO PAULO

05/08/2016 09h17 - Atualizado às 15h48

Compartilhar

2,9 mil

Mais opções

A polícia de São Paulo realizou na manhã desta sexta-feira (5) uma grande operação de combate ao tráfico de drogas em dois pontos do centro de São Paulo, com a participação de 500 policiais civis e militares. A ação teve dois focos, um na cracolândia e outro no Cine Marrocos. Ao menos 32 pessoas foram detidas, segundo a polícia.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), afirmou que [desconhecia a operação da polícia](#) e fez duras críticas ao MST'S (Movimento Sem-Teto de São Paulo). Para ele, os líderes do movimento exploravam os moradores.

#### OPERAÇÃO POLICIAL

Na cracolândia, pouco antes da ação desta sexta começar, os moradores perceberam a presença das tropas policiais montando a sua formação no entorno e começaram a recolher seus pertences. "Não corre! Não corre! E a polícia, sem correr", gritavam alguns moradores. "Sem repressão", disse um viciado, que levantava os braços para a tropa de choque em formação.

A operação policial começou por volta das 8h30, logo depois das equipes de limpeza da prefeitura realizarem a lavagem das ruas com jatos d'água na região da cracolândia. Policiais militares da Tropa de Choque cercaram todo o quarteirão.

Para dispersar os usuários de drogas, policiais da Tropa de Choque atiraram jatos d'água com um veículo blindado e dispararam balas de borracha e bombas de gás. Houve corre-corre e gritaria –alguns poucos usuários de drogas permaneceram dormindo no chão. Os moradores de rua se espalharam pelas ruas paralelas da cracolândia e alguns chegaram até a praça Princesa Isabel.



### **REUNIÃO**

Representantes do movimento foram recebidos por membros da gestão municipal, entre eles o secretário de governo Julio Semeghini. Conforme a ata do encontro, a prefeitura formará comissão para buscar soluções negociadas e pacíficas nos casos de reintegração de posse, assim como nos casos iminentes de despejo.

Sobre o decreto a respeito dos pertences dos moradores de rua, a prefeitura "garante que não serão violados nenhum dos direitos que foram conquistados em lutas anteriores pelos coletivos da população em situação de rua".

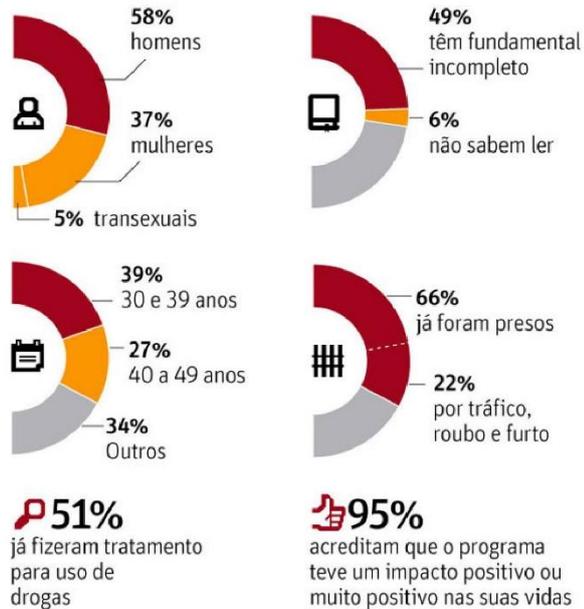
Ficou ainda estabelecida a continuidade nos compromissos dos editais Cohab/FDS e a prefeitura se comprometeu a agilizar as aprovações no licenciamento de projetos de habitação de interesse social – haverá reunião na quinta-feira (2) para discutir as ocupações Copa do Povo, Vila Nova Palestina, Faixa de Gaza e Esperança Vermelha.

A prefeitura também reiterou o compromisso de manter o programa Casa da Família.

## PROGRAMAS SOCIAIS NA REGIÃO

	Atendimentos	O que oferece
<b>De Braços Abertos</b>	Implantado em jan.2014 pela prefeitura, já atendeu 928 pessoas; 46% delas não estão mais no projeto	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Moradia em hotéis</li> <li>&gt; 3 refeições por dia</li> <li>&gt; Apoio no tratamento contra dependência</li> <li>&gt; Profissionalização</li> <li>&gt; Emprego</li> </ul>
<b>Recomeço</b>	Desde jan.2013, quando o governo do Estado introduziu o programa, atendeu 31.966 dependentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Acesso a tratamento</li> <li>&gt; Internação, se preciso</li> <li>&gt; Encaminhamento a capacitação e recolocação profissional</li> </ul>

### BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS\*



\*Pesquisa feita com 80 usuários Fonte: Plataforma Brasileira de Política de Drogas/Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

## REPÓRTER DETIDA

Durante a operação, a jornalista Daniella Laso, da rádio CBN, foi temporariamente detida e teve seu celular apreendido por dois policiais. Em entrevista à rádio, Laso contou que estava filmando a operação quando foi abordada. As imagens feitas pela repórter foram apagadas.

Laso disse que começou a gravar imagens com o celular quando os PMs jogaram bombas de gás em moradores de rua que atiravam pedras contra os agentes. "Um policial chegou abordando o motorista e disse, com violência, para ele sair dali."

A repórter afirmou que ela e o motorista que a acompanhava usavam crachás de identificação de imprensa, e que o carro da empresa também era policial abriu a minha porta e pegou o meu celular. O policial ficou muito nervoso e disse que ele iria me algemar e me jogar no chão, e que iria me retirar do carro para poder fazer uma abordagem."

Após sair do carro, Laso teve seus documentos apreendidos, foi revistada por uma policial e avisada que seria levada à delegacia para ser enquadrada por desobediência. Após meia hora, os agentes a liberaram ainda no local e devolveram o aparelho celular, mas as imagens haviam sido apagadas.

Em nota, a CBN afirmou estar perplexa com a ação e que repudia veementemente qualquer tentativa de impedir o trabalho da imprensa. A Secretaria de Segurança Pública ainda não se manifestou sobre o ocorrido.

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) também divulgou uma nota de repúdio e solicitou às autoridades uma apuração rigorosa do ocorrido e a punição dos responsáveis.

"Qualquer tentativa de impedir que profissionais da imprensa exerçam seu trabalho deve ser condenada em respeito à liberdade de expressão e ao direito da sociedade à informação" diz a nota.

Cracolândia

13 de 18

Joel Silva - 9 Jun 2015/Folhapress



## INVESTIGAÇÃO

A partir da investigação feita nos últimos meses, a suspeita da polícia é que pessoas alvo da operação atuem em sintonia com a facção criminosa PCC. O grupo alvo da operação, segundo investigadores do Denarc, é um dos quatro grandes mapeados na cracolândia, todos ligados ao PCC, e responsável pelo comércio de 100 kg a 150 kg de crack por mês na região.

Com base em interceptações telefônicas feitas com autorização da Justiça, a polícia suspeita da vinculação do MSTS no suporte logístico da facção e do comércio de drogas na cracolândia. O grupo, criado em 2012 a partir de um racha em grupos sem-teto, também é investigado sob suspeita de extorquir famílias sem moradia.

O movimento foi responsável pela invasão do antigo "Cine Marrocos" em 2013. A suspeita do Denarc é de que os últimos andares do imóvel serviria para realização de reuniões do crime organizado, assim com uma hospedaria da rua Dino Bueno, no chamado "fluxo" da cracolândia (onde os usuários de drogas se concentram).

Nos últimos dias, outras seis pessoas já haviam sido presas, e uma delas aceitou ajudar os policiais para apontar os chefes do tráfico e os códigos usados por eles nos telefonemas. Entre os alvos de mandado de prisão estão Robinson Nascimento dos Santos, coordenador-geral do MSTS, Lindalva Silva, vice-presidente do movimento, além do secretário-geral, Wladimir Ribeiro Brito, e da tesoureira, Elenice Tatiane Alves.

## CINE MARROCOS

Dezenas de policiais do Choque e da Polícia Civil tomaram o antigo Cine Marrocos, na região central de São Paulo, por volta das 8h30 desta sexta-feira (5), em operação contra o tráfico de drogas.

Os dez primeiros andares do Cine Marrocos abrigam cerca de 300 famílias, que são obrigadas a pagar R\$ 200 mensais ao grupo, como revelou a Folha em outubro de 2015. A investigação suspeita que esse dinheiro também era utilizado para compra de droga.

Sem-teto cobram taxa de moradores em invasão em SP

6 de 12

Avener Prado/Folhapress



## Operações e tumultos na cracolândia

A cracolândia já foi alvo de uma série de operações das gestões Geraldo Alckmin (PSDB) e Fernando Haddad (PT) nos últimos anos, mas que não conseguiram impedir a concentração de usuários de crack e a presença dominante do tráfico.

Na região, Estado e prefeitura desenvolvem programas diferentes voltados aos dependentes. O programa Braços Abertos, criado em 2014 pela gestão Haddad, é baseado na redução de danos. O dependente é incentivado, pela oferta de emprego e renda, a diminuir o uso de drogas, sem necessidade de internação. O Recomeço, instituído por Alckmin em 2013, trabalha a saída do vício com tratamentos que incluem isolamento em hospitais e comunidades terapêuticas.

A última grande operação na região, em abril de 2015, transformou o centro em uma praça de guerra e deixou dois usuários e um PM ferido. Houve bombas de gás, barricadas de fogo, furtos a pedestres e depredação de ônibus.

A ação **desastrosa** foi resultado de uma desarticulação entre prefeitura e Estado. O então secretário estadual da Segurança Pública, Alexandre de Moraes, dizia não ter sido avisado da iniciativa da prefeitura para desmontar a "favelinha" e atribuía os problemas na região a uma questão social, e não policial.

Já Haddad falava que as ações estavam coordenadas e que cabia à polícia a repressão ao tráfico de drogas. À época, a prefeitura comemorou os resultados, dizendo que dependentes haviam deixado a região ou aderido ao programa Braços Abertos.

Dois dias depois, no entanto, a **aglomeração de usuários migrou para a quadra ao lado**. Na primeira semana, o fluxo chegou a mudar três vezes de lugar. Em agosto, a "favelinha" – desta vez com guarda-sóis além dos barracos com sacos pretos, para esconder o tráfico e o uso dos cachimbos – também voltou.

### CRONOLOGIA

**Jan.2012** PMS fazem operações nas ruas e desocupam imóveis abandonados que eram usados por usuários, usando inclusive bombas de gás. Dependentes que se concentravam na rua Helvétia dispersam para outros pontos da região central

**15.jan.2014** Assistentes sociais e funcionários de limpeza da prefeitura retiram usuários de drogas e limpam a rua ocupada por usuários. Segundo a prefeitura, 300 pessoas foram cadastradas no programa Braços Abertos. O tráfico na região, porém, persistiu

**23.jan.2014** Três policiais civis à paisana vão ao local para prender um traficante e usuários reagem com paus e pedras. A confusão aumentou com chegada de reforços e dois quarteirões foram isolados. O tumulto terminou com cerca de 30 detidos

**11.mar.2014** Frequentadores da região jogam pedras contra guardas da GCM depois da prisão de duas mulheres flagradas por câmeras de monitoramento vendendo drogas na região

**27.mar.2014** Depois de três pessoas serem presas por tráfico de drogas, segundo a PM, um grupo de usuários depreda quatro carros da polícia com pedras e paus. Polícia revida com bombas

**18.set.2014** Policiais militares atiram bombas contra usuários de crack após dependentes jogarem pedras em guardas-civis e funcionários da prefeitura que faziam limpeza na região

**6.dez.2014**

Durante embate com usuários, pelo menos cinco veículos da GCM (Guarda Civil Metropolitana), segundo a prefeitura, são depredados por dependentes de crack

**29.abr.2015** Uma operação desarticulada e desastrosa da prefeitura e do governo do Estado para desmontar a cracklândia transforma o centro em uma praça de guerra, com bombas de gás, barricadas de fogo, furtos a pedestres e depredação de ônibus. Dois dias depois, fluxo retornou à quadra ao lado



## cotidiano

### Antiga cracolândia agora se espalha por 23 pontos, do Minhocão à Paulista



Giovanni Bello/Folhapress

Ex-frequentadores da cracolândia que migraram para debaixo do Minhocão, no centro

ARTUR RODRIGUES  
LEANDRO MACHADO  
PAULO GOMES  
MARIANA ZYLBERKAN  
DE SÃO PAULO

26/05/2017 02h00

Compartilhar

52 mil

Mais opções

Cinco dias após uma [operação policial na cracolândia](#) do centro de São Paulo, [usuários de drogas se espalharam pela região](#) e já se concentram em pontos como a avenida Paulista e embaixo do elevador João Goulart, conhecido como Minhocão.

As áreas – 23 no total – foram mapeadas pela GCM (Guarda Civil Metropolitana), comandada pela gestão do prefeito [João Doria](#) (PSDB). Os agentes acompanham a movimentação de egressos do antigo "fluxo" – como são conhecidos pontos com consumo e tráfico a céu aberto.

Desde domingo (21), quando uma ação do governo do Estado prendeu traficantes e desobstruiu vias da área, os dependentes vêm se movimentando também por outros bairros do entorno, como Barra Funda e Liberdade. A maior parte deles, no entanto, apenas atravessou a avenida Rio Branco e se instalou a menos de 400 metros, criando uma [nova cracolândia](#) na praça Princesa Isabel.

Pelo relatório da GCM, os usuários tendem a se concentrar nessas áreas à noite.

Na avenida Paulista, havia 20 usuários na madrugada de quinta. Na praça Roosevelt, 30. Comerciantes e moradores dessas áreas reclamaram do aumento da população de rua após a operação policial.

Na rua Apa, em Campos Elíseos, lojistas fecharam as portas depois que 40 pessoas passaram a ocupar a via na terça. A área já reunia dependentes, mas esse número cresceu.

A ação policial de domingo não teve acompanhamento imediato de ações prometidas por Doria. Os dependentes, por exemplo, não estão todos cadastrados nem os centros de acolhimentos foram finalizados, o que contribuiu para a dispersão deles pelas ruas e fez a prefeitura apressar ações que já deveriam estar prontas.

Para o secretário municipal de Saúde, Wilson Pollara, esse espalhamento ajudou na abordagem dos agentes de saúde. Ele disse nesta quinta (25) que não soube com antecedência que a operação seria feita na cracolândia pela polícia, da gestão Alckmin. "A ação policial foi feita sob sigilo, não tivemos nenhum tipo de informação."

Ações atabalhoadas, discursos dissonantes e dependentes sem atendimento provocaram a maior crise da gestão Doria. Um efeito dela foi a queda da secretária de Direitos Humanos. Patrícia Bezerra entregou o cargo após chamar de "desastrosa" a operação na cracolândia. O secretário de Relações Institucionais, Milton Flávio, assumiu a pasta interinamente. Ele foi atingido por um pedaço de mexerica nesta quinta quando dava entrevista a jornalistas.

#### Nova cracolândia

13 de 13

Bruno Santos/Folhapress



#### DISPERSÃO

Uma mulher usando calça e blusa surradas caminha pela avenida Duque de Caxias, no centro de São Paulo. No meio da calçada, um homem com roupas sujas dorme tranquilamente por volta das 11h desta quinta-feira (25).

Um cachimbo de metal está saindo do bolso do homem. A mulher então se abaixa e furta o cachimbo do rapaz. Pega um isqueiro e começa a fumar os restos de crack no objeto. Ela caminha e vai até a região da Santa Cecília, embaixo do Minhocão.

A cena foi flagrada pela **Folha**. Ali, sob o viaduto, o fluxo de usuários de crack aumentou, segundo relatório da Guarda Civil Metropolitana que aponta 23 áreas, entre elas a região da avenida Paulista, com maior concentração de dependentes após a ação policial da cracolândia. A prisão de traficantes e a desobstrução de vias não vieram com boa parte das ações sociais e de saúde prometidas pela gestão Doria.

Também nesta quinta, na praça Marechal Deodoro, Cássio, 20, pedia R\$ 1 para comprar o almoço no restaurante popular Bom Prato. "Às vezes, aparece um pessoal de saúde. Mas o que aparece mais é guarda para tirar nossas coisas", disse o usuário. O ponto já era abrigo para moradores de rua, mas nos últimos dias a situação piorou, dizem comerciantes.

Na praça ao lado, a Olavo Bilac, uma barraquinha foi montada na noite de quarta (24). "Cheguei, e a barraca estava aí. Eles [dependentes] ficam circulando durante o dia. À noite, ficam mais reunidos, dormindo na praça", contou Valdir Andrade, 62, dono de uma banca de jornal.

A alguns metros dali, na rua Apa, três usuários de crack compartilhavam dois cachimbos para fumar a pedra. Um deles disse que foi abordado por funcionários da prefeitura. A via sempre foi ponto de pessoas em situação de rua, pois existe ali um centro de acolhida. No entanto, nos últimos dias, a situação se agravou. Paulo Antero, 46, conta que na terça precisou fechar sua venda de alimentos uma hora mais cedo, às 17h.

"Até então nunca tive problemas com ninguém, eles ficam entre eles. Mas na terça chegaram uns 40. A rua ficou fechada. Todos os lojistas ficaram receosos e fecharam."

#### **ATROPELO**

"Há relatos de moradores e comerciantes na rua dos Gusmões, e na do Triunfo, que também começam a dar sinais de estresse com toda essa situação. O problema é visível na rua das Palmeiras, embaixo do Minhocão, na rua Apa", afirma Fábio Fortes, membro do Conseg (conselho de segurança) da Santa Cecília e Campos Eliseos.

"O que a gente observou é que no tão aclamado planejamento algo parece que ficou no atropelo. Nós aprovamos a iniciativa, mas estamos sentindo o desconforto."

A gestão Doria diz que a dispersão já era esperada e que ela facilita a abordagem de agentes sociais e de saúde. "Eles [dependentes] estavam em uma região de difícil acesso [antiga cracolândia]. Hoje, temos mais acesso [às pessoas]. A operação facilitou porque, numa situação de encastelamento, protegidos pelo tráfico, era mais difícil", disse Wilson Pollara, secretário municipal da Saúde.

#### **ALGUNS ERROS**

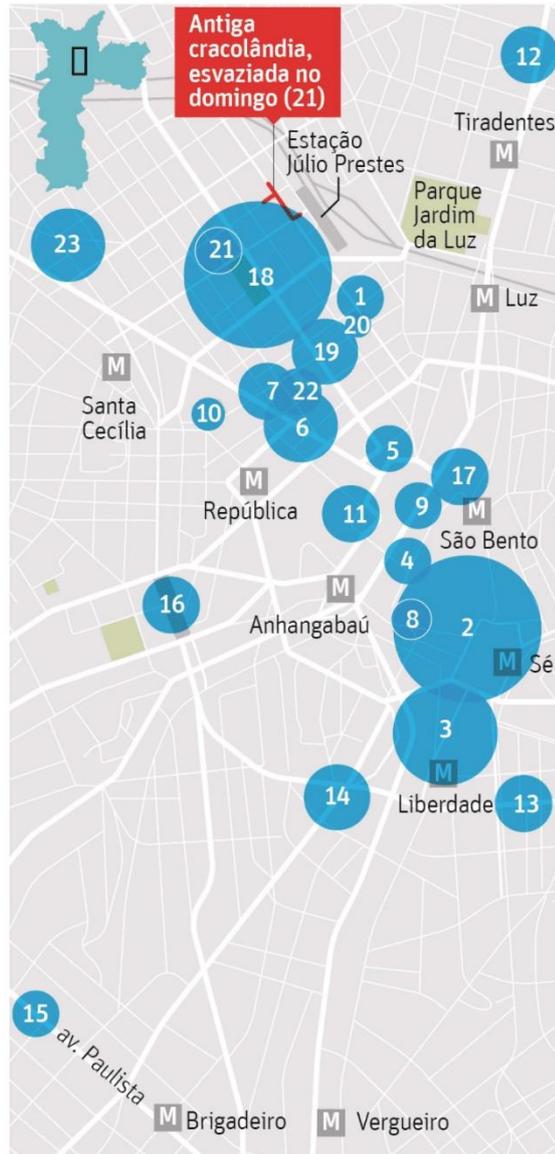
Já o prefeito admitiu que pode haver "alguns erros e ajustes necessários" na operação na cracolândia.

Para ele, a área, "fisicamente", se resumia a prédios que eram usados por uma facção criminosa para distribuição frequente de entorpecentes. "Isso acabou, não tem mais. Outra coisa é a existência de dependentes químicos, são cerca de 400, estão ainda nesta região. E é exatamente o objeto da preocupação assistencial e medicinal", disse Doria.

Já Máximo Alves, secretário estadual da Segurança Pública do governo Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou que não estão mais programadas ações policiais como a do último domingo. "O nosso propósito era acabar com aquele comércio absurdo de entorpecentes."

## PELA CIDADE

Número de usuários de droga vistos na noite de quarta (24) e madrugada de quinta (25) por guardas municipais



Local

Número de usuários

1	r. dos Gusmões x r. Triunfo	20
2	pça. da Sé	200
3	av. Liberdade	100
4	pça. do Patriarca	20
5	lgo. do Paissandu	20
6	av. São João	50
7	pça. Julio de Mesquita	30
8	lgo. São Francisco	15
9	Vale do Anhangabaú	20
10	lgo. do Arouche	10
11	pça. Ramos de Azevedo	30
12	r. Jorge Velho	30
13	r. do Glicério	30
14	av. Brigadeiro Luiz Antônio	40
15	av. Paulista	20
16	pça. Roosevelt	30
17	lgo. São Bento	30
18	pça. Princesa Isabel	200*
19	Nova Luz	40
20	r. Vitória	6
21	r. Guaianases	20
22	r. Aurora	20
23	r. Apa	50

## Doria encerra 'bolsa varrição' criada por Haddad na cracolândia

Preocupação é se os dependentes terão condições de trabalhar no setor privado



Fluxo de usuários de drogas na rua Helvetia no centro de São Paulo - Diego Padgurschi - 23.jan.2018/Folhapress

3.mar.2018 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<http://www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/03/03/>)

### Mariana Zylberkan

**SÃO PAULO** Desde a campanha eleitoral de 2016, o prefeito de São Paulo João Doria (PSDB) costuma usar um aposto para expressar sua opinião a respeito do programa (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1953572-gestao-doria-fecha-hotel-de-programa-de-combate-ao-crack-de-haddad.shtml>) anticrack (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1953572-gestao-doria-fecha-hotel-de-programa-de-combate-ao-crack-de-haddad.shtml>) de Fernando Haddad (PT): “Braços Abertos para a Morte”.

Um dos pilares do projeto será extinto a partir de 31 de março, quando 262 usuários de drogas vão deixar de receber a bolsa de R\$ 500 por mês em troca de dias trabalhados em serviços como varrição de ruas, jardinagem e reciclagem. Além da bolsa, os usuários têm direito a moradia em hotéis (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1953572-gestao-doria-fecha-hotel-de-programa-de-combate-ao-crack-de-haddad.shtml>) mantidos pela prefeitura e alimentação.

A política de redução de danos (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1808800-2-em-3-reduziram-o-uso-de-crack-apos-passar-em-acao-de-haddad-diz-estudo.shtml>) (não exige abstinência dos usuários) e as vagas em hotéis (que estão sendo fechados aos poucos) são outras duas bases que ainda seguem do programa instituído em 2014 por Haddad para tratar dependentes químicos na região da cracolândia (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/1954861-agora-reduzida-cracolandia-tem-conflitos-diarios-no-centro-de-sp.shtml>).

Alvo de críticas, a iniciativa de remunerar os usuários sem exigir abstinência também já foi atacada abertamente pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Após a ação policial que desmantelou a feira de drogas na cracolândia, em maio de 2017, ele disse que se “estava dando mesada para as pessoas comprarem droga”.

De acordo com a secretária municipal do Trabalho, Aline Cardoso, o fim da remuneração será precedida por uma nova política de trabalho no âmbito do Redenção (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1939481-reducao-de-danos-e-abstinencia-devem-integrar-programa-anticrack-de-doria.shtml>), programa da gestão Doria para tratar de dependentes químicos em situação de rua.

“Não existia preocupação com a autonomia. Era um investimento sem resultados.”

O psiquiatra Dartiu Xavier, ex-coordenador do Braços Abertos, criticou as mudanças: “com esse modelo o problema não é resolvido. Tem que tratar também a exclusão social. É ridículo dizer que o programa continua”.

O destino dos 263 usuários que continuam no programa é variado. A maioria, 118, por ter frequência menor do que 50% nas ocupações não será direcionada para o Trabalho Novo (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1874091-acao-de-doria-para-moradores-de-rua-tem-de-demissao-a-autoestima-em-alta.shtml>), uma parceria da prefeitura com empresas privadas para empregar moradores de rua, diferente dos que compareceram mais vezes aos compromissos. “Eles vão ser acompanhados por equipes de saúde e assistência social. Alguns têm consumo de droga por até sete dias por semana”, diz a secretária.

### **TRABALHO NOVO**

Mesmo os que apresentam um grau de adição menor tendem a não se adaptar às exigências do mercado de trabalho de forma imediata. De acordo com a Adesaf (Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias), gestora do contrato com a prefeitura para a política de trabalho do Braços Abertos, dos 63 beneficiários que foram convocados para participar do programa Trabalho Novo, apenas 11 foram escolhidos para processos de seleção. Dos quatro contratados, nenhum passou no período de experiência. “A maioria não tem o padrão exigido”, diz Fernanda Gouveia, diretora da Adesaf.

Nas próximas semanas um edital irá determinar o novo modelo de ocupação. Os usuários vão participar de um processo de capacitação profissional por 20 horas semanais durante seis meses. Neste período, a prefeitura espera que eles se tornem aptos a disputar uma vaga de emprego. “Vão ter obrigações porque assim exige o mercado de trabalho”, diz a secretária. Usuários do Braços Abertos se reuniram com o Ministério Público para debater as mudanças. “Não há uma transição efetiva entre programas”, diz a diretora da Adesaf.

## ANEXO D – PASTA HABITAÇÃO

### cotidiano

#### Sem-teto protestam por moradia e se reúnem com Prefeitura de São Paulo

Manifestação do MTST em São Paulo

1 de 12

Marlene Bergamo/Folhapress



DE SÃO PAULO

31/01/2017 19h43

O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) realizou nesta terça-feira (31) um protesto pelo [direito à moradia](#) na capital paulista. O movimento conseguiu se reunir com representantes da gestão municipal, como o secretário de governo Julio Semeghini.

Os manifestantes partiram da avenida Paulista por volta das 14h30 em marcha até a prefeitura. Segundo [Guilherme Boulos](#), membro da coordenação nacional do MTST e colunista da **Folha** o protesto pede a continuidade de aprovação dos projetos de habitação na cidade.

O MTST também protesta contra a os "despejos violentos" como o caso do dia 17 de janeiro, quando [Boulos foi detido](#) e cerca de 700 famílias foram removidas de um terreno ocupado em São Mateus, na zona leste de São Paulo.

Além disso, o movimento se manifesta contra o decreto do prefeito João Doria que permite a [retirada de pertences como cobertores de moradores de rua](#). O decreto foi publicado no último dia 21.

Segundo o MTST, a manifestação reuniu aproximadamente 10 mil pessoas. A Polícia Militar não estimou número de presentes e informou que o ato foi pacífico.



#### **REUNIÃO**

Representantes do movimento foram recebidos por membros da gestão municipal, entre eles o secretário de governo Julio Semeghini. Conforme a ata do encontro, a prefeitura formará comissão para buscar soluções negociadas e pacíficas nos casos de reintegração de posse, assim como nos casos iminentes de despejo.

Sobre o decreto a respeito dos pertences dos moradores de rua, a prefeitura "garante que não serão violados nenhum dos direitos que foram conquistados em lutas anteriores pelos coletivos da população em situação de rua".

Ficou ainda estabelecida a continuidade nos compromissos dos editais Cohab/FDS e a prefeitura se comprometeu a agilizar as aprovações no licenciamento de projetos de habitação de interesse social – haverá reunião na quinta-feira (2) para discutir as ocupações Copa do Povo, Vila Nova Palestina, Faixa de Gaza e Esperança Vermelha.

A prefeitura também reiterou o compromisso de manter o programa Casa da Família.

TRAGÉDIA DOS SEM-TETO ([HTTP://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/TRAGEDIA-DOS-SEM-TETO](http://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/tragedia-dos-sem-teto))

## Centro de SP é repovoado aos poucos, mas patina em ações de revitalização

Região tem oferta de transportes e cultura e lançamentos imobiliários



Prédio do antigo Mappin, diante do Theatro Municipal, inaugurado em 1913 e hoje parcialmente vazio - Eduardo Anizelli/ Folhapress

13.mai.2018 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA ([//www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/05/13/](http://www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/05/13/))

**Angela Pinho**

**SÃO PAULO**

Com a maior rede de transportes e equipamentos culturais da cidade, o centro de São Paulo vem sendo aos poucos repovoado e ganha novos

estabelecimentos comerciais e gastronômicos. Ao mesmo tempo, contudo, ainda sofre com projetos inconclusos de revitalização.

De 2001 a 2017, a população do coração da cidade, nos distritos Sé e República, cresceu 27%, enquanto no resto da cidade o índice foi de 12%.

Segundo dados compilados pelo Secovi-SP (sindicato das construtoras), quase 10 mil novas unidades habitacionais foram lançadas no período, a grande maioria nos últimos sete anos.

Considerando-se a modesta estimativa de dois ocupantes por unidade, são 20 mil pessoas a mais em uma área que nos anos 1990 chegou a viver um processo de esvaziamento.

Por outro lado, a região sofre com falhas de zeladoria, como limpeza, moradias precárias, prédios antigos ociosos e pessoas desabrigadas.

Parte dos problemas ficou evidente com o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida ([https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/incendio-em-predio-que-desabou-foi-causado-por-curto-circuito-diz-secretario.shtml?utm\\_source=folha&utm\\_medium=site&utm\\_campaign=topicos?cmpid=topicos](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/incendio-em-predio-que-desabou-foi-causado-por-curto-circuito-diz-secretario.shtml?utm_source=folha&utm_medium=site&utm_campaign=topicos?cmpid=topicos)), no largo do Paissandu, no último dia 1º de maio.

Segundo a Prefeitura de São Paulo, o centro da cidade tem cerca de 70 edifícios com ocupações (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/vistoria-da-prefeitura-pode-interditar-predios-invadidos-de-sp.shtml>) irregulares. A região tem também em torno de metade do número de moradores de rua de São Paulo, de acordo com censo dessa população feito pelo município em 2015. Frequentadores afirmam que, com a crise econômica, o contingente aumentou nos anos seguintes.

Os problemas acontecem em meio ao engavetamento de projetos e intenções divulgados por diversas gestões da prefeitura para a região.

A lista inclui o plano encomendado por Jânio Quadros a Oscar Niemeyer nos anos 1980, nunca concretizado; o projeto da Nova Luz das gestões José Serra (PSDB) e Gilberto Kassab (PSD), de 2005 a 2012, engavetado por Fernando Haddad (PT); e o plano de reformulação do Vale do Anhangabaú elaborado na gestão do prefeito petista.

Mais recentemente, no final do ano passado, João Doria (PSDB) recebeu um plano do premiado arquiteto Jaime Lerner, mas saiu do cargo seis meses depois para disputar o governo do estado, e não houve ações concretas para tirar as medidas do papel.

O violinista da Osesp (Orquestra Sinfônica de SP) Paulo Paschoal, 42, foi um dos que acreditou nos projetos de revitalização do centro. Por volta de 2010, comprou três apartamentos. A ideia, conta o músico, era alugar dois e usar o outro como base.

Um dos imóveis foi locado, outro ficou vago, e Paulo resolveu se desfazer dele por 20% a menos do que pagara. O pior, porém, foi o que aconteceu com o terceiro, diz ele. “Entraram e roubaram o meu violino do século 18. Voltei a morar na Vila Olímpia e uso lá só eventualmente, como um retiro”, afirma ele, que ainda assim se proclama um entusiasta da região.

### **HABITAÇÃO SOCIAL**

Para a urbanista Simone Gatti, falta um projeto urbanístico unificado para a região central de São Paulo, que integre diferentes medidas.

“O que vem sendo feito são iniciativas isoladas de requalificação do espaço público”, afirma ela, integrante da Comissão Executiva da Operação Urbana Centro, da prefeitura, como representante do IAB-SP (seção paulista do Instituto dos Arquitetos do Brasil).

Entre essas ações que foram postas em prática recentemente, ela cita por exemplo a praça das Artes, inaugurada em 2012, e o projeto Centro Aberto, iniciado em 2014, que consistiu na instalação de estruturas como deques com wi-fi em diferentes pontos do centro, a exemplo do próprio largo do Paissandu.

Entre as mudanças mais antigas, o urbanista e professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) Kazuo Nakano elenca como positiva a mudança de diversos órgãos públicos, inclusive a própria sede da prefeitura, para o coração da cidade, desde a última década.

“Com isso, veio uma leva de trabalhadores de classe média que impulsionou a abertura de diversos cafés, restaurantes e lojas”, afirma.

Vice-presidente da associação Viva o Centro, Marco Antonio Ramos de Almeida menciona ainda que hoje a presença do comércio irregular é menor em relação ao que ocorria durante o fim dos anos 1990. “Agora, por outro lado, é preciso mais atenção com ações de cuidado, como limpeza”, afirma.

Ainda que existam ações positivas, tanto Gatti como Nakano afirmam que, enquanto não se enfrentar de verdade a questão habitacional, não será possível solucionar os problemas do centro.

Embora lançamentos imobiliários ganhem impulso, devido à operação urbana que torna mais barato construir na região do que em outras áreas, os novos apartamentos erguidos não atendem a população mais pobre, que termina por se arriscar na rua ou em habitações precárias.

Nos distritos Sé e República, o número de pessoas em situação de pobreza (renda de até um quarto do salário mínimo) mais que dobrou, de acordo com dados da prefeitura.

Por outro lado, segundo o levantamento elaborado pelo Secovi, o preço médio dos lançamentos imobiliários no centro no ano passado (dados mais recentes) era de R\$ 8.212 por metro quadrado —uma unidade de 40 m<sup>2</sup>, por exemplo, em regra não sai por menos de R\$ 300 mil.

Para a representante do IAB-SP, atender uma faixa de renda menor é essencial e demandaria que o poder público reforçasse mecanismos como negociações com os proprietários para uso de imóveis vazios e a notificação deles para aplicação do IPTU progressivo, como está previsto em lei.

Outra necessidade é a discussão de regras específicas para a reformulação de imóveis antigos, defende Celso Petrucci, economista-chefe do Secovi. Exigências da legislação atual, como o tamanho do espaço da escada, por exemplo, dificultam ou tornam mais custosa a adaptação dos imóveis.

Enquanto não há uma política de revitalização ou de reformas em larga escala, a região continua a atrair os apaixonados pela arquitetura,

infraestrutura e público diversificado que, mesmo com problemas, faz os mais aficionados lembrarem até mesmo países de primeiro mundo.

“Moro no centro por minhas origens”, diz o chef e empresário francês Olivier Anquier, que também tem dois estabelecimentos na região. “Ser parisiense é ser profundamente urbano, é sentir-se enriquecido pela diversidade e gostar de estar na alma da cidade. E isso, em São Paulo, eu só encontrei no centro.”